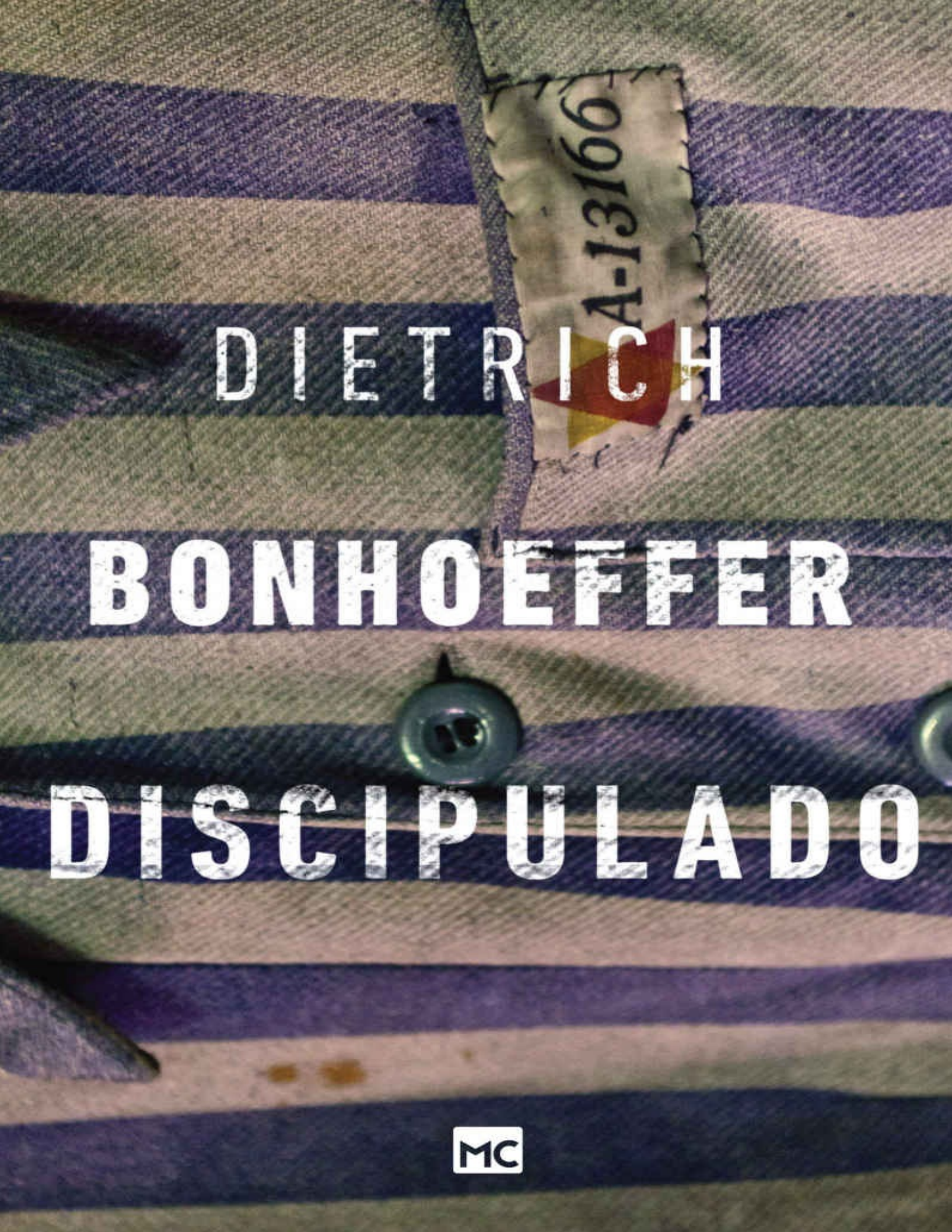

A-13169
DIETRICH
BONHOEFFER
DISCIPULADO
MC

DIETRICH BONHOEFFER

DISCIPULADO

Traduzido por MURILO JARDELINO
e CLÉLIA BARQUETA

MC
mundocristão
São Paulo

Mídias Sociais

 curta

 siga

 confira

 assista

 acesse

Copyright da tradução © 2016 por Editora Mundo Cristão

Os textos das referências bíblicas foram extraídos da *Almeida Revista e Atualizada*, 2ª edição (RA), da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação específica.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios (eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação e outros), sem prévia autorização, por escrito, da editora.

Equipe MC: Daniel Faria
Heda Lopes
Natália Custódio
Diagramação: Luciana Di Iorio
Revisão: Josemar de Souza Pinto
Capa: Douglas Lucas
Diagramação para e-book: Yuri Freire

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B697d
Bonhoeffer, Dietrich, 1906-1945
Discipulado [recurso eletrônico] / Dietrich Bonhoeffer ; tradução Murilo Jardelino, Clélia Barqueta. - 1. ed. - São Paulo : Mundo Cristão, 2016.
recurso digital

Tradução de: Nachfolge
Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-85-433-0120-4 (recurso eletrônico)

1. Bíblia - Crítica, interpretação, etc. 2. Vida cristã. 3. Deus. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

15-27105

CDD: 220.07
CDU: 2-277

Categoria: Teologia/Espiritualidade

Publicado no Brasil com todos os direitos reservados por:
Editora Mundo Cristão
Rua Antônio Carlos Tacconi, 79, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04810-020
Telefone: (11) 2127-4147
www.mundocristao.com.br

1ª edição eletrônica: fevereiro de 2016

Sumário

Prefácio
Introdução

PARTE I — A GRAÇA E O DISCIPULADO

1. A graça preciosa
2. O chamado ao discipulado
3. A obediência simples
4. O discipulado e a cruz
5. O discipulado e o indivíduo
6. O “extraordinário” da vida cristã
7. Sobre a invisibilidade da vida cristã
8. A separação da comunidade dos discípulos
9. Os mensageiros

PARTE II — A IGREJA DE JESUS CRISTO E O DISCIPULADO

10. Questões preliminares
11. O batismo
12. O corpo de Cristo
13. A Igreja visível
14. Os santos
15. A imagem de Cristo

Prefácio

Quem foi Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), e qual a razão de publicar, hoje, uma nova tradução de uma obra da primeira metade do século 20? As respostas a essas duas perguntas estão intimamente relacionadas por um fator determinante: Bonhoeffer foi um cristão de quem é impossível separar trajetória pessoal dos frutos de seu trabalho. Tal inseparabilidade deve estar clara desde o início de nossa leitura, para a compreensão adequada dos notáveis fatos de sua vida e da riqueza de suas reflexões sobre o discipulado de Jesus.

Uma combinação muito específica de fatores familiares e históricos contribuiu para a configuração das ênfases de seu trabalho. A começar por seu nascimento na casa do bem-sucedido psiquiatra Karl Bonhoeffer, de quem herdou a precisão científica, e da piedosa Paula von Hase, que, mesmo descrente da igreja institucional da época, criou os oito filhos num ambiente de obediência aos preceitos da fé. Nesse cenário, a opção de Bonhoeffer pelo ministério pastoral foi recebida com surpresa pela família, mas igualmente encorajada na direção da melhor formação teológica disponível em seu tempo. O jovem Dietrich graduou-se na Universidade de Tübingen e doutorou-se na Universidade de Berlim, com a tese *Sanctorum Communio* (1927). Na época, essas duas instituições eram palco de importantes desdobramentos da teologia liberal clássica alemã.

Bonhoeffer, no entanto, não era meramente influenciável. Se, por um lado, sua formação teológica foi marcada pela crítica bíblica historicista de Adolf von Harnack (1852-1930), o mais famoso de seus professores em Berlim, por outro, foi na voz dissonante de Karl Barth (1886-1968) que encontrou as ênfases teológicas que o acompanhariam por toda a vida: a centralidade da revelação de Deus em Jesus Cristo e a questão sobre sua presença no mundo — que ele procurou resolver na Igreja.

É nesse segundo aspecto que encontramos uma das principais contribuições de Bonhoeffer à cristandade moderna. Enquanto seus antecessores — e também muitos de seus sucessores — discutiam apenas o tema da "revelação", Bonhoeffer se ocupou da Igreja e da comunhão cristã. Isso porque, na visão dele, as questões existenciais são questões eclesiológicas. O ser humano só pode "ser em Adão" ou "ser em Cristo", isto é, "ser" uma pessoa significa "estar" em uma comunidade — e a única comunhão que oferece realização plena da pessoalidade é aquela "em Cristo". Em síntese, é na vida em comunhão da Igreja que o mundo encontra a verdadeira humanidade, e também a revelação da divindade em Cristo.

Nesse quadro de referências e acontecimentos, é necessário lembrar que a década de 1930 testemunhou um dos mais terríveis episódios da política ocidental: o Terceiro Reich Alemão (1933-1945). Ainda que o governo nazista não tenha mostrado desde o início suas intenções reais, Bonhoeffer teve consciência do

que poderia se transformar um governo que assumia para si prerrogativas que cabem somente a Cristo. Foi nesse período que ele escreveu a obra que o leitor tem em mãos. Junto ao livro *Vida em Comunhão* (1939), o clássico *Discipulado* (1937) marca a maturidade de sua reflexão, na qual a vida cristã é apresentada como a vida no discipulado de Jesus.

Podemos sustentar, sem dúvida, que essa hipótese não era um conhecimento separado da existência em que foi adquirido. As reflexões contidas em *Discipulado* são fruto de duas atividades que marcaram a vida de Bonhoeffer: o pastorado na Igreja Confessante, criada em 1934 a partir da rejeição à subordinação teológica da Igreja alemã à ideologia nazista, e a supervisão de jovens pastores no seminário clandestino em Finkenwalde. Nessa época, ficou evidente a necessidade de criticar o que Bonhoeffer chamou de “graça barata”, que, “em vez de justificar o pecador, justifica o pecado”. Ou seja, a postura que a Igreja assume ao inverter todo o esforço dos reformadores sintetizado na doutrina da justificação pela fé mediante o sacrifício na cruz de Cristo. Justamente por isso, “a graça barata é a inimiga mortal de nossa Igreja”. Foi contra esse tipo de graça que os esforços de Bonhoeffer se direcionaram, reiterando enfaticamente a verdadeira vida em comunidade, na qual o discipulado é visto como o compromisso radical de obediência a Cristo — mesmo que isso implique a morte, não apenas do velho ser humano, mas do próprio discípulo.

Graças ao trabalho de biógrafos, sabemos que Bonhoeffer, junto a seu irmão Klaus e seus cunhados Rüdiger Schleicher e Hans von Dohnanyi, contribuiu diretamente numa conspiração contra o próprio Hitler — o que lhe renderia o encarceramento na prisão militar de Tegel, no norte de Berlim, em abril de 1943. Acusado de desmoralização das Forças Armadas, permaneceu dezoito meses preso, seguindo então para o campo de extermínio de Flossenbürg, ao sudeste da Alemanha. Ali, foi julgado por um tribunal fictício, condenado sem chance de defesa e enforcado na manhã do dia 9 de abril de 1945.

Olhando retrospectivamente, os meses que permaneceu na prisão foram os mais frutíferos para seu trabalho intelectual. Escreveu centenas de cartas a familiares e amigos, dezenas de alocuções, sermões e anotações sobre temas diversos, além do esboço geral da obra Ética (1949). No entanto, sustentando a tese com que começamos, é possível dizer que os meses na prisão foram fundamentais para consolidar sua formação. Ele mesmo concluiu, em 11 de abril de 1944: “Tenho a impressão de que a minha vida — por mais estranho que isso pareça — transcorreu de maneira totalmente coerente e sem rupturas, ao menos no tocante à maneira exterior de como a conduzi. Foi um enriquecimento ininterrupto da minha experiência, pelo qual realmente só posso ser grato. Se meu estado atual fosse a conclusão da minha vida, então isso teria um sentido que eu acreditaria entender”.*

Essa postura de integridade ao longo de toda a vida e, principalmente, diante da morte é, acima de qualquer texto que tenha escrito, o maior legado de Bonhoeffer à Igreja de Cristo. Não que os textos não tenham importância; eles adquirem maior valor em virtude daquele que os escreveu. A coerência existencial é a corrente elétrica que liga e ilumina cada período de sua vida, uma vida totalmente vivida “em Cristo”. O mesmo Cristo que, ao morrer e ressuscitar, assumiu o lugar de Senhor do mundo, reconciliando-o com Deus e mostrando que não existe um centímetro da realidade que esteja fora de sua soberania. Tais convicções que alicerçaram a vida de Bonhoeffer fornecem unidade à realidade e à

relação entre os discípulos na Igreja. Sem tais pressupostos, a Igreja corre sempre o perigo de assumir qualquer forma, sem nunca conseguir ser o ambiente criado pela obediência que possibilita a vida pela fé.

Por tudo isso, a leitura de *Discipulado* torna-se tarefa imprescindível para todo aquele que se propõe a mesma pergunta que orientava Bonhoeffer: “O que é o cristianismo, ou ainda, quem é de fato Cristo para nós hoje?”.

Boa leitura.

PEDRO LUCAS DULCI

Doutorando em Filosofia (UFG), estudante de Teologia (Seminário Presbiteriano Brasil Central), membro do Movimento Mosaico e da Igreja Presbiteriana do Brasil

Introdução

Em tempos de reavivamento da Igreja, obtém-se claramente um enriquecimento nas Escrituras Sagradas. Por detrás dos apelos cotidianos e das palavras de ordem, necessários no debate eclesiástico, surge uma busca mais decidida a respeito do único a quem realmente importa encontrar, a saber, o próprio Jesus. O que Jesus quis nos dizer? O que espera de nós hoje? Como ele nos ajuda a sermos cristãos fiéis em nosso tempo? Para nós, é menos importante o que requer este ou aquele indivíduo da Igreja, mas sim o que deseja Jesus, é isso o que queremos saber. Quando vamos ao culto e ouvimos a pregação, é a palavra de Jesus que queremos ouvir — e não apenas por nosso próprio interesse, mas por causa dos muitos para os quais a Igreja e sua mensagem se tornaram estranhas. Também somos da opinião de que, se o próprio Jesus, e somente ele com sua palavra, estivesse entre nós no momento da pregação, seriam outras pessoas as que ouviriam a palavra, e outras ainda que, por sua vez, a evitariam. Não é que a pregação de nossa Igreja não seja mais a Palavra de Deus, mas que som estranho é esse! Quantas leis humanas e duras, quantas falsas esperanças e consolos enganosos continuam a turvar a mensagem cristalina de Jesus, dificultando assim a verdadeira decisão! Não se pode simplesmente culpar aqueles que consideram nossa pregação, que certamente deseja ser apenas a pregação de Cristo, dura e difícil de compreender, sobrecarregada de formas e conceitos que lhes são estranhos. Contudo, não é verdade que toda palavra que hoje se levanta contra nossa pregação seja já uma negação de Cristo, isto é, anticristianismo. Será que, de fato, queremos negar a comunhão àqueles que atualmente vêm em grande número à nossa pregação, que desejam ouvi-la e muitas vezes têm de reconhecer, tristes, que nós lhes dificultamos o acesso a Jesus? Eles não acham que seja da palavra do próprio Jesus que desejem se esquivar, mas que entre eles e Jesus existem demasiadas interferências humanas, institucionais e doutrinárias. Quem de nós já não teria de imediato à mão todas as respostas a serem dadas nesse contexto, com as quais se eximiria facilmente da responsabilidade por todas aquelas pessoas? Não seria também uma resposta, se nos perguntássemos se não somos nós mesmos que dificultamos o caminho a Jesus apegando-nos excessivamente a determinadas formulações ligadas a certo tipo de sermão próprio apenas para sua época, seu lugar e sua estrutura social, pregando de forma demasiado dogmática e pouco orientada à vida, proclamando alegre e repetidamente certos pensamentos das Escrituras e, com isso, propagando nossas próprias opiniões e convicções e pouco de Jesus Cristo? Não haveria nada mais profundamente contrário à nossa intenção e, ao mesmo tempo, mais prejudicial à nossa mensagem que sobrecarregar com leis pesadas os cansados e oprimidos que Jesus chama a ele, afastando-os dele mais uma vez. Como o amor de Jesus Cristo seria, dessa forma, achincalhado por cristãos e pagãos! Uma vez que, nesse caso, de

nada ajudam questionamentos generalizados ou autoacusações, voltemos para as Escrituras, para a Palavra e para o chamado do próprio Jesus Cristo. Neles buscamos, a partir da pobreza e da insignificância de nossas convicções e questionamentos, a riqueza e o esplendor que nos são dados em Jesus.

Queremos falar do chamado para ser discípulo de Jesus. Será que assim não sobrecarregamos o ser humano com um jugo novo e ainda mais pesado? Acaso acrescentaremos a todas essas leis, sob as quais já sofrem a alma e o corpo, outras ainda mais duras e implacáveis? Desferiremos, partindo da lembrança do discipulado de Jesus, um golpe ainda mais agudo na consciência ferida e inquieta? Não estaríamos instituindo exigências estranhas, dolorosas e impossíveis como as já tantas vezes aplicadas na história da Igreja, cuja obediência provavelmente seria um luxo piedoso para poucos, mas que seria rejeitada como impiedosa tentação divina por aqueles que têm de cuidar da família, que trabalham por seu pão exercendo sua profissão? Deve a Igreja colocar um jugo de tirania espiritual sobre o ser humano, com o qual impõe e ordena autoritariamente em que ele deve crer e o que deve fazer a fim de ser salvo, e isso tudo sob a ameaça de punição terrena e eterna? Trará a mensagem da Igreja nova tirania e violência às almas? Pode até ser que algumas pessoas anseiem por tal servidão. Mas deveria a Igreja algum dia atender a essa exigência?

Quando as Escrituras Sagradas tratam do discipulado de Jesus, proclamam a libertação do ser humano de todos os preceitos humanos, de tudo que o oprime, de tudo que o sobrecarrega, de tudo que lhe suscita preocupação e dor na consciência. No discipulado, o ser humano deixa o duro jugo de suas próprias leis e vai para o jugo suave de Jesus Cristo. Não está se questionando, com isso, a seriedade do mandamento de Jesus? De maneira nenhuma. É somente na permanência total no mandamento de Jesus, no chamado ao discipulado incondicional, que se torna possível a plena libertação para a comunhão com Jesus. Quem segue integralmente o mandamento de Jesus, quem se permite sem relutância o jugo de Jesus, para esse o fardo a carregar torna-se leve e recebe, na suave pressão desse jugo, a força para percorrer o caminho certo com tranquilidade. O mandamento de Jesus é duro, implacavelmente duro para quem se opõe a ele. Porém, o mandamento de Jesus é suave e leve para aquele que se lhe submete de bom grado. “Os seus mandamentos não são penosos” (1Jo 5.3) O mandamento de Jesus não consiste em um tipo de tratamento de choque emocional. Jesus nada nos exige sem nos dar a força para fazê-lo. Seu mandamento não visa jamais destruir a vida, mas conservá-la, fortalecê-la e curá-la.

Continuamos, todavia, a nos preocupar com a questão: o que poderia significar o chamado ao discipulado de Jesus para o trabalhador, para o comerciante, para o agricultor, para o soldado? Não se trata, afinal, de uma distância insuperável entre a existência do indivíduo como trabalhador, inserido no mundo, e sua existência como cristão? O cristianismo do discipulado de Jesus não seria algo para um número demasiado restrito de pessoas? Não significaria um afastamento da grande massa, o desprezo aos fracos e pobres? Com isso não estaria sendo negada justamente a grande misericórdia de Jesus Cristo, que veio para os pecadores e publicanos, para os pobres e fracos, para os loucos e desesperados? O que diremos quanto a isso? São poucos ou muitos os que pertencem a Jesus? Ele morreu na cruz, sozinho, abandonado por seus discípulos. Junto dele não estavam dois de seus fiéis seguidores, mas dois

assassinos. Sob a cruz, porém, estavam todos, inimigos e crentes, céticos e devotos, zombadores e convictos, e todos eles, com seus pecados, naquele momento foram abarcados pela oração de Jesus por perdão. O amor misericordioso de Deus vive entre seus inimigos. É o mesmo Jesus Cristo que, por sua graça, nos chama para sermos seus discípulos e cuja graça salva o ladrão na cruz em seu último momento.

Para onde será levado aquele que aceitar o chamado para ser discípulo? Que decisões e separações o chamado trará consigo? Temos de levar essa pergunta àquele somente que sabe a resposta. Só Jesus Cristo, que nos ordena que o sigamos, sabe para onde leva o caminho. Nós, porém, sabemos que esse será, com certeza, um caminho de misericórdia sem limites. Discipulado é alegria.

Hoje, parece tão difícil trilhar o caminho estreito da decisão eclesiástica com segurança e, ainda assim, permanecer em toda a amplitude do amor de Cristo para com todos os seres humanos, na paciência, misericórdia e "filantropia" de Deus (Tt 3.4) para com os fracos e os ímpios. E, no entanto, de algum modo ambos devem ficar lado a lado, do contrário segue-se o caminho humano. Que Deus nos dê a alegria, em toda a seriedade do discipulado, em todo o "não" ao pecado, em todo o "sim" ao pecador, em toda a resistência ao inimigo, na palavra triunfante e vencedora do evangelho.

> Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim; porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para a vossa alma. Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve.
>
> Mateus 11.28-30

PARTE I

A GRAÇA E O DISCIPULADO

1

A graça preciosa

A graça barata é a inimiga mortal de nossa Igreja. Hoje, nossa luta é pela graça preciosa.

A graça barata é graça como resto de estoque, perdão barateado, consolo barateado, sacramento barateado; é graça como riqueza inesgotável da Igreja, graça que mãos levianas gastam sem vacilo nem limite; é graça sem preço, sem custo. A essência da graça seria justamente esta: a fatura paga antecipadamente e para sempre. Se a fatura já está paga, pode-se obter tudo gratuitamente. Porque o custo é muito alto, também são incontáveis as possibilidades de uso e desperdício. O que seria a graça se não barata?

A graça barata é graça como doutrina, como princípio, como sistema; é perdão dos pecados como algo já dado por certo; é o amor de Deus como conceito cristão de Deus. Quem aceita o amor de Deus já está perdoado de seus pecados. A Igreja que segue esse tipo de doutrina da graça se vê automaticamente beneficiada por ela. Nessa Igreja, o mundo encontra cobertura barata para seus pecados, dos quais não se arrepende e, na verdade, não quer se libertar. Assim, a graça barata é a negação da Palavra viva de Deus, negação da encarnação da Palavra de Deus.

A graça barata, em vez de justificar o pecador, justifica o pecado. Desse modo, resolve tudo sozinha, nada precisa mudar e tudo pode permanecer como antes. “Nossos esforços são vãos.” O mundo continua mundo, e nós continuamos pecadores, “mesmo na vida mais piedosa”. O cristão pode, então, viver como toda gente, em pé de igualdade com todos, e não se atreve a, sob essa graça, ter uma vida diferente da que tinha sob o pecado, a fim de não ser acusado de herege fanático! Que ele se guarde de irritar-se contra a graça, de envergonhar tal grandiosa e barata graça e de instituir um novo culto do literalismo, na tentativa de levar uma vida obediente aos mandamentos de Jesus Cristo! Que ele viva como os demais, por causa da seriedade dessa graça e para que não haja resistência a essa graça insubstituível! Assim pode viver porque o mundo é justificado pela graça barata. Sim, ele gostaria de fazer algo extraordinário, e não poder fazê-lo é, sem dúvida, muito difícil para ele, tendo de continuar a viver no mundo real. Contudo, ele tem de aceitar viver desse modo, abrindo mão de sua vontade, renunciando viver de modo diferente dos demais. Tem de deixar a graça ser simplesmente graça, para que as pessoas não percam a fé nessa graça barata. O cristão, no entanto, deve, em sua vida mundana, nessa necessária renúncia que tem de assumir por amor ao mundo — não, por amor à graça! —, sentir-se confortado e seguro (*securus*) na posse dessa graça, que tudo faz sozinha. Não é necessário, portanto, que o cristão seja um discípulo, mas que se conforte com a graça. Isso é a graça barata que justifica o pecado em vez de justificar o pecador que deixa o pecado e se arrepende; não é o perdão que separa do pecado. A graça barata é a graça que outorgamos a nós mesmos.

A graça barata é a pregação do perdão sem arrependimento do pecador, é o batismo sem disciplina eclesiástica, é a comunhão sem confissão de pecados, é a absolvição sem confissão pessoal. A graça barata é a graça sem discipulado, é a graça sem cruz, é a graça sem Jesus Cristo vivo e encarnado.

A graça preciosa é o tesouro oculto no campo, pelo qual o ser humano vende feliz tudo que possui; é a pérola preciosa, pela qual o mercador oferece todos os seus bens; é o domínio do reino de Cristo, pelo qual o ser humano arranca o olho que o faz tropeçar; é o chamado de Jesus Cristo, pelo qual o discípulo deixa suas redes para trás e o segue.

A graça preciosa é o evangelho que sempre se deve procurar, a dádiva que se deve pedir, a porta à qual se tem de bater.

Essa graça é preciosa porque chama ao discipulado; é graça porque chama ao discipulado de *Jesus Cristo*; é preciosa por custar a vida ao ser humano; é graça pois só assim dá vida ao ser humano; é preciosa porque condena o pecado; é graça porque justifica, perdoa o pecador. É preciosa sobretudo porque foi preciosa para Deus, porque lhe custou a vida de seu Filho — "Porque fostes comprados por preço" (1Co 6.20) — e portanto não pode ser barato para nós o que custou caro para Deus. É graça, sobretudo, porque Deus não considerou que seu próprio Filho custasse caro demais para pagar por nossa vida, e assim o deu por nós. A graça preciosa é a Encarnação de Deus.

A graça preciosa é a graça como templo de Deus, que deve ser protegido do mundo, que não pode ser lançado aos cães. Por isso, é graça como palavra viva, a Palavra de Deus, por ele próprio proferida, conforme lhe agrada. Chega até nós como o gracioso chamado ao discipulado de Jesus, como mensagem de perdão ao espírito angustiado e ao coração despedaçado. É preciosa porque submete o ser humano ao jugo do discipulado de Jesus Cristo; é graça porque Jesus afirma: "Meu jugo é suave, e meu fardo é leve".

Pedro foi chamado duas vezes: "Vinde após mim". Foram essas as primeiras e as últimas palavras de Jesus a seu discípulo (Mc 1.17; Jo 21.22). Toda uma vida se situa entre esses dois chamados. Na primeira vez, Pedro ouve o chamado de Jesus no lago de Genesaré e, deixando para trás suas redes e sua profissão, segue-o em completa obediência. Na última vez, é o Jesus ressurreto que o encontra em sua antiga profissão, novamente no lago de Genesaré. E, mais uma vez, diz-lhe: "Vinde após mim". Nesse ínterim, entre um chamado e outro, houve toda uma vida no discipulado de Cristo. E, no meio dela, está a confissão de que Jesus é o Cristo de Deus. Três vezes a mensagem foi anunciada a Pedro, no início, no fim e em Cesareia de Filipe, a mensagem de que Cristo é seu Senhor e Deus. A mesma graça de Cristo que o chama, "Vinde após mim", é a que se revela a Pedro em sua confissão do Filho de Deus.

Portanto, três vezes a graça interveio no caminho de Pedro, em três momentos diferentes a mesma graça foi proclamada; era, pois, a própria graça de Cristo e com certeza não uma graça que Pedro a si mesmo outorgava. Foi essa mesma graça de Cristo que o convenceu a tudo abandonar pelo discipulado; foi ela que o levou à confissão, que a todos deve ter soado como blasfêmia; foi essa graça que chamou o infiel Pedro à comunhão definitiva, à comunhão do martírio, e pela qual todos os seus pecados foram perdoados. A graça e o discipulado são uma única coisa na vida de Pedro. Ele havia recebido a graça preciosa.

Com a expansão do cristianismo e o crescimento da secularização da Igreja, a consciência da graça preciosa foi se perdendo. O mundo estava cristianizado, e a graça tornou-se propriedade de um mundo cristão. Com isso, tornou-se barata. A Igreja Romana, no entanto, preservou um resto dessa primeira consciência. Foi de fundamental importância a vida monástica não se ter separado da Igreja e esta ter tido a sabedoria de tolerar o monasticismo. Ali, às margens da Igreja, estava o lugar onde se mantinha viva a consciência de que a graça é preciosa e implica o discipulado. Por Cristo, pessoas abandonavam tudo que possuíam e procuravam seguir os rígidos mandamentos de Jesus na prática do cotidiano. Foi assim que a vida nos mosteiros se tornou um protesto vivo contra a secularização do cristianismo e o barateamento da graça. Mas, porque tolerou esse protesto e impediu a ruptura definitiva, a Igreja relativizou o barateamento da graça e, na verdade, por meio dele até mesmo ganhou a legitimação de sua própria vida mundana; pois, nesse momento, a vida monástica tornava-se comportamento especial de natureza individual, ao qual a massa popular não poderia ser submetida. A fatal limitação do mandamento de Jesus a determinado grupo de indivíduos especialmente qualificados para tal ocasionou uma diferenciação na esfera da obediência cristã entre um comportamento mais elevado e outro menos elevado. Assim, sempre que se desferiam novos ataques à secularização da Igreja, podia-se apontar para o caminho da vida monástica, ainda no seio da Igreja, ao lado da qual se podia legitimar plenamente a existência de outro caminho mais fácil para o resto da população. Desse modo, recorrer à compreensão que a Igreja primitiva tinha da graça preciosa, ideia que se preservava no monasticismo da Igreja Romana, por fim serviu, paradoxalmente, como justificação definitiva para a secularização da Igreja. Nisso tudo, o grande problema da vida monástica, a despeito de todas as incompreensões quanto à vontade de Jesus, não consistia na escolha pelo caminho da graça do discipulado rigoroso. Antes, devia-se muito mais ao fato de a vida nos mosteiros ter tanto se distanciado da vida cristã fora deles que se transformou em comportamento excepcional de alguns poucos, reivindicando assim um tipo de mérito especial.

A fim de reavivar, durante a Reforma, o evangelho da graça pura e preciosa, Deus, em primeiro lugar, levou Martinho Lutero ao mosteiro. Lutero era monge. Abandonara tudo e decidira ser discípulo de Cristo em completa obediência. Renunciara ao mundo e se devotara à obra cristã. Aprendeu a obediência a Cristo e à sua Igreja, porque sabia que só o obediente é que pode crer. O chamado ao mosteiro lhe custou a consagração total de sua vida. Em sua caminhada, Lutero fracassou em relação ao próprio Deus. Por meio das Escrituras, Deus lhe mostrou que o discipulado de Jesus não é a recompensa para alguns por um comportamento especial, mas sim que o mandamento divino abrange todos os cristãos. A humilde obra do discipulado se tornara, na vida monástica, atividade meritória para os santos. A abnegação revelou-se, nesse contexto, a autoafirmação espiritual definitiva dos piedosos. Foi assim que o mundo se infiltrou no interior da vida monástica, voltando a causar estragos. A fuga do mundo se revelara, na verdade, uma maneira requintada de amor pelo mundo. Nesse fracasso da última possibilidade de uma vida piedosa, Lutero foi alcançado pela graça. No colapso da vida monástica, ele viu a mão salvadora de Deus estendida em Cristo. Agarrou-se a ela com a crença de que “nossos esforços são vãos, mesmo na vida mais piedosa”. Foi-lhe dada a graça preciosa, que despedaçou toda a sua existência. Mais uma vez,

viu-se obrigado a deixar para trás suas redes e seguir o Mestre. Na primeira vez, quando se dirigiu ao mosteiro, tinha abandonado tudo, menos a si próprio, seu eu piedoso. Desta vez, também isso lhe foi tirado. Não seguiu o Mestre por mérito próprio, mas pela graça de Deus. Ele não ouviu: "É verdade que você pecou, mas tudo já está perdoado; continue onde estava e console-se com o perdão!". Lutero teve de abandonar o mosteiro e retornar ao mundo, não porque o mundo em si fosse bom e santo, mas porque o mosteiro nada mais era que o mundo.

O caminho de Lutero, do mosteiro para o mundo, representou o ataque mais forte contra o mundo desde o surgimento da Igreja primitiva. A renúncia do monge ao mundo, na vida monástica, foi brincadeira de criança comparada à renúncia que o mundo vivenciou por parte daquele que a ele retornava. O ataque era frontal. Agora, o discipulado de Jesus tinha de ser vivido em meio ao mundo. O que até então se praticara em circunstâncias e confortos especiais na vida monástica como sendo um comportamento excepcional, agora passava a ser necessário e ordenado a cada cristão no mundo. A obediência absoluta ao mandamento de Jesus deveria agora ser a norma na vida profissional diária. Assim, aprofundou-se de modo imprevisível o conflito entre a vida do cristão e a vida do mundo. O cristão estava novamente no mundo para atacar, em uma luta corpo a corpo.

Nada pode ser mais desastroso para a compreensão da doutrina de Lutero que considerar que ele tivesse proclamado ao mundo, a partir da descoberta do evangelho da graça pura, que o cristão estaria dispensado da obediência ao mandamento de Jesus, ou que a descoberta da Reforma tivesse sido a canonização, a justificação do mundo por meio da graça que tudo perdoa. Para Lutero, a vocação secular do cristão se justifica apenas pelo fato de que, nela, o protesto contra o mundo é anunciado com mais impacto. E é apenas na medida em que essa vocação secular do cristão seja praticada no discipulado de Jesus que ele receberá do evangelho esse novo direito. Não foi a justificação dos pecados, mas a do pecador que levou Lutero a abandonar o mosteiro. Ele tinha recebido a graça preciosa. Graça porque foi água para a terra sedenta, consolo para o medo, libertação da servidão da livre escolha, perdão de todos os pecados. Preciosa porque não dispensou ninguém da obra; ao contrário, acentuou definitivamente o chamado ao discipulado. Mas exatamente naquilo em que era preciosa é que era graça, e naquilo em que era graça é que era preciosa. Era esse o segredo do evangelho da Reforma, o segredo da justificação do pecador.

Apesar disso, o grande vencedor da história da Reforma não é o reconhecimento de Lutero da graça pura e preciosa, mas o aguçado instinto religioso do ser humano para descobrir onde se pode obter a graça mais barata. Bastou apenas um leve deslocamento de ênfase, quase imperceptível, para se consumar a obra mais perigosa e nociva. Lutero ensinava que o ser humano, mesmo nos caminhos e obras mais piedosas, não poderia viver diante de Deus por estar, essencialmente, sempre à procura de si próprio. Diante dessa necessidade, ele próprio agarra-se, na fé, à graça do perdão livre e incondicional de todos os pecados. Assim fazendo, Lutero sabia que essa graça lhe custara a vida, e ainda lhe custava diariamente: pois a graça não o dispensara do discipulado pela graça; ao contrário, da consciência dela percebera que o discipulado se lhe tornara obrigatório. Ao falar da graça, Lutero sempre se referia à própria vida. Dizia ele que apenas mediante a graça sua vida fora colocada em completa obediência a

Cristo. Da graça ele não podia falar de outra forma. A graça opera sozinha, afirmava Lutero, e assim repetiam literalmente seus seguidores, com apenas uma diferença: muito rapidamente, excluíram, deixaram de pensar e de afirmar aquilo que para Lutero sempre constituiu a base de seu pensamento: exatamente o discipulado. Sim, porque ele já não precisava dizer, pois sempre tinha falado como alguém a quem a graça conduzira ao mais difícil discipulado de Jesus. Não se pode contestar que a doutrina de seus seguidores, portanto, se originava dos ensinamentos de Lutero, mas foi o ensino dessa doutrina que levou ao fim e à destruição a Reforma como revelação da graça preciosa de Deus na terra. A justificação do pecador no mundo tornou-se justificação do pecado e do mundo. Em consequência disso, da graça preciosa surgiu a graça barata, sem discipulado.

Quando Lutero afirmava que nossos esforços eram vãos mesmo na vida mais piedosa, e que por esse motivo aos olhos de Deus nada tinha importância "senão a graça e o favor do perdão aos pecados", dizia isso como alguém que até então e naquele momento sentia-se chamado ao discipulado de Jesus e forçado a deixar para trás tudo que possuía. Para Lutero, o reconhecimento da graça foi a ruptura total e definitiva com o pecado de sua vida; nunca, porém, a justificação do pecado. Na aceitação do perdão, esse reconhecimento foi a renúncia radical definitiva a uma vida que se rege apenas pelos próprios caprichos; só assim, e exatamente por isso, tornou-se um chamado sincero ao discipulado. Para ele, a graça era um "resultado" claramente divino, e não um resultado humano. Seus seguidores, no entanto, transformaram esse resultado em premissa fundamental para um cálculo próprio. Nisso consiste a calamidade. Mesmo sendo a graça o "resultado" da vida cristã, dado pelo próprio Cristo, essa vida não está, em nenhum momento, dispensada do discipulado. Mas, se a graça for a premissa fundamental para minha vida cristã, tenho nela, antecipadamente, a justificação dos pecados que eu vier a cometer durante minha vida no mundo. Contando com essa graça, posso pecar à vontade, pois o mundo está, em princípio, justificado pela graça. Portanto, permaneço como antes em minha existência burguesa mundana, tudo continua como antes e posso viver na certeza de que a graça de Deus me encobre. Sob a proteção dessa graça, o mundo todo tornou-se "cristão", mas sob essa mesma graça o cristianismo secularizou-se como nunca. Assim, aboliu-se o conflito entre vida cristã e vida profissional secular. A existência cristã consiste justamente em viver no mundo e exatamente como o mundo, em nada diferenciar-me dele, e não posso mesmo me diferenciar dele em nada — por amor à graça! —, embora em determinados momentos eu me distancie do mundo secular e me dirija à Igreja a fim de me assegurar do perdão dos pecados. Estou dispensado do discipulado de Cristo — por meio da graça barata, que é, na verdade, não só o inimigo mais cruel do discipulado, mas também quem necessariamente odeia e afronta o discipulado verdadeiro. A graça como premissa inicial é graça da mais barata; a graça como resultado é graça preciosa. É assustador reconhecer quanto uma verdade evangélica depende de como ela é expressa e empregada no dia a dia. É a mesma mensagem da justificação somente pela graça; porém, o uso inadequado dessa mensagem leva à completa destruição de sua essência.

Quando o Dr. Fausto, já no final de toda uma vida dedicada à busca pelo conhecimento, diz: "Vejo que nada podemos saber", tem-se um resultado, um sentido completamente diverso do que teria o mesmo enunciado caso utilizado no início do semestre por um estudante que quisesse meramente justificar sua

preguiça (Kierkegaard). Como resultado, o enunciado é verdadeiro, mas, como premissa, é uma ilusão. Isso significa que o conhecimento não pode ser separado da existência em que foi adquirido. Somente aquele que abdica de tudo que possui no discipulado de Jesus pode dizer-se justificado apenas pela graça. Tal pessoa reconhece o próprio chamado ao discipulado como graça, e a graça, como esse chamado. Mas aquele que, com essa graça, deseja ser dispensado do discipulado, engana a si próprio.

Não teria, porém, o próprio Lutero se aproximado perigosamente dessa completa inversão da compreensão da graça? O que Lutero quer dizer com a frase *Pecca fortiter, sed fortius fide et gaude in Christo* — "Peque com coragem, mas creia com coragem ainda maior e alegre-se em Cristo!" (Enders III, p. 208, 118ss)? Isto é, você agora é um pecador e nunca mais se livrará do pecado; seja você monge, seja mundano, seja você piedoso, seja ímpio, não escapará da armadilha do mundo; cometerá pecado. Portanto, peque com coragem, contando justamente com a graça já concedida! Seria essa a proclamação descarada da graça barata, da liberdade para pecar, da revogação do discipulado? É o convite absurdo de encorajamento para pecar à vontade contando com a graça? Existe afronta mais diabólica contra a graça que pecar contando com a graça que Deus nos concedeu? O Catecismo Católico não estaria correto ao reconhecer aí o pecado contra o Espírito Santo?

Para compreender isso, tudo depende da distinção entre resultado e premissa. Se o enunciado de Lutero for compreendido como premissa para uma teologia da graça, evoca-se a graça barata. Mas, se evocado não como princípio, mas exclusivamente como fim, como resultado, como pedra final, como última palavra, o enunciado de Lutero será corretamente entendido. Tido como premissa, *pecca fortiter* corresponde a um princípio ético; o princípio da graça tem de corresponder obrigatoriamente ao princípio de *pecca fortiter*. Isso é justificação do pecado, inversão do enunciado de Lutero. "Peque com coragem", para Lutero, só podia ser a última informação, o encorajamento para aquele que, em seu caminho ao discipulado, reconhece que não se verá livre do pecado, que fatidicamente pecará e que, sob o temor do pecado, desespera-se diante da graça divina. Para ele, o enunciado "Peque com coragem" não é uma confirmação essencial de sua vida desobediente, mas é o evangelho da graça de Deus, perante o qual somos, em qualquer situação, sempre pecadores; é o evangelho que nos procura e nos justifica exatamente na condição de pecadores. Confesse seu pecado com coragem, não tente escapar dele, mas "creia com coragem ainda maior". Você é um pecador, seja então, neste momento, também um pecador; não queira ser aquilo que não é. Seja sempre e todos os dias um pecador, mas com a coragem de aceitar-se pecador. Isso, porém, só pode ser dito àquele que, diariamente, de coração, abdica do pecado, que diariamente abdica de tudo que lhe dificulta o discipulado de Cristo e que se vê desolado por seus pecados e infidelidades cotidianos. Que outro ser humano poderá ouvir isso sem pôr em perigo sua fé senão aquele que, lutando por tal consolo, sempre reconhece o chamado ao discipulado de Cristo? Dessa forma, o enunciado de Lutero, entendido como resultado, torna-se graça preciosa, a única graça verdadeira.

A graça como princípio, *pecca fortirer* como princípio, a graça barata é, afinal, somente uma nova lei que não liberta e de nada ajuda. A graça como palavra viva, por sua vez, *pecca fortiter* como consolo na

adversidade e como chamado ao discipulado, a graça preciosa, só essa é graça pura, que de fato perdoa os pecados e liberta o pecador.

Como abutres, reunimo-nos ao redor do cadáver da graça barata e dela bebemos o veneno que provocou a morte do discipulado de Jesus em nosso meio. A doutrina da graça pura alcançou, na verdade, uma apoteose sem paralelos: a doutrina pura da graça tornou-se ela mesmo Deus, tornou-se a própria graça. Em toda parte são citadas as palavras de Lutero e, no entanto, a verdade foi convertida em ilusão. Se a Igreja possui pelo menos a doutrina da justificação, então é, certamente, uma Igreja justificada! Assim deve ser entendido. Com isso, reconhecer-se-ia a verdadeira herança luterana como sendo o maior barateamento possível da graça. Confessar-se luterano seria, portanto, deixar o discipulado de Jesus para os legalistas, para os reformados ou para os fanáticos, tudo por amor à graça; seria, pois, justificar o mundo e transformar em herege o cristão que segue o caminho do discipulado. Cristianizou-se e luteranizou-se todo um povo, mas à custa do discipulado, e a um preço demasiado barato. A graça barata venceu.

Mas será que sabemos também que a graça barata foi muito cruel conosco? Acaso o preço que hoje temos de pagar com o colapso das igrejas organizadas não é a consequência inevitável do barateamento da graça? Ofertam-se a baixo preço a mensagem e os sacramentos, batiza-se, confirma-se, perdoa-se todo um povo sem que se faça perguntas nem se imponha condições. Outorga-se o santuário, por humanitarismo, a zombadores e incrédulos, gastam-se torrentes sem fim de graça, todavia o chamado ao discipulado inflexível de Cristo se ouve cada vez mais raramente. Onde foi parar a consciência da Igreja primitiva, que, na instituição da catequese, vigiava tão cuidadosamente a fronteira entre Igreja e mundo, vigiava a graça preciosa? Onde ficaram as advertências de Lutero contra a proclamação de um evangelho que garantia segurança até ao ser humano que não respeitava as coisas sagradas? Em que outra época o mundo foi tão pavorosa e monstruosamente cristianizado como nesta? Que significam os três mil saxões assassinados por Carlos Magno, comparados com os milhões de almas assassinadas hoje? Os filhos acabam pagando pelos pecados dos pais até a terceira e a quarta gerações. A graça barata foi muito cruel com nossa Igreja evangélica.

Com certeza, a graça barata também foi cruel conosco, individualmente. Ela não nos abriu, ao contrário, bloqueou o caminho a Cristo. Não nos chamou ao discipulado, ao contrário, nos endureceu na desobediência. Ou acaso não foi dura e cruel quando, tendo nós ouvido inicialmente o chamado ao discipulado de Jesus e o entendido como sendo o chamado da graça de Deus, e até tendo ousado dar os primeiros passos ao discipulado na disciplina da obediência ao mandamento, exatamente ali nos confrontou com a mensagem da graça barata? Será que tivemos a oportunidade de ouvir essa mensagem de modo diferente desse que visava impedir nosso caminho no discipulado, que nos chamava a uma lógica mundana e sufocava a alegria do discipulado, sugerindo que tudo não passava de um caminho escolhido por nós mesmos, um gasto desnecessário, e até mesmo perigoso, de energia, esforço e disciplina? Pois com essa graça tudo já estaria pronto e consumado! O pavio aceso foi cruelmente apagado. Falar dessa forma com o ser humano foi cruel porque ele, desorientado por uma oferta tão barata, abandonou o caminho para o qual Cristo o havia chamado e, tendo se decidido pela graça barata,

para sempre se viu privado de conhecer a graça preciosa. Não poderia ser diferente: na posse da graça barata, o ser humano fraco e iludido sentiu-se forte, quando, na verdade, perdeu a força para a obediência e para o discipulado. A mensagem da graça barata vem arruinando mais cristãos que qualquer mandamento de obras.

No que vem a seguir, buscaremos falar em nome daqueles que estão atribulados e para os quais a palavra da graça soa assustadoramente vazia. Deve-se, em prol da verdade, proferir essa mensagem em nome daqueles entre nós que reconhecem que, por causa da graça barata, perderam o discipulado de Cristo e, com isso, a compreensão da graça preciosa. Deve-se mais uma vez tentar compreender e pôr a graça e o discipulado em sua justa relação mútua, simplesmente por não querermos negar que já não estamos no verdadeiro discipulado de Cristo, que de fato permanecemos membros de uma igreja ortodoxamente crente na doutrina da graça pura, mas não somos mais membros de uma Igreja do discipulado. Já não se pode evitar o problema. A necessidade de nossa Igreja consiste cada vez mais na pergunta: Como podemos viver uma vida cristã nos dias de hoje?

Bem-aventurados os que já se encontram no final do caminho que pretendemos percorrer e, surpresos, compreendem o que de fato parece incompreensível: que a graça é preciosa exatamente por ser graça pura, por ser a graça de Deus em Jesus Cristo. Bem-aventurados os que, na simplicidade do discipulado de Jesus Cristo, estão tomados por essa graça e que, em humildade de espírito, podem louvar a graça de Cristo que tudo opera. Bem-aventurados os que podem viver no mundo, no conhecimento dessa graça, sem para ele se perder, e para os quais a certeza do lar celestial é tamanha que, no discipulado de Jesus Cristo, são livres de fato para a vida neste mundo. Bem-aventurados os que consideram o discipulado de Jesus Cristo nada mais que a vida fundamentada na graça, e a graça, nada mais que o discipulado. Bem-aventurados os que, neste sentido, se tornaram cristãos, para os quais a palavra da graça se revelou misericordiosa.

2

O chamado ao discipulado

Quando ia passando, viu a Levi, filho de Alfeu, sentado na coletoria e disse-lhe: Segue-me! Ele se levantou e o seguiu.

Marcos 2.14

O chamado é feito e, de imediato, aquele que o ouviu obedece. A resposta do discípulo não é uma confissão oral da fé em Jesus, mas um ato de obediência. Como é possível ocorrer essa obediência imediatamente após o chamado? Isso contraria a razão natural e, por isso, ela se esforça para separar esses fenômenos tão interdependentes; algo *tem* de estar intercalado entre eles, algo *tem* de ser esclarecido. Seja o que for que esteja acontecendo, é preciso encontrar uma explicação psicológica e histórica para essa sequência. Pode-se até levantar uma questão boba e perguntar se o publicano já não conhecia Jesus antes de ser chamado por ele e, portanto, já não estava predisposto a segui-lo. A esse respeito o texto nada revela, optando por enfatizar exatamente a sequência imediata da ação após o chamado. Não lhe interessa encontrar justificativas psicológicas para as decisões piedosas do indivíduo. Por que não? Porque para essa sequência de chamado e ação só existe uma justificativa válida: *o próprio Jesus Cristo*. É ele quem chama e, por isso, o publicano o segue. Nesse encontro pode-se testemunhar a autoridade de Jesus, incondicional, imediata e que não demanda explicações. Nada é mais importante que o chamado, e nada ocorre além da imediata obediência daquele que foi chamado. O fato de Jesus ser o Cristo confere-lhe total poder para chamar e exigir obediência à sua palavra. Jesus chama ao discipulado, não como mestre sábio e exemplo de vida, mas sendo Cristo, o Filho de Deus. Assim, nessa breve passagem, anuncia-se Jesus Cristo e o que ele requer do ser humano, e nada mais. Ao discípulo não cabe elogios ou aplausos por seu cristianismo decidido. O olhar não deve recair sobre ele, mas somente sobre aquele que chama e sobre todo o seu poder. Tampouco se trata de indicar o caminho para a fé, para o discipulado, pois não há qualquer outro caminho para a fé senão o da obediência ao chamado de Jesus.

O que sabemos sobre o conteúdo do discipulado? “Segue-me! Vinde após mim!” Isso é tudo. Segui-lo parece algo sem conteúdo. Não é algo que de fato pode ser visto como programa de vida cuja realização faça sentido. Não é, igualmente, um objetivo ou um ideal a ser alcançado. Para os padrões humanos, não é algo que mereça sacrifício ou pela qual valha a pena investir a vida. E o que ocorre? O indivíduo que foi chamado deixa para trás tudo que possui não com o intuito de fazer algo especial, mas simplesmente por causa do chamado de Jesus, pois de outro modo não pode seguir seus passos. A esse ato não se atribui valor algum. É completamente sem sentido, insignificante. Pontes foram destruídas, e simplesmente segue-se em frente. Uma vez chamado, o ser humano tem de abandonar a existência que levava até então. Sua única tarefa passa a ser “existir”, no sentido estrito do termo. Tem de abrir mão de

tudo que viveu; o que é velho deverá ficar para trás. O discípulo deixa sua relativa segurança de vida e segue para a completa insegurança (isto é, na realidade, para a absoluta segurança e proteção da comunhão com Jesus); deixa uma situação aparentemente previsível e calculável (mas, na verdade, muito imprevisível) para a imprevisibilidade, para o acaso total (quer dizer, para a única coisa que é necessária e previsível); deixa o domínio das possibilidades limitadas (isto é, de fato, das possibilidades infinitas) para o domínio das possibilidades infinitas (ou seja, para a única realidade libertadora). Novamente, não se trata de uma lei de caráter geral, e sim da subversão de todo legalismo. Novamente, nada mais é senão a pura ligação com Jesus, ou seja, exatamente o oposto de todo programa preestabelecido, de todo idealismo ou legalismo. Porque Jesus é o único conteúdo, não pode haver qualquer outro. Ao lado dele não existem outros conteúdos. Ele próprio é o único.

Portanto, o chamado ao discipulado é o compromisso exclusivo com a pessoa de Jesus Cristo, a subversão de todo legalismo por meio da graça daquele que chama. É o chamado da graça, e também o mandamento da graça. Vai além do antagonismo entre lei e evangelho. Cristo chama, o discípulo simplesmente o segue. Isso é graça e mandamento unidos em uma coisa só. “E andarei com largueza, pois me empenho pelos teus preceitos” (Sl 119.45).

O discipulado é compromisso com Cristo; porque Cristo existe, tem de haver discipulado. Uma ideia de Cristo, um sistema doutrinário, um conhecimento religioso geral da graça ou do perdão dos pecados não implicam, necessariamente, o discipulado; na verdade, isso tudo pode até excluí-lo e, aliás, tornar-se seu inimigo. A relação que se pode ter com essa ideia é de conhecimento, de entusiasmo, talvez até mesmo de realização, porém nunca a relação de discipulado pessoal e obediente. Cristianismo sem Jesus Cristo vivo permanece um cristianismo sem discipulado, e cristianismo sem discipulado é sempre um cristianismo sem Jesus Cristo; é apenas uma ideia, um mito. Um cristianismo em que exista apenas Deus Pai, mas não Cristo como seu Filho vivo, anula por completo o discipulado; nele existe a fé em Deus, mas não o discipulado. Somente porque o Filho de Deus se fez humano, e por ser *Mediador*, é que o discipulado se torna o relacionamento correto com ele. O discipulado está comprometido com o Mediador, e, onde quer que se fale adequadamente do discipulado, fala-se do Mediador Jesus Cristo, o Filho de Deus. Somente o Mediador, Deus que se fez humano, pode chamar ao discipulado.

O discipulado sem Jesus Cristo é escolha pessoal de um caminho talvez ideal, um caminho, quem sabe, de martírio, porém sem a promessa. Isso Jesus seguramente rejeitará.

> Indo eles caminho fora, alguém lhe disse: Seguir-te-ei para onde quer que fores. Mas Jesus lhe respondeu: As raposas têm seus covis, e as aves do céu, ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça. A outro disse Jesus: Segue-me! Ele, porém, respondeu: Permite-me ir primeiro sepultar meu pai. Mas Jesus insistiu: Deixa aos mortos o sepultar os seus próprios mortos. Tu, porém, vai e prega o reino de Deus. Outro lhe disse: Seguir-te-ei, Senhor; mas deixa-me primeiro despedir-me dos de casa. Mas Jesus lhe replicou: Ninguém que, tendo posto a mão no arado, olha para trás é apto para o reino de Deus.
>
> Lucas 9.57-62

O *primeiro* discípulo se oferece ele próprio para seguir Jesus; ele não foi chamado. A resposta de Jesus adverte o entusiasta de que ele não sabe o que faz. Não o pode, de fato, saber. É esse o sentido da resposta na qual se mostra ao seguidor a vida com Jesus como ela realmente é. Aqui fala aquele que está

a caminho da cruz, cuja vida inteira é descrita no Credo Apostólico numa única palavra: “padeceu”. Ninguém pode desejar isso por escolha própria. Ninguém pode chamar a si mesmo, diz Jesus, e suas palavras ficam sem resposta. O abismo entre a oferta espontânea ao discipulado e o verdadeiro discipulado permanece aberto.

Mas, quando é o próprio Jesus que chama, ele constrói a ponte que transpõe o abismo mais profundo. O *segundo* discípulo quer enterrar o pai antes de seguir Jesus. A lei humana o prende. Ele sabe o que quer e o que deve fazer. Antes, porém, deve cumprir a lei, e só então poderá seguir Jesus. Interpõe-se aqui, entre a pessoa chamada e Jesus, um mandamento patente da lei. A isso o chamado de Jesus se contrapõe veementemente, não admitindo que, logo naquele momento, algo se interponha entre Jesus e aquele que foi chamado, mesmo que seja o que exista de maior e de mais sagrado, mesmo que seja a lei. Naquele momento, por causa de Jesus, a lei que visava impedir a concretização do chamado tem de ser violada, pois esta já não tem o direito de se interpor entre Jesus e a pessoa chamada. Assim, Jesus opõe-se à lei e ordena o discipulado. Só Cristo pode falar desse modo. É dele a última palavra; o outro não pode contestar. Esse chamado, essa graça, é irresistível.

O *terceiro* entende o discipulado como o primeiro, como oferta que só ele próprio pode fazer, como programa de vida por ele mesmo escolhido. Mas, ao contrário do primeiro, julga-se no direito de impor condições. Com isso, entra em total contradição. Quer pôr-se à disposição de Jesus, ao mesmo tempo que interpõe algo entre Jesus e si mesmo: “mas deixa-me primeiro...”. Quer segui-lo, porém quer criar ele próprio as condições para o discipulado. É, para ele, uma possibilidade de cuja realização faz parte o cumprimento de exigências e condições preestabelecidas. Assim, o discipulado torna-se algo acessível e compreensível para o ser humano. Primeiro, faz-se uma coisa, depois, faz-se outra. Tudo tem seu tempo apropriado. O discípulo mesmo se põe à disposição, mas achando-se, por isso, no direito de impor condições. Fica claro que, nesse momento, o discipulado deixa de ser discipulado; transforma-se em programa humano a ser realizado segundo meu próprio julgamento e que posso justificar por meio da razão e da ética. O terceiro discípulo, portanto, deseja ingressar no discipulado, porém no momento em que o aceita condicionalmente mostra não desejar mais ser discípulo. O modo como fez a própria oferta anula o discipulado, pois este não tolera quaisquer condições que possam se interpor entre Jesus e o que obedece. Entra em contradição não apenas com Jesus, mas também consigo. Não quer o que Jesus quer, e também não quer o que ele mesmo quer. Julga a si próprio, discorda de si mesmo, e tudo isso se expressa em “mas deixa-me primeiro...”. A resposta de Jesus confirma figurativamente esse conflito interior, que acaba por excluir o discipulado: “Ninguém que, tendo posto a mão no arado, olha para trás é apto para o reino de Deus”.

Ser discípulo significa dar determinados passos. Já o primeiro passo, que é consequência imediata do chamado, separa o discípulo de sua existência anterior. Assim, o chamado ao discipulado cria imediatamente uma nova situação. É absolutamente impossível conciliar a existência anterior com o discipulado. A princípio, isso era bem visível. O publicano teve de abandonar a coletoria; Pedro teve de deixar as redes para trás, a fim de seguir Jesus. Segundo nosso modo de entender, poderia ter havido, já naquela época, outras possibilidades. Por exemplo, Jesus poderia ter disponibilizado ao publicano um

novo conhecimento de Deus e permitido que ele continuasse em sua antiga situação. Isso teria sido possível, se Jesus não fosse o Filho de Deus que se fez humano. Uma vez que Jesus, todavia, é o Cristo, tudo tinha de ficar evidente desde o início, isto é, que sua mensagem não é uma nova doutrina, mas a criação de uma nova maneira de ser. Tratava-se de realmente caminhar com Jesus. Estava claro para a pessoa que era chamada que, para ela, só havia uma possibilidade de fé em Jesus: abandonar tudo e seguir o Filho de Deus que se fez humano.

A partir do primeiro passo, o discípulo se vê na situação em que a fé se torna possível. Se não seguir o Mestre, ficará para trás e, assim, não aprenderá a crer. Aquele que recebe o chamado deve deixar a situação em que se encontra, impossibilitado de crer, para outra em que, acima de tudo, possa crer. Esse passo não tem em si qualquer valor programático; justifica-se somente pela comunhão com Cristo, estabelecida no momento da decisão. Enquanto Levi continuasse na coletoria, e Pedro, junto às redes no lago, poderiam seguir exercendo honrada e fielmente sua profissão, e poderiam ter o antigo ou o novo conhecimento de Deus; mas, se quisessem aprender a ter fé em Deus, deveriam seguir o Filho de Deus que se fez humano e caminhar com ele.

Antes, era diferente. Podiam viver na reclusão e no anonimato do campo, realizando suas tarefas, cumprindo as leis e esperando o Messias. Agora, porém, ele já estava lá, e seu chamado era anunciado. Crer, nesse momento, já não significava ficar em silêncio e aguardar, mas sim ir com ele no discipulado. Agora, seu chamado ao discipulado destruía quaisquer vínculos anteriores e os transformava em união exclusiva com Jesus Cristo, por amor a ele. Agora, era necessário derrubar todas as pontes, dar o passo para a insegurança infinita, a fim de reconhecer o que Jesus exige e o que ele oferece. Se Levi continuasse em seu trabalho na alfândega, poderia ter sido aproveitado por Jesus como seu ajudante para o que fosse necessário, porém não o teria reconhecido como único Senhor em cujas mãos deveria depositar toda a sua vida; não teria, portanto, aprendido a ter fé. É necessário criar a situação em que se pode crer em Jesus, o Deus que se fez humano, o tipo de situação impossível, em que tudo se volta para uma única coisa, isto é, a palavra de Jesus. Pedro tem de saltar do barco e andar sobre as águas revoltas a fim de vivenciar isso e, assim, perceber sua impotência diante da onipotência de seu Senhor. Se não tivesse descido daquele barco, não teria aprendido a ter fé. A situação completamente impossível e eticamente irresponsável — no caso essa sobre o mar revolto — teve de ser criada para que a fé se tornasse possível. O caminho para a fé passa pela obediência ao chamado de Cristo. Esse passo é fundamental, do contrário o chamado de Jesus se perde no vazio e, com ele, todo suposto discipulado; sem esse passo ao qual Jesus chama, torna-se entusiasmo enganoso.

É grande a dificuldade para se diferenciar uma situação em que a fé é possível de outra em que ela não o é. Em primeiro lugar, é preciso ficar muito claro que nunca se pode reconhecer ou descobrir na própria situação de que natureza ela é. Somente o chamado de Jesus a classifica como situação em que a fé é possível. Em segundo lugar, a situação em que a fé é possível nunca é criada pelo ser humano. O discipulado não é uma oferta criada pelo ser humano; apenas o chamado é capaz de criar essa situação. Em terceiro lugar, essa situação nunca contém em si um valor próprio; ela se justifica somente pelo

chamado. Por último e principalmente, também essa situação em que a fé é possível sempre e somente se torna possível na fé.

O conceito de situação em que a fé se torna possível nada mais é que a paráfrase da circunstância em que os dois enunciados seguintes não só têm validade, como são igualmente verdadeiros: *Só o que crê é obediente*, e *Só o obediente é que crê*.

Trata-se de uma perda significativa da fidelidade à Bíblia quando se expressa o primeiro enunciado sem o segundo. Só o que crê é obediente — é assim que queremos entender. Dizemos que a obediência resulta da fé, assim como todo bom fruto vem de uma árvore boa. Primeiro é a fé, e só então a obediência. Caso se queira comprovar que a justificação vem pela fé somente, sem a necessidade do ato de obediência, estaríamos, na verdade, diante da premissa necessária e irrefutável de tudo o mais. Se, com isso, queira se estabelecer alguma ordem cronológica em que primeiro se tem fé e só depois se exige obediência, estariam, portanto, fé e obediência separadas uma da outra, e isso daria margem à pergunta de natureza patentemente prática: quando devemos começar a obedecer? Assim, a obediência fica separada da fé. Por causa da justificação, a fé e a obediência devem ficar separadas uma da outra, mas essa separação não deve jamais destruir a unidade de ambas, que reside no fato de a fé só existir na obediência, e nunca sem a obediência, e de que a fé é tão somente fé no ato da obediência.

Por causa da impropriedade do discurso da obediência como consequência da fé, e para chamar a atenção à unidade indissolúvel entre fé e obediência, deve-se acrescentar à ideia “Só o que crê é obediente” um segundo enunciado: “Só o obediente é que crê”. Se, na primeira, a fé é premissa da obediência, na segunda, a obediência é premissa da fé. Exatamente da mesma forma que a obediência é considerada consequência da fé, também deve ser considerada premissa da fé.

Só o obediente é que crê. É preciso praticar a obediência a uma ordem concreta, a fim de que possa haver fé. Um primeiro passo no caminho da obediência tem de ser dado, para que a fé não se transforme em ilusão piedosa imposta pelo próprio indivíduo, ou seja, em graça barata. Tudo depende do primeiro passo, que se diferencia qualitativamente de todos os que vêm na sequência. O primeiro passo de obediência exige que Pedro deixe as redes para trás e salte do barco; exige que o jovem abandone sua riqueza. A fé só se torna possível nessa nova existência que a obediência criou.

Esse primeiro passo, portanto, deve ser visto como a obra externa que consiste na troca de um modo de existência por outro. Tal passo qualquer um pode dar; o ser humano é livre para isso. É um ato possível no âmbito da *justitia civilis* [justiça civil], em que o ser humano é livre. Pedro não pode converter a si mesmo, mas pode deixar as redes para trás. Essencialmente, exige-se, nos Evangelhos, com o primeiro passo, um ato que comprometerá o resto da vida do indivíduo. A Igreja Romana ordenava esse passo apenas como possibilidade extraordinária da vida monástica, enquanto para os demais crentes bastaria a disposição de se submeter incondicionalmente à Igreja e a seus preceitos. A importância desse primeiro passo também é reconhecida de modo significativo nos escritos confessionais luteranos: uma vez afastado fundamentalmente o perigo de um mal-entendido sinergístico, pode-se e deve-se dar espaço àquele primeiro ato externo que não se pode deixar de fazer no caso da fé, isto é, o passo em direção à Igreja, onde a mensagem da salvação é proclamada. Esse passo pode ser dado com toda a liberdade.

Venha para a Igreja! É por meio de sua liberdade humana que você pode fazê-lo. Pode sair de casa aos domingos e ir para o culto. Se não o fizer, por livre vontade afasta-se do local onde a fé é possível. Assim, os escritos confessionais luteranos revelam ter conhecimento de que existe uma situação em que a fé é possível, e outra em que ela não o é. Embora fique bem escondido esse conhecimento, quase como se fosse motivo de vergonha, ele continua disponível como conhecimento sobre o significado do primeiro passo na qualidade de ato externo.

Assegurado esse conhecimento, é necessário dizer, em segundo lugar, que o primeiro passo, ato de todo externo, é e continuará a ser obra inútil da lei e que, em si, jamais conduz a Cristo. Como ato externo, a nova existência permanece tal qual a anterior; na melhor das hipóteses, tornar-se-á uma nova lei existencial, um novo estilo de vida, mas que nada tem a ver com a nova vida em Cristo. O bêbado que renuncia ao álcool e o rico que distribui seu dinheiro libertam-se do álcool e do dinheiro, mas não de si mesmos. Não conseguem livrar-se da escravidão de si próprios, e provavelmente continuam mais escravos que antes. O que foi feito anteriormente ainda exerce poder sobre eles. Embora seja inegociável essa renúncia ao que se fez antes, ela não basta para afastar o discípulo da morte, da desobediência e da impiedade. Se, por acaso, entendermos nosso primeiro passo como premissa da graça, da fé, então já seremos declarados culpados por nossas próprias obras e totalmente excluídos da graça. Assim, tudo que costumamos chamar de convicção, boa intenção, tudo que a Igreja Romana chama de *facere quod in se est* [faça o que está ao seu alcance], está incluído na obra externa. Se dermos o primeiro passo com a intenção de nos colocarmos numa situação em que a fé se torna possível, então essa possibilidade de crer nada mais é que uma obra, uma nova possibilidade de vida no âmbito da antiga existência; desse modo, por ser completamente mal entendida, continuamos na descrença.

Todavia, é necessário que essa obra externa seja realizada, e temos de nos colocar na situação em que a fé se torna possível. Precisamos dar esse passo. O que isso significa? Significa que só daremos esse passo corretamente se o encararmos não como obra nossa que desejamos ver praticada, mas somente como aquilo que é praticado em obediência à palavra de Jesus Cristo, que para isso nos chama. Pedro sabe que não pode saltar do barco por sua vontade; seu primeiro passo já significaria seu afogamento, e portanto ele diz: “Manda-me ir ter contigo, por sobre as águas”, ao que Cristo responde: “Vem”. Assim, Cristo deve ter antes chamado, e só com base em sua palavra é que o passo pode ser dado. Esse chamado é sua graça, que chama da morte para a nova vida de obediência. Agora, porém, que Cristo chamou, cabe a Pedro saltar do barco para ir até ele. Na realidade, portanto, o primeiro passo da obediência já é um ato de fé na palavra de Cristo. Mas a fé seria completamente mal entendida como fé se, a partir disso, se chegasse à conclusão de que o primeiro passo não é mais necessário, pois a fé já está ali, de qualquer modo. Em contraponto a isso, deve-se ousar dizer o enunciado: primeiro, é preciso dar o passo da obediência, antes mesmo que possa haver fé. O desobediente não pode crer.

Você se queixa de não poder ter fé? Ninguém deve se surpreender de não poder crer enquanto deliberadamente se recusar ou se opuser, em alguma circunstância, a aceitar o mandamento de Jesus. Não quer submeter a esse mandamento uma paixão pecaminosa, uma inimizade, uma esperança, os planos de sua vida, a razão? Não se surpreenda se não receber o Espírito Santo, se não conseguir orar, se suas

preces por fé caírem no vazio! Vá, antes, a seu irmão e faça as pazes com ele, abandone o pecado que o mantém cativo, e poderá crer novamente! Se rejeitar a palavra de ordem de Deus, também não receberá sua palavra de graça. Como é que quer encontrar a comunhão daquele de quem você propositadamente foge e com quem evita tratar de qualquer assunto? O desobediente não pode crer; só o obediente é que crê.

É assim que o chamado da graça de Jesus Cristo ao discipulado torna-se lei severa: Faça isto! Abandone aquilo! Salte do barco e venha até Jesus! Àquele que usa sua fé ou sua falta de fé como desculpa de sua desobediência efetiva ao chamado, Jesus diz: Primeiro, seja obediente, pratique o ato externo, deixe para trás o que o prende, abandone o que o separa da vontade de Deus! Não diga que não tem fé para isso; você não a terá enquanto permanecer na desobediência, enquanto não quiser dar o primeiro passo. Não diga: Eu já tenho fé, portanto não preciso mais dar o primeiro passo. Você não tem fé enquanto não der esse primeiro passo e porque não quer dá-lo; além disso, porém, também porque persiste na falta de fé que se esconde detrás da aparência de uma fé humilde. É maldosa artimanha responsabilizar a falta de obediência pela falta de fé, e a falta de fé, pela falta de obediência. A desobediência do "crente" ocorre justamente ao confessar sua falta de fé no instante mesmo em que a obediência lhe é exigida, e ao barganhar sutilmente com essa confissão (Mc 9.24). Se você crê, dê o primeiro passo; ele conduz a Jesus Cristo! Se não crê, dê igualmente o passo; é assim que lhe foi ordenado! Não se aplica a você a questão sobre fé ou falta de fé, mas sim a obediência que lhe foi ordenada e de imediato deve ser cumprida. Nela está a situação em que a fé se torna possível e existe de fato.

Portanto, não existe *algo* em que você pode crer, mas é Jesus Cristo que cria para você a situação em que a fé se lhe torna possível. É necessário chegar a essa situação, para que a fé seja fé verdadeira, e não ilusão autoimposta. Justamente por se tratar só da verdadeira fé em Jesus Cristo, por só a fé ser o único objetivo, agora e sempre ("de fé em fé", Rm 1.17), é que essa situação é indispensável. Quem contestar isso de modo rápido e demasiado protestante deve perguntar a si próprio se não é a graça barata que ele defende; pois, na realidade, os dois enunciados, se postos lado a lado, não se tornarão obstáculo para a fé verdadeira; mas, se compreendidos separadamente, tornam-se impedimento ainda maior para ela. Só o que crê é obediente — diz-se ao obediente em situação de fé. Só o obediente é que crê — diz-se ao crente em situação de obediência. Isolando o primeiro enunciado, o crente será entregue à graça barata, isto é, à condenação. Isolando o segundo enunciado, o crente será entregue às obras, ou seja, também à condenação.

A partir deste ponto, abordemos um pouco do trabalho pastoral. É extremamente importante, para quem exerce esse ofício, que suas palavras sejam fundamentadas no conhecimento dos dois enunciados. Para ele, deve estar claro que a queixa sobre a falta de fé resulta, muitas vezes, da desobediência consciente, ou já inconsciente, e que a essa desobediência corresponde facilmente o consolo da graça barata. Contudo, a desobediência permanece intacta, e a mensagem da graça serve de consolo com o qual o próprio desobediente alivia seu sofrimento e torna-se o perdão dos pecados que ele outorga a si mesmo. A pregação, porém, torna-se vazia, e ele já não a ouve. E, mesmo que perdoe os próprios pecados

milhares de vezes, não poderá crer no perdão verdadeiro, pois este, na verdade, nunca lhe foi dado. A falta de fé alimenta-se da graça barata porque deseja persistir na desobediência. É essa uma situação frequente no trabalho pastoral de nossos dias. Resulta daí que, ao outorgar a si mesmo o perdão dos pecados, o indivíduo persiste na desobediência e, desse modo, alega não poder conhecer o bem e o mandamento de Deus, por considerá-los questões ambíguas, que permitem interpretações diversas. A consciência da desobediência, a princípio muito clara, turva-se cada vez mais, até finalmente tornar-se pura obstinação. Nesse ponto, o próprio desobediente enredou-se e emaranhou-se de tal modo que já não *pode* ouvir a Palavra. Com efeito, a fé se torna impossível. Ocorrerá, então, entre o obstinado e o pastor o provável diálogo: "Não consigo ter fé." "Escute a palavra, ela lhe é anunciada!" "Eu a escuto, mas ela nada significa para mim, parece-me vazia, entra por um ouvido e sai pelo outro." "Você não quer ouvir." "Claro que quero." Chega-se, assim, ao ponto em que o diálogo é interrompido, porque o pastor já não sabe o que dizer. Conhece apenas aquele enunciado: só o que crê é obediente. E esse enunciado não é suficiente para ajudar o desobediente obstinado que não tem nem pode ter essa fé. O pastor parece estar diante do maior dos enigmas: Deus dá a fé a alguns, e a nega a outros. Com isso, desiste de curar a alma do obstinado, que acaba por isolar-se e, conformado, lamenta sua aflição. Mas é justamente esse o ponto mais importante da conversa, em que deve haver uma mudança radical. Nesse momento, abandona-se a argumentação, e as perguntas e aflições do descrente passam a não ser mais levadas tão a sério. Agora, o que se levará cada vez mais a sério é aquele que tenta se esconder detrás de suas perguntas e aflições. Oportunidade, portanto, para destruir a fortaleza que o obstinado construiu para defender-se, usando o enunciado "só o obediente é que crê". Assim, a conversa é interrompida, e o pastor prossegue dizendo: "Você é desobediente, recusa a obediência a Cristo, quer preservar para si um pouco de controle. Não consegue ouvir a Cristo porque é desobediente, não consegue ter fé na graça porque não quer obedecer. Você se agarra a algum lugar de seu coração contra o chamado de Cristo. Sua aflição é seu pecado". Agora, o próprio Cristo entra em cena e ataca o demônio que se alojava no outro e que, até então, se escondia por detrás da graça barata. Agora, tudo depende de o pastor ter engatilhado, para uso imediato, os dois enunciados: só o obediente é que crê, e só o que crê é obediente. Em nome de Jesus, o pastor tem de chamar à obediência, ao ato, à realização do primeiro passo. "Abandone o que o prende e siga-o!" Nesse momento, tudo depende desse passo. A posição assumida pelo desobediente tem de ser derrubada, pois nela Cristo não pode ser ouvido. O fugitivo tem de sair do esconderijo que construiu para si próprio; somente lá fora ele pode ver, ouvir, crer novamente como um ser humano livre. É verdade que, diante de Cristo, nada se ganhe por a obra ter sido realizada, pois, em si, é apenas obra inócua. Mesmo assim, Pedro teve de saltar do barco e andar sobre o mar revolto para que pudesse crer.

Em resumo, a verdade é esta: por meio do enunciado "só o que crê é obediente", o ser humano envenenou-se com a graça barata. Persiste na desobediência e consola-se no perdão que ele a si mesmo outorga, fechando-se assim à Palavra de Deus. O ataque à fortaleza fracassa enquanto se continuar a repetir esse enunciado atrás do qual ele se esconde. Tem de haver uma mudança; o outro, o obstinado, tem de ser chamado à obediência: só o obediente é que crê!

Será que, assim, alguém pode acabar desencaminhado para o caminho das obras? De maneira nenhuma: mostrando-lhe que sua fé não é fé, ele será liberto do emaranhado em que se encontra. Ele tem de ser liberto para poder tomar a decisão e, assim, o chamado de Jesus à fé e ao discipulado tornar-se audível novamente para ele.

Com essa discussão, entramos no âmago da história do jovem rico.

> E eis que alguém, aproximando-se, lhe perguntou: Mestre, que farei eu de bom, para alcançar a vida eterna? Respondeu-lhe Jesus: Por que me perguntas acerca do que é bom? Bom só existe um. Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos. E ele lhe perguntou: Quais? Respondeu Jesus: Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não dirás falso testemunho; honra a teu pai e a tua mãe e amarás o teu próximo como a ti mesmo. Replicou-lhe o jovem: Tudo isso tenho observado; que me falta ainda? Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu; depois, vem e segue-me. Tendo, porém, o jovem ouvido esta palavra, retirou-se triste, por ser dono de muitas propriedades.
>
> Mateus 19.16-22

A pergunta do jovem sobre a vida eterna é a pergunta sobre a salvação, a única pergunta séria que se pode fazer. Mas não é fácil fazê-la corretamente. Isso se comprova no fato de que o jovem, ao fazer essa pergunta decisiva, desejava, na verdade, perguntar algo bem diferente e que efetivamente foge do verdadeiro problema. Sim, ele dirige sua indagação ao "Mestre". Deseja ouvir a opinião, o conselho, o juízo do "Mestre", do grande doutrinador, a respeito dessa pergunta. Com isso, revela duas coisas: primeiro, que, a seu ver, a pergunta é extremamente importante, e Jesus *deve* ter algo de significativo a dizer sobre isso. Em segundo lugar, porém, espera que o "Mestre", o grande doutrinador, faça uma declaração importante, mas não espera por uma ordem divina que imponha uma ação. Para o jovem, a pergunta sobre a vida eterna é algo sobre o que ele deseja conversar e discutir com o "Mestre". Mas, logo de início, as palavras de Jesus desarticulam suas intenções: "Por que me perguntas acerca do que é bom? Bom só existe um". A pergunta já revelou seu coração. Ele viera para conversar sobre a vida eterna com o bom rabino, mas, na verdade, percebe, com essa pergunta, que não se encontra diante de um "Mestre" humano, mas perante o próprio Deus. Portanto, não receberá resposta alguma do Filho de Deus que não aponte um caminho claro para o mandamento do Senhor Único. Não receberá a resposta de algum "Mestre" que meramente acrescente uma opinião pessoal à vontade já revelada de Deus. Jesus remete ao único bom Deus, demonstrando assim ser o Filho perfeitamente obediente do Pai. Se, portanto, aquele que pergunta está ele próprio diante de Deus, está sendo imediatamente desmascarado como quem foge ao mandamento revelado, do qual já tinha conhecimento. O jovem conhece os mandamentos; mas, não se satisfazendo com eles, tenta deles se esquivar. Sua pergunta revela uma piedade fantasiosa que ele mesmo escolheu para si. Por que não se dá por satisfeito com o mandamento revelado? Por que age como se já não soubesse, há muito, qual é a resposta à sua pergunta? Por que pretende culpar Deus por sentir-se deixado na ignorância com relação a essa questão decisiva da vida? Assim, o jovem já está preso e a ponto de ser julgado perante o tribunal. Partindo dessa pergunta descompromissada sobre a salvação, ele é chamado de volta à obediência aos mandamentos revelados.

Segue uma segunda tentativa de fuga. A resposta do jovem é outra pergunta: "Quais?". Nela oculta-se o próprio Satanás. Era a única possibilidade de fuga para quem se via assim preso. Claro que o jovem

conhecia os mandamentos; mas quem poderia dizer qual deles lhe seria o mais adequado naquele momento? A revelação dos mandamentos é ambígua e obscura, diz o jovem. Ele não vê os mandamentos; vê apenas a si próprio, seus problemas, seus conflitos. Dá às costas ao mandamento patente de Deus e volta-se para o âmbito interessante, inegavelmente humano, do "conflito ético". Não que seja falso seu conhecimento desse conflito, mas é errado fazer uso dele para contrariar os mandamentos de Deus. Os mandamentos, aliás, foram revelados exatamente para pôr fim ao conflito ético. O conflito ético como consequência ética primordial do ser humano após a queda representa, ele próprio, a oposição do ser humano a Deus. Foi a serpente que, no Paraíso, plantou esse conflito no coração do primeiro ser humano. "É assim que Deus disse?" (Gn 3.1). O ser humano é afastado do mandamento claro e da obediência simples e infantil pela dúvida ética que insinua que o mandamento ainda carece de explanação e interpretação. "É assim que Deus disse?" O próprio ser humano teria de decidir o que é bom, embasado em seu conhecimento do bem e do mal e ouvindo a voz da consciência. O mandamento teria, assim, múltiplos sentidos, e a vontade de Deus seria que o ser humano o interpretasse e o explicasse e decidisse em liberdade.

Desse modo, já se recusou a obediência ao mandamento. Em lugar da ação simples, surgiu o pensamento dúplice. O ser humano de consciência livre gloria-se contra o filho da obediência. O apelo ao conflito ético é a recusa da obediência; é o retorno da realidade divina para a possibilidade humana, da fé para a dúvida. Assim, ocorre o inesperado: a pergunta mesma pela qual o jovem procura mascarar sua desobediência desvenda-o como ele verdadeiramente é: um indivíduo sob o pecado. Essa revelação consuma-se por meio da resposta de Jesus. Ao enumerar os mandamentos revelados de Deus, ele os atualiza, confirmando-os, portanto, como mandamentos de Deus. Uma vez mais, o jovem é revelado no confronto. Esperava escapar por meio de uma conversa sem compromisso a respeito da vida eterna, na esperança de que Jesus lhe oferecesse uma solução para os conflitos éticos. Em vez disso, não se discute mais a pergunta; o assunto agora é o próprio jovem. A única resposta ao problema do conflito ético é o próprio mandamento de Deus e, com ele, a exigência, agora indiscutível, da obediência. O diabo somente tem uma solução a oferecer para o conflito ético, que é a seguinte: continue perguntando e, desse modo, estará desobrigado de obedecer. Jesus não tem como alvo o problema do jovem, mas o próprio jovem. Tampouco leva tão a sério o conflito ético que, para o jovem, é dos mais preocupantes. Para Jesus, só uma coisa importa, a saber, que o jovem finalmente ouça o mandamento e obedeça. É exatamente aí, onde o conflito ético requer ser levado a sério, onde atormenta e subjuga o ser humano, porque o impede de chegar ao ato libertador da obediência, é precisamente nesse ponto que toda a sua incrédula impiedade deve ser desmascarada como desobediência definitiva. Séria é apenas a ação obediente que põe fim ao conflito e o destrói, libertando-nos para sermos filhos de Deus. É a esse diagnóstico divino que o jovem é apresentado.

Por duas vezes o jovem foi confrontado com a verdade da Palavra de Deus. Não pode mais fugir do mandamento de Deus; está claro, o mandamento é evidente, e *deve* ser obedecido! Porém — isso ainda não é suficiente! "Tudo isso tenho observado; que me falta ainda?" Ao responder dessa forma, o jovem se mostra convencido de sua sinceridade, como estivera a respeito de suas preocupações anteriores. É

justamente aí que reside sua obstinação contra Jesus. Ele conhece os mandamentos e os tem observado, mas põe em dúvida que constituam toda a vontade de Deus; deve haver algo mais, algo extraordinário, especial, e é isso que ele deseja cumprir. O mandamento revelado de Deus é incompleto, diz o jovem rico, na derradeira tentativa de fugir do verdadeiro mandamento, de afirmar sua autossuficiência e, portanto, de poder decidir por conta própria sobre o bem e o mal. O mandamento, então, é reafirmado, mas, ao mesmo tempo, é atacado frontalmente. “Tudo isso tenho observado; que me falta ainda?” Aqui, o evangelho de Marcos acrescenta: “E Jesus, fitando-o, o amou...” (Mc 10.21). Jesus reconhece que o jovem se fechou, desesperançado, à palavra viva de Deus, que ele, com toda a seriedade, com todo o seu ser, se revoltou contra o mandamento vivo, contra a obediência simples. Ele quer ajudar o jovem, pois o ama. Assim, dá-lhe uma última resposta: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu; depois, vem e segue-me”.

Na resposta ao jovem, deve-se observar três circunstâncias. A *primeira*: agora é o próprio Jesus que ordena, o mesmo Jesus que havia pouco apontara ao jovem não o “Mestre”, mas o único que é bom, Deus; passa a fazer uso da autoridade de dizer a última palavra e mandamento. O jovem precisa reconhecer que diante dele está o Filho de Deus. Foi essa condição de Jesus, oculta ao jovem, que lhe permite apontar para o Pai, revelando a perfeita união entre o Filho e o Pai. É essa mesma união que dá legitimidade para que Jesus pronuncie o mandamento do Pai. Isso deve ter ficado muito claro para o jovem, quando ouviu o chamado de Jesus ao discipulado. Aí está a súmula de todos os mandamentos: o jovem deve viver em comunhão com Cristo, o Cristo que é a finalidade dos mandamentos, o Cristo que está diante dele e o chama. Já não é possível fugir para a ilusão do conflito ético. O mandamento é claro: “Siga-me”.

A *segunda circunstância*: o chamado ao discipulado necessita ainda de esclarecimentos, a fim de haver total clareza. É preciso impedir que o jovem novamente procure interpretar o discipulado como uma aventura ética, como uma possibilidade, um estilo de vida extremamente interessante, mas revogável, se a ocasião assim exigir. O discipulado, portanto, continuaria mal interpretado se o jovem o visse como o desfecho de suas ações e questionamentos, um acréscimo ao que veio antes, um complemento e acabamento, uma melhoria do que se realizara até então. Para que não reste dúvidas, é necessário criar uma situação que impossibilite o voltar atrás, isto é, uma situação irrevogável que, ao mesmo tempo, esclareça que não se trata, em hipótese alguma, de um mero acréscimo ao que já se havia feito. Essa situação da qual não se pode fugir foi criada com o chamado de Jesus à pobreza voluntária. É a circunstância existencial, o aspecto pastoral do episódio. O objetivo é ajudar o jovem a enfim entender corretamente e a obedecer perfeitamente. A situação nasce do amor de Jesus por aquele jovem. É apenas o elo entre o caminho que o jovem até então percorrera e o discipulado. Mas atenção: ela não se equivale ao discipulado propriamente dito, e também não é o primeiro passo no discipulado, mas sim a obediência dentro da qual o discipulado pode efetivamente se realizar. *Primeiro*, o jovem deve sair e vender tudo que possui e doá-lo aos pobres, e apenas *depois* seguir para o discipulado. A finalidade é o discipulado, e o caminho para o discipulado, nesse caso, é o da pobreza voluntária.

A *terceira circunstância*: à pergunta do jovem sobre o que ainda lhe falta, Jesus assim responde: “Se queres ser perfeito...”. Isso poderia dar a impressão de que se trata, afinal, de um acréscimo ao que ele até então já havia realizado. E não deixa de ser um acréscimo, mas é um no qual já está incluída a anulação do que se realizara no passado. O jovem, até então, não era perfeito, pois não só entendera mal, como também cumprira mal os mandamentos. É só agora, no discipulado, que pode entender e cumpri-los corretamente, porque Jesus Cristo o chamou para isso. Ao responder à pergunta do jovem, Jesus a tira das mãos dele. O jovem lhe perguntara sobre o caminho para a vida eterna, e Jesus responde: Eu o chamo; isso é tudo.

O jovem procurava uma resposta à sua pergunta. A resposta é: Jesus Cristo. O jovem desejava ouvir a palavra do “Mestre” e, agora, reconhece que essa palavra é o próprio homem a quem perguntara. O jovem está diante de Jesus, o Filho de Deus, e esse é o encontro pleno. Nessa situação, há apenas “sim” ou “não”, obediência ou desobediência. A resposta do jovem é “não”. Triste, foi embora dali, desiludido e enganado em sua esperança, incapaz de desvencilhar-se do passado. Ele tinha muitos bens. O chamado ao discipulado não revela, aqui, nenhum outro significado além do próprio Jesus Cristo, o compromisso e a comunhão com ele. No entanto, a existência do discípulo não consiste na adoração entusiástica de um bom mestre, mas, isto sim, na obediência ao Filho de Deus.

A história do jovem rico tem sua exata paralela na introdução à parábola do bom samaritano.

> E eis que certo homem, intérprete da lei, se levantou com o intuito de pôr Jesus à prova e disse-lhe: Mestre, que farei para herdar a vida eterna? Então, Jesus lhe perguntou: Que está escrito na Lei? Como interpretas? A isto ele respondeu: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Então, Jesus lhe disse: Respondeste corretamente; faze isto e viverás. Ele, porém, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: Quem é o meu próximo?
>
> Lucas 10. 25-29

A pergunta do intérprete da lei é idêntica à do jovem. Neste caso, porém, constata-se, desde o início, que na verdade se trata de uma armadilha. Para o ardiloso intérprete, a resposta já está clara antecipadamente; ela deveria culminar no dilema do conflito ético. A resposta de Jesus é igualmente idêntica àquela dada ao jovem. O homem que pergunta no fundo já sabe a resposta, mas, ao perguntar, quer esquivar-se à obediência ao mandamento de Deus. Resta-lhe somente a informação: “faze isto e viverás”.

Assim procedendo, Jesus desqualifica o intérprete da lei. Ainda há, porém, como na situação do jovem rico, a possibilidade de fuga para o conflito ético por meio de outra pergunta: “Quem é o meu próximo?”. Desde então, ao longo dos tempos, a pergunta do ardiloso intérprete, aparentemente ingênua e ignorante mas de fato traiçoeira, vem sendo repetida inúmeras vezes, fazendo-se passar de pergunta séria e racional de um ser humano que busca o conhecimento. Verdade seja dita, seu contexto não foi adequadamente interpretado. Toda a história do bom samaritano constituí, de fato, uma ação de defesa de Jesus contra essa pergunta satânica, destruindo-a ao mesmo tempo. Trata-se de pergunta sem fim e sem resposta. Ela surge do indivíduo que “é enfatuado, nada entende, mas tem mania por questões e contendas de palavras, de que nascem inveja, provocação, difamações, suspeitas malignas” (1Tm 6.4). É uma pergunta dos

arrogantes “que aprendem sempre e jamais podem chegar ao conhecimento da verdade”, que “tendo forma de piedade, [negam-lhe], entretanto, o poder” (2Tm 3.5). São os incapazes de crer, que fazem perguntas porque “têm cauterizada a própria consciência” (1Tm 4.2), porque não conseguem ser obedientes à Palavra de Deus. “Quem é o meu próximo?” Existe uma resposta a essa pergunta, se é meu irmão na carne, meu conterrâneo, meu vizinho ou meu inimigo? Não se poderia afirmar ou negar tanto uma coisa como outra, com o mesmo direito? O resultado de tal pergunta não é o dilema e a desobediência? Sim, essa pergunta é a revolta contra o próprio mandamento de Deus. É meu desejo ser obediente, mas Deus não me diz como fazê-lo. O mandamento de Deus é ambíguo, deixa-me em eterno conflito eterno. A pergunta: “O que devo fazer?” foi o primeiro engano. A resposta é: Obedeça ao mandamento que você conhece. Não fique perguntando, mas faça! A pergunta: “Quem é o meu próximo?” é a pergunta derradeira do desespero ou da autoconfiança com a qual o desobediente se justifica. A resposta é: Você mesmo é seu próximo. Vá e seja obediente em seu ato de amor. Ser próximo não é qualidade do outro, mas é o direito que o outro tem sobre mim; nada mais que isso. A todo momento, em toda situação, sou chamado a agir; é de mim que se exige obediência. Literalmente, não resta tempo para questionar sobre a qualificação do outro. Tenho de agir e tenho de obedecer, sou eu quem deve ser o próximo para o outro. E, então, você pergunta mais uma vez, aterrorizado, se não deveria primeiro ter conhecimento e refletir sobre como agir — quanto a isso, só há uma resposta: Eu não posso saber e refletir a não ser na própria ação, pois já de início me reconheço como sendo aquele que foi chamado. Só posso aprender o que é obediência enquanto obedeço, e não ao fazer perguntas. É só na obediência que posso reconhecer a verdade. O chamado de Jesus atinge o conflito da consciência e do pecado e nos liberta para a simplicidade da obediência. O jovem rico foi chamado por Jesus à graça do discipulado; já o ardiloso intérprete da lei foi mandado de volta ao mandamento.

3

A obediência simples

Quando Jesus exigiu do jovem rico que se tornasse voluntariamente pobre, este se viu diante da escolha entre obedecer ou não obedecer. Não havia alternativa. Quando Jesus pediu a Levi que abandonasse a coletoria e a Pedro que deixasse as redes para trás, eles não tiveram dúvida da seriedade do chamado. Tinham de abandonar tudo e segui-lo. Quando Pedro foi chamado para saltar do barco e andar sobre o mar revolto, ele *teve* de se levantar e ousar dar aquele passo. Em todos esses chamados, a única coisa que se exigia era que confiassem totalmente na palavra de Jesus e a considerassem terra mais firme que qualquer segurança do mundo. As forças que, na época, buscavam interpor-se entre a palavra de Jesus e a obediência eram tamanhas, como são hoje. A razão, a consciência, a responsabilidade, a devoção religiosa e, até mesmo, a lei e o princípio escriturístico se opunham, a fim de impedir tais atos extremos, tal "fanatismo". Mas o chamado de Jesus a tudo superou e a tudo impôs a obediência. Era a própria palavra de Deus, e exigia-se obediência total.

Se, hoje, Jesus Cristo usasse as Escrituras Sagradas para falar assim com um de nós, provavelmente argumentaríamos: É verdade que a ordem de Jesus é muito clara, mas, quando Jesus ordena algo, entendo que ele nunca exige obediência legalista, mas apenas uma coisa, isto é, que eu tenha fé. Minha fé, contudo, não guarda relação com pobreza ou riqueza, nem com qualquer coisa semelhante; pelo contrário, tendo fé, posso ser tanto rico como pobre. A questão não é possuir bens; posso até possui-los, mas devo viver como se não os possuísse; tenho de sentir-me, em meu íntimo, livre de tais bens, não permitindo que meu coração se apegue a minha riqueza. Quando Jesus diz: "Vende os teus bens!", é isto que quer dizer: Na verdade, você não tem que de fato cumprir essa ordem, mas sim, não deve ostentar os bens que possui. Pode até ficar com eles, mas viva como se não os possuísse. Não deixe que seu coração se apegue a eles. Assim, nossa obediência à palavra de Jesus consistiria na negação da obediência simples conforme prescrita, a fim de sermos obedientes "na fé". Distinguimo-nos, com isso, do jovem rico. É muito provável que ele, triste como está, não consiga se tranquilizar dizendo a si próprio: Prefiro continuar rico, apesar da palavra de Jesus, mas quero, em meu íntimo, libertar-me de meus bens e consolar-me, em toda a minha insuficiência, no perdão de meus pecados e, pela fé, ter comunhão com Jesus. Em vez de se tranquilizar, afastou-se entristecido, não obedeceu e, para completar, perdeu a fé. Nisso tudo, o jovem foi muito sincero. Separou-se de Jesus e, de fato, sua sinceridade guardava uma promessa maior que qualquer comunhão aparente com Jesus fundamentada na desobediência. Percebe-se claramente, na opinião de Jesus, que o jovem não conseguiria se libertar, no íntimo, de sua riqueza. É provável que, por ser um jovem sério e esforçado, já tivesse inúmeras vezes tentado se desfazer de seus bens. Seu fracasso se comprova no fato de que, no momento decisivo, ele se recusa a obedecer à palavra

de Jesus. Nota-se, portanto, a sinceridade do jovem. Em nossa argumentação, porém, distinguimo-nos totalmente do ouvinte bíblico da palavra de Jesus. Se Jesus disser a ele: “Deixe tudo para trás e siga-me; abandone profissão, família, nação e a casa de seu pai”, saberá ele que, para tal chamado, só há uma resposta: a resposta da obediência simples, a única resposta possível porque é exatamente na obediência que se dá a promessa da comunhão com Jesus. Nós, porém, diríamos: Embora o chamado de Jesus sem dúvida deva ser levado a sério, a verdadeira obediência consiste justamente em não abandonar a profissão, ficar junto à família e servir a Jesus onde estou, em verdadeira liberdade interior. Portanto, quando Jesus proclama: “Para fora!”, entendemos: Permaneça com a família, permaneça em seu trabalho! — e ali permanecemos, mas como se, no íntimo, tivéssemos saído. Ou então, quando Jesus diz: “Não andeis ansiosos”; entendemos: É claro que devemos nos preocupar e trabalhar para o sustento da família e o nosso próprio sustento; qualquer outra atitude seria uma irresponsabilidade. No íntimo, porém, temos de estar livres de tais preocupações. E, se Jesus dissesse: “A qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra”; entenderíamos: É justamente na luta e no revide que o ser humano se engrandece no verdadeiro amor ao próximo. Por fim, se Jesus dissesse: “Buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino”, entenderíamos: É claro que, antes disso, devemos buscar uma infinidade de outras coisas. Afinal, como poderíamos sobreviver? O que se pretenderia dizer, portanto, é que temos de investir toda a boa vontade de nosso íntimo no reino de Deus. Nesses exemplos todos, pode-se perceber uma mesma coisa, a saber, a anulação consciente da obediência simples e literal.

Como é possível tamanha inversão da palavra de Jesus? O que ocorreu para que a palavra de Jesus se tornasse sujeita a esse tipo de distorção e ficasse a mercê do escárnio do mundo? Em qualquer outro contexto onde ordens são dadas, as relações são claras. Quando um pai diz ao filho: “Vá para cama!”, a criança entende muito bem o que ele quer dizer. Entretanto, uma criança instruída numa teologia equivocada começaria a argumentar: Se papai diz: Vá para a cama, está querendo dizer que estou com sono; como ele não quer que eu esteja com sono, posso superar meu sono se eu for brincar. Portanto, embora papai diga: Vá para a cama!, na verdade ele quer dizer: Vá brincar! Usando tal argumentação, tanto a criança, em relação ao pai, como o cidadão, em relação às autoridades, seriam confrontados com uma linguagem muito evidente, que é a linguagem da punição. Somente em relação às ordens de Jesus as coisas se passam de outra maneira. Nelas, a obediência simples acaba por se transformar em desobediência. Como isso é possível?

Tal inversão é possível porque a argumentação invertida se baseia, com efeito, em algo totalmente correto. A ordem de Jesus ao jovem rico, o chamado à situação em que a fé se torna possível, tem, de fato, um só objetivo: o de chamar o ser humano à fé em Jesus, ou seja, à comunhão com ele. Afinal, nada depende desta ou daquela ação humana; ao contrário, tudo depende da fé em Jesus como Filho de Deus e seu Mediador. Nada depende, na verdade, de pobreza ou riqueza, de casamento ou celibato, de ter uma profissão ou não; tudo depende da fé. Até aqui, nenhum problema; é possível crer em Cristo na riqueza e na posse de bens mundanos, crer de tal forma que possuamos os bens como se não os possuíssemos. Todavia, essa é uma possibilidade última da existência cristã, uma possibilidade inserida na solene expectativa da volta iminente de Cristo, não sendo a possibilidade mais próxima nem a mais simples. A

interpretação contraditória dos mandamentos tem sua legitimidade cristã, mas jamais poderá servir à anulação da interpretação simples desses mandamentos. Só quem já se confrontou, em algum momento da vida, com a interpretação simples e que, assim, está na comunhão de Jesus, no discipulado e na expectativa do fim, é que possui tal direito e possibilidade. Essa é a possibilidade mais difícil de todas; além disso, é, do ponto de vista humano, uma possibilidade quase impossível essa de interpretar o chamado de Jesus de forma contraditória. Por isso, ela corre sempre o risco maior de tornar-se uma saída cômoda, uma fuga da obediência concreta. Quem não aceita que seria muito mais fácil interpretar com simplicidade e obedecer literalmente ao mandamento de Jesus — como, por exemplo, à ordem de Jesus, doar todos os bens em vez de mantê-los — não tem direito à interpretação contraditória da palavra de Jesus. É necessário, portanto, que a interpretação do mandamento de Jesus seja literal, isto é, a mais simples possível; apenas dessa maneira a interpretação contraditória é possível.

O chamado concreto de Jesus e a obediência simples têm um sentido irrevogável. Jesus chama a uma situação concreta em que a fé é possível; por isso, chama de forma tão concreta e assim também quer ser entendido, porque sabe que apenas na obediência concreta o ser humano se torna livre para crer.

Onde a obediência simples é, por princípio, eliminada, novamente a graça preciosa do chamado de Jesus se transforma em graça barata que serve à autojustificação. Cria-se aí, além disso, uma falsa lei, que dificulta para o ser humano ouvir o chamado concreto de Jesus. Essa falsa lei é a lei do mundo, à qual se opõe e corresponde a lei da graça. O mundo, neste caso, não é aquele que Cristo venceu e que, na comunhão com ele, temos de vencer diariamente; ao contrário, aqui o mundo torna-se lei rígida, irrevogável, torna-se um princípio. A graça, por sua vez, já não é dádiva do Deus vivo, pela qual somos separados do mundo e colocados na obediência a Cristo; ao contrário, passa a ser uma lei divina que se tornou vaga, aplicada apenas em casos especiais. A luta de princípios contra o “legalismo” da obediência simples cria, ela própria, a mais perigosa das leis, a lei do mundo e a lei da graça. A luta de princípios contra o “legalismo” da obediência simples é exatamente a que mais segue a lei à risca. As forças que atuam contra a obediência simples só são vencidas pela obediência verdadeira ao chamado gracioso de Jesus ao discipulado, no qual a lei é cumprida pelo próprio Cristo e por ele é anulada.

Onde a obediência simples é, por princípio, eliminada, introduz-se um princípio escriturístico não evangélico. O pré--requisito para a compreensão das Escrituras é a posse da chave que abre a porta de acesso a elas. A chave, no caso, não é o próprio Cristo vivo em julgamento e graça, e o uso dela não depende mais da vontade do Espírito Santo vivo; em vez disso, a chave para a compreensão das Escrituras é uma doutrina geral da graça, e nós mesmos fazemos uso dela à vontade. O problema do discipulado se revela aqui também como problema hermenêutico. Tem de ficar claro, para uma hermenêutica evangélica, que não é possível nos identificarmos diretamente com aqueles que foram chamados por Cristo; tais indivíduos das Escrituras pertencem à Palavra de Deus e, consequentemente, fazem parte do conteúdo da pregação. No sermão, não ouvimos apenas a resposta de Jesus à pergunta de um discípulo, pergunta que poderia ser a nossa, mas pergunta e resposta são, juntas, como palavra da Escritura, objeto da pregação. A obediência simples, portanto, estaria sendo mal compreendida do ponto de vista da hermenêutica, se nossa intenção é agir e obedecer como se fôssemos discípulos em pé de

igualdade com aqueles que foram chamados pelo próprio Jesus. O Cristo anunciado nas Escrituras é aquele que, em toda a sua Palavra, oferece a fé apenas ao que obedece e a obediência apenas ao que crê. Não devemos nem podemos ir além da palavra das Escrituras com o intuito de descobrir como os acontecimentos se deram; em vez disso, somos chamados ao discipulado pela palavra das Escrituras como um todo, exatamente porque não querermos que elas sejam violadas, no legalismo, por meio de um princípio, nem que se trate da doutrina da graça.

Continua válido, portanto, o fato de que a interpretação contraditória do mandamento de Jesus inclui a interpretação simples, justamente por não ser nosso intuito estabelecer uma lei, mas sim pregar a palavra de Cristo. Assim, torna-se quase desnecessário argumentar contra a suspeita de que talvez estivéssemos pensando que essa obediência simples fosse algum tipo de pré-requisito da fé, uma espécie de *facere quod in se est*, mérito especial do ser humano. A obediência ao chamado de Jesus não é, jamais, um ato dependente da vontade humana. Tampouco a doação de bens já é, em si, essa obediência exigida, mesmo porque poderia configurar um ato de desobediência a Jesus, ou seja, uma escolha de nossa própria vontade de um estilo de vida, de um ideal cristão, de um ideal franciscano de pobreza. Ao doar os bens, o ser humano poderia estar justamente afirmando a si próprio e a um ideal, e não ao mandamento de Jesus; isto é, não estaria se libertando, mas escravizando-se ainda mais. O passo para dentro dessa situação nunca é uma oferta do ser humano a Jesus; antes, é sempre a oferta graciosa de Jesus ao ser humano. Esse passo só é legítimo quando assim realizado, mas aí deixa de ser uma possibilidade de escolha da vontade humana.

> Então, disse Jesus a seus discípulos: Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. E ainda vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus. Ouvindo isto, os discípulos ficaram grandemente maravilhados e disseram: Sendo assim, quem pode ser salvo? Jesus, fitando neles o olhar, disse-lhes: Isto é impossível aos homens, mas para Deus tudo é possível.
>
> Mateus 19.23-26

Nota-se, pelo espanto dos discípulos diante da palavra de Jesus e da pergunta deles sobre quem então poderia ser salvo, que consideravam o caso do jovem rico não um fato isolado, mas um caso geral. Não perguntam: “Qual rico?”, mas em termos bem amplos: “Quem pode ser salvo?”, exatamente porque todos, incluindo os discípulos, pertencem a esses ricos para os quais é tão difícil entrar no reino dos céus. A resposta de Jesus confirma que eles acertaram na interpretação de suas palavras. Ser salvo por meio do discipulado não é uma possibilidade ao alcance dos seres humanos, mas para Deus tudo é possível.

4

O discipulado e a cruz

> Então, começou ele a ensinar-lhes que era necessário que o Filho do Homem sofresse muitas coisas, fosse rejeitado pelos anciãos, pelos principais sacerdotes e pelos escribas, fosse morto e que, depois de três dias, ressuscitasse. E isto ele expunha claramente. Mas Pedro, chamando-o à parte, começou a reprová-lo. Jesus, porém, voltou-se e, fitando os seus discípulos, repreendeu a Pedro e disse: Arreda, Satanás! Porque não cogitas das coisas de Deus, e sim das dos homens. Então, convocando a multidão e juntamente os seus discípulos, disse-lhes: Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a sua cruz e siga-me. Quem quiser, pois, salvar a sua vida perdê-la-á; e quem perder a vida por causa de mim e do evangelho salvá-la-á. Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? Que daria um homem em troca de sua alma? Porque qualquer que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos.
>
> Marcos 8.31-38

Aqui, o chamado ao discipulado aparece no contexto do anúncio da Paixão de Jesus. É necessário que Jesus Cristo sofra e seja rejeitado. É o imperativo da promessa de Deus, a fim de que se cumpram as Escrituras. Sofrer e ser rejeitado não significam a mesma coisa. Mesmo com todo o sofrimento que teve de enfrentar na cruz, Jesus poderia ter sido o Cristo festejado. Toda a compaixão e a admiração do mundo ainda poderiam estar voltadas para seu sofrimento. A Paixão como tragédia poderia ter trazido consigo valor próprio, honra e dignidade próprias. Contudo, Jesus é o Cristo que foi rejeitado mesmo na Paixão. Essa rejeição tira da Paixão toda dignidade e honra que nela poderia ter havido; tornou-se sofrimento sem honra. Sofrimento e rejeição são os sentimentos que expressam, em suma, a crucificação de Jesus. Morrer na cruz significa sofrer e morrer como rejeitado, proscrito. É necessário que Jesus sofra e seja rejeitado por força do imperativo divino. Qualquer tentativa de impedir o que deve ser feito é satânica, mesmo a tentativa que provém do círculo dos discípulos, ou exatamente porque daí provém, pois é um esforço para impedir Cristo de tornar-se Cristo. O fato de ter sido justamente Pedro, a Rocha da Igreja, o culpado, e isso logo após ter confessado Jesus como o Cristo e ter sido por ele instituído, confirma que, já de início, a própria Igreja se escandalizou com o Cristo sofredor. Nota-se que, na qualidade de Igreja de Cristo, ela não quer aceitar tal Senhor, nem se submeter à lei do sofrimento. O protesto de Pedro revela sua relutância em ser enviado para o sofrimento. Foi assim que Satanás entrou na Igreja, ele que almeja vê-la livre da cruz de seu Senhor.

Jesus, portanto, viu a necessidade de esclarecer a seus discípulos, com o máximo de objetividade, o imperativo do sofrimento. Assim como Cristo só é Cristo sendo aquele que sofre e é rejeitado, também o discípulo só é discípulo no sofrimento e na rejeição, como se com ele fosse crucificado. O discipulado como união com a pessoa de Jesus Cristo submete o discípulo à lei de Cristo, isto é, submete-o à cruz.

Contudo, ao comunicar essa verdade aos discípulos, verdade que não se pode transferir para outros, Jesus parte de um ponto curioso, oferecendo-lhes, mais uma vez, a liberdade de escolha. "*Se* alguém quer

vir após mim...", diz ele. Não é algo evidente para ninguém, nem mesmo para os discípulos. Ninguém deve ser forçado a tal escolha, nem mesmo pode se esperar que alguém o faça. Ao contrário, o enunciado "Se alguém..." dirige-se àqueles que, a despeito de todo o sofrimento, queiram segui-lo independentemente de quaisquer outras ofertas que sejam feitas. Novamente, tudo depende da decisão do próprio discípulo; mesmo em meio ao discipulado, ele se vê livre para escolher, tudo é deixado em aberto, nada se espera e nada se impõe. O que se dirá agora é decisivo. Assim, mais uma vez, antes que a lei do discipulado vigore, o discípulo tem de sentir-se livre para escolher.

"Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue." Assim como Pedro negou a Cristo, dizendo: "Não conheço tal homem" (Mt 26.72), o discípulo terá de dizer o mesmo a si próprio. A abnegação jamais pode consistir em uma série de atos isolados de automartirização ou de exercícios ascéticos; a abnegação não é suicídio, porque mesmo aí o discípulo pode tomar a própria decisão. A abnegação é conhecer apenas a Cristo, e não mais a si próprio; é ver somente a Cristo, que está à nossa frente, e não mais o caminho que nos impõe tantas dificuldades. A abnegação diz tão somente: "Ele vai à frente, apegue-se a ele".

"... tome a sua cruz." Jesus, em sua graça, preparou os discípulos para essas palavras por meio do ensino da abnegação. Só estaremos preparados para carregar a cruz por causa dele quando de fato nos esquecermos de nós mesmos, quando já não nos reconhecermos. Se conhecermos apenas a ele, não conheceremos mais as dores de nossa cruz, pois Jesus é tudo que vemos. Se ele não tivesse nos preparado tão bondosamente para essas palavras, não poderíamos suportá-las. Foi assim, porém, que ele nos capacitou a aceitá-las, por mais duras que fossem, como graça. Elas nos encontram na alegria do discipulado e nele nos confirmam.

A cruz não é tragédia nem infortúnio; é o sofrimento resultante da união com Cristo. A cruz não é sofrimento casual, mas sofrimento necessário. A cruz não é sofrimento relacionado à existência mundana, mas sofrimento próprio da existência cristã. A cruz não é, em essência, apenas sofrimento, mas sofrimento e rejeição, e rejeição entendida no sentido mais rigoroso, isto é, rejeição por causa de Jesus Cristo, e não por qualquer outro tipo de atitude ou confissão. Um cristianismo que não vinha mais levando a sério o discipulado, que transformara o evangelho no consolo da graça barata e que já não conseguia diferenciar a existência cristã da existência mundana, inevitavelmente entenderia a cruz como tragédia diária, como a angústia e o medo da vida natural. Esqueceu-se de que a cruz significa sempre rejeição, e que a humilhação da Paixão de Cristo é inerente à cruz. A característica básica do sofrimento da cruz, isto é, ser rejeitado, desprezado e abandonado pelos seres humanos no sofrimento, como tantas vezes se lastima o salmista, não é mais compreendida pelo cristianismo que não sabe diferenciar a existência mundana da existência cristã. A cruz é a compaixão com Cristo, é o sofrer com Cristo. Somente aquele que está unido com Cristo, tal como se dá no discipulado, está de fato sob a cruz.

"... tome a sua cruz." Ela já está preparada desde o início, só falta carregá-la. Mas, para que ninguém saia procurando alguma cruz onde quer que for, ou qualquer forma voluntária de sofrimento, Jesus já deixa avisado que, para cada um, já estaria preparada a *sua* cruz, talhada e designada por Deus. O ser humano tem de carregá-la e suportá-la de acordo com o sofrimento e a rejeição que lhe foram reservados.

Cada pessoa tem de carregar a própria cruz. A alguns Deus honra com grande sofrimento, dando-lhes até a graça do martírio; a outros, não permite que sejam tentados além de suas forças. No entanto, a cruz é uma só.

A cruz é imposta a cada cristão. O primeiro sofrimento com Cristo, que cada um tem de vivenciar, é o chamado que rompe nossa união com este mundo. É a morte do velho ser humano no encontro com Jesus Cristo. Desde sempre, quem entra no discipulado entrega-se à morte de Jesus, põe a vida à disposição da morte. A cruz não é o fim terrível de uma vida feliz e piedosa; ela se encontra no início da comunhão com Jesus Cristo. Todo chamado de Jesus leva à morte. Quer se dê à maneira dos primeiros discípulos, que deixaram casa e profissão para segui-lo, quer se dê à maneira de Lutero, que abandonou o mosteiro e retornou à vida civil, em qualquer situação essa morte nos espera, a morte em Jesus Cristo, a negação de nosso velho ser humano. Jesus Cristo é, com sua palavra, nossa morte e nossa vida; por isso o chamado de Jesus leva o jovem rico à morte, pois ele só pode seguir o chamado matando sua vontade própria, pois todo mandamento de Jesus é a morte de nossos desejos e vontades; e, não obstante, não nos é dada a autoridade sob a própria morte. O chamado ao discipulado de Jesus, o batismo em nome de Jesus Cristo, é morte e vida. O chamado de Cristo, o batismo, insere o cristão na luta diária contra o pecado e o diabo. Por isso, cada dia, com suas tentações da carne e do mundo, traz consigo novos sofrimentos por Jesus Cristo. As feridas abertas e as cicatrizes que o cristão leva dessa luta são sinais concretos da comunhão na cruz de Jesus. Mas ainda há outro sofrimento e outra vergonha dos quais nenhum cristão é poupado, embora esteja certo que apenas a Paixão do próprio Cristo é sofrimento que realiza expiação. Contudo, porque Cristo sofreu pelos pecados do mundo, porque recaiu sobre ele todo o fardo da culpa, e porque ele partilha com seus discípulos o fruto de seu sofrimento, também têm de recair sobre os discípulos a tentação e o pecado, que os cobrem de grande vergonha e os expulsam, como bodes expiatórios, para fora dos portões da cidade. Dessa maneira, o cristão toma sobre si o pecado e a culpa de todos os seres humanos. O cristão não suportaria o peso desse fardo se não recebesse, ele próprio, a graça daquele que tomou sobre si todos os pecados. A única forma de o cristão suportar os pecados que recaem sobre ele é perdoando-os, mas só o poder da Paixão de Cristo torna isso possível. O cristão toma sobre si o fardo de outros — “Levai as cargas uns dos outros e, assim, cumprireis a lei de Cristo” (Gl 6.2). Assim como Cristo leva nosso fardo, levemos o fardo de nossos irmãos; essa lei de Cristo, que tem de ser cumprida, significa isto: carregar a cruz. O fardo do irmão que devo levar não são apenas sua aparência externa, sua maneira de ser ou seu temperamento, mas sobretudo seus pecados. E não há outro modo de fazê-lo a não ser perdoando-os no poder da cruz de Cristo, de que agora participo. Desse modo, o chamado de Jesus para tomarmos a cruz põe cada discípulo na comunhão do perdão dos pecados. O perdão dos pecados é o sofrimento de Cristo ordenado ao discípulo, e é imposto a todos os cristãos.

Como, porém, o discípulo saberá qual é sua cruz? Ele a receberá ao entrar no discipulado do Senhor sofredor; ele a reconhecerá na comunhão de Jesus.

Assim, o sofrimento torna-se a característica do discípulo de Cristo. Ele não está acima de seu Mestre. O discipulado é *passio passiva,* é sofrimento obrigatório. Por isso Lutero pôde incluir o sofrimento entre os sinais da Igreja verdadeira. Em um esboço para a *Confessio Augustana* [Confissão de Augsburgo]

encontra-se a definição de Igreja como sendo a comunhão daqueles “que são perseguidos e torturados por causa do evangelho”. Quem não quer tomar sua cruz, quem não quer entregar a vida ao sofrimento e à rejeição por parte dos seres humanos, perde a comunhão com Cristo e não é discípulo. Mas, quem perde a vida no discipulado e carrega sua cruz, tornará a encontrá-la no próprio discipulado, na comunhão da cruz com Cristo. O contrário do discipulado é ter vergonha não só de Cristo, mas também da cruz; é ter raiva da cruz.

O discipulado é a união com o Cristo sofredor. Por isso, o sofrimento dos cristãos nada tem de estranho; antes, é muito mais graça e alegria pura. As histórias sobre os primeiros mártires da Igreja demonstram que Cristo confere um significado especial ao momento de maior sofrimento de seus discípulos com a certeza indescritível de sua proximidade e comunhão. Portanto, nos piores momentos do sofrimento que os mártires suportaram por causa de seu Senhor, foi-lhes concedida a máxima alegria e a bem-aventurança da comunhão com Cristo. Carregar a cruz comprovou ser a única possibilidade de vencer o sofrimento. Isso é válido para todos que seguem Cristo, porque foi válido para ele próprio.

> Adiantando-se um pouco, prostrou-se sobre o seu rosto, orando e dizendo: Meu Pai, se possível, passe de mim este cálice! Todavia, não seja como eu quero, e sim como tu queres. [...] Tornando a retirar-se, orou de novo, dizendo: Meu Pai, se não é possível passar de mim este cálice sem que eu o beba, faça-se a tua vontade.
>
> Mateus 26.39,42

Jesus pede ao Pai que faça passar aquele cálice, e o Pai responde à prece do Filho. O cálice do sofrimento passará, *mas somente após ser bebido*. O próprio Jesus está ciente disso ao ajoelhar-se pela segunda vez no Getsêmani; sabe que o sofrimento passará, desde que o suporte até o final. Só será capaz de superar e vencer o sofrimento depois de tê-lo suportado. A cruz é sua vitória sobre o sofrimento.

Sofrer é ser afastado de Deus. Portanto, quem está em comunhão com Deus não pode sofrer. Jesus confirmou esse ensinamento do Antigo Testamento; por isso, ao tomar sobre si todo o sofrimento do mundo, vence-o. Ele carrega todo o peso do afastamento do mundo em relação a Deus. Somente ao beber do cálice do sofrimento é que Jesus pode vencê-lo. Ele quer vencer o sofrimento do mundo, e o único modo de fazê-lo é passar por toda a Paixão que lhe foi designada. E o sofrimento da humanidade por ela permanecer longe de Deus, agora, com a comunhão da Paixão de Jesus Cristo, é vencido com o próprio sofrimento, e a comunhão com Deus é dada justamente no sofrimento.

O sofrimento tem de ser suportado para que seja superado. Ou o mundo tenta suportá-lo e tomba sob seu peso, ou ele recai sobre Cristo e é vencido por ele. Assim, em vez de o mundo sofrer, Cristo sofre em seu lugar. Somente o sofrimento de Cristo é sofrimento que realiza expiação, mas, agora, a Igreja também sabe que o sofrimento do mundo está à procura de alguém que o carregue. Portanto, no discipulado de Cristo, esse sofrimento recai sobre a Igreja e ela tem de suportá-lo, sabendo-se, por sua vez, suportada por Cristo. A Igreja de Jesus Cristo, no discipulado da cruz, representa o mundo perante Deus.

Deus é um Deus que carrega. O Filho de Deus tomou sobre si nossa carne e, por isso, suportou a cruz, suportou todos os nossos pecados, trazendo a reconciliação. Do mesmo modo, o discípulo é chamado para carregar. Ser cristão é levar fardos. Assim como Cristo manteve a comunhão com o Pai ao levar

fardos, o discípulo, ao levar fardos, mantém a comunhão com Cristo. É certo que o ser humano também pode tentar livrar-se de seu fardo, mas, se o tentar, em vez de livrar-se passará a carregar um fardo muito mais pesado e insuportável; ele se submeterá a um jugo de sua própria escolha. Jesus convidou todos que levam fardos e sofrimentos de todo tipo para se submeterem a seu jugo, que é suave, e aceitarem seu fardo, que é leve. Seu jugo e seu fardo são a cruz. Submeter-se a essa cruz não é desgraça nem desespero, mas alívio e tranquilidade para a alma; é a máxima alegria. Já não se trata de leis e fardos que nós mesmos criamos, mas da submissão ao jugo daquele que nos conhece e que caminha conosco sob o mesmo jugo, onde certamente estamos junto dele e em sua comunhão. É a Cristo que o discípulo encontra ao tomar sobre si a sua cruz.

> Você não deve agir de acordo com o seu entendimento, mas além dele; se você se atirar na insensatez, eu lhe darei meu entendimento. Não entender é o verdadeiro entender; não saber para onde vai, esse é o verdadeiro saber. Meu entendimento faz que você não entenda. Abraão abandonou a terra natal sem saber para onde ia. Ele se entregou à minha sabedoria, abriu mão de sua própria e, dessa maneira, seguiu o caminho certo, chegando ao destino verdadeiro. Esse é o caminho da cruz, e você não consegue encontrá-lo sozinho; eu tenho de guiá-lo como se você fosse cego; por isso, nem você, nem ser humano algum, nem qualquer outra criatura, somente eu, eu mesmo, por meio de meu Espírito e de minha Palavra, posso ensinar o caminho a ser trilhado. Não é a obra que você escolher, nem o sofrimento que você preferir, mas é o caminho com que você depara não obstante sua escolha, seu pensamento e seu desejo — e é aí que eu chamo, é aí que você se torna discípulo; é a hora oportuna, o seu Mestre chegou. (Lutero)

5

O discipulado e o indivíduo

> Se alguém vem a mim e não aborrece a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs e ainda a sua própria vida, não pode ser meu discípulo.
>
> Lucas 14.26

O chamado de Jesus ao discipulado torna o discípulo um indivíduo. Querendo ou não, ele tem de se decidir, e tem de fazê-lo sozinho. Ser um indivíduo não é uma escolha própria; é Cristo que faz daquele que foi chamado um indivíduo. Cada qual é chamado individualmente, e sozinho deve seguir esse caminho. Com medo da solidão, o ser humano procura proteção junto às pessoas e às coisas que o rodeiam. De repente, dá-se conta de suas responsabilidades e apega-se a elas. Procura tomar sua decisão tentando esconder-se em suas obrigações, porque não quer se confrontar sozinho com Jesus, não quer ter de se decidir olhando fixamente para ele. Mas, nesse momento, nem pai nem mãe, nem esposa nem filhos, nem povo nem história podem ocultar aquele que foi chamado. Cristo quer que ele esteja só, que não veja ninguém, exceto aquele que o chama.

No chamado de Jesus, já está o rompimento do ser humano com as condições em que se acostumou a viver. Não é o discípulo que provoca esse rompimento, mas o próprio Cristo. Ao pronunciar o chamado, Cristo rompeu os laços do discípulo com o mundo, a relação direta com o mundo, e leva-o agora a relacionar-se diretamente com ele. Ninguém pode seguir a Cristo sem que reconheça e aceite esse rompimento. É uma ruptura que se realiza no chamado; não é a vontade de uma vida impulsiva que conduz a esse rompimento, mas apenas Cristo.

Por que *deve* ser assim? Por que não poderia haver um crescimento gradual e contínuo, um processo lento e santificador das ordens naturais a fim de promover a comunhão com Cristo? Que poder inconveniente é esse que se intromete entre o ser humano e as ordens da vida natural que nos foram dadas por Deus? Acaso esse rompimento não resulta de um metodismo legalista? Não seria um lamentável desprezo dos bondosos dons de Deus que nada tem a ver com a liberdade cristã? O que é certo é que algo de fato se impõe como obstáculo entre aqueles chamados por Cristo e as circunstâncias da vida natural. Não se trata, porém, de algo lamentável que revela desprezo à vida, não é uma lei de piedade; ao contrário, é a vida e o próprio evangelho, é o próprio Cristo. Com sua encarnação, Cristo se interpôs entre mim e as circunstâncias do mundo. Já não há volta; ele está no centro de tudo. Rompeu as relações diretas que aquele que foi chamado guardava com essas circunstâncias. Cristo quer ser o Mediador; tudo deve operar por seu intermédio. Ele não está apenas entre mim e Deus, mas também entre mim e o mundo, entre mim e os outros, entre mim e as coisas. *Ele é o Mediador*, não apenas entre Deus e o ser humano,

mas também entre um e outro ser humano, e entre o ser humano e a realidade. Porque todo o mundo foi criado por meio dele e para ele (Jo 1.3; 1Co 8.6; Hb 1.2), ele que é o único Mediador no mundo. Desde Cristo, já não existe relação direta entre o ser humano e Deus, entre o ser humano e o mundo; Cristo quer ser o Mediador. É bem verdade que muitos deuses se oferecem para garantir ao ser humano acesso direto, e também que o mundo procura, por todos os meios, obter acesso direto ao ser humano; mas justamente aí reside a inimizade com Cristo, o Mediador. Os deuses e o mundo querem tomar de Cristo o que ele lhes tomou, ou seja, a exclusividade da relação direta com o ser humano.

O rompimento dos laços diretos com o mundo nada mais é que o reconhecimento de Cristo como Filho de Deus e Mediador. Nunca é um ato de vontade própria, em que o indivíduo renuncia aos laços com o mundo por amor a um ideal, um ideal menor que se troca por outro maior. Isso seria puro entusiasmo, obstinação, sim, uma insistência na relação direta com o mundo. Somente o reconhecimento de um fato consumado, isto é, Cristo como Mediador, separa o discípulo de Jesus do mundo dos seres humanos e das coisas. Uma vez que o chamado de Jesus não seja entendido como um ideal, mas como a Palavra do Mediador, ele efetua em mim esse rompimento já consumado com o mundo. Se se tratasse de comparar ideias, seria necessário avaliar qual nos traria uma compensação; nesse caso, a balança talvez pendesse a favor de um ideal cristão, mas suas reivindicações jamais poderiam ser absolutas. Do ponto de vista do ideal, das “responsabilidades” da vida, não se justificaria uma radical desvalorização das ordens naturais da vida em benefício de um ideal de vida cristã. Ao contrário, poder-se-ia fazer uma avaliação inversa, e isso justamente do ponto de vista de um idealismo cristão, de uma responsabilidade e de uma ética de consciência cristã. Mas, visto que, nesse contexto, não se trata de modo algum de ideais, avaliações e responsabilidades, mas de fatos consumados e de seu reconhecimento, ou seja, da própria pessoa do Mediador que se interpõe entre nós e o mundo, por isso mesmo existe somente o rompimento da relação direta com o mundo, e por isso aquele que foi chamado deve se tornar indivíduo perante o Mediador.

Assim, o discípulo aprende que a relação que mantinha com o mundo era uma ilusão. Essa ilusão chama-se “relação direta, sem mediador, com o mundo”, e ela estorva o discípulo em questões de fé e obediência. Agora, porém, sabe que ele próprio já não pode manter relações diretas com o mundo, nem nas relações mais íntimas, aquelas que incluem responsabilidades familiares com pai, mãe e filhos, e também as relações amorosas e as responsabilidades sociais e históricas. Desde a vinda de Jesus, não existe mais para seus discípulos a possibilidade de relações sem o Mediador, quer sejam naturais e históricas, quer sejam cotidianas. Entre filho e pai, entre homem e mulher, entre indivíduo e sociedade, está Cristo, o Mediador, mesmo que não se saiba reconhecê-lo. Para nós, já não existe um caminho para o próximo que não seja Cristo, sua palavra e seu discipulado. A relação com o mundo sem o Mediador é pura ilusão.

Por causa de Cristo, o Mediador, a relação direta com as situações naturais da vida deve ser tão odiada quanto a ilusão, que nos impede de ver a verdade. Qualquer comunhão que não nos permita ser um indivíduo perante Cristo, qualquer comunhão que reivindique autoridade sobre a relação direta com o

mundo, deve ser odiada por causa de Cristo, pois qualquer relação direta é, estejamos cientes disso ou não, ódio contra Cristo, o Mediador, mesmo e sobretudo quando se pretende cristã.

É um grave erro teológico usar a mediação de Jesus entre Deus e o ser humano para justificar as relações diretas com o mundo. Se Cristo é o Mediador, e assim se diz, então ele, portanto, carregou os pecados de nossas relações diretas com o mundo, justificando-nos nelas. Jesus é nosso Mediador perante Deus, a fim de que, com a consciência tranquila, possamos nos relacionar novamente com o mundo, este mesmo mundo que crucificou Jesus. Assim, o amor a Deus e o amor ao mundo são reduzidos a um mesmo amor. O rompimento com as circunstâncias do mundo passa a ser o mal-entendido "legalista" da graça de Deus que desejava livrar-nos justamente desse rompimento. As palavras de Jesus sobre o ódio às relações diretas com o mundo passam a ser entendidas como a jubilosa afirmação das "realidades do mundo dadas por Deus". Da justificativa do pecador, mais uma vez surge a justificativa do pecado.

Para o discípulo, "as realidades do mundo dadas por Deus" só existem por meio de Jesus Cristo. O que não me é dado por Cristo, que se fez humano, não me foi dado por Deus. O que não me é dado por causa de Cristo não provém de Deus. A ação de graças pelas dádivas da criação ocorre por mediação de Jesus Cristo, e a prece pela preservação da graça desta vida se dá por causa de Cristo. Se não posso agradecer por Cristo, não o devo fazê-lo de modo algum, pois seria um pecado. O caminho do próximo, com quem convivo, para "as realidades do mundo dadas por Deus" também passa por Cristo, e se não passar por Cristo, é uma ilusão. Todas as nossas tentativas de superar o abismo que nos separa dos demais seres humanos, a distância intransponível até o outro, a diferença, a estranheza de nosso semelhante, por meio de relações naturais ou emocionais, todas essas tentativas estão fadadas ao fracasso. Não existe caminho direto entre os seres humanos. Não alcançamos nosso semelhante nem por meio da empatia mais amorosa, nem da psicologia mais elaborada, nem da franqueza mais natural; não há relação direta entre almas. Cristo é o Mediador. Apenas com sua mediação o caminho para o próximo se torna possível. Por isso, a intercessão é o melhor caminho para o outro, e a oração conjunta em nome de Cristo é a comunhão mais autêntica.

Não há conhecimento verdadeiro das dádivas de Deus sem o conhecimento de seu Mediador, e é somente por causa de Jesus que elas nos são dadas. Não há ação de graças verdadeira que seja feita para o povo, para a família, para a história ou para a natureza sem o arrependimento profundo que honre Cristo acima de tudo e de todos. Não há relação legítima com as circunstâncias do mundo criado, não há responsabilidades legítimas para com o mundo sem o reconhecimento do rompimento que dele já nos separou. Não há amor verdadeiro ao mundo a não ser o amor com que Deus amou este mundo em Jesus Cristo. "Não ameis o mundo" (1Jo 2.15), mas: "Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16).

Se o rompimento ocorre de maneira visível, no âmbito da família, do povo, quando somos chamados a exibir a todos a desonra de Cristo, quando somos chamados a assumir a acusação de misantropia (*odium generis humani* [ódio ao gênero humano]), ou se ocorre ocultamente, quando só o indivíduo está ciente dele, embora sempre disposto a torná-lo visível a qualquer momento, isso ainda não constitui a diferença definitiva. Abraão é exemplo dos dois tipos de rompimento. Teve de romper amizades e deixar a casa

dos pais; Cristo se interpôs entre ele e sua família, entre ele e seus amigos. Nesse caso, o rompimento teve de se tornar visível. Abraão tornou-se estrangeiro por causa da terra prometida. Foi esse seu primeiro chamado. Mais tarde, é chamado novamente por Deus para sacrificar seu filho Isaque. Cristo se interpõe entre o pai da fé e o filho da promessa. O rompimento ocorre não apenas na relação direta natural, mas também na espiritual. Abraão tem de aprender que a promessa também não depende de Isaque, mas somente de Deus. Ninguém mais tem conhecimento desse segundo chamado de Deus, nem mesmo os servos que o acompanham ao sacrifício. Abraão se vê totalmente sozinho. Mais uma vez, é completamente um indivíduo, como quando deixou a casa dos pais. Aceita o chamado tal como lhe foi ordenado; não tenta interpretá-lo de maneira natural nem espiritual, mas aceita a palavra de Deus e se dispõe a obedecer. É obediente à ordem divina, contra toda relação direta natural, contra toda relação direta ética e religiosa. Leva o filho para o sacrifício. Quer que o rompimento, antes oculto, se torne visível, por causa do Mediador. E, naquele momento, tudo que ele ofereceu a Deus lhe é devolvido. Abraão recebe seu filho de volta. O próprio Deus lhe providencia uma vítima melhor, que substituirá Isaque no sacrifício. É uma mudança completa. Abraão recebe Isaque de volta, mas agora, a partir do sacrifício, sua relação com o filho se dá por meio do Mediador, por causa do Mediador. Sendo aquele que estava pronto a ouvir a palavra de Deus e cumprir o que lhe fora ordenado, ele agora pode ter Isaque, mas de forma diferente; agora pode tê-lo pela mediação de Jesus Cristo. Ninguém mais sabe o que ocorreu. Abraão desce da montanha com Isaque exatamente como havia subido, mas agora tudo mudou. Cristo se interpôs entre pai e filho. Abraão abandonara tudo e seguira a Cristo e, no meio do discipulado, recebe a permissão para viver novamente no mundo em que vivia antes. Aparentemente, tudo continua o mesmo, mas o mundo anterior passou; tudo se fez novo, tudo mudou. Tudo teve de passar por Cristo.

O episódio serve de exemplo para a outra possibilidade de tornar-se indivíduo, de tornar-se discípulo de Cristo no meio da comunidade, no meio do povo, na casa dos pais, junto aos bens e às posses. Mas é justamente Abraão quem foi chamado a essa existência, Abraão, que já havia tomado a decisão do rompimento visível, cuja fé se tornou padrão para o Novo Testamento. Bem que gostaríamos de generalizar essa possibilidade de Abraão, de entendê-la de maneira legalista, isto é, de transferi-la para nós mesmos sem maiores dificuldades. Essa seria também a nossa escolha na existência cristã, seguir Cristo, tornar-se indivíduo diante dele, sem nos desfazermos de nossos bens neste mundo. Mas uma coisa é certa: esse é o caminho mais fácil para o cristão, ou seja, é mais fácil ser levado ao rompimento externo que carregar em oculto esse rompimento na fé. Quem não sabe disso, quem não o aprendeu por meio das Escrituras nem da experiência, certamente se engana com o outro caminho. Será lançado de volta às relações diretas com o mundo e perderá a Cristo.

Não cabe a nós escolher esta ou aquela possibilidade; cabe a Jesus, é segundo a vontade dele que, de um modo ou de outro, seremos chamados para fora das relações diretas com o mundo, e aí então teremos de virar indivíduos, seja visivelmente, seja ocultamente

É, no entanto, exatamente o mesmo Mediador que nos torna indivíduos que também é o alicerce de toda a nossa *nova comunhão*. Ele está no centro, entre mim e os outros. Separa, mas também une. Assim, não

obstante estar fechado qualquer caminho direto até o outro, o caminho novo, o único e verdadeiro, até o outro nos será mostrado pelo Mediador.

> Então, Pedro começou a dizer-lhe: Eis que nós tudo deixamos e te seguimos. Tornou Jesus: Em verdade vos digo que ninguém há que tenha deixado casa, ou irmãos, ou irmãs, ou mãe, ou pai, ou filhos, ou campos por amor de mim e por amor do evangelho, que não receba, já no presente, o cêntuplo de casas, irmãos, irmãs, mães, filhos e campos, com perseguições; e, no mundo por vir, a vida eterna. Porém muitos primeiros serão últimos; e os últimos, primeiros.
>
> Marcos 10. 28-31

Nessa passagem, Jesus está falando àqueles que se tornaram indivíduos por causa dele, que tudo abandonaram quando ele chamou, que podem dizer sobre si mesmos: “Eis que nós tudo deixamos e te seguimos”. A eles é dada a promessa de uma nova comunhão. De acordo com as palavras de Jesus, receberão, já no presente, cem vezes mais do que deixaram para trás. Jesus refere-se à sua Igreja, que está nele. Quem abandona o pai por causa de Jesus com certeza encontra outro pai, encontra irmãos e irmãs, sim, até campos e casas lhe estão preparados. Cada qual entra sozinho no discipulado, porém nele ninguém fica só. A comunhão da Igreja é dada a quem ousa tornar-se indivíduo ao seguir as palavras de Jesus. Torna a encontrar-se numa irmandade visível, que o recompensa cem vezes por aquilo que perdeu com o rompimento. Cem vezes? Sim, porque agora ele tem tudo isso por meio de Jesus, o Mediador, o que significa igualmente “com perseguições”. “Cem vezes” — “com perseguições”, tal é a graça da Igreja que segue seu Senhor sob a cruz. Esta é, portanto, a promessa para os discípulos: tornarem-se membros da comunidade da cruz, povo do Mediador, povo sob a cruz.

> Estavam de caminho, subindo para Jerusalém, e Jesus ia adiante dos seus discípulos. Estes se admiravam e o seguiam tomados de apreensões. E Jesus, tornando a levar à parte os doze, passou a revelar-lhes as coisas que lhe deviam sobrevir.
>
> Marcos 10.32

Jesus sobe para Jerusalém, para a cruz, como que para confirmar três coisas: a seriedade de seu chamado ao discipulado, a impossibilidade de ser discípulo por vontade própria, e a promessa de pertencer a ele “com perseguições”. Os discípulos admiram-se e espantam-se com o caminho para o qual ele os chama.

6

O “extraordinário” da vida cristã

Mateus 5

As bem-aventuranças

Jesus assentado no monte, a multidão, os discípulos. *O povo vê*: Jesus está com os discípulos que se reuniram em torno dele. Até bem pouco tempo, eles mesmos faziam parte daquela multidão. Em nada se distinguiam dos demais. Mas, quando ouviram o chamado de Jesus, deixaram tudo para trás e o seguiram. Desde então, passaram a pertencer de corpo e alma a Jesus. Andam a seu lado, convivem com ele, seguem-no para onde quer que ele os leve. Aconteceu com eles algo que não aconteceu com os outros. É um fato que o povo vê diante dos próprios olhos, uma realidade desconcertante e estranha.

Os discípulos veem: aquele é o povo do qual eles mesmos procedem, as ovelhas perdidas da casa de Israel. É a comunidade eleita de Deus. É a “igreja nacional”. Quando foram escolhidos dentre a multidão pelo chamado de Jesus, fizeram o que era evidente e necessário para as ovelhas perdidas da casa de Israel: seguiram a voz do Bom Pastor, pois a reconheciam. Porque seguiram esse caminho, pertencem ao povo, viverão no meio do povo, entrarão na vida dele e lhe proclamarão o chamado de Jesus e a glória do discipulado. Mas qual será o fim disso?

Jesus vê: aí estão seus discípulos. Deixaram abertamente o povo para juntar-se a ele. Ele chamou cada um deles, e tudo abandonaram diante de seu chamado. Agora, passam por privações e carências, dos pobres os mais pobres, dos tentados os mais tentados, dos famintos os mais famintos. Nada têm, senão ele. Sim, e com ele nada têm no mundo, em absoluto, mas têm tudo, tudo em Deus. A comunidade que ele encontrou é pequena, mas, olhando para o povo, é grande a comunidade que ele procura. Discípulos e povo formam uma só unidade. Os discípulos serão seus mensageiros; em toda parte, encontrarão quem ouça e creia. Apesar disso, sempre haverá inimizade entre eles. Toda ira contra Deus e sua palavra cairá sobre os discípulos e, como ocorreu com ele próprio, serão rejeitados. A cruz se aproxima. Cristo, os discípulos, o povo — aí está todo o cenário para a Paixão de Jesus e de sua Igreja.[1]

Por isso, Jesus dirige-se assim aos discípulos: Bem-aventurados (cf. Lc 6.20)! Fala aos que já estão sob o poder de seu chamado. Esse chamado fez deles pobres, aflitos e famintos. Ele os chama bem-aventurados. Nem pobreza nem renúncia são, por si sós, motivo para bem-aventurança. Apenas o chamado e a promessa, pelos quais os discípulos vivem em pobreza e renúncia, são motivos suficientes. Não se deve dar importância à observação de que, em algumas bem-aventuranças, fala-se expressamente de privação, em outras, de renúncia deliberada, ou ainda, de certas virtudes especiais dos discípulos. A

privação verdadeira e a renúncia pessoal têm uma origem comum; ambas partem do chamado e da promessa de Cristo. Nenhuma delas tem, sozinha, valor ou direito de reivindicar qualquer coisa.[2]

Jesus declara seus discípulos bem-aventurados. O povo ouve o que ele diz e, espantado, testemunha o que está acontecendo; pois, de acordo com a promessa de Deus, a herança das bem-aventuranças, destinada a todo o povo de Israel, está sendo dada ao pequeno grupo de discípulos escolhidos por Jesus. "Deles é o reino dos céus." Mas discípulos e povo são um só; todos pertencem à comunidade eleita de Deus. Portanto, os votos de bem-aventurança chamam *todos* a se decidirem e, desse modo, se salvarem. Todos são chamados a ser o que, na verdade, já são. Os discípulos são bem-aventurados por causa do chamado de Jesus, ao qual obedeceram. O povo todo é bem-aventurado por causa da promessa que lhe foi feita. Mas será que o povo de Deus aceitará a promessa crendo em Jesus Cristo e em sua palavra? Ou se afastará dele e de sua Igreja por não crer nele? É a pergunta que permanece sem resposta.

"Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus." Os discípulos carecem de tudo. Eles são "pobres" (Lc 6.20), não têm absolutamente nada, nenhuma segurança, nenhuma propriedade para chamar de sua, nenhum pedaço de terra para reclamar como pátria, nenhuma comunidade terrena com a qual partilhar a comunhão. Também, nenhuma força espiritual, nenhuma experiência, nenhum conhecimento que pudessem evocar para consolá-los. Por causa dele, haviam perdido tudo. Quando o seguiram, perderam a si próprios e, com isso, tudo que ainda pudesse torná-los ricos. Agora, estão tão pobres e sem experiência, tão ignorantes que já não podem esperar por nada senão por aquele que os chamou. Jesus também conhece aqueles outros, os representantes e pregadores da religião nacional, os poderosos e respeitados, enraizados firmemente na sociedade e em toda a tradição, no espírito da época, nos costumes e na piedade popular. Não é a eles que Jesus se dirige, mas apenas aos discípulos, dizendo: "Bem-aventurados vós, porque vosso é o reino de Deus". Para eles, que vivem em *renúncia e privação* por causa de Jesus, o reino dos céus se abrirá. Em meio à pobreza, são os herdeiros do reino dos céus. Seu tesouro está muito bem escondido; está na cruz. O reino dos céus lhes é prometido na glória visível, e já lhes é dado na pobreza total da cruz.

Aqui, as bem-aventuranças de Jesus se distinguem completamente da caricatura que delas fazem na forma de programas políticos e sociais. O anticristo também declara os pobres bem-aventurados, mas não o faz por causa da cruz, que abrange toda a pobreza e na qual a pobreza é bem-aventurada, mas justamente para, mediante ideologias políticas e sociais, rejeitar a cruz. Pode, inclusive, chamar tal ideologia de cristã, e é exatamente o que o torna antagonista de Cristo.

"Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados." A cada nova declaração de bem-aventurança aumenta o abismo entre os discípulos e o povo. A separação do grupo de discípulos se torna mais visível. Os que choram são os que estão dispostos a viver na *renúncia* daquilo que o mundo considera *felicidade e paz*; são os que não dançam segundo a música do mundo, que não conseguem se acomodar a ele. Choram pelo mundo, por sua culpa, seu destino e sua felicidade. Enquanto o mundo festeja, ficam à parte; enquanto o mundo conclama: "Aproveitem a vida!", estão se lamentando. Sabem que o navio em que se celebra a vida está afundando. O mundo sonha com o progresso, o poder, o futuro, mas os discípulos sabem do fim, do juízo final e da vinda do reino dos céus, para o qual o mundo não

está minimamente preparado. Por isso, os discípulos são estrangeiros no mundo, hóspedes indesejáveis, perturbadores da paz; logo, são rejeitados. Por que a Igreja de Jesus não pode tomar parte das festas celebradas no mundo? Acaso os discípulos deixaram de ter empatia por seus semelhantes? Será que caíram na tentação de odiá-los e desprezá-los? Não, ninguém entende melhor seu semelhante que a Igreja de Jesus. Ninguém o ama mais que seus discípulos — e é por isso mesmo que ficam de fora, é por isso que choram. É significativo e belo o termo usado por Lutero para traduzir o grego que aparece aqui como "chorar": *Leidtragen* [carregar o sofrimento]. Sim, "carregar". A comunidade dos discípulos não lança fora o sofrimento de seu semelhante, como se nada tivesse a ver com ela; antes, o carrega consigo, chora por ele. É exatamente por meio dessa atitude que se comprova a solidariedade com seus semelhantes. Ao mesmo tempo, fica evidente que os discípulos não procuram caprichosamente o sofrimento nem dão as costas ao mundo por desprezo, mas carregam, por amor a Jesus Cristo e ao discipulado, o que lhes é imposto e tudo que lhes cabe. Por fim, é necessário dizer que o sofrimento não os enfraquece, não os consome, nem os torna amargurados ao ponto da exaustão. Pelo contrário, carregam o sofrimento que lhes é imposto na força daquele que os carrega, daquele que na cruz tudo suportou. Sendo aqueles que choram, que sofrem, estão na comunhão com o Crucificado. Estrangeiros são, estrangeiros permanecem, na força daquele tão estranho ao mundo que este acabou por crucificá-lo. Essa é a consolação deles, ou melhor, *este* é a consolação deles, o Consolador (cf. Lc 2.25). Portanto, a comunidade de estrangeiros no mundo também consola-se na cruz, consola-se por ter sido lançada ao lugar onde o Consolador de Israel a aguarda. Assim, ela encontra seu verdadeiro lar junto ao Senhor crucificado, neste tempo e na eternidade.

"Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra." Não há direito inerente que proteja essa comunidade de estrangeiros no mundo. Tampouco exigem tal condição, pois são os mansos que, por causa de Cristo, vivem em *renúncia a qualquer direito especial*. Quando ofendidos, calam-se; quando agredidos, suportam; quando rejeitados, afastam-se. Não movem processos por seus direitos, não fazem alarde mesmo quando injustiçados. Nada reivindicam, mas entregam toda justiça nas mãos de Deus; *non cupidi vindictae* [sem desejo de vingança], assim interpretava a Igreja antiga. O que serve a seu Senhor igualmente lhes serve. Nada mais que isso. Em cada palavra, em cada gesto, deixam claro que não pertencem a este mundo. Deixemos-lhes o céu, diz o mundo em tom de piedade, o lugar deles é lá.[3] Jesus, porém, diz: "... herdarão a terra". A terra pertence aos que não têm nenhum direito, nenhum poder. Os que agora a possuem mediante a violência e a injustiça tudo perderão, e os que aqui renunciaram a ela, os que foram mansos até a cruz, herdarão a nova terra. Não se trata de enxergar aqui uma teoria de punição divina para compensar injustiças no mundo (Calvino), mas, quando vier o reino dos céus, a terra será renovada e se tornará a terra da Igreja de Jesus. Deus não abandona o mundo; ele o criou. Enviou ao mundo seu próprio Filho e aqui construiu sua Igreja. Portanto, é nesta era que se inicia a Igreja de Cristo. Foi dado um sinal. Já agora, um pedaço de terra foi dado aos destituídos de poder: eles têm a Igreja, a comunhão com ela, seus bens, os irmãos e as irmãs — em meio à perseguição até a cruz. Mas também o Gólgota é um pedaço de terra. A partir do Gólgota, onde morreu o Manso, a terra será renovada. Quando vier o reino de Deus, os mansos herdarão a terra.

"Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos." Os discípulos vivem não apenas a renúncia de seus direitos individuais, mas também a *renúncia de sua justiça própria*. Não esperam nenhuma glória para si mesmos no que fazem ou sacrificam. Para eles, a única justiça a que têm direito é ter fome e sede de justiça; sem direito nem à justiça própria nem à justiça divina sobre a terra, vivem na expectativa da justiça futura de Deus, mas não podem eles mesmos estabelecê-la. Os seguidores de Jesus sentem fome e sede ao longo do caminho. Anseiam pelo perdão de todos os pecados e por renovação completa, pela renovação da terra e pela justiça completa de Deus. No entanto, a maldição do mundo ainda está sobre eles, ainda recai sobre eles o pecado do mundo. Aquele a quem seguem tem de morrer amaldiçoado na cruz. Suas últimas palavras são um clamor desesperado por justiça: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mt 27.46). Mas os discípulos não estão acima de seu mestre; seguem-no. Por isso são bem-aventurados, pois têm a promessa de satisfação. Receberão justiça não apenas pelo ouvir, mas serão fartos corporalmente com justiça. Comerão o pão da vida verdadeira na Ceia futura, ao lado do Senhor. São bem-aventurados por causa do futuro pão, que já receberam no presente. Aquele que é o Pão da Vida está no meio dos que têm fome. Essa é a bem-aventurança dos pecadores.

"Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia." Esses desprovidos de posses, estrangeiros na terra, destituídos de poder, pecadores, esses discípulos de Jesus vivem com ele também na *renúncia à própria dignidade*, pois são misericordiosos. Não bastasse a própria privação e aflição, compartilham ainda a aflição, a humilhação e a culpa dos outros. Sentem amor irreprimível aos pobres, enfermos, miseráveis, humilhados e oprimidos, injustiçados e marginalizados, a todos que sofrem com angústia; procuram os que caíram no pecado e na culpa. Nenhuma aflição é grande demais, nenhum pecado é horrível demais para sua misericórdia. Concedem sua própria honra ao que caiu em desgraça, e tomam sobre si a desonra do outro. Saem à procura de publicanos e pecadores e aceitam abertamente a vergonha de sua companhia. Além de misericordiosos, renunciam ao maior bem que o ser humano pode possuir, isto é, a própria honra e dignidade. Conhecem apenas *uma* dignidade e honra: a misericórdia do Senhor, em função da qual vivem. Ele não se envergonha de seus discípulos, ele que se fez irmão dos seres humanos e carregou a vergonha deles até a morte na cruz. Essa é a misericórdia de Jesus, e é por ela que desejam viver os que estão ligados a ele; é a misericórdia do Crucificado. Ela faz que esqueçam a própria honra e dignidade e procurem a companhia dos pecadores. E, ainda que vergonha caia sobre eles, mesmo assim são bem-aventurados, pois receberão misericórdia. Um dia, Deus virá e tomará sobre si o pecado e a vergonha deles. Deus lhes concederá sua própria honra e tirará a desonra deles. Será a honra de Deus levar a vergonha dos pecadores e revesti-los com sua honra. Bem-aventurados os misericordiosos, porque têm o Misericordioso como Senhor.

"Bem-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus." Quem é limpo de coração? Só aquele que o entregou inteiramente a Jesus, para que ele, somente ele, reine ali; só aquele não polui o coração nem pelo próprio mal, nem pelo próprio bem. O coração limpo é o coração simples da criança, que não conhece o bem nem o mal. É o coração de Adão antes da queda, o coração onde reina não a consciência, mas a vontade de Jesus. Quem vive na *renúncia ao próprio bem e ao próprio mal*, na renúncia ao

próprio coração, que vive em arrependimento e confia somente em Jesus, esse tem o coração limpo pela palavra de Jesus. A pureza de coração é diferente de toda pureza externa, incluindo a pureza da boa intenção. O coração limpo está isento do bem e do mal; pertence inteiramente a Jesus. É um coração que só vê Jesus, aquele que caminha à sua frente. Só verá a Deus quem, nesta vida, olhar exclusivamente para Jesus Cristo, o Filho de Deus. Seu coração é livre de imagens impuras, não vive oscilando na variedade de seus desejos e intenções; está totalmente voltado para a contemplação de Deus. Só verá a Deus aquele cujo coração se tornou espelho da imagem de Cristo.

"Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus." Os discípulos de Jesus são chamados à paz. Ao serem chamados por Jesus, encontraram a paz. Jesus é sua paz. Agora, não só devem possuir essa paz, mas também fazer paz.[4] Desse modo, *renunciam à violência e à rebelião*. Nem esta nem aquela jamais serviram à causa de Cristo. O reino de Cristo é reino de paz, e a Igreja de Cristo saúda com votos de paz. Os discípulos de Jesus sempre conservam a paz. Preferem sofrer a fazer o mal. Mantém a comunhão, mesmo quando o outro a rompe. Renunciam à autoafirmação e suportam, em silêncio, o ódio e a injustiça. Com isso, vencem o mal com o bem; praticam a paz de Deus em meio a um mundo de ódio e guerra. Contudo, em nenhum lugar haverá paz maior do que quando enfrentarem, em paz, os que praticam o mal, dispondo-se a sofrer nas mãos deles. Praticando a paz, carregarão a cruz com seu Senhor, pois na cruz se fez paz. Porque estão envolvidos na obra de paz de Cristo, porque são chamados à obra do Filho de Deus, receberão o nome de filhos de Deus.

"Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus." Não se trata aqui da justiça de Deus, mas do sofrimento por causa justa,[5] por causa do juízo e da ação legítimos por parte dos discípulos de Jesus. Os que seguem Jesus na renúncia a bens, felicidade, direito, justiça, honra e poder se distinguirão do mundo no modo de julgar e agir; serão, por isso, hóspedes indesejáveis. Por causa da justiça, os discípulos serão perseguidos. Em lugar de reconhecimento pela palavra e obra que realizarão no mundo, receberão apenas rejeição. Por isso é importante que Jesus declare seus discípulos bem-aventurados não só pelo sofrimento direto resultante de perseguições por terem confessado seu amor ao nome dele, mas também quando sofrem por causa justa. Eles compartilham a mesma promessa com os pobres. Na condição de perseguidos, equivalem-se a eles.

No final das bem-aventuranças, surge a pergunta: ainda haveria de fato um lugar neste mundo para uma Igreja assim? Tornou-se claro que para ela só há um lugar possível, lá onde estão os mais pobres, os mais tentados, os mais mansos: a cruz do Gólgota. A Igreja dos bem-aventurados é a Igreja do Crucificado. Com ele, tudo perdeu e, ao mesmo tempo, tudo encontrou. A partir da cruz, tudo consiste em: Bem-aventurados, bem-aventurados! Agora, Jesus fala apenas aos que podem entendê-lo, seus discípulos, e por isso ele fala diretamente: "Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem, e vos perseguirem, e, mentindo, disserem todo mal contra vós. Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; pois assim perseguiram aos profetas que viveram antes de vós" (Mt 5.11-12). "Por minha causa" — os discípulos são rejeitados, mas a rejeição recairá sobre o próprio Jesus. Sobre ele recai tudo, pois é por sua causa que são rejeitados. Ele carrega a culpa. O insulto, a perseguição mortal e a calúnia maldosa confirmam a bem-aventurança dos discípulos em sua comunhão com Jesus. Sem

dúvida, o mundo se voltará contra esses estrangeiros, esses mansos, por meio de palavras, violência e difamação. A voz desses humildes e mansos se faz ouvir e é ameaçadora, e seu sofrimento é por demais paciente e silencioso. Sim, também é impressionante o testemunho dos discípulos de Jesus, por meio da pobreza e do sofrimento, contra a injustiça no mundo. Isso é mortal. Enquanto Jesus declara: Bem-aventurados, bem-aventurados!, o mundo grita: Fora, fora! Sim, fora! Mas para onde? Para o reino dos céus. "Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus." Lá os pobres estão nos salões de festa. O próprio Deus enxuga as lágrimas dos olhos dos que choravam, e serve sua Ceia aos que tinham fome. O corpo ferido e martirizado lá está em toda a sua glória, não revestido de pecado e de arrependimento, mas com o manto branco da justiça eterna. Dali, da alegria eterna, chega o chamado para a Igreja dos discípulos sob a cruz, o chamado de Jesus: Bem-aventurados, bem-aventurados!

A Igreja visível

> Vós sois o sal da terra; ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta senão para, lançado fora, ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos os que se encontram na casa. Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus.
>
> Mateus 5.13-16

Essas palavras são dirigidas aos que, nas bem-aventuranças, foram chamados à graça do discipulado do Crucificado. Até aqui, os bem-aventurados eram tidos como dignos do reino dos céus, mas, para este mundo, inteiramente indignos e desnecessários. A partir de agora, porém, Jesus os têm como os mais imprescindíveis. Eles são o sal da terra. São os que têm maior valor, o bem mais precioso. Sem eles, a terra não consegue subsistir. É o sal que preserva a terra, e ela existe exatamente por causa desses pobres, indignos e fracos que o mundo despreza. Ao rejeitar os discípulos, a terra destrói sua própria vida e — milagre! — justamente por causa desses rejeitados pode continuar a existir. Esse "sal divino" (Homero) conserva-se em seu poder de ação. Ele permeia toda a terra; é sua substância. Assim, os discípulos não pensam somente no reino dos céus, mas são constantemente lembrados de sua tarefa no mundo. Sendo aqueles que estão ligados apenas a Jesus, são enviados à terra de que são o sal. Jesus, ao chamar seus discípulos em vez de designar a si mesmo sal da terra, transfere a eles seu poder de ação. Ele os inclui em sua tarefa no mundo. Ele próprio se mantém junto ao povo de Israel, mas a seus discípulos confia a terra inteira. A terra só poderá ser conservada pelo sal se o sal nunca deixar de ser sal e preservar sua força purificadora e temperante. Assim como o sal tem de permanecer sal, para o seu bem e para o bem da terra, a Igreja dos discípulos deve permanecer sendo o que é pelo chamado de Cristo. É nisso que consiste seu verdadeiro poder de ação e sua força de conservação. O sal não se deve deixar corromper, para, assim, ser um poder constante de purificação. Por isso recorre-se ao sal nos sacrifícios do Antigo Testamento, e por isso coloca-se sal na boca da criança no rito católico do batismo (Êx 30.35; Ez 16.4). A garantia da permanência da Igreja está no sal que não se deixa corromper.

Jesus não diz: "Vós *deveis* ser o sal da terra", mas "Vós *sois* o sal da terra". Não cabe aos discípulos escolher se querem ou não ser o sal da terra. Não há um apelo para que sejam o sal da terra. Eles o serão,

queiram ou não, no poder do chamado que lhes foi dirigido. “Vós *sois* o sal”, e não “Vós *tendes* o sal”. Seria uma simplificação se, com os reformadores, quiséssemos considerar o sal a mensagem dos discípulos. É toda a existência deles, na medida em que é renovada pelo chamado de Cristo ao discipulado, é a vida de que falam as bem-aventuranças. Aquele que, chamado por Cristo, está no discipulado é, por meio do chamado, o sal da terra com toda a sua existência.

A outra possibilidade, porém, é o sal tornar-se insípido e, portanto, deixar de ser sal. Perde seu poder. Sem dúvida, nesse caso para nada serve e deve ser lançado fora. Sua função é salgar. Mas o sal que se torna insípido já não servirá para salgar. Tudo pode ser salvo pelo sal, mesmo o elemento mais estragado; só não há esperança para o sal que perdeu o sabor. Esse é o outro lado da discussão. É o juízo ameaçador que paira sobre a Igreja dos discípulos. A terra deve ser salva pela Igreja dos discípulos, mas a Igreja que deixa de ser o que é está irrecuperavelmente perdida. O chamado de Jesus é ser o sal da terra ou ser destruído, é tornar-se discípulo ou ser destruído pelo próprio chamado. Não há outra possibilidade de salvação. Não pode haver.

O chamado de Jesus não confere à comunidade dos discípulos apenas o poder invisível do sal, mas também o poder de iluminar, de ser o brilho visível da luz. Novamente, Jesus não diz: “Vós *deveis* ser a luz”, mas: “Vós *sois* a luz”. O próprio chamado transformou os discípulos em luz. Não há outra possibilidade: eles são uma luz que é vista; do contrário, o chamado não lhes teria sido dirigido. Que objetivo impossível, sem sentido, para os discípulos de Jesus, para *esses* discípulos, *quererem* ser a luz do mundo! Eles já se tornaram luz no momento em que houve o chamado ao discipulado. Mais uma vez, Jesus não fala: “Vós *tendes* a luz”, mas: “Vós *sois* a luz”. Também não diz que algo lhes foi dado, ou que sua mensagem é a luz, mas que eles mesmos *são* a luz. O mesmo Jesus que diz: “Eu sou a luz do mundo”, diz a seus discípulos: “Vós sois a luz em toda a sua vida, enquanto permanecerdes no chamado. E, mesmo que o quisésseis, não podeis mais ficar escondidos, pois vós sois a luz”. A luz brilha, e “não se pode esconder a cidade edificada sobre o monte”. É impossível! Seja como cidade segura, castelo fortificado, seja à beira da ruína, a cidade edificada sobre o monte é visível de longe. Essa cidade é a comunidade dos discípulos — que israelita não pensou em Jerusalém, a cidade edificada sobre o monte? Assim, os discípulos nada mais precisam decidir: a única decisão possível já foi tomada. Agora eles têm de ser o que são, ou então não são seguidores de Jesus. Os discípulos são a Igreja visível, seu discipulado é a ação visível pela qual se destacam do mundo — ou então, definitivamente, não são discípulos. E, de fato, o discipulado é tão visível como a luz na noite, como o monte que se levanta na planície.

A fuga para a invisibilidade é a negação do chamado. Igreja de Jesus que queira ser invisível não é mais Igreja do discipulado. “Nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador.” Eis a outra possibilidade: ocultar a luz propositadamente colocando-a debaixo de um alqueire, isto é, não aceitar o chamado. O alqueire sob o qual a Igreja visível oculta sua luz pode ser tanto o medo do ser humano como a tentativa de conformar-se com o mundo visando a algum outro objetivo — um propósito missionário, por exemplo, ou mesmo um amor equivocado pelo ser humano! Pode ser, também, e então ainda mais perigoso, uma suposta teologia reformada que ousa se apresentar como *theologia crucis* [teologia da cruz] e que propõe, em lugar de uma visibilidade “farisaica”, uma invisibilidade

"humilde", de modo que a Igreja acabe assim mesmo se conformando com o mundo. Tal Igreja se caracterizaria não pela visibilidade extraordinária, mas por estar de acordo com a *justitia civilis*. Nesse contexto, o critério para ser cristão é exatamente que a luz *não* brilhe. Jesus, porém, afirma: "Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens". Em todo caso, o que brilha é a luz do chamado de Cristo. Mas que tipo de luz é essa em que devem brilhar os seguidores de Jesus, os discípulos das bem-aventuranças? Que espécie de luz deve brilhar do lugar reservado unicamente aos discípulos? O que a invisibilidade e a obscuridade da cruz de Jesus, sob a qual vivem os discípulos, têm a ver com a luz que deve brilhar? Essa obscuridade não significaria que os discípulos têm de se manter ocultos na vida de discipulado, em vez de viverem na luz? É um perigoso sofisma, esse de defender a conformação da Igreja com o mundo justamente com base na cruz de Jesus. Acaso não está evidente, mesmo para o ouvinte comum, que na cruz algo muito extraordinário se tornou visível? Ou tudo não passaria de *justitia civilis*, isto é, a cruz significando nada mais que adequação ao mundo das leis civis? Será que a cruz não foi algo espantoso à vista de todos, claramente visível em meio à total escuridão? Não é visibilidade suficiente a rejeição e o sofrimento de Cristo, sua vida terminada diante dos portões da cidade, sobre o monte da vergonha? Acaso tudo isso é invisível?

Nessa luz é que devem ser vistas as boas obras dos discípulos. Não são os discípulos que devem ser vistos, mas suas boas obras, diz Jesus. O que são essas boas obras que devem ser vistas nessa luz? Nada mais que as obras que o próprio Jesus criou neles ao chamá-los para serem a luz do mundo sob a cruz—pobreza, estranheza, mansidão, paz e, por fim, perseguição e rejeição. Em tudo isso, apenas uma coisa importa: tomar sobre si a cruz de Cristo. A cruz é a luz singular que brilha, e é só nela que todas as boas obras dos discípulos podem ser vistas. Não se está dizendo que, desse modo, Deus se faz visível, mas que as "boas obras" sejam vistas e as pessoas louvem a Deus por causa delas. Tornam-se visíveis a cruz e as obras da cruz, e também a privação e a renúncia dos bem-aventurados. Por causa da cruz e de uma Igreja assim, somente Deus pode ser louvado, e não mais o ser humano. Se as boas obras fossem virtudes do ser humano, os discípulos é que seriam louvados, e não o Pai. Desse modo, porém, nada há que ser louvado nos discípulos que carregam a cruz, nem na Igreja visível edificada sobre o monte, de onde a luz brilha; por causa das "boas obras", apenas o Pai no céu pode ser louvado. Assim, as pessoas *veem* a cruz e a Igreja da cruz e creem em Deus. Tal é, porém, a luz da ressurreição.

A justiça de Cristo

> Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus. Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus.
>
> Mateus 5.17-20

Não é nada surpreendente que os discípulos, tendo recebido as promessas de seu Senhor, nas quais tudo que tinha valor para o povo era desvalorizado e tudo que não tinha valor era declarado bem-aventurança,

considerassem que a lei houvesse sido revogada. Jesus se dirigira a eles e os designara como aqueles a quem tudo fora concedido pela livre graça de Deus, aqueles que agora tudo possuíam e que certamente herdariam o reino dos céus. Desfrutavam a comunhão completa e pessoal com Cristo, que renovara todas as coisas. Eram o sal, a luz, a cidade edificada sobre o monte. Assim, tudo que era antigo havia passado e sido substituído. Aproximava-se, portanto, o tempo em que Jesus romperia definitivamente com tudo que era antigo, revogando a lei da antiga aliança e, na liberdade do Filho, declarando-a inválida para sua Igreja. Depois de tudo, afinal, talvez os discípulos viessem mesmo a pensar como Marcião, que, alegando uma falsificação judaísta do texto, assim o alterou: "Pensais que vim cumprir a Lei ou os Profetas? Eu vim para revogar, não para cumprir". Muitos, desde então, leram e interpretaram as palavras de Jesus na mesma linha de Marcião. Jesus, porém, diz: "Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas...". Portanto, Cristo cumpre a lei da antiga aliança.

Como entender isso? Sabemos que Jesus está se dirigindo aos discípulos, aos que têm compromisso exclusivo com ele. Lei nenhuma poderia impedir a comunhão de Jesus com seus seguidores, como ficou claro na leitura de Lucas 9.57ss. O discipulado é compromisso direto com Jesus Cristo, somente. Mesmo assim, surge aqui o inesperado compromisso dos discípulos com a lei do Antigo Testamento. Jesus diz duas coisas diferentes a seus seguidores: a primeira é que o compromisso com a lei ainda não se caracteriza como discipulado; a segunda é que o compromisso com a pessoa de Jesus Cristo, sem lei, não pode ser considerado discipulado. Ele compromete com a lei aqueles a quem concedeu sua promessa e comunhão completas. E, porque é a ele que os discípulos seguem, a lei vigora para eles. Vem, então, a pergunta: o que é válido, Cristo ou a lei? Com que estou comprometido? Somente com ele ou de novo com a lei? Cristo tinha dito que lei nenhuma deveria se pôr entre ele e os discípulos. Agora, porém, afirma que a revogação da lei significaria separação dele. O que isso quer dizer?

A lei, no caso, é a da antiga aliança, não uma nova, mas aquela mesma antiga lei, à qual são remetidos também o jovem rico e o ardiloso intérprete da lei, como sendo a vontade revelada de Deus. Somente porque Cristo compromete seus discípulos com essa lei é que ela se torna novo mandamento. Não se trata, portanto, de uma "lei melhor" que a dos fariseus; é a mesma e única lei, que deve ser cumprida até o final dos tempos, sem deixar passar nem uma letra, nem um i ou um til. Trata-se, isto sim, de uma justiça melhor, "justiça que excede" a dos fariseus. Quem não tem essa justiça que excede não entrará no reino dos céus, exatamente porque se afastou do discipulado de Jesus que o comprometera com a lei. Contudo, ninguém alcançará essa justiça senão aquele a quem Cristo se dirige, a quem ele chama. A condição para a justiça que excede é o chamado de Cristo, é o próprio Cristo.

Pode-se compreender, portanto, o fato de Cristo, nesse ponto do Sermão do Monte, falar pela primeira vez a respeito de si mesmo. Ele próprio se interpõe entre os discípulos e a justiça que excede e que exige deles. Ele veio para cumprir a lei da antiga aliança; esse é o pressuposto para tudo o mais. Jesus está em pleno acordo com a vontade de Deus no Antigo Testamento, "na Lei e nos Profetas". Com efeito, nada tem a acrescentar aos mandamentos de Deus; ele os cumpre. Na verdade, isto ele acrescenta: o cumprimento dos mandamentos. Cumpre a lei, e afirma isso a seu próprio respeito; por isso é verdade. Ele a cumpre sem deixar passar nem um i sequer. Com isso, porém, "tudo se cumpriu", isto é, tudo que

deve acontecer para seu cumprimento. Jesus fará o que a lei exige, por isso terá de morrer; pois somente ele entende essa lei como a lei de Deus, ou seja, nem a lei é Deus, nem Deus é a lei, como se Deus pudesse ser substituído pela lei. Foi assim que Israel entendeu a lei equivocadamente. O pecado de Israel, portanto, foi a divinização da lei e a legalização de Deus. Por sua vez, o mal-entendido pecaminoso dos discípulos teria sido a negação da natureza divina da lei e a separação de Deus de sua lei. Nos dois casos, ou Deus e a lei foram separados, ou foram identificados como sendo uma só coisa, o que dá no mesmo. Os judeus identificaram Deus com a lei e, assim, visavam controlar Deus com a lei. Deus e a lei se tornaram um só; não havia mais o Senhor acima da lei. Os discípulos, por sua vez, imaginaram equivocadamente que podiam separar Deus de sua lei e, assim, visavam também controlar Deus, como se fossem donos da salvação. Em ambas as situações, confundiam-se dádiva e doador, e Deus era negado com a ajuda da lei ou com a promessa de salvação.

A fim de evitar os dois equívocos, Jesus restabelece a lei como sendo a lei de Deus. Deus é o doador e Senhor da lei, e ela só é cumprida na comunhão pessoal com ele. É impossível o cumprimento da lei sem a comunhão com Deus. A primeira condição é válida para os judeus, e a segunda, para o iminente mal-entendido dos discípulos.

Jesus, o Filho de Deus, o único que vive em completa comunhão com Deus, faz a lei vigorar novamente, porque vem para cumprir a lei da antiga aliança. Só ele pode ensinar a lei e seu cumprimento correto, ele que foi o único capaz de fazê-lo. Quando Jesus lhes disse isso, os discípulos tinham de saber e entender, pois tinham ciência de quem ele era. Os judeus, por sua vez, não poderiam entender enquanto não cressem nele. Assim, rejeitavam sua doutrina da lei como blasfêmia contra Deus, ou melhor, blasfêmia contra a lei de Deus. Por isso Jesus teve de sofrer, nas mãos dos advogados da falsa lei, por causa da verdadeira lei de Deus. Morre na cruz como blasfemo, como transgressor da lei, porque fez vigorar a lei verdadeira em oposição à lei falsificada e mal entendida.

O cumprimento da lei a que Jesus se refere não pode ocorrer de outra forma senão pela crucificação de Jesus como pecador. Sua própria crucificação é o cumprimento perfeito da lei.

Isso equivale a dizer que apenas Jesus Cristo pode cumprir a lei, porque só ele está em comunhão completa com Deus. Ele mesmo se interpõe entre seus discípulos e a lei, enquanto a lei não se interpõe entre ele e seus discípulos. O caminho dos discípulos até a lei passa pela cruz de Cristo. É dessa maneira que Jesus une os discípulos a si próprio, remetendo-os à lei, que só é cumprida por ele. O compromisso sem lei é rejeitado, pois é puro entusiasmo e não é mais compromisso; antes, é total libertinagem. É desfeita, porém, a preocupação dos discípulos de que o compromisso com a lei os separaria de Jesus. Essa preocupação só podia ser resultado do mal-entendido a respeito da lei, equívoco que, de fato, separa os judeus de Deus. Em vez disso, fica claro que o compromisso verdadeiro com Jesus só pode se dar no compromisso com a lei de Deus.

Jesus, portanto, se interpõe entre os discípulos e a lei, mas isso não significa que os discípulos estejam isentos de cumprir a lei; ao contrário, Jesus está ali para restabelecer a exigência de seu cumprimento. E, justamente o compromisso com ele exige dos discípulos o cumprimento da lei. Eles se veem na necessidade de cumprir a lei rigorosamente, cada i e cada til. Deve ser cumprida, e isso é tudo. Por isso

mesmo ela só agora vigora plenamente, e é por isso que grande será o reino dos céus para quem cumpre e ensina a lei. "*Pratique* e ensine" — pode-se até levantar a possibilidade de uma doutrina da lei que não exija sua própria prática, que sirva apenas para ensinar que seu cumprimento é impossível. Uma doutrina tal, porém, não pode ser evocada a partir de Jesus. A lei deve ser praticada como de fato ele a praticou. Quem permanece com ele no discipulado, com ele que cumpriu a lei, pratica e ensina a lei no discipulado. Na comunhão com Jesus, só pode permanecer aquele que cumpre a lei.

Não é lei, mas a "justiça que excede", o que distingue o discípulo do judeu. A justiça dos discípulos excede a dos fariseus. Ela a supera, é algo extraordinário, especial. Pela primeira vez aparece o termo *perisseuein* [exceder], que virá a ter enorme importância no versículo 47. Devemos perguntar: em que consiste a justiça dos fariseus? Em que consiste a dos discípulos? Certamente os fariseus jamais incorreram no erro, contrário às Escrituras, de afirmar que bastava ensinar a lei sem ter de praticá-la. Eles queriam praticar a lei. Sua justiça consistia no cumprimento direto e ao pé da letra do que a lei ordenava. Sua justiça era sua prática. Seu objetivo era a conformidade completa de suas ações com o que era ordenado na lei. No entanto, sempre restava algo que tinha de ser resolvido pelo perdão. Sua justiça era imperfeita. A justiça dos discípulos poderia, também, consistir apenas no cumprimento da lei. Só poderia ser considerado justo quem praticasse a lei. A prática dos discípulos, porém, supera a dos fariseus porque, na verdade, é justiça perfeita se comparada à dos fariseus. Como isso é possível? O mérito da justiça do discípulo consiste em que, entre ele e a lei, está aquele que cumpriu a lei inteiramente, aquele com quem o discípulo está em completa comunhão. Ele não viu diante de si uma lei a ser cumprida, mas uma lei já cumprida. Antes mesmo que comece a praticar a lei, ela já foi cumprida, sua exigência já foi satisfeita. A justiça que a lei exige já está ali; é a justiça de Jesus, que vai à cruz por causa da lei. Uma vez que essa justiça não consiste apenas em fazer o bem, mas na comunhão pessoal, verdadeira e completa com Deus, Jesus não apenas *tem* a justiça, mas *é* também a própria justiça. Ele é a justiça dos discípulos. Com seu chamado, Jesus tornou os discípulos participantes de si próprio, concedeu-lhes sua comunhão; assim, fez que tomassem parte de sua justiça. A justiça dos discípulos é a justiça de Cristo. Para explicar isso, as palavras de Jesus sobre a "justiça que excede" já começam chamando a atenção para o cumprimento da lei. A justiça de Cristo é, de fato, a justiça dos discípulos. No sentido exato, é sempre justiça que se oferece, que se dá pelo chamado ao discipulado. É a justiça que consiste exatamente no discipulado, a justiça que, já nas bem-aventuranças, tem a promessa do reino dos céus. A justiça dos discípulos é justiça sob a cruz. É a justiça dos pobres, dos tentados, dos famintos, dos mansos, dos pacificadores, dos perseguidos por causa do chamado de Jesus. É a justiça visível daqueles que, por causa de Jesus, são a luz do mundo e a cidade edificada sobre o monte. Por isso a justiça dos discípulos "excede" a dos fariseus, já que somente ela se apoia sobre o chamado de Jesus à comunhão, o chamado do único que cumpre a lei. E, por estar fundamentada no chamado de Jesus, a justiça dos discípulos é verdadeira justiça, porque eles próprios cumprem a vontade de Deus praticando a lei. Também a justiça de Cristo não deve ser apenas objeto de ensino, mas deve ser *praticada*. Do contrário, não é melhor que a lei apenas ensinada, mas não praticada. A seguir, trataremos dessa prática da justiça

de Cristo pelos discípulos. Para tanto, basta uma única palavra: discipulado. É a prática real e simples na fé na justiça de Cristo. A justiça de Cristo é a nova lei, a lei de Cristo.

O irmão

> Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento. Eu, porém, vos digo que todo aquele que [sem motivo] se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo. Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faze a tua oferta. Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz, ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. Em verdade te digo que não sairás dali, enquanto não pagares o último centavo.
>
> Mateus 5.21-26

"Eu, porém, vos digo" — com essas palavras, Jesus resume tudo que já foi dito sobre a lei. Pelo que vimos antes, não se pode ver em Jesus um revolucionário nem aceitá-lo como alguém que vive contrapondo opiniões, na linha dos rabinos. Continuando o que começáramos a explicar, Jesus não só expressa sua unidade com a lei da aliança mosaica, mas também deixa claro, em verdadeira unidade com a lei de Deus, que ele é o Filho de Deus, o Senhor e doador da lei. Apenas quem aceita a lei como palavra de Cristo pode cumpri-la. Não deve haver lugar para o mal-entendido pecaminoso em que caíram os fariseus. É só no reconhecimento de Cristo como Senhor e cumpridor da lei que reside o verdadeiro conhecimento da lei. Cristo tomou a lei para si e, ao reivindicá-la, cumpre o objetivo dela. Nessa unidade com a lei, contudo, contrapõe-se à interpretação equivocada da lei. Ao honrar a verdadeira lei, fica à mercê de seus falsos defensores.

A primeira lei que Jesus recomenda a seus discípulos é a que lhes proíbe o assassinato e lhes encarrega o cuidado com a vida do irmão. A vida do irmão é dada por Deus e está nas mãos dele; somente Deus tem poder sobre a vida e a morte. O assassino não pode ter lugar na comunidade de Deus. Está sujeito ao mesmo julgamento com o qual julgou. O irmão que está sob a proteção da lei divina já não é apenas irmão na fé, pois agora as ações do discípulo não se baseiam no que o outro é, mas nos mandamentos de Jesus, a quem seguimos e obedecemos. O discípulo de Jesus é proibido de cometer assassinato, sob ameaça de julgamento divino. A vida do irmão é, para o discípulo de Jesus, limite que não se pode atravessar. Esse limite, porém, não se restringe ao assassinato; irar-se já é ultrapassá-lo. A palavra raivosa (*Raca*) e a ofensa deliberada ("tolo") já são transgressões desse limite. Todo ato de ira é agressão à vida do outro, porque nega-lhe o direito de vida visando à sua destruição. Também não adianta procurar diferenças entre ira justificada e ira injustificada.[6] O discípulo não pode conhecer a ira, do contrário peca contra Deus e contra seu irmão. A palavra leviana à qual não damos grande importância revela que não honramos o outro, que não o respeitamos, que estimamos mais a nossa vida que a dele. Tais palavras são um golpe contra o irmão, uma punhalada em seu coração. Sua intenção é atingir, machucar, destruir. A ofensa deliberada ataca a honra pública do irmão, intenta torná-lo desprezível diante dos outros, almeja odiosamente a destruição de sua existência íntima e externa. Estou executando nele a sentença. Isso é assassinato. O assassino está sujeito ao mesmo julgamento.

Quem se irar contra seu irmão, quem lhe dirigir palavras ofensivas, quem o difamar e o caluniar em público já não tem lugar diante de Deus, pois é assassino. Separando-se do irmão, separou-se também de Deus; não tem mais acesso a ele. Seu sacrifício, sua adoração, suas orações já não agradarão a Deus. O discípulo de Jesus não pode separar adoração e serviço ao irmão, como acontece entre os rabinos. O desprezo ao irmão invalida a adoração e priva o discípulo de toda promessa divina. Tanto o indivíduo como a Igreja que pretendem apresentar-se diante de Deus com o coração cheio de desprezo e não reconciliado estão brincando com um falso deus. A oferta não deve ser aceita enquanto ao irmão forem negados serviço e amor, enquanto ele for objeto de desprezo, enquanto ele tiver algo contra mim ou contra a Igreja de Jesus. Não é apenas a minha ira que se interpõe entre mim e Deus; basta haver um irmão magoado, ultrajado ou desonrado "que tenha algo contra mim". A Igreja dos discípulos de Jesus deve avaliar se, em algum lugar, não errou em relação aos irmãos, se não é culpada, com o mundo, pelo ódio, pelo desprezo, pela difamação e, portanto, pelo assassinato do irmão. Sim, a Igreja dos discípulos de Jesus deve investigar se, ao apresentar-se diante de Deus para orar e adorar, também não se interpõem entre ela e Deus muitas vozes acusadoras, impedindo-lhe a oração. A Igreja dos discípulos de Jesus deve verificar se mostrou o amor de Jesus àqueles que o mundo rejeitou e desonrou, amor que visa proteger, conservar e sustentar a vida. Do contrário, de nada adiantará a adoração mais correta, a oração mais piedosa ou a confissão mais corajosa; isso será usado contra ela, porque abandonou o discipulado de Jesus. Deus não quer se separar de nosso irmão; não quer ser honrado enquanto um irmão é desonrado. Ele é o Pai. Sim, é o Pai de Jesus Cristo, que se fez irmão de todos nós. Nisso se baseia o motivo último por que Deus não quer mais ser separado do irmão. Seu Filho Unigênito foi desonrado e difamado por honra ao Pai. O Pai, porém, não se deixa separar do Filho e, portanto, também não quer se separar daqueles dos quais seu Filho se tornou irmão, por amor aos quais suportou a vergonha. Por causa da encarnação do Filho de Deus, não se pode mais separar adoração e serviço ao irmão. "Se alguém disser: Amo a Deus, e odiar a seu irmão, é mentiroso" (1Jo 4.20).

Assim, aos que querem participar da verdadeira adoração no discipulado de Cristo, resta apenas um caminho: o da reconciliação com o irmão. Quem vem ouvir a palavra e receber a comunhão, sem ter o coração reconciliado, recebe, em lugar, juízo. Aos olhos de Deus, é um assassino. Por isso, "vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faze a tua oferta" (Mt 5.24). É um duro caminho esse que Jesus exige de seus discípulos. É um caminho de humilhação e vergonha, mas é o caminho a ele, o Irmão Crucificado, e por isso é caminho da graça. Em Jesus, a adoração e o serviço ao irmão são uma coisa só. Ele foi e reconciliou-se com o irmão e, desse modo, ofereceu ao Pai o único e verdadeiro sacrifício, o sacrifício de si mesmo.

Ainda vivemos no tempo da graça, pois ainda há um irmão ao nosso lado, ainda estamos "com ele a caminho". Diante de nós está o juízo. Ainda podemos buscar o acordo, ainda podemos pagar a dívida a quem somos devedores. Chegará a hora em que seremos julgados. Então será tarde, pois aí haverá justiça e punição até o último centavo. Será que entendemos que, para o discípulo de Jesus, o irmão não é lei, mas graça? É graça poder entrar em acordo com o irmão e fazer-lhe justiça, e também é graça poder reconciliar-se com ele. O irmão é a nossa graça diante do juízo.

O único que pode falar assim conosco é aquele que, como nosso Irmão, tornou-se para nós graça, reconciliação e salvação do juízo. Na humanidade do Filho de Deus, foi-nos dada a graça do Irmão. Que os discípulos de Jesus a considerem acertadamente!

Servir ao irmão, entrar em acordo com ele, fazer-lhe justiça e conceder-lhe o direito à vida é o caminho da abnegação, o caminho à cruz. “Ninguém tem amor maior do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos” (Jo 15.13). Assim é o amor do Crucificado. Portanto, essa lei só se cumpre na cruz de Jesus.

A mulher

> Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela. Se o teu olho direito te faz tropeçar, arranca-o e lança-o de ti; pois te convém que se perca um dos teus membros, e não seja todo o teu corpo lançado no inferno. E, se a tua mão direita te faz tropeçar, corta-a e lança-a de ti; pois te convém que se perca um dos teus membros, e não vá todo o teu corpo para o inferno. Também foi dito: Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio. Eu, porém, vos digo: qualquer que repudiar sua mulher, exceto em caso de relações sexuais ilícitas, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério.
>
> Mateus 5.27-32

O compromisso com Jesus não admite o desejo sem amor; tal desejo é proibido aos discípulos. Não se pode permitir que a vontade própria dos discípulos, não importando a circunstância, seja dominada pelo desejo, pois discipulado é abnegação e compromisso total com Jesus. Ainda que seja um breve olhar de sedução, tal desejo afasta do discipulado de Jesus e lança todo o corpo no inferno. Por causa dele, o ser humano vende o direito da primogenitura celestial por um prato de lentilhas. Não acredita que Deus pode recompensá-lo com centenas de alegrias por não ter sucumbido à paixão. Não se contenta em buscar o invisível; prefere agarrar o fruto visível da cobiça. Com isso, desvia-se do caminho do discipulado e separa-se de Jesus. A impureza da cobiça é a falta de fé; só por isso já deve ser rejeitada. Nenhum sacrifício que o discípulo faça para livrar-se do desejo que o separa de Jesus é grande demais. O próprio olho é menos que Cristo, a própria mão é menos que Cristo. Se estiverem a serviço do desejo, o olho e a mão devem ser sacrificados, e não Jesus Cristo, a fim de que não ponham em risco a pureza do corpo no discipulado. O que se ganha com o desejo é mínimo em comparação com o dano que causa — desfruta-se por instantes do desejo do olho e da mão, mas perde-se todo o corpo para a eternidade. O olho que serve à cobiça impura não consegue ver a Deus.

Será que não é o momento de questionar, em definitivo, se esse mandamento de Jesus deve ser entendido ao pé da letra ou em sentido figurado? Acaso nossa vida não depende de uma resposta clara a esse respeito? A resposta já não foi dada pela atitude dos discípulos? Diante de tal dilema, nossa vontade é evitar qualquer decisão. Mas a própria pergunta é falsa e maliciosa. Não há resposta para ela. Se disséssemos que, de fato, esse mandamento não deve ser entendido literalmente, já estaríamos nos desviando de sua gravidade; se, ao contrário, disséssemos que, sim, deve ser levado a sério, já ficaria evidente o absurdo da existência cristã, e o mandamento perderia sua validade. Estamos, portanto, totalmente presos ao mandamento de Jesus, justamente por não haver resposta a essa pergunta tão fundamental. Não há como fugirmos para nenhum dos dois lados; estamos numa posição onde não resta

alternativa senão obedecer. Jesus não impõe a seus discípulos restrições que não possam suportar; não os proíbe de olharem, mas atrai o olhar sobre si, sabendo que assim o olhar se manterá puro, mesmo quando se dirige à mulher. Portanto, não submete os discípulos a um jugo da lei impossível de suportar, mas os ajuda com a graça do evangelho.

Jesus não aconselha o casamento a seus discípulos. Contudo, santifica-o de acordo com a lei, estabelecendo que o matrimônio não pode ser desfeito e proibindo novo casamento àquele que, por adultério, separou-se de seu cônjuge. Com esse mandamento, Jesus liberta o casamento do desejo egoísta a fim de colocá-lo a serviço do amor, de forma só possível no discipulado. Jesus não repreende o corpo e sua necessidade natural, mas rejeita a falta de fé que nele se esconde. Por isso, não dissolve o casamento, mas o fortalece e o santifica pela fé. Assim, o discípulo tem de preservar seu compromisso total com Cristo também no casamento, por meio da disciplina e da renúncia. Cristo é Senhor também no casamento. O fato de o matrimônio do discípulo ser algo diferente do matrimônio do mundo não significa desprezo ao casamento, mas justamente sua santificação.

Pode parecer que, ao exigir que o casamento não pode se desfazer, Jesus se põe contra a lei do Antigo Testamento. Mas ele próprio explica estar de acordo com a lei mosaica. “Por causa da dureza de vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossa mulher...” (Mt 19.8) Por isso permitiu-se aos israelitas a possibilidade da “carta do divórcio”, para impedir que o coração cometesse excessos ainda maiores. A intenção da lei do Antigo Testamento, porém, está em pleno acordo com a intenção da lei de Jesus, que é sustentar a pureza do casamento, para que este seja exercido na fé em Deus. Essa pureza, isto é, a castidade, é preservada na comunhão com Jesus e em seu discipulado.

Porque Jesus se preocupa unicamente com a pureza completa, a castidade de seus discípulos, deve afirmar também que a renúncia ao casamento, por causa do reino de Deus, é sagrada. O casamento ou o celibato, para Jesus, não é um programa de vida; ao contrário, Jesus livra os discípulos da *porneia* [relações sexuais ilícitas] dentro e fora do casamento, livra-os da prostituição, que não é apenas um pecado contra o próprio corpo, mas um pecado contra o corpo de Cristo (1Co 6.13-15). O corpo do discípulo pertence a Cristo e ao discipulado, e nosso corpo é membro do corpo dele. A prostituição é, assim, pecado contra o próprio corpo de Jesus, porque ele, o Filho de Deus, portou um corpo humano e porque nós temos comunhão com o corpo dele.

O corpo de Jesus foi crucificado. A respeito dos que pertencem a Cristo, o apóstolo afirma que “crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências” (Gl 5.24). Ou seja, é somente no corpo martirizado e crucificado de Jesus Cristo que se cumpre essa lei do Antigo Testamento. É pela contemplação do corpo de Jesus e pela comunhão desse corpo que os discípulos têm a força para a castidade exigida por Jesus.

A verdade

> Também ouvistes que foi dito aos antigos: Não jurarás falso, mas cumprirás rigorosamente para com o Senhor os teus juramentos. Eu, porém, vos digo: de modo algum jureis; nem pelo céu, por ser o trono de Deus; nem pela terra, por ser estrado de seus pés; nem por Jerusalém, por ser cidade do grande Rei; nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno.

A interpretação dessa passagem permanece, ainda hoje, em discussão no seio da Igreja cristã. Já os estudiosos da Igreja primitiva se desentendiam sobre as possibilidades de interpretá-la. Vão desde a rejeição total a qualquer juramento como pecado até à simples advertência ao juramento irresponsável e ao falso testemunho. Na Igreja primitiva, a interpretação mais aceita era a seguinte: o juramento é terminantemente proibido para o cristão "perfeito", mas aceitável em determinadas situações para os mais fracos na fé. O próprio Agostinho defendia essa interpretação. Sua opinião em relação ao juramento era a mesma de filósofos pagãos como Platão, Pitágoras, Epíteto e Marco Aurélio. Na visão deles, o juramento era indigno de um homem nobre. As igrejas que surgiram na esteira da Reforma consideravam, em suas confissões de fé, os juramentos exigidos pelas autoridades governamentais como não inseridos nessas palavras de Jesus. Os argumentos principais eram que, desde o início, no Antigo Testamento, o juramento era obrigatório; o próprio Jesus, em seu julgamento, jurou diante do tribunal; o apóstolo Paulo recorre diversas vezes a fórmulas de juramento. Para os reformadores, a separação entre reino divino e secular tinha importância decisiva, além de basear-se no testemunho direto das Escrituras.

O que é juramento? É a invocação pública do nome de Deus como testemunha de uma afirmação que faço a respeito de algo que ocorreu no passado ou no presente ou que ocorrerá no futuro. Deus, que é onisciente, vingará a mentira. Por que Jesus considera tal juramento um pecado de natureza satânica e maligna? Porque, para Jesus, o que importa é a verdade total.

O juramento é a comprovação de que existe mentira no mundo. Se o ser humano não fosse capaz de mentir, não haveria necessidade de juramento. Embora seja um obstáculo para a mentira, o juramento pode até estimular os mentirosos, pois, na reivindicação de ser a última instância da verdade, confirma a possibilidade de haver espaço para a mentira, ou seja, a mentira obtém certo direito de existir. A lei do Antigo Testamento recusa a mentira por meio do juramento. Jesus, por sua vez, recusa a mentira proibindo o juramento. Num e noutro caso, trata-se de encontrar um meio para a destruição total da mentira na vida dos crentes. O juramento, que no Antigo Testamento era usado para combater a mentira, tornou-se refém da própria mentira e passou a servir ao mentiroso. Por meio do juramento, a mentira estabelece seu direito de existir. De seu modo, portanto, Jesus, aprisiona a mentira no lugar mesmo onde ela se esconde, isto é, atrás do juramento. O juramento deve desaparecer, pois se tornou proteção da mentira.

O ataque da mentira contra o juramento podia ter êxito de duas maneiras. Primeiro, por meio do próprio juramento tornando-se falso testemunho. Segundo, disfarçando-se na forma do juramento, isto é, não como invocação pública do nome do Deus vivo, mas a algum outro poder mundano ou divino. Nesse caso, porque a mentira se infiltrou profundamente no juramento, só a proibição do juramento garante a verdade total.

"Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não." Isso não quer dizer que os discípulos não são responsáveis diante do Deus onisciente pelo que dizem. Ao contrário, exatamente porque o nome de Deus não é invocado de forma solene no juramento, cada palavra do discípulo é expressa na presença do Deus onisciente. Não há necessidade de o discípulo jurar, pois não existe palavra que não seja dita diante de

Deus. Cada palavra sua deve expressar nada mais que a verdade, não necessitando, assim, de confirmação mediante juramento. O juramento poria sob suspeita todas as outras palavras. Por isso diz-se que o juramento "vem do maligno". O discípulo, porém, deve ser luz sempre, com todas as suas palavras.

O juramento é, assim, recusado, e isso deve ficar muito claro, pois para Jesus o objetivo é somente a verdade. É evidente que o mandamento de Jesus não admite exceção em nenhuma instância. Deve-se dizer, porém, que a rejeição ao juramento não pode servir para esconder a verdade. Se isso ocorrer, isto é, se em prol da verdade for necessário o juramento, não se deve generalizar, pois isso deve ser decidido caso a caso. As igrejas procedentes da Reforma consideram exemplos dessa natureza todo juramento exigido pelas autoridades. É de questionar se tal generalização é possível.

O que não deve ser questionado, porém, é que, caso isso ocorra, o juramento só pode ser feito havendo total clareza e transparência sobre seu conteúdo; também, deve-se diferenciar o juramento referente a fatos do passado ou do presente e que são de nosso inteiro conhecimento do juramento que nos diz respeito e que visa a um voto a ser cumprido no futuro. Uma vez que o cristão nunca está isento de cometer erros sobre o passado, a invocação pública do nome do Deus onisciente não poderá servir para confirmar uma afirmação sujeita a erro, mas para confirmar a pureza de sua sabedoria e consciência. Uma vez, porém, que o cristão também nunca tem o poder de saber o que acontecerá no futuro, o voto juramentado é sempre algo arriscado. E, não sendo ele capaz de controlar o próprio futuro, muito menos tem o poder de controlar o futuro daquele a quem faz o voto de fidelidade. Assim, por causa da verdade e do discipulado de Jesus, é impossível fazer o juramento sem antes condicioná-lo à vontade de Deus. Para o cristão, não existe compromisso terreno absoluto. Um voto de fidelidade que queira comprometer integralmente o cristão se tornará uma mentira e, portanto, "vem do maligno". A invocação do nome de Deus para tal juramento jamais poderá servir para confirmar o voto para algo que só ocorrerá no futuro, mas apenas como testemunho de que, no discipulado de Jesus, estamos comprometidos com a vontade de Deus e que qualquer outro compromisso está, por causa de Jesus, assim condicionado. Se, em casos de dúvida, essa condição não for expressamente afirmada nem reconhecida, o julgamento não poderá ser feito, justamente porque estou enganando aquele a quem faço o voto. Seja, porém, a sua palavra: Sim, sim; não, não.

O mandamento da verdade total é apenas um sinônimo para a totalidade do discipulado. Apenas quem, no discipulado, está comprometido com Cristo está na verdade completa. Nada tem a esconder de seu Senhor. Vive completamente aberto diante dele. É reconhecido por Jesus e colocado na verdade. É revelado a Jesus como pecador. Não foi ele que se revelou para Jesus, mas, quando Jesus se lhe revelou em seu chamado, já soube que Jesus o reconhecera como pecador. A verdade total só existe quando o pecado é revelado e também é perdoado por Jesus. Quem, na confissão de seu pecado, está na verdade diante de Jesus não se envergonha da verdade, onde quer que ela seja dita. A verdade que Jesus exige de seus discípulos consiste na abnegação que não oculta o pecado. Tudo é revelado, tudo é trazido à luz.

Do princípio ao fim, a questão da verdade consiste na revelação do ser humano em todo o seu ser, em toda a sua maldade, diante de Deus. Por isso a verdade provoca a resistência do pecador, por isso é perseguida e crucificada. A verdade do discípulo baseia-se unicamente no discipulado de Jesus, no qual

ele nos revela na cruz nosso pecado. Só a cruz como verdade de Deus a nosso respeito nos torna verdadeiros. Quem conhece a cruz já não teme a verdade. O juramento como meio de confirmação da verdade não se faz mais necessário, pois quem vive sob a cruz está na verdade completa de Deus.

Só há verdade em relação a Jesus quando há verdade em relação aos seres humanos. A mentira destrói a comunhão. A verdade, porém, destrói a falsa comunhão e cria no lugar fraternidade verdadeira. Não há discipulado de Jesus sem uma vida na verdade revelada diante de Deus e dos seres humanos.

A vingança

> Ouvistes que foi dito: Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo: não resistais ao perverso; mas, a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra; e, ao que quer demandar contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa. Se alguém te obrigar a andar uma milha, vai com ele duas. Dá a quem te pede e não voltes as costas ao que deseja que lhe emprestes.
>
> Mateus 5.38-42

Jesus relaciona o provérbio “olho por olho, dente por dente” não só com os mandamentos do Antigo Testamento, comentados anteriormente, mas também com a proibição do assassinato nos Dez Mandamentos. Reconhece-o, portanto, como mandamento incontestável de Deus, tanto quanto o “Não matarás”. Da mesma maneira que este mandamento, aquele não deve ser eliminado da lei, mas ser cumprido de forma completa. Jesus não aceita nossa prática de conferir maior importância aos Dez Mandamentos que a esses outros. Para ele, existe apenas “o mandamento” do Antigo Testamento e, por isso, requer de seus discípulos que todos sejam igualmente cumpridos.

Os discípulos de Jesus, por causa dele, vivem na renúncia aos próprios direitos. Jesus os declara bem-aventurados porque são mansos. Se ainda fizessem questão, mesmo depois de terem abandonado tudo por causa dele, de continuar apegados a essa posse, isto é, a seu direito individual, já teriam abandonado o discipulado. Portanto, o que vemos aqui nada mais é que o desdobramento das bem-aventuranças.

Na lei do Antigo Testamento, o direito está sob proteção divina da vingança. Toda maldade deve ser vingada. É o meio de estabelecer a comunhão adequada, para que o mal seja acusado, vencido e, consequentemente, eliminado da comunidade do povo de Deus. Para isso serve a lei que permanece em vigor por meio da vingança. Jesus valida essa sabedoria divina e reafirma o poder da vingança para acusar o mal e vencê-lo visando ao fortalecimento da comunidade dos discípulos como o verdadeiro Israel. Para garantir a permanência do discípulo no discipulado, a injustiça deve ser eliminada mediante a justa vingança.

De acordo com Jesus, a vingança, para ser justa, consiste em não resistir ao mal.

Com essas palavras, Jesus remove sua Igreja da esfera político-jurídica, da estrutura de Israel como nação, que até então vigorava, e a transforma no que de fato é: uma comunidade de crentes desvinculada de uma ordem político-nacional. Se, no povo de Israel, eleito por Deus como estrutura política, a vingança assume, segundo a sabedoria divina, a forma de revide do golpe recebido, na comunidade dos discípulos de Jesus, que não exige para si direitos jurídico-nacionais, a vingança passa a consistir no sofrimento paciente do golpe recebido, de modo que o mal não seja respondido com outro mal. Só assim a comunidade poderá ser estabelecida e preservada.

Desse modo, fica claro que o discípulo de Jesus, contra quem é cometida a injustiça, já não se agarra a seu direito de vingança, como se fosse uma propriedade que ele tivesse de defender a qualquer custo. Por meio desse desprendimento, mostra que está livre de qualquer posse e comprometido apenas com Jesus Cristo. Então, à medida que testemunha seu compromisso exclusivo com Jesus, pode criar a única base segura para a vida em comunhão, entregando o pecador às mãos de Jesus.

A maldade do outro é vencida, portanto, quando ela não encontra o que procura, isto é, a reação que poderia criar um novo encadeamento de maldades, com as quais se tornaria cada vez mais inflamada e poderosa. Não sendo correspondida, a maldade se torna impotente, já que não encontra um objeto sobre o qual agir, não encontra reação, mas é suportada e sofrida paciente e firmemente. Assim, o mal depara com um oponente ao qual não é páreo. Claro que isso só ocorrerá quando o último posto de resistência tiver sido abandonado, quando a renúncia à vingança for total. Desse modo, o mal não conseguirá atingir seu objetivo, que é recriar o mal, e ficará isolado.

O sofrimento passa quando é tolerado. O mal encontra seu fim quando não lhe é imposto resistência. Ao abrir mão de revidar o golpe do inimigo com a mesma moeda da violência, não impondo qualquer resistência, o discípulo demonstra que são pecados a desonra e a difamação que o outro comete contra ele. A violência é julgada quando não consegue provocar a reação violenta. A falsa pretensão sobre minha túnica será exposta se, em vez de me defender, eu der também a capa. A exploração de minha disposição de servir torna-se visível quando eu não defino limites para ela. A disposição de renunciar tudo que nos é pedido é a disposição de satisfazer-se tão somente por estar junto de Jesus Cristo e segui-lo. Na renúncia voluntária à defesa, confirma-se e declara-se o compromisso incondicional com Jesus, com a liberdade e com o desprendimento do próprio eu. É somente a exclusividade desse compromisso com Jesus que pode vencer o mal.

Não se trata aqui apenas do mal como algo abstrato, mas também a pessoa má. Jesus chama abertamente a pessoa má de perverso. Minha atitude não deve ser a de desculpar nem de justificar meu opressor. Não é como se eu quisesse expressar com meu sofrimento paciente o reconhecimento dos direitos que o perverso teria. Jesus nada tem a ver com essas considerações sentimentais. O golpe que desonra, o ato de violência, a exploração do outro continuam sendo maus. O discípulo deve ter consciência disso e dar testemunho, como fez Jesus, mesmo porque de outro modo o mal não será confrontado nem vencido. Mas, exatamente porque não há nada que justifique o mal que atinge o discípulo, este tem de sofrê-lo, sem resistir a ele, para, ao sofrer, anular o mal e, assim, o vencer. O sofrimento suportado com disposição é mais forte que o mal; é a morte do mal.

Não há, na terra, ação tão ultrajante que justifique exigir uma atitude diferente do cristão. Quanto mais terrível o mal, mais disposto ao sofrimento o discípulo deverá estar. O discípulo deve dispor-se a deixar o perverso cair nas mãos de Jesus. Não sou eu, mas é Jesus que lidará com ele.

Nesse ponto, os reformadores introduziram uma interpretação nova e decisiva ao distinguir entre o sofrimento pessoal do discípulo e o sofrimento em decorrência de seu cargo, isto é, das responsabilidades dadas por Deus. No primeiro caso, devo agir conforme ordena Jesus; no segundo, não só estou livre de obedecer, mas também, por causa do verdadeiro amor, devo fazer justamente o

contrário, isto é, opor violência à violência a fim de impedir a invasão do mal. Foi sob tal ponto de vista que os reformadores justificaram a guerra e o uso de recursos públicos legais no combate contra o mal. Para Jesus, no entanto, é estranha essa divisão, como critério para a ação, entre o indivíduo na vida privada e o indivíduo como detentor de cargo. Sobre isso ele não nos diz uma só palavra. Dirige-se a seus discípulos como aqueles que deixaram tudo para segui-lo. Tanto a vida "privada" como a "pública" deveriam estar completamente subordinadas ao mandamento de Jesus. Sua palavra exige compromisso completo, obediência incondicional. Na realidade, essa distinção ocasiona uma dificuldade impossível de solucionar: quando é que sou apenas indivíduo na vida privada e quando sou apenas encarregado na vida pública? Não sou sempre pai de meu filho, pastor de minha igreja, representante de meu povo, onde quer que eu seja ofendido? Por isso mesmo, não estou sempre obrigado, por responsabilidade de meu cargo, a me defender de todo ataque? E não sou também um indivíduo, sempre diante de Jesus, mesmo na execução de meus deveres públicos? Não sou, portanto, obrigado a resistir a todo ataque exatamente por responsabilidade de meu cargo? Será que essa distinção não deveria ser esquecida, já que o discípulo de Jesus é sempre o mesmo, que, em última instância, só poderá decidir e agir sendo um? E não é justamente *nesse* modo de agir que reside minha maior responsabilidade diante dos que estão sob meus encargos?

Como, então, justificar o mandamento de Jesus à luz da experiência? Não está evidente que a violência se volta especialmente contra os mais fracos e incapazes de se defender? Essa ordem de Jesus não é apenas um ideal que nada tem a ver com a realidade, ou seja, com os pecados que reinam no mundo? Talvez ela tenha razão de ser dentro da Igreja. Mas, em relação ao mundo, parece ser de um fanatismo enganoso, que não leva em conta o pecado. Vivendo no mundo e reconhecendo que ele é mau e cheio de pecado, podemos dizer que isso é impraticável. Mas Jesus diz: *Porque* vocês vivem no mundo e *porque* o mundo é mau é que é praticável não resistir ao mal. Claro que não queremos acusar Jesus, que desde o primeiro dia de sua vida já lutava contra o diabo, de não reconhecer o poder do mal. Jesus afirma que o mal é o mal e por isso mesmo dirige-se dessa maneira a seus seguidores. Como isso é possível?

De fato, se considerarmos que o mandamento de Jesus para seus discípulos, isto é, de que o mal será vencido com o bem, é na verdade um projeto ético, sabedoria de vida de aplicação geral, estaríamos cedendo a um entusiasmo sem consistência. Seria realmente uma fantasia irresponsável de leis às quais o mundo jamais obedeceria. Fazer da não resistência princípio da vida mundana é a destruição ímpia da ordem do mundo que Deus sustenta por sua graça. Jesus, porém, não é um criador de projetos políticos, e sim aquele que venceu o mal por meio do sofrimento, que na cruz foi vencido pelo mal mas que, após essa derrota, ressurgiu triunfante. Não pode haver outra justificativa para a obediência a esse mandamento que a própria cruz. Somente quem encontra, na cruz, a fé na vitória sobre o mal é que pode obedecer a seu mandamento, e somente essa obediência tem a promessa. Que promessa? A promessa da comunhão da cruz de Jesus e de sua vitória.

A Paixão de Jesus como vitória sobre o mal por meio do amor divino é o único alicerce seguro para a obediência dos discípulos. Com seu mandamento, Jesus mais uma vez chama os discípulos a tomarem parte de sua Paixão. Como poderia a pregação da Paixão de Jesus Cristo tornar-se visível e digna de fé para o mundo, se os próprios discípulos recusassem essa Paixão, se a desprezassem, evitando sofrê-la

em seu próprio corpo? Quando se submete à cruz,[7] Jesus cumpre o mandamento que ele mesmo estabeleceu e, assim, por sua misericórdia, preserva os discípulos na comunhão de sua cruz. Somente na cruz torna-se verdadeiro e real que o amor que sofre seja a vingança do mal e a vitória sobre ele. A comunhão da cruz, porém, só é dada pelo chamado de Jesus ao discipulado. Nessa comunhão visível, eles são bem-aventurados.

O inimigo — o "extraordinário"

> Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; para que vos torneis filhos do vosso Pai celeste, porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos. Porque, se amardes os que vos amam, que recompensa tendes? Não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes somente os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os gentios também o mesmo? Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste.
>
> Mateus 5.43-48

Pela primeira vez no Sermão do Monte, encontramos a palavra que resume tudo que se disse até agora: *amor*. E, como se não bastasse, na exata definição como amor ao inimigo. Se Jesus nos tivesse dito que amássemos nossos amigos, haveria aí um mal-entendido sobre o que ele quis dizer com amor; porém, ao determinar que nosso amor fosse dirigido a nosso inimigo, deixa totalmente claro o que quer.

A ideia de "inimigo" não era desconhecida dos discípulos. Eles a conheciam bem demais. Deparavam com o inimigo diariamente. Eram os que os amaldiçoavam por estarem destruindo a fé e transgredindo a lei; os que os odiavam por terem abandonado tudo que possuíam por causa de Cristo, valorizando apenas a comunhão com ele; os que os ofendiam e os ridicularizavam por sua fraqueza e humildade; os que os perseguiam e os buscavam destruir por reconhecerem neles uma ameaça revolucionária. Uma parte dos inimigos estava entre os representantes da religião do povo, que não toleravam as reivindicações que Jesus fazia. Eles detinham o poder e o respeito. O outro inimigo que vinha de imediato à mente de qualquer judeu era o adversário político, isto é, Roma. Eles o sentiam como uma poderosa opressão. Além desses, havia ainda a hostilidade pessoal, dirigida a todo aquele que não segue com a maioria e que atingia os discípulos na forma de difamação, injúria e ameaça.

É bem verdade que nada existe no Antigo Testamento que incite o ódio ao inimigo. Muito mais recorrente é o mandamento de amar o inimigo (Êx 23.4; Pv 25.21s; Gn 45.1ss; 1Sm 24.7; 2Rs 6.22 etc.). Jesus, porém, não está se referindo à inimizade natural, mas à inimizade do povo de Deus contra o mundo. As guerras de Israel foram as únicas guerras "santas" na história da humanidade. Foram as guerras de Deus contra os falsos deuses. Não era a esse tipo de hostilidade que Jesus se referia; do contrário, teria de condenar toda a história de Deus com seu povo. Em vez disso, confirma a antiga aliança. Trata-se somente da superação do inimigo, da vitória do povo de Deus. Com esse mandamento, porém, ele mais uma vez desvincula a comunidade dos discípulos da estrutura política do povo de Israel. Assim, já não há guerras que possam ser consideradas santas, pois Deus condicionou a promessa da vitória sobre o inimigo ao amor ao próprio inimigo.

Esse mandamento não é apenas um choque para o ser humano; amar o inimigo é algo que contraria sua natureza. Está acima de suas forças e opõe-se a suas noções de bem e mal. Mais importante ainda, o amor ao inimigo, para aquele que está sob a lei, é visto como pecado contra a lei de Deus: a separação entre o inimigo e sua condenação era uma exigência da lei. Jesus, porém, toma a lei de Deus em suas mãos e a interpreta. Surge, então, a ideia de vencer o inimigo por meio do amor ao inimigo; é essa a vontade de Deus em sua lei.

No Novo Testamento, inimigo é sempre aquele que é contra mim. Jesus não conta com a possibilidade de que seu discípulo pudesse ser inimigo de alguém. O amor do discípulo de Jesus cabe tanto ao inimigo como ao irmão. A ação do discípulo não deve ser determinada pela conduta do ser humano, mas pela ação de Jesus para com ele. A resposta do discípulo às ações humanas tem apenas uma origem: a vontade de Jesus.

Fala-se aqui do inimigo, daquele, portanto, que permanece inimigo independentemente de meu amor, daquele que não me perdoa, mesmo que eu o perdoe em tudo; daquele que me odeia, mesmo que eu o ame; daquele que cada vez mais me rejeita quanto mais eu lhe sirvo. “Em paga do meu amor, me hostilizam; eu, porém, oro” (Sl 109.4). O amor não deve perguntar se é correspondido, mas procurar quem carece dele. Quem mais necessita de amor senão aquele que, sem amor, vive no ódio? Quem, portanto, seria mais digno de amor que meu inimigo? Onde seria o amor mais glorificado do que entre seus inimigos?

Esse amor não faz distinção entre os tipos de inimigos; reconhece apenas que, quanto mais inimigo o inimigo é, mais carece de meu amor. Seja qual for o inimigo, político ou religioso, nada tem a esperar do discípulo a não ser o amor integral. Esse amor não me divide em vida privada e vida pública. Nas duas esferas, só posso ser o mesmo, ou então não seria, de modo nenhum, discípulo de Jesus Cristo. E, se perguntam o que fazer com esse amor, Jesus responde: abençoar, fazer o bem, orar, tudo isso incondicionalmente, sem que haja acepção de pessoas.

“Amai os vossos inimigos.” Enquanto no mandamento anterior falou-se apenas do sofrimento sem resistência diante do mal, neste Jesus vai muito além. Não devemos apenas tolerar o mal e o perverso e não revidar o golpe, mas também fazer o bem ao inimigo com todo amor no coração. Sem fingimento e com pureza, devemos servir ao inimigo e ajudá-lo em tudo que ele precisar. Nenhum sacrifício que se faça à pessoa amada é grande e precioso demais que não se possa fazer ao inimigo. Se, no amor ao irmão, temos de empenhar nossos bens, nossa honra e nossa vida, o mesmo devemos fazer em relação ao inimigo. Será que, com isso, tomamos parte de sua maldade? De maneira nenhuma. Pois como poderia o amor que não vem da fraqueza, mas da força, que não vem do medo, mas da verdade, ser culpado pela maldade do outro? E quem deveria ser objeto desse amor senão aquele cujo coração está sufocado pelo ódio?

“Bendizei aos que vos maldizem.” Quando o inimigo nos amaldiçoa por não suportar nossa presença, levantemos a mão para abençoá-lo: Vocês, nossos inimigos, abençoados por Deus, sua maldição não pode nos ferir. Que sua pobreza seja substituída pela riqueza de Deus, pela bênção daquele contra quem vocês lutam inutilmente. Suportaremos de bom grado a maldição se, com isso, vocês forem abençoados.

“Fazei o bem aos que vos odeiam.” Não amemos apenas com palavras e pensamentos. Fazer o bem inclui tudo que acontece no dia a dia. “Pelo contrário, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber” (Rm 12.20). Do mesmo modo que um irmão apoia o outro na hora da necessidade, tratando suas feridas e amenizando sua dor, assim seja nosso amor ao inimigo. Onde poderia haver maior necessidade e dores e feridas mais profundas que em nosso inimigo? A quem é mais necessário fazer o bem e dar a bênção do que ao inimigo? “Mais bem-aventurado é dar que receber” (At 20.35).

“Orai pelos que vos caluniam e perseguem.” Eis a exigência máxima. Na oração, aproximamo-nos de nosso inimigo, colocamo-nos ao lado dele, estamos com ele, junto dele, por ele diante de Deus. Jesus não promete que o inimigo que amamos, abençoamos e a quem fazemos o bem deixará de nos caluniar e perseguir. Ele continuará a fazê-lo. Mas, se formos em sua direção e orarmos em seu favor, ele não poderá nos prejudicar nem vencer. Assim, tomemos sua necessidade e sua pobreza, sua culpa e sua perdição e intercedamos por ele diante de Deus. Se ele não pode fazer isso sozinho, façamos em seu lugar. Cada ofensa da parte do inimigo nos compromete cada vez mais com Deus e com ele próprio. Toda perseguição só serve para aproximar o inimigo de Deus e, assim, possibilitar sua reconciliação com ele, para que o amor seja cada vez mais invencível.

Como, porém, o amor se torna invencível? Quando o discípulo jamais se questiona sobre o que o inimigo lhe faz, mas somente pelo que Jesus fez. O amor ao inimigo conduz o discípulo ao caminho da cruz e à comunhão com o Crucificado. Quanto mais seguro estiver nesse caminho, mais invencível permanecerá seu amor, e mais certamente vencerá o ódio do inimigo. Pois não se trata de seu próprio amor; é o amor de Jesus Cristo, que por seus inimigos foi à cruz e nela orou por eles. Em face do caminho de Jesus Cristo para a cruz, perceberam os discípulos que eles também faziam parte dos inimigos que Jesus venceu por seu amor. O amor possibilitou ao discípulo reconhecer o próprio irmão no inimigo e agir em relação a ele como age com o irmão. Por quê? Porque ele mesmo vive do amor daquele que o tratou como se trata um irmão, aceitando-o mesmo quando era seu inimigo e trazendo-o para a comunhão como a seu próximo. Por isso o amor também possibilita ao discípulo ver que o inimigo está incluído no amor de Deus, que o inimigo está sob a cruz de Jesus Cristo. Deus nada pergunta sobre nossas virtudes ou nossos vícios, pois, a seus olhos, mesmo nossa virtude é ímpia. O amor de Deus busca o inimigo, que carece de seu amor, a quem Deus considera digno dele. Com seu amor, abençoa o inimigo. Essa é a glória do amor, e disso o discípulo sabe, pois participou desse amor por meio de Jesus. Porque Deus “faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5.45). Não se trata apenas do sol e da chuva terrena, mas é o “sol da justiça”, o próprio Jesus Cristo, e a chuva da Palavra de Deus que revela a graça do Pai celeste sobre os pecadores. O amor perfeito e integral, além da obra do Pai, é também a obra dos filhos do Pai celeste, como o era a obra do Filho Unigênito.

Os mandamentos de amor ao próximo e de renúncia à vingança se tornarão cada vez mais urgentes na luta sagrada que se aproxima e, na verdade, na qual já estamos, há anos, engajados, pois de um lado está o amor e, do outro, o ódio. É obrigação de toda alma cristã preparar-se para esse combate. Vem chegando o tempo em que aquele que confessar o nome do Deus *vivo* se tornará, *por causa dessa confissão*, não apenas objeto de ódio e de fúria do mundo — o que já está acontecendo —, mas será também excluído da assim chamada “sociedade humana”; será caçado de um lugar para outro, maltratado, agredido fisicamente e, por vezes, assassinado. — *Vem chegando o tempo de*

perseguição generalizada aos cristãos. E é, na verdade, aí que reside o sentido último de todos os movimentos e lutas de nossos dias. Os adversários buscam a destruição de nossa Igreja e de nossa fé cristã porque não conseguem conviver conosco, porque veem em cada palavra que dizemos, em cada ato que praticamos, mesmo quando não dirigido contra eles, uma condenação de suas palavras e atos. E nisso não estão errados. Suspeitam também que somos indiferentes a suas condenações; na verdade, têm de admitir que a condenação deles contra nós é completamente ineficaz. Não discutimos nem brigamos com eles, embora preferissem que o fizéssemos e, dessa maneira, descêssemos até seu nível. Como travar essa batalha? Logo chegará o tempo em que teremos de orar não mais como indivíduos isoladamente, mas como congregação articulada, como Igreja, em que *juntos* elevaremos as mãos em oração; ainda que em pequenos grupos, e no meio de milhares e milhares de apóstatas, louvaremos e confessaremos o Senhor que foi crucificado e subiu aos céus e que um dia voltará. E que oração, que confissão, que hino de louvor será? Será justamente a oração do *amor mais terno por esses que se perderam*, que nos rodeiam e nos miram com olhares cheios de ódio e com as mãos já levantadas para desferir o golpe mortal; será a oração pela paz dessas almas errantes, desoladas, confusas; a oração pelo mesmo amor e pela mesma paz de que usufruímos, que lhes penetrará fundo na alma e lhes despedaçará o coração mais dolorosamente que qualquer coisa que eles, com todo o ódio contra nosso coração, pudessem fazer conosco. Sim, a Igreja que de fato espera seu Senhor, que reconhece os sinais da época em que será necessário tomar decisões, deverá, com toda a força de sua alma, com toda a força de sua vida sagrada, lançar-se *na oração do amor*. (A. F. C. Vilmar, 1880)

O que é o amor integral? É o amor que não mostra favorecimento àqueles que retribuem nosso amor. Quando amamos os que nos amam, nossos irmãos, nosso povo, nossos amigos, sim, até mesmo nossa própria comunidade cristã, não somos melhores que os gentios e publicanos. Tal amor é habitual e normal, e nele não há nada exclusivamente cristão. Podemos amar irmãos e parentes, conterrâneos e amigos, cristãos ou não, e não precisamos que Jesus nos ensine isso. Esse amor os seres humanos já conhecem naturalmente; não é preciso reforçá-lo ou enfatizá-lo. A vida no dia a dia já impõe o exercício desse amor a cristãos e a gentios. Portanto, Jesus não precisava dizer a alguém que ame seu irmão, seu povo, seus amigos; isso todos já sabem. Não acrescentando nada a respeito e apenas ordenando o amor ao inimigo, ele nos mostra o que entende por amor e como devemos agir em relação a ele.

Em que se distingue o discípulo dos gentios? O que realmente significa ser cristão? Nesse trecho está a palavra que determina todo o capítulo e resume tudo que temos comentado até o momento. O que torna o cristão diferente de todos é o "*extraordinário*", o *perisson*, o não usual, não natural. É o que "excede" a justiça do fariseu, que supera em muito, que vai além. O natural é *to auto* (um e o mesmo), aquilo que é praticado pelo gentio e pelo cristão. O que é exclusivo do cristão começa com o *perisson*, o extraordinário. É a qualidade que, pela primeira vez, nos capacita a ver o "natural" sob a sua verdadeira luz. Onde não existe o especial, "o extraordinário", aquilo que é exclusivo do cristão, também não será encontrada a essência cristã. Aquilo que é exclusivo do cristão não pode ocorrer na esfera das possibilidades naturais, mas somente quando elas oferecem algo a mais, algo que excede. O *perisson* nunca pode ser incorporado pelo *to auto*. Esse é o grande engano de uma falsa ética protestante, ou seja, supor que o amor cristão se reduz ao amor à pátria, à lealdade aos amigos ou à dedicação ao trabalho, supor que a "justiça que excede" pode ser reduzida à *justitia civilis*. Não é nesse sentido que Jesus fala.

Qual é a natureza exata do *perisson*, do extraordinário? É a vida descrita pelas bem-aventuranças, é a vida dos discípulos, é a luz que ilumina a cidade, a cidade edificada sobre o monte, o caminho da renúncia de si mesmo, do amor integral, da pureza absoluta, da verdade total, da não violência completa, é o amor incondicional ao inimigo, o amor àquele que não ama ninguém nem é amado por ninguém, o amor ao inimigo religioso, político e pessoal. Em tudo isso, é o amor que encontrou sua realização na

cruz de Jesus Cristo. O que é o *perisson*? É o próprio amor de Jesus Cristo, o amor que vai à cruz de modo obediente e paciente; é a cruz. A cruz é o que há de exclusivo do amor cristão, é o poder que possibilita aos cristãos transcenderem o mundo terreno e nele serem vitoriosos. A *passio* no amor do Crucificado — aí está a expressão suprema do extraordinário na vida cristã.

O extraordinário é, sem dúvida, aquilo que se pode ver, que é visível, pelo qual se glorifica o Pai que está no céu. Isso não pode permanecer oculto; deve ser visto pelas pessoas. A comunhão dos discípulos de Jesus, a Igreja da "justiça que excede" é a Igreja visível, que se separa da ordem do mundo e que abandona tudo para ganhar a cruz de Cristo.

Como essa qualidade funciona na prática? O extraordinário — e isso é o mais escandaloso — é algo que os discípulos de Jesus *fazem*. Esse extraordinário tem de ser feito — como a justiça que excede — e tem de ser feito de modo que todos possam ver! Não com severidade ética, não com excêntricos estilos de vida, mas com a simplicidade da obediência cristã por amor a Jesus. Esse *fazer* cotidiano se mostrará "extraordinário" e nos conduzirá à *passio* de Cristo. Esse estilo de vida é, ele próprio, Paixão contínua. Nele, os discípulos suportam o sofrimento de Cristo. Se a vida não for assim, então não é a maneira de *fazer* de que Jesus fala.

O *perisson* é, portanto, o cumprimento da lei e o respeito ao mandamento. No Cristo crucificado e em sua Igreja, o "extraordinário" se torna realidade.

Esses seres humanos são os perfeitos, perfeitos no amor integral como é o Pai celeste. O sofrimento da comunhão na cruz é a perfeição dos discípulos de Jesus, pois foi o amor integral e perfeito do Pai que nos deu o Filho para morrer por nós na cruz. Os perfeitos não são outros que os bem-aventurados.

7

Sobre a invisibilidade da vida cristã

Mateus 6

A justiça oculta

> Guardai-vos de exercer a vossa justiça diante dos homens, com o fim de serdes vistos por eles; doutra sorte, não tereis galardão junto de vosso Pai celeste. Quando, pois, deres esmola, não toques trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas, nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que eles já receberam a recompensa. Tu, porém, ao dares a esmola, ignore a tua mão esquerda o que faz a tua mão direita; para que a tua esmola fique em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará.
>
> Mateus 6.1-4

No capítulo 5 de Mateus, tratamos da visibilidade da Igreja dos discípulos, culminando no conceito de *perisson*, o estilo de vida cristão que se destaca do mundo, que vai além do mundo justamente pelo que apresenta de extraordinário. Agora, o capítulo 6 retoma o conceito de *perisson* e mostra sua ambiguidade. De fato, é demasiado grande o perigo de uma compreensão equivocada do significado de *perisson*, isto é, de os discípulos entenderem que têm de começar a trabalhar de imediato para levantar na terra o reino dos céus, desprezando e até derrubando a ordem estabelecida, mostrando fanática indiferença ao tempo em que vivemos, na tentativa de realizar o extraordinário do novo mundo, de torná-lo visível, separando-se radical e definitivamente deste mundo para, assim, impor o que é extraordinário, o que é cristão, o que é adequado ao discipulado. É compreensível que pudesse haver um mal-entendido sobre o significado de *perisson*, de que mais uma vez estivesse sendo pregada aqui uma forma de vida piedosa, ainda que livre, nova e entusiástica. A carne piedosa estaria mais que disposta a submeter-se ao extraordinário, à pobreza, à verdade, ao sofrimento, disposta até mesmo a buscá-los, se isso enfim satisfizesse o desejo do coração, o desejo de ver algo com os próprios olhos, e não apenas com a fé. Sim, haveria a vontade de mudar ligeiramente o limite entre a forma de vida piedosa e a obediência à Palavra até que tanto se aproximassem uma da outra a ponto de não ser mais possível distingui-las. Afinal, poderiam argumentar, isso seria feito em prol daquele objetivo máximo, isto é, a realização do extraordinário.

Outros, por sua vez, estariam só esperando as palavras de Jesus acerca do extraordinário para lançar-se sobre ele com furor ainda maior. Enfim estaria desmascarado o fanático, o revolucionário entusiasta que quer desestabilizar o mundo, que exorta seus discípulos a abandonarem este mundo e construírem um novo. Isso ainda é obediência à palavra do Antigo Testamento? Acaso não se trata de pura justiça própria, escolha pelo indivíduo mesmo? Será que Jesus nada sabe sobre o pecado do mundo, que levará ao fracasso tudo que ele ordena? Desconhece os mandamentos revelados de Deus, dados para banir o

pecado? Não é esse extraordinário exigido justamente a demonstração de arrogância espiritual, que é a origem de todo fanatismo? Não, ao contrário, não é o extraordinário, mas são as coisas normais do dia a dia, que passam despercebidas, o sinal da obediência e da humildade verdadeiras. Se Jesus ordenasse a seus discípulos que assumissem seu lugar junto ao povo, em sua profissão, em sua responsabilidade, na obediência à lei, como os escribas ordenavam ao povo, ele teria se mostrado um homem piedoso, um ser humano realmente humilde, um obediente. Assim, teria dado incentivos a uma devoção mais séria, uma obediência mais rígida. Teria ensinado o que os mestres da lei já sabiam, mas que gostavam de ouvir proclamado com entusiasmo, isto é, que a piedade e a justiça verdadeiras não consistem apenas no ato externo, mas também na disposição do coração, e não apenas na disposição do coração, mas também na ação concreta. Isso teria sido de fato a "justiça que excede" como o povo precisava e da qual ninguém poderia se esquivar. Agora, porém, tudo tinha ido por água abaixo. Em lugar do humilde mestre da lei, reconhecia-se nele o entusiasta arrogante, o fanático. Sem dúvida, a pregação entusiasta sempre soube arrebatar o coração do ser humano, e sobretudo o coração mais nobre. Mas será que os mestres da lei não sabiam que, nesse coração, com toda a sua bondade e nobreza, falava a voz da carne? Acaso não conheciam, eles próprios, a violência da carne piedosa sobre os seres humanos? Jesus sacrificava os melhores filhos do povo, os verdadeiramente piedosos, numa luta inútil por uma ilusão. O extraordinário — na verdade, não passava de obra voluntária, nascida no próprio coração piedoso. Era a afirmação da liberdade humana contra a obediência simples ao mandamento de Deus. Era a justificação do ser humano pelo próprio ser humano, que a lei não permite. Era a ilegítima autossantificação, que a lei condena. Era a obra escolhida por vontade própria, em oposição à obediência dentro dos limites. Era a destruição da Igreja de Deus, a negação da fé, o insulto à lei, a blasfêmia contra Deus. O extraordinário que Jesus ensinava era digno de morte perante a lei.

O que diz Jesus sobre isso tudo? "Guardai-vos de exercer a vossa justiça diante dos homens, com o fim de serdes vistos por eles" (Mt 6.1). O chamado ao extraordinário é o grande e inevitável perigo do discipulado. Portanto, atenção com esse extraordinário, com essa visibilidade do discipulado. Jesus contrapõe a essa alegria autêntica, corajosa, direta em relação ao visível um sonoro "Alto lá!". Ele estabelece um limite ao extraordinário. Jesus chama à reflexão.

Os discípulos só terão esse extraordinário na reflexão. Devem tomar cuidado com isso. O extraordinário, na verdade, não deve ocorrer a fim de ser visto, o extraordinário em nome do extraordinário, o visível apenas para se tornar visível. A "justiça que excede" dos discípulos não pode ser um fim em si mesma. Sim, ela deve se tornar visível, mas é preciso cuidado para que não aconteça *com o objetivo de* se tornar visível. É certo que a visibilidade do discipulado tem uma razão de ser, que é o chamado de Jesus Cristo, mas jamais é um alvo a ser buscado, pois aí novamente se perderia de vista o discipulado, aí haveria um instante de relaxamento e o discipulado seria interrompido, e não poderia mais continuar do ponto onde paramos para descansar, pois então teríamos de voltar ao início. Assim, iríamos nos dar conta de que já não estamos no discipulado. Portanto, algo deve se tornar visível, mas aí está o paradoxo: "Guardai-vos de exercer a vossa justiça [...] a fim de serdes vistos por eles", mas "Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens..." (Mt 5.16)! Há um violento contraste entre os

capítulos 5 e 6. O visível deve permanecer invisível, e o visível não deve ser visto. A reflexão a que nos referíamos não deve nos remeter à reflexão sobre o nosso extraordinário. O cuidado com nossa justiça deve servir exatamente para que não precisemos ter cuidado com ela. Do contrário, o extraordinário não será mais o extraordinário do discipulado, mas o da vontade e do desejo próprios.

Como entender essa contradição? Façamos a primeira pergunta: de quem se deve esconder o visível do discipulado? Não de outros seres humanos; ao contrário, eles, mais que ninguém, devem ver brilhar a luz dos discípulos de Jesus. É ao próprio discípulo que a luz deve ficar oculta. Deve permanecer no discipulado e, em vez de olhar para si mesmo ou para o que faz, deve olhar para aquele que vai adiante dele. O discípulo tem de ficar oculto a si mesmo em sua justiça. Claro que ele também vê o extraordinário, mas a si mesmo permanece oculto nele; vê-o apenas ao olhar para Jesus, já não o vendo como extraordinário, mas como o natural, o habitual. Desse modo, para ele o visível está oculto, isto é, na *obediência* à palavra de Jesus. Se o extraordinário se lhe tornasse importante como tal, ele estaria agindo de maneira entusiástica e por vontade própria, segundo a carne. Mas, por ser discípulo de Jesus, age na obediência simples a seu Senhor; só pode ver o extraordinário como ato natural da obediência. De acordo com a palavra de Jesus, não pode ser diferente, já que o discípulo é a luz que ilumina; o discípulo em si nada faz para iluminar, ele está no discipulado, e apenas olha para seu Senhor. Justamente porque a essência cristã é *necessariamente*, isto é, *indicativamente*, o que é extraordinário, é, ao mesmo tempo, o normal, o *oculto*. Do contrário, não é o que constitui o cristão, ou seja, a obediência à vontade de Jesus Cristo.

Façamos a segunda pergunta: em que consiste a unidade do que é visível e do que fica oculto no que diz respeito ao conteúdo da ação no discipulado? Como pode algo ser visível e oculto simultaneamente? Para responder a essa questão, retornemos ao que foi discutido no capítulo 5. O extraordinário, o visível, é a cruz de Cristo, sob a qual estão os discípulos. A cruz é, ao mesmo tempo, o necessário, o oculto, e o visível, o extraordinário.

A terceira pergunta a ser colocada: o que pode resolver o paradoxo entre os capítulos 5 e 6? O próprio conceito do discipulado resolve essa oposição. O discipulado é um compromisso exclusivo com Jesus Cristo. Desse modo, o discípulo sempre vê apenas seu Senhor e segue somente a ele. Se olhasse apenas para o extraordinário, já não estaria no discipulado. Para o discípulo, o extraordinário consiste unicamente na obediência simples à vontade do Senhor, ciente de que não há alternativa e que, portanto, o que ele faz é o natural a fazer.

A única reflexão que se ordena ao discípulo deve ser de natureza totalmente inconsciente, irrefletida na obediência, no discipulado e no amor. Se fizer o bem, que a mão esquerda ignore o que faz a mão direita. Você não deve ter consciência do próprio bem que faz. Do contrário, é realmente o *seu* bem, e não o bem de Cristo. O bem de Cristo, o bem no discipulado, ocorre de modo inconsciente. A verdadeira obra do amor é sempre a obra que me fica oculta. Cuidado para que não saiba dela! Somente assim será o bem de Deus. Quando quero conhecer meu bem, meu amor, então já não é amor. Também o amor extraordinário ao inimigo fica oculto ao discípulo. Quando ele o ama, o inimigo deixa de ser o inimigo! Essa cegueira,

ou melhor, essa visão do discípulo, iluminada por Cristo, é sua certeza. A invisibilidade de sua vida diante de si mesmo é sua promessa.

À invisibilidade corresponde o reconhecimento. Não há nada oculto que não venha a ser revelado. Isso vem de Deus, diante do qual tudo está revelado, nada permanece oculto. Deus quer nos mostrar o que está oculto, quer torná-lo visível. O reconhecimento é a recompensa da invisibilidade ordenada por Deus. A pergunta que resta é: onde e de quem o ser humano recebe esse reconhecimento como recompensa? Se ele a deseja diante dos seres humanos, então essa já é sua recompensa. Não faz diferença se o indivíduo a procura na forma grosseira do reconhecimento público ou na forma sutil, para si mesmo. Quando a mão esquerda sabe o que a direita faz, quando exponho a meus próprios olhos o bem que faço, quando quero tomar conhecimento dele, é então que ofereço a mim mesmo a recompensa que Deus me reservava. Sou eu mesmo que revelo os bens que me deveriam permanecer ocultos. Não espero que Deus o revele a mim. Assim, já tenho minha recompensa. Quem, porém, persiste até o fim na invisibilidade perante si próprio, esse receberá a recompensa da revelação do próprio Deus. Mas quem consegue viver mantendo o extraordinário na invisibilidade, de modo que a mão esquerda ignore o que a mão direita faz? Que tipo de amor é esse que não sabe de si próprio, mas que pode permanecer invisível até o dia do juízo? É evidente: por ser amor oculto, não pode ser uma virtude visível, um hábito do ser humano. Guardem-se, é o que se diz, para não confundirem o verdadeiro amor com alguma virtude amável ou com alguma "qualidade" humana. É o amor que se esquece de si próprio, no sentido exato da palavra. Nesse amor, deve morrer aquele velho ser humano, com todas as suas virtudes e qualidades. Sim, nesse amor, no amor do discípulo, comprometido apenas com Cristo, morre o velho Adão. Com o enunciado "que a tua mão esquerda ignore o que faz a tua mão direita" está sendo proclamada a morte do velho ser humano. Repetindo, por fim: quem consegue viver de modo a conciliar o capítulo 5 com o 6? Ninguém, senão aquele cujo velho ser humano morreu por causa de Cristo e que, na comunhão do discipulado, encontrou nova vida. O amor como ação da obediência simples é a morte do velho ser humano, que agora se reencontrou na justiça de Cristo e no irmão. Já não é ele quem vive, mas é Cristo quem vive nele. O amor do Cristo crucificado que entrega à morte o velho ser humano é o que vive no discípulo. De agora em diante, ele se encontra apenas em Cristo e no irmão.

A invisibilidade da oração

> E, quando orardes, não sereis como os hipócritas; porque gostam de orar em pé nas sinagogas e nos cantos das praças, para serem vistos dos homens. Em verdade vos digo que eles já receberam a recompensa. Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto e, fechada a porta, orarás a teu Pai, que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará. E, orando, não useis de vãs repetições, como os gentios; porque presumem que pelo seu muito falar serão ouvidos. Não vos assemelheis, pois, a eles; porque Deus, o vosso Pai, sabe o de que tendes necessidade, antes que lho peçais.
>
> Mateus 6.5-8

Jesus ensina os discípulos a orar. O que significa isso? Que tenhamos o direito a orar, não é assim tão óbvio. Embora a oração seja uma necessidade natural do coração humano, não significa que qualquer tipo de oração seja válido diante de Deus. Mesmo quando praticada com disciplina e experiência, ainda

pode ser inútil e vazia da promessa. Os discípulos podem orar porque Jesus, que conhece o Pai, assim lhes diz. Ele lhes promete que o Pai os ouvirá. Por isso mesmo os discípulos oram, porque estão em comunhão com Cristo, em seu discipulado. Quem estiver comprometido com Jesus no discipulado tem acesso ao Pai por intermédio dele. Assim, toda oração verdadeira é oração mediada por Jesus. Tampouco há acesso direto ao Pai por meio da oração. É só por meio de Jesus Cristo que podemos encontrar o Pai na oração. O pressuposto da oração é a fé, a comunhão com Cristo. Ele é o único Mediador de nossa oração. Oramos com base em sua palavra. Portanto, nossa oração é sempre oração compromissada com sua palavra.

Oramos a Deus, em quem cremos por meio de Jesus Cristo. Por isso nossa oração jamais pode ser uma rogação a Deus; não precisamos mais nos apresentar diante dele. Podemos ter a certeza de que ele sabe do que necessitamos antes mesmo de pedir. Isso dá à oração grande esperança e alegre certeza. Não é a fórmula, nem a quantidade de palavras, mas a fé que alcança o coração paternal de Deus, que há muito nos conhece.

A oração verdadeira não é uma obra, um exercício, uma atitude piedosa, mas o pedido de um filho ao coração do Pai. Por isso, a oração nunca é demonstrativa, nem perante Deus, nem perante nós mesmos, nem perante os outros. Se Deus já não soubesse do que preciso, então eu *teria* de refletir sobre *como* dizê-lo a Deus, sobre *o que* dizer a ele e *se* devo dizê-lo. A fé, portanto, exclui de minha prece qualquer reflexão, qualquer demonstração.

A oração é absolutamente secreta. Ela se opõe a qualquer forma de reconhecimento público. Quem ora já não conhece a si próprio, mas apenas a Deus, a quem invoca. Uma vez que a oração não opera no mundo, mas é dirigida somente a Deus, é o exemplo perfeito de ação não demonstrativa.

Contudo, também existe a oração transformada em demonstração, na qual o oculto é trazido à luz. Isso não ocorre apenas na oração pública, aquela que às vezes cai em vãs repetições — o que ocorre raramente, hoje em dia. Contudo, não há diferença; ao contrário, é muito mais perigoso quando eu me torno o próprio espectador de minha oração, quando oro diante de mim mesmo, seja porque tenho prazer na condição de espectador satisfeito, seja porque me surpreenda orando e me sinta estranho e envergonhado. O reconhecimento público é apenas uma forma ingênua da visibilidade que eu mesmo preparo para mim. Posso fazer uma encenação e tanto até mesmo sozinho em meu quarto. Chega a esse nível a possibilidade de deturparmos a palavra de Jesus. O reconhecimento público que procuro consiste em que eu seja ao mesmo tempo aquele que ora e aquele que ouve. Sou meu próprio espectador, ouço a mim mesmo. Por não querer esperar até que Deus ouça meu pedido, por não querer esperar até que Deus revele ter ouvido minhas preces, respondo eu mesmo à oração. Constato que orei adequadamente, e nessa constatação reside a satisfação de ser atendido. Minha oração foi respondida. Já tenho minha recompensa. Porque atendi a mim mesmo, Deus já não me atenderá. Porque eu mesmo me preparei a recompensa do reconhecimento público, Deus já não me recompensará.

O que é o quarto pequeno a que Jesus se refere, se não estou seguro nem diante de mim mesmo? Como fechá-lo de modo que nenhum espectador estrague a invisibilidade de minha oração e não me roube a recompensa da oração em secreto? Como me proteger de mim mesmo, de minha própria reflexão? Como

matar a reflexão enquanto reflito? A palavra já foi dita: a vontade de me impor por meio da oração deve morrer, deve ser destruída. Quando apenas a vontade de Jesus reinar sobre mim, e toda a minha vontade for a vontade dele, então minha vontade morrerá na comunhão com Jesus, no discipulado. Então posso orar para que se faça a vontade daquele que sabe do que preciso antes mesmo que eu o peça. Somente assim minha oração será certeira, forte e pura. Assim a oração de fato será *pedir*. O filho pede ao *pai*, que ele conhece. A prece, e não a adoração geral, é a essência da oração cristã. Isso corresponde à atitude do ser humano diante de Deus, pedindo de mãos estendidas, por saber que ele tem um coração de Pai.

Ainda que a oração verdadeira seja de natureza secreta, isso não quer dizer que a comunhão de oração não seja possível, mesmo que saibamos os perigos que se correm nesse caso. Seja uma oração feita na rua ou na solidão do quarto, seja longa ou curta, seja na litania da oração na Igreja ou o suspiro daquele que não sabe o que pedir, seja individual ou congregacional, o que importa é o reconhecimento: o Pai de vocês sabe do que precisam. Isso remete a oração exclusivamente ao Pai e liberta o discípulo da falsa confiança nas obras.

> Portanto, vós orareis assim: Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino; faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia dá-nos hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal [pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém]! Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará; se, porém, não perdoardes aos homens [as suas ofensas], tampouco vosso Pai vos perdoará as vossas ofensas.
>
> Mateus 6.9-15

Jesus não disse aos discípulos apenas *como* orar, mas também *o que* orar. O Pai-nosso não é somente um exemplo de oração para os discípulos, mas o modo como *devem* orar, conforme Jesus lhes ensinou. É certo que, com essa oração, serão atendidos por Deus. O Pai-nosso é a oração por excelência. Nela está a essência e os limites de toda oração dos discípulos. Mais uma vez, Jesus não deixa os discípulos na incerteza; no Pai-nosso ele os conduz a uma clareza total da oração.

"Pai nosso, que estás nos céus." Juntos, os discípulos invocam o Pai celestial que já sabe de tudo que seus filhos precisam. O chamado de Jesus os une e os torna irmãos. Em Jesus, reconheceram a amorosa bondade do Pai. Em nome do Filho de Deus, podem chamá-lo de Deus, o Pai. Estão na terra, e seu Pai está no céu. Do alto ele os vê, e eles levantam os olhos a ele.

"Santificado seja o teu nome." O nome paternal de Deus, como foi relevado aos discípulos em Jesus Cristo, deve ser santificado entre eles; pois nesse nome está contido todo o evangelho. Que não seja a vontade de Deus permitir que seu santo evangelho seja obscurecido e corrompido por falsa doutrina e impiedade de vida. Ao contrário, que seja a vontade de Deus sempre revelar aos discípulos seu santo nome em Jesus Cristo. Que ele capacite todos os pregadores a proclamarem o evangelho de salvação em toda a sua pureza, que afaste os tentadores e converta os inimigos de seu nome.

"Venha o teu reino." Em Jesus Cristo, os discípulos presenciaram o reino de Deus irrompendo na terra. Aqui Satanás foi vencido, e foram quebrados o poder do mundo, do pecado e da morte. Mas o reino de Deus continua sofrendo e lutando. Também, a pequena comunidade dos que foram chamados participa

dessa luta e desse sofrimento. Está sob o poder do reino de Deus em sua nova justiça, mas em plena perseguição. Que seja a vontade de Deus promover o crescimento do reino de Jesus Cristo em sua Igreja. Que bem depressa ele acabe com os outros reinos deste mundo e estabeleça seu reino com poder e glória.

"Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu." Na comunhão com Jesus Cristo, os discípulos fizeram da vontade de Deus a vontade deles. Oram para que a vontade de Deus seja feita em toda a terra. Nenhuma criatura deverá se pôr contra ele. Mas, porque a vontade do mal continua a viver no discipulado, e continua a querer separá-los da comunhão de Jesus, eles oram para que a vontade de Deus reine cada vez mais sobre eles e destrua toda resistência. No final, todos se dobrarão diante da vontade de Deus, em adoração e ação de graças, na alegria ou na adversidade. O céu e a terra se submeterão a Deus.

Mais que tudo, os discípulos de Jesus devem orar pelo nome de Deus, pelo reino de Deus e pela vontade de Deus. É bem verdade que Deus não necessita dessa oração, mas é por meio dela que os próprios discípulos participam dos bens celestiais, pelos quais oram. Por meio dessa oração, os discípulos podem ajudar a apressar o final.

"O pão nosso de cada dia dá-nos hoje." Enquanto os discípulos estiverem na terra, não têm de se envergonhar de pedir ao Pai celestial o sustento do corpo. Aquele que criou os seres humanos na terra quer conservar e proteger a vida. Não é da vontade dele que sua criação seja desprezada. Os discípulos oram pelo pão coletivo. Ninguém deverá possuir o pão só para si. Pedem a Deus que dê o pão a todos os seus filhos sobre a terra, pois todos eles são seus irmãos segundo a carne. Os discípulos sabem que o pão que nasce na terra vem do alto e nos é dado por Deus somente. Por isso, não tomam simplesmente o pão, mas rogam por ele. O pão é renovado dia a dia, porque vem de Deus. Os discípulos não pedem mais pão do que necessitam, mas pedem a dádiva divina para hoje, o suficiente para viverem na comunhão de Jesus, e por isso louvam a amorosa bondade de Deus. Com essa oração, comprova-se a fé dos discípulos na ação viva de Deus na terra para o bem deles.

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores." O reconhecimento de suas dívidas é o lamento diário dos discípulos. Os que poderiam viver sem pecado na comunhão de Cristo pecam diariamente por toda espécie de descrença, preguiça para orar, indisciplina do corpo, vaidade, inveja, ódio e ambição. Por isso, devem pedir perdão a Deus todos os dias. No entanto, Deus só atende à sua oração se eles estiverem dispostos a perdoar uns aos outros de bom grado e fraternalmente. Assim, juntos, levam suas dívidas até Deus e suplicam por sua graça. Deus não quer perdoar apenas as minhas dívidas, mas as nossas.

"E não nos deixes cair em tentação." As tentações dos discípulos são inúmeras. Satanás os ataca de todos os lados, na tentativa de fazê-los cair. A falsa segurança e a dúvida ímpia investem duramente contra eles. Os discípulos, cientes de sua fraqueza, não procuram despertar a tentação a fim de, com isso, provar a força de sua fé. Ao contrário, pedem a Deus que não ponha à prova sua frágil fé e que os proteja na hora da tentação.

"Mas livra-nos do mal." Por último, os discípulos oram para ser libertos deste mundo mau e herdar o reino dos céus. É a oração por uma morte abençoada e pela salvação da Igreja no final dos tempos deste

mundo.

"Pois teu é o reino!" Tal certeza renovada os discípulos recebem diariamente na comunhão com *Jesus Cristo, do qual depende o cumprimento de todas as suas orações*. Nele o nome de Deus é santificado; nele vem o reino de Deus; nele é feita a vontade de Deus. Por causa dele, a vida física dos discípulos é preservada, por causa dele, recebem o perdão dos pecados; em sua força, são salvos para a vida eterna. Dele é o reino, o poder e a glória para todo o sempre, na comunhão do Pai. Os discípulos têm total certeza disso.

Para resumir o que se falou sobre a oração, Jesus diz mais uma vez que tudo depende de que eles recebam o perdão e que esse perdão só lhes será concedido se eles tomarem parte da fraternidade dos pecadores.

A invisibilidade das práticas piedosas

> Quando jejuardes, não vos mostreis contristados como os hipócritas; porque desfiguram o rosto com o fim de parecer aos homens que jejuam. Em verdade vos digo que eles já receberam a recompensa. Tu, porém, quando jejuares, unge a cabeça e lava o rosto, com o fim de não parecer aos homens que jejuas, e sim ao teu Pai, em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará.
>
> Mateus 6.16-18

Jesus vê como natural que seus discípulos guardem a prática piedosa do jejum. O rigoroso exercício da abstinência faz parte da vida dos discípulos. Essa prática tem o propósito de torná--los mais dispostos e alegres para seguir o caminho e realizar a obra que lhes foi confiada. Assim, é disciplinada a vontade própria e preguiçosa que recusa empenhar-se no serviço, e a carne é humilhada e castigada. Na prática da abstinência revela-se o grau de diferença de minha vida cristã com relação ao mundo. A pessoa que não se dedica ao ascetismo, que desfruta de todos os desejos da carne, desde que "autorizados" pela *justitia civilis*, dificilmente se dedicará a servir a Cristo. A carne satisfeita não tem prazer na oração e não se mostra disposta ao serviço abnegado.

Por isso, a vida do discípulo precisa de rigorosa disciplina externa. Não porque seja possível, por meio da disciplina, destruir o desejo da carne ou sepultar o velho ser humano; isso só se realiza pela fé em Jesus Cristo. Mas é justamente o discípulo, o cristão autêntico, que teve a vontade quebrada e o velho ser humano morto em Cristo, que conhece a rebeldia e a arrogância diária de sua carne. Conhece sua preguiça e indisciplina e reconhece nelas a fonte do orgulho que tem de ser destruído. Isso será alcançado pelo exercício diário e extraordinário da disciplina. Com relação ao discípulo, pode-se dizer que o espírito está pronto, mas a carne é fraca. Por isso, "vigiai e orai". O espírito reconhece o caminho do discipulado e está disposto a segui-lo, mas a carne é temerosa, o caminho lhe parece árduo, tortuoso, demasiado trabalhoso. Assim, o espírito é silenciado. O espírito aceita o mandamento de Jesus de amor incondicional ao inimigo, mas a carne e o sangue são muito fortes, de modo que o mandamento não consegue se concretizar. Portanto, a carne tem de compreender, no exercício diário e extraordinário da disciplina, que não tem direitos próprios. Nisso a prática diária e regrada da oração nos auxilia, e também a meditação diária na Palavra de Deus. Em suma, toda prática que discipline o corpo e vise à abstinência nos serve de ajuda.

A princípio, a carne resiste frontalmente a essa humilhação diária, depois essa resistência aparece mascarada nas palavras do espírito, isto é, em nome da liberdade evangélica. A oposição à palavra de Jesus se manifesta quando a liberdade evangélica da imposição da lei, do autoflagelo e do castigo substitui, por princípio, o verdadeiro uso evangélico da disciplina, da ascese; assim são justificadas, em nome da liberdade cristã, a indisciplina e a irregularidade na oração, no estudo da Palavra e na vida corporal. Então já não se reconhece a estranheza da vida diária do discipulado em relação ao mundo, tampouco a alegria e a verdadeira liberdade que resultam da disciplina correta na vida do discípulo. Sempre que o cristão reconhece que fracassou no serviço, que está menos disposto, que se tornou culpado em relação à vida do outro, em relação à culpa do outro, que sua alegria em Deus vem se esvaindo, que já não tem forças para orar, sempre que o cristão reconhece isso, deve atacar a própria carne, a fim de, com exercício, jejum e oração (Lc 2.37; 4.2; Mc 9.29; 1Co 7.5), estar ainda mais preparado para servir. Qualquer objeção de que o cristão deve procurar sua proteção na fé, na Palavra, e não na ascese, não é válida. É uma objeção cruel, que de nada nos ajuda a buscar uma nova maneira de ser. O que é mesmo a vida de fé senão a luta múltipla e sem fim do espírito contra a carne? Como alguém pode querer viver na fé, se a oração o aborrece, se não tem prazer na Palavra das Escrituras, se o sono, a comida e o desejo sexual sempre lhe roubam a alegria em Deus?

A ascese é sofrimento por vontade própria, é *passio activa*, e não *passio passiva*, e justamente por isso é muito perigosa. Na ascese, existe sempre o desejo ímpio de estar em pé de igualdade com Jesus Cristo por meio do sofrimento. Como se não bastasse, há ainda o desejo de tomar o lugar do sofrimento de Cristo, de realizar, ela própria, a obra do sofrimento de Cristo, isto é, de matar o velho ser humano. Desse modo, a ascese atribui a si mesma a seriedade amarga e última da obra salvadora de Cristo. Aqui, a prática da ascese se revela terrivelmente. O sofrimento voluntário que, baseado no sofrimento de Cristo, deveria apenas preparar para melhor serviço e maior humilhação, transforma-se em terrível caricatura do próprio sofrimento de Cristo. Agora, ele quer ser visto; é a acusação cruel e vívida ao próximo, pois se tornou caminho de salvação. Assim apresentando-se ao “público”, já recebeu a recompensa que os seres humanos buscam.

“Unge a cabeça e lava o rosto” poderia ser, novamente, uma oportunidade para uma forma mais sutil de prazer ou glória própria. Mas isso seria uma interpretação equivocada e mero fingimento. Jesus diz aos discípulos que sejam bem despretensiosos nos exercícios voluntários da humildade, que não imponham a ninguém essas práticas como se fossem repreensão ou lei, mas que sejam agradecidos e alegres por terem a oportunidade de permanecer no serviço ao Senhor. Não estamos nos referindo à aparência alegre do discípulo como cristão típico, mas à verdadeira invisibilidade da ação cristã, à humildade que não tem consciência de si mesma, assim como o olho não vê a si mesmo, mas apenas ao outro. Um dia, essa invisibilidade será revelada, mas somente por Deus, jamais por ela mesma.

A simplicidade da vida despreocupada

> Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam, nem roubam; porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração. São os olhos a lâmpada do corpo. Se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo será luminoso; se,

porém, os teus olhos forem maus, todo o teu corpo estará em trevas. Portanto, caso a luz que em ti há sejam trevas, que grandes trevas serão! Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.

Mateus 6.19-24

A vida do discípulo só se sustenta enquanto não houver obstáculo algum entre ele e Cristo, nem a lei, nem a piedade, nem o mundo. O discípulo sempre vê somente a Cristo. Não vê Cristo *e* a lei, Cristo *e* a piedade, Cristo *e* o mundo. Não se perde nessas reflexões. Ao contrário, em tudo segue somente a Cristo. Seu olhar está fixado única e totalmente na luz que vem de Cristo, luz que não tem escuridão, nem ambiguidade. Assim como o olho deve ser claro, puro, voltado para uma só direção, para que o corpo continue na luz; assim como o pé e a mão não devem receber luz de outra parte senão do olho; assim como o pé tropeça e a mão erra quando o olho se embaça; assim como o corpo todo está na escuridão quando se apaga a luz dos olhos, assim também é com o discípulo, que só permanece na luz enquanto olha unicamente para Cristo, e para nada mais; portanto, o coração do discípulo deve se orientar somente para Cristo. Se o olho enxergar outra coisa além do real, o corpo todo é enganado. Se o coração se apegar à ilusão do mundo, à criatura em vez de ao Criador, o discípulo está perdido.

São os bens do mundo que querem desviar o coração do discípulo da direção de Jesus. Para onde se volta o coração do discípulo? Eis a questão. Dirige-se às riquezas do mundo ou a Cristo e às riquezas do mundo? Ou dirige-se somente a Cristo? A luz do corpo são os olhos, e a luz do discípulo é o coração. Se os olhos estão embaçados, então o corpo deve estar na escuridão! Se o coração é escuridão, que grandes trevas haverá no interior do discípulo! Pois o coração se cobre de trevas quando se apega às riquezas do mundo. Nesse caso, por mais insistente que seja o chamado de Jesus, não será ouvido, não encontrará acesso ao ser humano, pois o coração está fechado e pertence a outro. Assim como a luz não entra no corpo quando o olho é mau, a palavra de Jesus também não é mais ouvida pelo discípulo quando o coração se fecha. A palavra foi sufocada como a semente entre os espinhos “com os cuidados, riquezas e deleites da vida” (Lc 8.14).

A direção única do olho e do coração é como a invisibilidade que nada sabe senão a palavra e o chamado de Cristo, invisibilidade que consiste na completa comunhão com Jesus. Como o discípulo poderá lidar com as riquezas deste mundo de modo unidirecional? Jesus não proíbe os discípulos de possuírem e usarem bens. Ele foi ser humano, comia e bebia, como seus discípulos. Ao fazer isso, santificou o uso desses bens. Agradecido, o discípulo pode usar os bens que depressa se consomem para a alimentação e para a necessidade diária do corpo.

Andemos como peregrinos,
Vazios e de tudo desprovidos;
O muito acumular
Só faz a jornada pesar.

Quem quiser, acumule até morrer;
andamos sem nada ter,
com pouco nos saciamos;
só do necessário precisamos.

É para isso que nos servem os bens, para que façamos uso deles; não, ao contrário, para serem acumulados. Assim Israel, no deserto, recebia todos os dias o maná das mãos de Deus e não precisava se preocupar com comida e bebida; e assim como o maná se estragava quando era guardado para o dia seguinte, também o discípulo receberá diariamente sua parcela das mãos de Deus. Mas, se quiser acumular como posse, corrompe a dádiva e a si mesmo. O coração se apega ao tesouro guardado. Os bens acumulados se tornam obstáculos entre mim e Deus. Onde está meu tesouro, ali está minha confiança, minha segurança, meu consolo, meu deus. Tesouro é idolatria.[1]

Onde, porém, traçar a linha que delimita entre os bens para uso próprio e o tesouro que não devo possuir? Se invertermos o enunciado e dissermos: “Onde o coração se apega, ali está seu tesouro”, já sabemos a resposta. Pode ser um tesouro pequeno e insignificante; o tamanho não importa, o que importa é o coração, é você. E, se eu continuar perguntando como posso saber a que se apega meu coração, a resposta também é simples e clara: tudo que o impede de amar a Deus acima de todas as coisas, tudo que serve de obstáculo entre você e a obediência a Jesus, aí está o tesouro a que se apega seu coração.

Contudo, já que o coração do ser humano precisa de um tesouro a que se apegar, ele pode ter um que seja de acordo com a vontade de Jesus;[2] mas não é um tesouro na terra, onde se deterioraria, e sim no céu, onde dura para sempre. Os “tesouros” no céu aos quais Jesus se refere não são *aquele* tesouro, isto é, o próprio Jesus, mas, na verdade, os tesouros acumulados pelos discípulos. Assim, há a grande promessa de que, no discipulado de Jesus, o discípulo acumula tesouros celestiais, tesouros que não se corroem, que aguardam o discípulo e aos quais ele se juntará. Que tesouros poderiam ser esses senão aquele extraordinário, o secreto da vida do discípulo? Que tesouros poderiam ser senão os frutos do sofrimento de Cristo, que sustentam a vida dos discípulos?

Se o discípulo dedicar seu coração totalmente a Deus, ficará claro que não *poderá* servir a dois senhores. Isso ele não pode fazer. No discipulado, é simplesmente impossível. Seria, de fato, uma tentativa natural querer comprovar a sabedoria e a experiência cristãs justamente na demonstração de que é possível servir a dois senhores, às riquezas e a Deus, concedendo a cada um seu direito correspondente. Por que não sermos, como filhos de Deus, também filhos alegres deste mundo, filhos que se alegram nas boas dádivas de Deus e veem suas riquezas como bênção dele? Deus e o mundo, Deus e as riquezas são opostos entre si, pois o mundo e as riquezas querem conquistar nosso coração e só se revelam após terem alcançado o que pretendiam. Sem nosso coração, as riquezas e o mundo nada são. Dele se alimentam; portanto, são opostos a Deus. Só podemos dar nosso coração a um deles em devoção total, e só podemos servir totalmente a um senhor. O que impedir essa devoção deve ser desprezado. De acordo com a palavra de Jesus, há somente dois sentimentos em relação a Deus: devoção ou desprezo. Se não amarmos a Deus, o odiaremos. Não existe meio-termo. Deus é assim, e por isso mesmo ele é Deus; só pode ser amado ou odiado. Existe somente esta opção: amamos a Deus ou os bens do mundo. Se você ama o mundo, odeia a Deus; se você ama a Deus, odeia o mundo. Isso não depende de sua vontade nem de sua ação. Com toda a certeza, você não quererá isso nem terá consciência do que faz; ao contrário, não *quer* que isso aconteça, pois seu desejo é exatamente *servir* a dois senhores. Quer amar a Deus e os bens

e, portanto, jamais admitirá que odeia a Deus. Você ama a Deus nos seus próprios termos. Se amar a Deus e também os bens deste mundo, a devoção a Deus é desprezo, o olhar já não se volta para uma única direção, o coração já não está em comunhão com Jesus. Queiramos ou não, não pode ser diferente. Não podem servir a dois senhores, vocês que estão no discipulado.

> Por isso, vos digo: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes? Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo, vosso Pai celeste as sustenta. Porventura, não valeis vós muito mais do que as aves? Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida? E por que andais ansiosos quanto ao vestuário? Considerai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham, nem fiam. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós outros, homens de pequena fé? Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: Com que nos vestiremos? Porque os gentios é que procuram todas estas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal.
>
> Mateus 6.25-34

Não andem ansiosos! As riquezas parecem dar segurança e conforto ao coração humano, mas na verdade são a causa da ansiedade. O coração que se apega às riquezas recebe com elas o pesado fardo da ansiedade. A ansiedade acumula tesouros, e os tesouros produzem a ansiedade. Queremos assegurar a vida por meio das riquezas; queremos tranquilidade por meio das preocupações; na verdade, porém, ocorre justamente o contrário. As correntes que nos prendem às riquezas, que seguram as riquezas, são elas próprias ansiedade.

A má utilização das riquezas consiste na tentativa de garantirmos, por meio delas mesmas, o amanhã. A ansiedade está sempre voltada para o futuro. Os bens materiais, porém, no sentido mais estrito, são destinados ao hoje. É a própria tentativa de garantir o amanhã que torna o hoje tão intranquilo. Basta ao dia o seu próprio mal. Aquele que deposita o amanhã totalmente nas mãos de Deus e recebe, hoje, o que precisa para viver é o que está realmente tranquilo. O que recebo diariamente me livra do amanhã. A preocupação com o futuro é o que me traz o desassossego sem fim. “Não vos inquieteis com o dia de amanhã” poderia ser interpretado como cruel desprezo aos pobres e miseráveis, justamente aos quais Jesus se dirige, aqueles que, do ponto de vista humano, amanhã mesmo podem morrer de fome se, hoje, não tomarem providências. Mas pode também ser entendido como lei que o ser humano não suporta e que afasta de si com ódio, ou ainda pode se tratar da mensagem excepcional do próprio evangelho da liberdade dos filhos de Deus, dos filhos que têm um Pai no céu e que lhes deu seu Filho amado. Acaso não nos dará generosamente todas as coisas aquele que nos deu seu próprio Filho?

“Não vos inquieteis com o dia de amanhã.” Isso não deve ser compreendido como sabedoria de vida, nem como lei. Isso é única e exclusivamente o evangelho de Jesus Cristo. Só o discípulo que reconheceu a Jesus pode receber nessa palavra e por meio dela a garantia do amor do Pai de Jesus Cristo e a liberdade de todas as coisas. Não é a ansiedade que livra o discípulo da ansiedade, mas a fé em Jesus Cristo. Agora ele sabe: nem sequer é *possível* andarmos ansiosos (v. 27). O dia de amanhã e a hora seguinte não estão sob nosso controle. Não faz sentido fingir que podemos tomar providências para o dia

seguinte. Afinal, nada podemos mudar nas circunstâncias deste mundo. Só Deus pode tomar providências, porque é ele que governa o mundo. Porque não podemos providenciar o amanhã, porque não temos esse poder, não *devemos* ficar ansiosos. Se o fizermos, estaremos nos colocando no lugar de Deus.

Além disso, porém, o discípulo também sabe que não só não pode nem deve se preocupar, mas que não há necessidade de se preocupar. Não se ganha o pão de cada dia com ansiedade nem com trabalho, pois quem o providencia é Deus, o Pai. Os pássaros e os lírios não trabalham nem fiam; ainda assim, são alimentados e vestidos e recebem sua parcela sem nenhuma ansiedade. Usam os bens deste mundo apenas para as necessidades do dia; não acumulam e por isso mesmo glorificam o Criador, e não por meio de seu esforço, trabalho e preocupação, mas porque recebem todos os dias, com simplicidade, as dádivas que Deus dá. Por isso, pássaros e lírios servem de exemplo para os discípulos. Jesus dissolve a suposta relação necessária entre trabalho e subsistência que não leva Deus em conta. Deus não glorifica o pão de cada dia como sendo a recompensa do trabalho, mas refere-se, por outro lado, à simplicidade despreocupada daqueles que andam nos caminhos de Jesus e tudo recebem como dádivas de Deus.

> Nenhum animal trabalha para sobreviver, mas cada um tem sua função; depois, procura e encontra alimento. O passarinho voa e canta, faz o ninho e gera os filhotes; esse é seu trabalho, mas não é dele que se alimenta. Os bois tiram o arado, os cavalos servem de transporte e nas lutas, as ovelhas fornecem lã, leite e queijo, e isso é o que fazem, mas não é daí que obtêm o alimento, e sim da terra que faz brotar a grama que a todos alimenta pela bênção de Deus. Assim, o ser humano também deve e tem de trabalhar e fazer algo, mas não pode esquecer que seu alimento não vem de seu trabalho, mas de outro lugar, a saber, da rica bênção de Deus — ainda que possa parecer que é de seu trabalho que provém o alimento, já que Deus nada lhe dará se ele não trabalhar. De igual modo, o passarinho, que não semeia nem colhe, também morreria de fome se não voasse em busca de alimento. Que ele encontre alimento não é, contudo, mérito seu, mas bondade de Deus. Pois quem põe o alimento onde ele pode encontrá-lo? Se Deus nada puser, nada se encontrará, mesmo que o mundo se mate de trabalhar e procurar. (Lutero)

E, se o Criador assim sustenta pássaros e lírios, acaso o Pai deixaria de alimentar seus filhos que todos os dias lhe suplicam? Acaso não poderia ele dar o que precisam para as necessidades do dia a dia, se a ele pertencem todas as riquezas da terra, as quais pode distribuir conforme lhe agrada?

> Diariamente Deus me dê
> tanto quanto para a vida eu precisar.
> Aos pássaros ele sempre provê:
> como não iria de mim cuidar?
>
> (Claudius)

A ansiosa preocupação com a vida é própria dos gentios, que não têm fé, que preferem confiar em sua força e em seu trabalho a confiar em Deus. Eles vivem ansiosos porque não se dão conta de que o Pai já sabe que precisamos de todas essas coisas. Por isso querem fazer, eles mesmos, o que não esperam de Deus. Mas, para o discípulo, o que vale é: “Busquem, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas lhes serão acrescentadas”. É evidente, portanto, que a preocupação com alimento e vestuário ainda não é a busca pelo reino dos céus, como tanto gostamos de dizer, como se o trabalho em prol da família e de nós mesmos, como se a preocupação pelo pão e pela morada já fossem a busca pelo reino de Deus, como se essa busca se realizasse simplesmente em nossas preocupações cotidianas. O

reino de Deus e a justiça divina são algo totalmente diferente daquilo que nos seria acrescentado em dádivas deste mundo. O reino de Deus nada mais é que a justiça sobre a qual falam os capítulos 5 e 6, a justiça da cruz de Cristo e do discipulado sob a cruz. A comunhão de Jesus e a obediência a seu mandamento vêm em primeiro lugar, e tudo o mais vem na sequência. Não são coisas que acontecem ao mesmo tempo, mas umas após as outras. Antes, portanto, da preocupação pela vida, pela comida e pelo vestuário, pelo emprego e pela família, vem a busca pela justiça de Cristo.

Aí está um resumo breve e claro de tudo que foi dito anteriormente. Essa palavra de Jesus também pode ser interpretada como um fardo que não se pode suportar, que não permite aos pobres e miseráveis subsistirem — mas também pode ser entendida como o próprio evangelho que promete alegria e liberdade completa. Jesus não fala de coisas que o ser humano deve, mas não pode; fala do que Deus nos deu e ainda nos dará. Uma vez que Cristo nos foi dado, e como fomos chamados ao discipulado, tudo, mas tudo mesmo, nos é dado com ele. Todas as outras coisas nos serão depois acrescentadas. Quem está no discipulado de Jesus e olha somente para a justiça de Cristo, esse é discípulo nas mãos de Jesus Cristo e do Pai e está sob sua proteção; nada pode acontecer com quem está na comunhão do Pai, e já não pode duvidar de que o Pai alimentará seus filhos e não os deixará morrer de fome. Na hora certa, Deus nos ajudará. Ele sabe do que precisamos.

Depois de um longo período no discipulado, à pergunta “Alguma vez vocês passaram necessidade?”, o discípulo responderá “Nunca, Senhor”. Como alguém, mesmo faminto e nu, perseguido e em perigo, mas com a certeza da comunhão com Jesus Cristo, pode sentir necessidade de algo?

8

A separação da comunidade dos discípulos

Mateus 7

Os discípulos e os descrentes

> Não julgueis, para que não sejais julgados. Pois, com o critério com que julgardes, sereis julgados; e, com a medida com que tiverdes medido, vos medirão também. Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, porém não reparas na trave que está no teu próprio? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho, quando tens a trave no teu? Hipócrita! Tira primeiro a trave do teu olho e, então, verás claramente para tirar o argueiro do olho de teu irmão. Não deis aos cães o que é santo, nem lanceis ante os porcos as vossas pérolas, para que não as pisem com os pés e, voltando-se, vos dilacerem. Pedi, e dar-se-vos-á; buscai e achareis; batei, e abrir-se-vos-á. Pois todo o que pede recebe; o que busca encontra; e, a quem bate, abrir-se-lhe-á. Ou qual dentre vós é o homem que, se porventura o filho lhe pedir pão, lhe dará pedra? Ou, se lhe pedir um peixe, lhe dará uma cobra? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará boas coisas aos que lhe pedirem? Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas.
>
> Mateus 7.1-12

Uma necessária conexão nos leva dos capítulos 5 e 6 aos versículos acima e, depois, ao glorioso final do Sermão do Monte. O capítulo 5 trata do extraordinário no discipulado (*perisson*); o capítulo 6, da justiça simples e secreta dos discípulos (*haplous*). Nos dois casos, os discípulos são retirados da comunidade a que pertenciam e se comprometem unicamente com Jesus. Foi claramente traçado um limite. Daí vem a questão sobre o relacionamento dos discípulos com os demais seres humanos: essa separação lhes confere direitos singulares? Podem reivindicar autoridade especial sobre os outros porque receberam poderes, critérios e talentos para distinguir o verdadeiro do falso? Era de imaginar que os discípulos de Jesus decidissem se livrar do mundo ao redor com uma sentença definitiva, convencidos de ser essa a vontade de Deus. Por isso, Jesus teve de esclarecer que esses mal-entendidos ameaçariam seriamente o discipulado. Os discípulos estão proibidos de julgar. Se o fizerem, eles próprios serão julgados por Deus. A espada com que condenam seu irmão recairá sobre eles mesmos. O golpe com que se separam do outro, como que separando os justos dos injustos, separa-os de Jesus.

Por que é assim? O discípulo vive totalmente da comunhão com Jesus Cristo. Sua justiça está apenas nessa comunhão e nunca fora dela. Jamais pode usá-la como medida, como se a tivesse a seu dispor. O que faz dele um discípulo não é uma nova medida para sua vida, mas unicamente o próprio Jesus Cristo, o Mediador, o Filho de Deus. Por isso, sua própria justiça lhe deve permanecer oculta na comunhão com Jesus. Já não pode ver, observar nem julgar a si mesmo; vê somente Jesus, é visto somente por Jesus, é julgado e agraciado somente por Jesus. Não há, portanto, uma medida de vida correta que separa os discípulos dos outros, mas somente Jesus Cristo é a medida; o discípulo sempre vê o outro somente como

alguém de quem Jesus está se aproximando. O discípulo se encontra com o outro somente porque vai ao encontro dele na companhia de Jesus. Jesus vai ao encontro do outro à frente do discípulo, que o segue. Portanto, o encontro do discípulo com o outro nunca é o encontro livre entre duas pessoas que possuem opiniões, medidas e juízos totalmente diferentes. Ao contrário, o discípulo pode se encontrar com o outro somente como alguém ao encontro de quem o próprio Jesus está indo. O que vale aqui é apenas a luta pelo outro, sua reputação, seu amor, sua graça e seu juízo. Portanto, o discípulo não se posiciona num lugar de onde atacará o outro; antes, aproxima-se dele na verdade do amor de Jesus, com a oferta incondicional da comunhão.

Quando julgamos o outro, tomamos uma posição de distanciamento, para observar e refletir. O amor, porém, não deixa espaço e tempo para isso. Para o que ama, o outro jamais poderá ser objeto de contemplação desinteressada; o outro é, a qualquer momento, reivindicação viva de meu amor e meu serviço. Mas será que o mal do outro não me obriga necessariamente a condená-lo, justamente em favor dele, por amor a ele? Reconhecemos que a linha divisória é delicada. Um equivocado amor ao pecador está bem próximo do amor ao pecado. Mas o amor de Cristo ao pecador é a própria condenação do pecado, é a expressão mais aguda do ódio ao pecado. É exatamente o amor incondicional no qual devem viver os discípulos de Jesus no discipulado que resulta naquilo que jamais alcançariam com o amor dividido ou concedido segundo medidas pessoais e sob condições próprias, a saber, a condenação radical do mal.

Ao julgarem, os discípulos estabelecem critérios para distinguir entre o bem e o mal. Jesus Cristo, porém, não é um critério que eu possa aplicar aos outros. É ele mesmo que me julga e que me revela meu bem como sendo totalmente mau. Assim, estou proibido de aplicar ao outro o que não vale para mim. Sim, com o julgamento para distinguir entre o bom e o mau, confirmo o outro exatamente em seu mal, pois ele também julga segundo seu conceito de bem e mal. Contudo, ele não conhece a maldade de seu bem, mas justifica-se com ele. Se ele for julgado por mim em seu mal, será confirmado em seu bem, mas esse bem jamais será o bem de Jesus Cristo; por isso, em lugar do julgamento de Cristo, será entregue a um julgamento humano. Mas eu trago sobre mim mesmo o julgamento de Deus, pois já não vivo pela graça de Jesus Cristo, e sim pelo conhecimento do bem e do mal, e fico sujeito ao julgamento a que me apego. Para cada um, Deus é o Deus no qual o indivíduo crê.

O julgamento é a reflexão proibida sobre o outro. Ele destrói o amor unidirecional. Embora esse amor não me proíba de pensar no outro, de conhecer seus pecados, as duas ações podem se realizar sem que haja uma reflexão porque são simplesmente oportunidades para o perdão e para o amor incondicional que Jesus me demonstra. Se não me permito julgar o outro, não significa que estou caindo no *tout comprende cest tout pardonner* [tudo compreender é tudo perdoar], nem que estou justificando o outro de alguma maneira. Nem eu nem o outro temos razão; é somente a Deus que damos razão, e proclamamos sua graça e seu juízo.

Enquanto o julgamento nos torna cegos, o amor ilumina nossa visão. Quando eu julgo, estou cego para o meu próprio mal e também para a graça que é direito do outro. No amor de Cristo, porém, o discípulo toma ciência de todo tipo de culpa e pecado, pois conhece o sofrimento de Jesus Cristo; ao mesmo

tempo, o amor reconhece o outro como alguém que foi perdoado sob a cruz. O amor vê o outro sob a cruz, por isso o amor consegue ver com clareza. Se, ao julgar, meu objetivo fosse de fato a destruição do mal, eu o procuraria ali onde ele realmente me ameaça, isto é, em mim mesmo. Mas, enquanto procuro o mal no outro, é evidente que, ao julgar, procuro justificar a mim mesmo e quero permanecer impune em meu próprio mal enquanto julgo o outro. Por trás de todo julgamento está o perigoso autoengano, que acha que a Palavra de Deus vale para mim de modo diferente do que para o outro. Afirmo possuir um direito especial: para mim vale o perdão, para o outro, a condenação. No entanto, uma vez que os discípulos não recebem de Jesus direitos especiais ou medidas de julgamento que pudessem impor aos outros, uma vez que nada recebem exceto a comunhão de Jesus, esse julgamento é como atribuir-se um falso direito sobre o outro, o que é, com efeito, totalmente proibido.

Não é somente o julgamento, porém, que é proibido aos discípulos; a palavra redentora do perdão que se anuncia ao outro também tem seus limites. O discípulo de Jesus não tem o poder nem o direito de impor a palavra da graça, quando e a quem quiser. Insistir, correr atrás do outro, fazer proselitismo, toda tentativa de convencer o outro pela própria força é inútil e perigoso. É inútil porque os porcos não reconhecem as pérolas que lhes são jogadas; perigoso porque assim não só a palavra do perdão é profanada, mas também o outro, a quem quero servir, será levado a pecar contra o que é sagrado. Além disso, os discípulos que assim pregam correm o risco, sem necessidade e sem benefício, de sofrerem danos por parte da fúria cega de pessoas endurecidas e obstinadas. O desperdício da graça barata aborrece o mundo. Assim, as pessoas acabam, por fim, voltando-se violentamente contra os que lhes querem impor o que eles não desejam. Para o discípulo, isso significa uma séria limitação de sua atuação, o que corresponde às instruções de Mateus 10: sacudir dos pés o pó onde a palavra da paz é rejeitada. A implacável energia dos discípulos que não querem reconhecer limites para sua atuação, o fervor que não leva em conta a resistência, confunde a palavra do evangelho com uma ideia de vitória. Essa ideia requer fanáticos que não conhecem nem respeitam qualquer resistência. É uma força potente. A Palavra de Deus, porém, é tão fraca que se deixa sujeitar ao desprezo e à rejeição humanos. Para a Palavra, há corações endurecidos e portas fechadas. Ela reconhece essa resistência com que depara e a suporta. É duro de reconhecer isto: para a ideia, não existe o impossível, mas para o evangelho existem diversas impossibilidades. A Palavra é mais fraca que a ideia. As testemunhas da Palavra, portanto, também são mais fracas que os propagandistas da ideia. Mas, nessa fraqueza, os discípulos estão livres da inquietação doentia dos fanáticos, pois sofrem com a Palavra. Os discípulos podem desistir e fugir, desde que desistam e fujam com a Palavra, desde que sua fraqueza seja a fraqueza da própria Palavra, desde que não abandonem a Palavra nessa fuga. Porque nada são senão servos e instrumentos da Palavra e não podem querer ser fortes onde a Palavra quer ser fraca. Se quisessem impor a Palavra ao mundo a qualquer custo e com todos os meios, transformariam a Palavra viva de Deus em uma ideia, e o mundo se oporia a uma ideia que em nada lhe ajudaria. Por vezes, porém, os discípulos não cedem nem fogem, mas permanecem — isto é, permanecem apenas onde a Palavra está. Os discípulos que desconhecem a fraqueza da Palavra não reconheceram ainda o mistério da humildade de Deus. Essa Palavra fraca, que sofre a oposição dos pecadores, é a Palavra forte e misericordiosa que converte pecadores do fundo do

coração. Sua força está oculta na fraqueza; se a Palavra viesse até nós com todo o seu poder, estaríamos diante do juízo final. Esta é a grande tarefa dos discípulos: reconhecer o limite de sua missão. Mas, se abusarem da Palavra, ela se voltará contra eles.

O que os discípulos farão diante de corações fechados? Que farão onde não encontrarem acesso ao outro? Devem reconhecer que não têm, de maneira alguma, direito ou poder sobre o outro, que não possuem acesso imediato ao outro, de modo que só lhes resta o caminho àquele em cujas mãos estão eles próprios tanto como os outros. É disso que trataremos a seguir. Os discípulos são levados a orar. É-lhes dito que não há caminho ao outro a não ser a oração a Deus. Juízo e perdão continuam na mão de Deus. Ele fecha e abre. Os discípulos devem pedir, procurar, bater, e então serão ouvidos. Precisam saber que a ansiedade e a inquietação pelos outros devem levá-los a orar. A promessa concedida à sua oração é seu maior poder.

Aí está a diferença entre a busca dos discípulos por Deus e a busca dos gentios por Deus: aqueles sabem o que buscam. Só quem já conhece a Deus pode buscá-lo. Como procurar o que não se conhece? Como achá-lo se nem mesmo se sabe o que procura? Assim, os discípulos buscam Deus, a quem encontraram na promessa que receberam de Jesus Cristo.

Em suma: com base no que foi exposto, ficou claro que o discípulo não dispõe de direito próprio, de poder próprio em seu relacionamento com as outras pessoas. Ele vive exclusivamente da força da comunhão com Jesus Cristo. Jesus dá aos discípulos uma regra muito simples, por meio da qual até mesmo o mais simples dos discípulos pode verificar se seu trato com os outros está certo ou errado; para isso, basta inverter os papéis, basta pôr-se no lugar do outro e o outro pôr-se no lugar dele. “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também.” No mesmo instante, o discípulo perde qualquer direito especial sobre o outro, e assim não pode ser indulgente consigo naquilo que condena no outro. A partir daí, torna-se tão rigoroso contra o mal que existe nele próprio como costumava ser contra o mal no outro, e tão tolerante com o mal no outro como o é consigo. Pois nosso mal em nada é diferente do mal do outro. Há somente *um* juízo, *uma* lei, *uma* graça. Portanto, o discípulo tratará o outro sempre como alguém que recebeu o perdão dos pecados e que passa a viver somente do amor de Deus. “Esta é a Lei e os Profetas” — pois nada mais é que o maior mandamento: amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo.

A grande separação

> Entrai pela porta estreita (larga é a porta, e espaçoso, o caminho que conduz para a perdição, e são muitos os que entram por ela), porque estreita é a porta, e estreito, o caminho que conduz para a vida, e são poucos os que acertam com ela. Acautelai-vos dos falsos profetas, que se vos apresentam disfarçados em ovelhas, mas por dentro são lobos roubadores. Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos? Assim, toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons. Toda árvore que não produz bom fruto é cortada e lançada ao fogo. Assim, pois, pelos seus frutos os conhecereis. Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus. Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor! Porventura, não temos nós profetizado em teu nome, e em teu nome não expelimos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres? Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade.
>
> Mateus 7.13-23

A Igreja de Jesus não pode se separar por vontade própria da comunhão com aqueles que não ouvem o chamado de Jesus. Ela é chamada ao discipulado por seu Senhor por meio da promessa e do mandamento. Isso é suficiente. A Igreja deixa todo julgamento e a separação por conta daquele que a escolheu segundo seu propósito, não por mérito de obras, mas por sua graça. Não é a Igreja a responsável pela separação, mas a palavra de seu chamado.

Um grupo pequeno, os discípulos, é separado do resto do mundo. Os discípulos são e sempre serão poucos. Qualquer falsa esperança em relação à sua atividade já é eliminada previamente com essa palavra de Jesus. O discípulo jamais deve depositar sua esperança em números. “São poucos os que...” Os outros, porém, são e sempre serão muitos. No entanto, a perdição os espera. Como consolar os discípulos numa situação dessas senão unicamente na promessa de vida, a eterna comunhão de Jesus?

O caminho dos discípulos é apertado. Passa-se facilmente despercebido por ele, sem saber se é o certo, e muitas vezes perdemos a direção mesmo quando já estamos nele. É difícil encontrá-lo. É caminho realmente apertado, e os abismos, dos dois lados, são ameaçadores: ser chamado ao extraordinário, aceitar o chamado sem ver nem saber o que estamos fazendo — esse é um caminho apertado! Testemunhar e confessar a verdade de Jesus e, ao mesmo tempo, amar o inimigo que não crê nessa verdade, o inimigo de Jesus e o nosso inimigo, com o amor incondicional de Jesus — esse é um caminho apertado. Crer na promessa de Jesus de que os discípulos possuirão a terra e, ao mesmo tempo, enfrentarão indefesos o inimigo, preferindo sofrer injustiças a cometê-las — esse é um caminho apertado. Ver e reconhecer o outro em sua fraqueza, em sua injustiça, sem nunca julgá-lo, ter de entregar-lhe a mensagem sem jogar as pérolas aos porcos — esse é um caminho apertado. É um caminho que não se pode suportar. Em todo momento, paira a ameaça da apostasia. Será, de fato, um caminho impossível enquanto eu o considerar somente uma ordem à qual devo obedecer e andar nele com medo de mim mesmo. Mas, se eu conseguir ver Jesus Cristo à minha frente, passo a passo, então estarei protegido nesse caminho. Se eu me concentrar no perigo de minha ação, se olhar para o caminho em vez de olhar para aquele que está à frente, certamente tropeçarei. Ele próprio é o caminho. Ele é o caminho apertado e a porta estreita. Nosso único interesse é encontrá-lo. Sabendo disso, seguiremos o caminho apertado e passaremos pela porta estreita da cruz de Jesus Cristo para a vida, pois é exatamente o aperto do caminho que se tornará nossa certeza. Como poderia ser largo o caminho do Filho de Deus na terra, o caminho que temos de trilhar como cidadãos de dois mundos, no limite entre o mundo e o reino dos céus? O caminho apertado tem de ser o caminho certo.

Versículos 15-20. A separação entre Igreja e mundo já se completou. Agora, porém, a palavra de Jesus avança sobre a própria Igreja, trazendo julgamento e separação. Essa separação tem de acontecer continuamente entre os discípulos. Não devem eles imaginar que poderiam simplesmente fugir do mundo e permanecer, sem perigo, no caminho apertado com o pequeno grupo. Entre eles surgirão falsos profetas, e a confusão aumentará o isolamento. Pode haver alguém ao meu lado, aparentemente um membro da Igreja, um profeta, um pregador, a julgar pela aparência, pelas palavras e pelas obras, um cristão; no íntimo, porém, motivos obscuros o trouxeram até nós, por dentro é um lobo voraz, suas palavras são

mentiras, e suas obras, uma grande ilusão. Sabe bem como manter o segredo, realizando sua obra de trevas sem que ninguém perceba. Está em nosso meio não porque a fé em Jesus Cristo o tenha atraído até nós, mas porque Satanás o enviou. Talvez procure poder e influência, dinheiro e fama por ideias e profecias que ele mesmo criou. Procura o mundo, e não o Senhor Jesus. Oculta seu objetivo obscuro sob a máscara da religiosidade, porque sabe que os cristãos são um povo crédulo. Confia que não será desmascarado por vestir-se de modo inocente. Sabe também que os cristãos estão proibidos de julgar, e sempre que precisar os lembrará disso! É impossível uma pessoa ver o coração da outra. Assim, desviará muitos do caminho certo. É provável que nem mesmo ele tenha consciência disso tudo; é possível que Satanás, a força que o move, obscureça o conhecimento que ele tem de si mesmo.

Com essa revelação, Jesus poderia deixar os discípulos muito assustados. Quem conhece o outro? Quem pode dizer se atrás da aparência cristã não se esconde a mentira e o engano? Tudo isso poderia gerar, no meio da Igreja, grande desconfiança, olhares mútuos de suspeita, espíritos inquietantes de julgamento. Tudo isso poderia resultar, com base nas palavras de Jesus, no julgamento insensível de todo irmão que caísse em pecado. Jesus, porém, liberta os discípulos dessa desconfiança que poderia destruir a Igreja. Ele diz: a árvore má produz frutos maus; no devido tempo ela se revelará. Não há necessidade de vermos o coração de ninguém. Tudo que precisamos é esperar até que a árvore produza seus frutos. Vocês poderão, a seu tempo, pelos frutos, avaliar as árvores. Mas o fruto não poderá demorar. Não se trata de saber diferenciar entre a palavra e a obra dos falsos profetas, mas entre aparência e realidade. Jesus diz que o ser humano não pode viver de aparência por muito tempo. A época do fruto, a hora do discernimento, chegará. Cedo ou tarde, sua verdadeira natureza se revelará. Ainda que a árvore não queira produzir frutos, não adianta; o fruto aparecerá de qualquer jeito. Portanto, chegará o tempo em que uma árvore será diferenciada da outra, em que os frutos serão produzidos, e tudo se esclarecerá. Quando chegar a hora da decisão entre mundo e Igreja — e ela pode acontecer todos os dias, não apenas em questões importantes, mas também em assuntos menores e cotidianos —, então se tornará muito claro o que é mau e o que é bom. Nesse momento, somente a realidade permanecerá; a aparência desaparecerá.

Jesus exige que seus discípulos consigam, em tais momentos, distinguir claramente, de um lado, a realidade e a aparência e, de outro, fazer a separação entre eles e os cristãos aparentes. Isso os dispensará da curiosidade sobre o outro, mas em contrapartida exigirá fidelidade e determinação para reconhecer a decisão de Deus. Pode acontecer, a qualquer momento, que cristãos aparentes sejam arrancados de nosso meio e que nós sejamos, inclusive, desmascarados como um deles. Apela-se, assim, aos discípulos que estabeleçam uma comunhão mais sólida com Cristo e que sejam mais fiéis no discipulado. A árvore má será cortada e lançada ao fogo. Toda a sua exibição de nada lhe valerá.

Versículo 21. A separação que se dá com o chamado de Jesus ao discipulado aprofunda-se ainda mais. Depois da separação entre mundo e Igreja, entre cristãos aparentes e verdadeiros, ela continua no meio dos discípulos confessantes. O apóstolo Paulo diz: “Ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo” (1Co 12.3), isto é, ninguém pode entregar a vida a Cristo por sua própria razão, força ou decisão e chamá-lo de Senhor. Mas existe aqui a possibilidade de alguém chamar Jesus de Senhor sem o Espírito Santo, isto é, sem ter recebido o chamado de Jesus. Isso é ainda mais difícil de compreender,

uma vez que, naquela época, não era vantagem alguma chamar Jesus de Senhor; ao contrário, tal confissão era altamente arriscada. “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus.” Dizer “Senhor, Senhor!” é a confissão da Igreja. Nem todos os que assim confessam entrarão no reino dos céus. A separação passará pelo meio da Igreja confessante. A confissão não confere ao discípulo direito algum em relação a Jesus. Ninguém poderá, um dia, apelar à sua confissão em razão dela mesma. O fato de sermos membros da Igreja confessante verdadeira não constitui direito perante Deus. Não é por essa confissão que seremos bem-aventurados. Se assim pensamos, cometemos o pecado de Israel, que transformou a graça do chamado em direito perante Deus. Com isso, pecamos contra a graça daquele que nos chama. Deus não nos perguntará se fomos evangélicos; a ele interessa se fizemos sua vontade. É isso o que ele a todos perguntará, incluindo a nós. A Igreja não se distingue do mundo por ter privilégios especiais, mas pela graciosa eleição e pelo chamado de Deus.

Pas ho legon e all ho poion — “dizer’” e “fazer” — não se trata apenas da relação entre palavra e prática. Trata-se de duas atitudes diferentes perante Deus. *ho legon kyrie* — “o que diz Senhor, Senhor!” é o ser humano que, baseado no seu sim, reivindica direitos; *ho poion* — o “que pratica” — é o ser humano humilde cuja ação é obediente. O primeiro é o que se justifica pela confissão; o segundo, o que pratica, é o ser humano obediente que confia na graça de Deus. O discurso do ser humano torna-se o correspondente exato de sua justiça própria; a prática, no entanto, o correspondente à graça diante da qual o ser humano nada mais pode senão obedecer humildemente e servir. O que diz “Senhor, Senhor!” a si mesmo se chamou ao discipulado de Jesus, sem o Espírito Santo, ou, de alguma maneira, transformou o chamado de Jesus em privilégio pessoal. O que pratica a vontade de Deus, porém, é chamado, agraciado, e obedece e segue. Compreende seu chamado não como um direito, mas como o juízo e a graça, como a vontade de Deus à qual quer obedecer exclusivamente. A graça de Jesus requer aquele que pratica; portanto, a prática torna-se a humildade verdadeira, a fé autêntica, a confissão sincera da graça do que chama.

Versículo 22. Os que confessam e os que praticam são separados. Agora, a separação é levada às últimas consequências. Aqui, no final, aqueles que foram aprovados até aqui vão falar. Eles pertencem ao grupo dos que praticam, mas, em vez de se basearem em sua confissão, baseiam-se em sua prática. Fizeram obras em nome de Jesus. Sabem que a confissão não faz a justiça; por isso, foram e, com suas obras, engrandeceram o nome de Jesus entre as pessoas. Nesse momento, apresentam-se a Jesus referindo-se a essas obras.

Jesus, então, mostra aos discípulos a possibilidade de uma fé demoníaca, fé que afirma basear-se nele, que realiza maravilhas totalmente indistinguíveis das obras dos verdadeiros discípulos, obras de caridade, milagres, talvez até mesmo a autossantificação, mas que, não obstante, nega Jesus e o discipulado. É exatamente o que escreve Paulo em 1Coríntios 13, ou seja, que é possível pregar, profetizar, ter todo o conhecimento, tanta fé a ponto de mover montanhas — porém, sem amor, isto é, sem Cristo, sem o Espírito Santo. Além disso, na visão de Paulo, existe a possibilidade de que as próprias obras de caridade cristã, a doação de bens, e até o martírio, sejam realizadas sem amor, sem Cristo, sem o Espírito Santo. Sem amor: isto é, praticar tudo isso sem que a obra do discipulado seja praticada,

aquela prática cujo praticante não é, por fim, outro senão aquele que chama, o próprio Jesus Cristo. Essa é a mais profunda, a mais inacreditável possibilidade da ação satânica na Igreja, é a separação final, que só ocorrerá no último dia. Mas será definitiva.

Todavia, os discípulos precisam perguntar qual seria, afinal, o critério definitivo para saberem quem será aceito por Jesus e quem não. Quem permanece, quem não permanece? A resposta de Jesus aos, por fim, rejeitados esclarece tudo: “Nunca os conheci”. Eis, portanto, o mistério preservado do início do Sermão do Monte até seu final. Esta é a única questão: seremos ou não reconhecidos por Cristo? Em que nos agarraremos ao ouvir como a palavra de Jesus efetua a separação entre mundo e Igreja, e logo depois, na própria Igreja, até o dia final, quando nada nos restará, nem nossa confissão, nem nossa obediência? Portanto, permanecerá ainda e tão somente sua palavra: “Eu o conheço”. Essa é sua palavra eterna, seu eterno chamado. Aqui se encerra o Sermão do Monte remetendo à primeira palavra de Jesus. Sua palavra no juízo final nos é dirigida em seu chamado ao discipulado. Do princípio até o fim, porém, é sempre sua palavra, seu chamado. Quem, no discipulado, apega-se a essa palavra e a nada mais, quem abre mão de tudo o mais, a esse a palavra fará atravessar o juízo. Sua palavra é sua graça.

O final

> Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as pratica será comparado a um homem prudente que edificou a sua casa sobre a rocha; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, que não caiu, porque fora edificada sobre a rocha. E todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as pratica será comparado a um homem insensato que edificou a sua casa sobre a areia; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, e ela desabou, sendo grande a sua ruína. Quando Jesus acabou de proferir estas palavras, estavam as multidões maravilhadas da sua doutrina; porque ele as ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas.
>
> Mateus 7.24-29

Acabamos de ouvir o Sermão do Monte, e é possível que o tenhamos até compreendido. Será, porém, que alguém o ouviu de fato? No final, Jesus responde a essa pergunta. Ele não permite simplesmente que seus ouvintes se vão e façam de suas palavras o que quiserem, o que lhes agradar, que escolham o que lhes parecer de valor para a vida deles, que avaliem como se aplicariam em relação à “realidade”. Jesus não permite que se apossem de suas palavras e que abusem livremente delas; ele as oferece de modo que apenas elas exerçam poder sobre eles. Do ponto de vista humano, há inúmeras possibilidades de entender e interpretar o Sermão do Monte. Jesus, porém, só conhece uma: simplesmente seguir e obedecer. Em vez de interpretar e aplicar, fazer e obedecer. Apenas assim as palavras de Jesus serão ouvidas. Mais uma vez, não se trata de falar da prática como um ideal, mas de realmente começar a praticá-la.

Essa palavra, cuja reivindicação eu aceito, essa palavra cuja origem está no “eu o conheci”, que me põe de imediato na prática, na obediência, essa palavra é a rocha sobre a qual posso edificar minha casa. A essa palavra de Jesus vinda da eternidade corresponde simplesmente a prática. Jesus falou, a palavra é dele, a obediência é nossa. Somente na prática a palavra de Jesus guarda sua honra, sua força e seu poder entre nós. Agora, mesmo que a tempestade se volte contra a casa, não poderá destruir a comunhão com Jesus, criada por sua palavra.

Além do fazer, só existe o não fazer. Não existe, porém, o querer fazer e acabar não fazendo. Quem lida com a palavra de Jesus de outra maneira que não a prática está contestando Jesus, rejeitando o Sermão do Monte e, portanto, não pondo em prática sua palavra. Questionar tudo, problematizar, interpretar, tudo isso é deixar de praticar. Vêm à mente mais uma vez o jovem rico e o intérprete da lei de Lucas 10. Por mais que eu reafirme minha fé, meu reconhecimento fundamental de sua palavra, Jesus chama isso de não fazer. A palavra que me recuso a praticar não se torna para mim a rocha sobre a qual posso edificar minha casa. Não existe, nesse caso, unidade com Jesus. Ele ainda não me reconheceu. Por isso, se vier a tempestade, perco a palavra rapidamente e descubro que nunca acreditei de fato. Eu não tinha a palavra de Cristo, mas apenas uma palavra que tomei de suas mãos e dela me apossei, refletindo sobre ela em vez de praticá-la. Assim, minha casa desaba porque não estava alicerçada na palavra de Cristo.

"Estavam as multidões maravilhadas…" O que tinha acontecido? O Filho de Deus havia falado. Ele tinha tomado em suas mãos o juízo sobre o mundo. E seus discípulos estavam a seu lado.

9

Os mensageiros

Mateus 9.35—10.42

A colheita

> E percorria Jesus todas as cidades e povoados, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades. Vendo ele as multidões, compadeceu-se delas, porque estavam aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor. E, então, se dirigiu a seus discípulos: A seara, na verdade, é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara.
>
> Mateus 9.35-38

O Salvador olha compassivamente para seu povo, para o povo de Deus. Ele não se satisfazia com os poucos que tinham ouvido seu chamado e o seguido. Não lhe ocorria a ideia de formar uma aristocracia isolada com seus discípulos. Ao contrário dos fundadores das grandes religiões, não tinha a intenção de afastá-los da multidão e ensinar-lhes doutrinas de conhecimentos elevados e de conduta exemplar. Jesus viera, trabalhava e sofria por todo o seu povo. E os discípulos que o querem exclusivamente para eles, que querem evitar que ele seja incomodado pelas crianças que lhe eram trazidas e pelos muitos mendigos miseráveis à beira do caminho (Mc 10.48), terão de reconhecer que Jesus não permite que sua atividade seja limitada por eles. Seu evangelho do reino de Deus e seu poder de salvação pertenciam aos pobres e enfermos onde quer que ele os encontrasse no meio de seu povo.

Contemplar a multidão, algo que aos discípulos talvez causasse repulsa, ira ou desprezo, enchia o coração de Jesus de grande compaixão e dor. Nada de repreender, nada de acusar. O povo amado de Deus jazia ali, maltratado, e a culpa era dos que lhe deveriam realizar o serviço de Deus. Não foram os romanos que provocaram aquela situação, mas o abuso da Palavra de Deus pelos servidores consagrados da Palavra. Já não havia pastores ali! Foi assim que Jesus encontrou o povo de Deus: um rebanho que não recebia água fresca para saciar a sede, ovelhas sem pastor que as protegesse do lobo, maltratadas e feridas, assustadas e apavoradas sob o cajado implacável de seus pastores, um rebanho humilhado. Para as perguntas, nenhuma resposta; para as necessidades, nenhum socorro; para a consciência angustiada, nenhuma libertação; para as lágrimas, nenhum consolo; para os pecados, nenhum perdão!

Onde estava o bom pastor de que o povo tanto precisava? De que adiantava os escribas obrigarem o povo a frequentar as sinagogas e os zelosos da lei condenarem duramente os pecadores, sem nada fazer para ajudá-los? Para que serviam os pregadores e intérpretes mais ortodoxos da Palavra de Deus, senão para cuidar, com misericórdia e compaixão, do povo de Deus, tão abusado e maltratado? De que valem os mestres da lei, os fariseus e pregadores, se faltam pastores na comunidade? Bons pastores, é disso que

o rebanho precisa. “Pastoreia o meu rebanho!”, foi essa a última ordem de Jesus a Pedro. O bom pastor luta por seu rebanho contra o lobo, o bom pastor não foge, mas dá a vida por suas ovelhas. Conhece todas as ovelhas pelo nome e as ama. Sabe de seus problemas e de suas fraquezas. Cura as feridas, dá de beber às que têm sede, sustenta as que estão prestes a cair. Apascenta-as amavelmente, e não com dureza. Conduz as ovelhas ao bom caminho. Procura a ovelha que se perdeu e a leva de volta ao rebanho. Os maus pastores, porém, governam com violência, esquecem-se do rebanho e só buscam os próprios interesses. Jesus procura bons pastores, mas não os encontra.

A situação lhe comove o coração. Com sua misericórdia divina, abraça o rebanho abandonado, o povo ao seu redor. Do ponto de vista humano, o quadro é desolador. Mas não para Jesus. Ele reconhece no povo maltratado, miserável e pobre de Deus a seara divina, pronta para ser colhida. “A seara é grande!” Está madura, deve ser colhida e levada aos celeiros. Chegou a hora de esses pobres e miseráveis serem recolhidos ao reino de Deus. Jesus vê a promessa de Deus irromper sobre o povo. Enquanto os escribas e os zelosos da lei enxergam apenas um campo pisoteado, queimado e destruído, Jesus vê a ondulante e madura seara para o reino de Deus. A seara é grande! Somente ele, em sua misericórdia, consegue ver.

Não há tempo a perder. A colheita não pode ser adiada! “Mas os trabalhadores são poucos.” E isso é alguma surpresa, já que são tão poucos os que receberam essa visão misericordiosa de Jesus? Quem mais poderia participar desse trabalho senão aqueles que partilham da graça no coração de Jesus, aos quais ele abriu os olhos?

Jesus procura ajuda. Não pode fazer o trabalho sozinho. Quem são os trabalhadores que podem ajudá-lo? Só Deus os conhece, e é ele quem tem de dá-los ao Filho. Quem teria coragem de oferecer-se por vontade própria? Nem mesmo os discípulos podem fazê-lo. Eles devem pedir ao Senhor da seara que mande trabalhadores a tempo, pois a hora chegou.

Os apóstolos

> Tendo chamado os seus doze discípulos, deu-lhes Jesus autoridade sobre espíritos imundos para os expelir e para curar toda sorte de doenças e enfermidades. Ora, os nomes dos doze apóstolos são estes: primeiro, Simão, por sobrenome Pedro, e André, seu irmão; Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão; Filipe e Bartolomeu; Tomé e Mateus, o publicano; Tiago, filho de Alfeu, e Tadeu; Simão, o Zelote, e Judas Iscariotes, que foi quem o traiu.
>
> Mateus 10.1-4

A oração foi ouvida. O Pai revelou sua vontade ao Filho. Jesus Cristo chama os doze discípulos e os envia à seara. Faz deles “apóstolos”, seus mensageiros e colaboradores. E “dá-lhes autoridade”. É essa autoridade que importa. Os apóstolos não recebem apenas uma palavra, um ensinamento, mas autoridade eficiente. Como poderiam realizar o trabalho sem essa autoridade? Tem de ser uma autoridade maior que a daquele que governa o mundo, Satanás. Os discípulos conhecem bem o poder de Satanás, embora o truque dele fosse negar seu poder, a fim de levar os seres humanos a acreditarem que ele não existe. É exatamente essa perigosa artimanha de seu poder que deve ser destruída. Satanás tem de ser desmascarado e vencido pelo poder de Cristo. Os apóstolos se põem ao lado de Jesus. Devem ajudá-lo a realizar sua obra. Por isso, para essa tarefa, Jesus não lhes nega o maior dos dons: compartilhar de seu

poder sobre os espíritos imundos, sobre Satanás, que se apossou da humanidade. Nessa missão, os apóstolos tornam-se semelhantes a Cristo. Fazem a obra de Cristo.

Os nomes desses primeiros mensageiros serão preservados até o último dia. O povo de Deus descendia de doze tribos, e são doze os mensageiros que realizarão a obra de Cristo nesse povo. No reino de Deus, haverá doze tronos à espera deles, para que julguem as doze tribos de Israel (Mt 19.28). A Jerusalém celestial terá doze portas pelas quais o povo santo entrará, e nelas estarão inscritos os nomes das doze tribos. A muralha da cidade terá doze fundamentos, e sobre eles estarão os nomes dos doze apóstolos (Ap 21.12,14). A única coisa que une os doze apóstolos é o chamado de Jesus, o chamado que é uma escolha. Simão, a rocha; Mateus, o publicano; Simão, o Zelote, o diligente pela justiça e pela lei contra a opressão dos gentios; João, o discípulo amado, que se recostava ao peito de Jesus; e todos os outros, dos quais só conhecemos os nomes, e por último Judas, que o traiu. Nada neste mundo poderia unir esses homens em torno da mesma tarefa, senão o chamado de Jesus. Tudo que os separava antes havia sido superado, e uma nova e firme comunhão fora estabelecida em Jesus. Que Judas também tenha ido realizar a missão continua a ser um obscuro enigma e uma tremenda advertência.

O trabalho

> A estes doze enviou Jesus, dando-lhes as seguintes instruções: Não tomeis rumo aos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos; mas, de preferência, procurai as ovelhas perdidas da casa de Israel.
>
> Mateus 10.5-6

Como colaboradores de Jesus, toda a atividade dos discípulos está sujeita às ordens claras de seu Senhor. Não são livres para decidir como querem trabalhar e como entendem sua tarefa. A obra de Cristo, que lhes foi confiada, submete-os à vontade de Jesus. Felizes os que recebem tais ordens para seu serviço, pois assim estão livres de criar seus próprios projetos e ideias.

A primeira palavra já impõe um limite ao trabalho dos mensageiros, que lhes deve ter soado estranha e difícil. Eles não podiam escolher o campo onde iriam trabalhar. Não importava o desejo do coração, mas o lugar para onde eram enviados. Isso deixava claro que não iriam realizar a obra deles, mas a de Deus. Não teria sido mais natural que fossem aos gentios e samaritanos, os que mais precisavam das boas-novas? Poderia até ser, mas não foi essa a ordem que receberam. As obras de Deus não podem ser realizadas sem a ordem devida; do contrário, não carregariam a promessa. Mas será que a promessa e a ordem de pregar o evangelho não são válidas em todos os lugares? Ambas só são válidas quando existe a ordem de Deus. Mas não é justamente o amor de Cristo que nos constrange a pregar a mensagem sem parar? O amor de Cristo se distingue do vigor e do entusiasmo do próprio coração por se comprometer com a ordem. Não proclamamos a mensagem de salvação do evangelho por causa do grande amor que temos pelos irmãos de nosso povo ou pelos gentios em terras estrangeiras, mas por causa da ordem que o Senhor nos deu na Grande Comissão. Só a ordem pode nos mostrar onde a promessa está. Se Cristo não quiser que eu pregue o evangelho aqui ou em outro lugar, devo parar com tudo e obedecer à sua vontade e à sua palavra. Os apóstolos, portanto, têm o compromisso com a palavra e com a ordem. Onde estiver a palavra de Cristo e sua ordem, ali somente deverão estar os apóstolos. “Não tomeis rumo aos gentios,

nem entreis em cidade de samaritanos; mas, de preferência, procurai as ovelhas perdidas da casa de Israel.”

Nós, que éramos parte dos gentios, a princípio estávamos excluídos da mensagem. Era necessário, primeiro, que Israel ouvisse e rejeitasse a mensagem de Cristo, para que só então ela chegasse aos gentios e, conforme a ordem de Jesus Cristo, uma Igreja dos gentios fosse criada. Só o Ressurreto pôde dar a ordem da Grande Comissão. Assim, a limitação da ordem, que os discípulos não podiam compreender, tornou-se graça para os gentios, que receberam a mensagem do Crucificado e Ressurreto. Esse é o caminho e a sabedoria de Deus. Tudo que nos resta é a ordem.

> E, à medida que seguirdes, pregai que está próximo o reino dos céus. Curai enfermos, ressuscitai mortos, purificai leprosos, expeli demônios; de graça recebestes, de graça dai.
>
> Mateus 10.7-8

A mensagem e a atividade dos mensageiros em nada são diferentes das de Jesus. Eles tomaram parte na autoridade dele. Jesus deu a ordem para que proclamem a vinda do reino dos céus e que confirmem sua mensagem por meio de sinais. Ordena que curem enfermos e leprosos, que ressuscitem mortos e expulsem demônios. A pregação torna-se acontecimento, e o acontecimento confirma a pregação. O reino de Deus, Jesus Cristo, o perdão dos pecados, a justificação dos pecadores pela fé, isso tudo nada mais é que a destruição do poder de Satanás, a cura dos enfermos e a ressurreição dos mortos. Por ser a palavra do Deus onipotente, ela é ação, acontecimento e milagre. É *o* Cristo que, na presença de seus doze mensageiros, percorre a terra e realiza sua obra. A graça do Rei, com a qual os discípulos foram equipados, é a palavra criadora e salvadora de Deus.

> Não vos provereis de ouro, nem de prata, nem de cobre nos vossos cintos; nem de alforje para o caminho, nem de duas túnicas, nem de sandálias, nem de bordão; porque digno é o trabalhador do seu alimento.
>
> Mateus 10.9-10

Porque a ordem e o poder dos mensageiros consistem exclusivamente na palavra de Jesus, nada deve ser visto neles que obscureça ou torne não crível a missão que o Rei lhes legou. Os mensageiros devem, na pobreza do Rei, testemunhar a riqueza de seu Senhor. O que receberam de Jesus não pertence a eles nem pode ser negociado. “De graça recebestes.” Ser mensageiro de Jesus não lhes confere direitos, honras ou poderes especiais. Quando um livre mensageiro de Jesus se decide pelo ofício de pastor, tampouco adquire direitos especiais. Os direitos daqueles que estudaram, os privilégios sociais, nada disso tem validade para os que se tornaram mensageiros de Jesus. “De graça recebestes.” Ou será que não foi apenas o chamado de Jesus que nos pôs, sem merecimento, a serviço dele? “De graça dai.” É preciso deixar claro que, apesar de toda a riqueza que vocês têm para dar, nada querem para si mesmos, nem bens, nem prestígio, nem reconhecimento, nem mesmo gratidão! Com base em que teriam o direito para isso? Toda honra que recebemos, nós a roubamos daquele a quem ela realmente pertence, ao Senhor que nos enviou. A liberdade dos mensageiros de Jesus deve se manifestar na pobreza deles. A diferença na enumeração feita por Marcos e Lucas daquilo que os mensageiros têm ou não permissão de levar em

relação à de Mateus não pode conduzir a outras conclusões. Jesus deu ordem de pobreza aos que vão pelo mundo propagando sua palavra com a sua autoridade. Não se deve ignorar que se trata de um mandamento de Jesus. Os bens que os discípulos podem levar estão detalhadamente regulamentados. Eles não devem vestir-se como mendigos, com roupas rasgadas, a fim de não chamar atenção, e também não devem viver como parasitas às custas dos outros. Devem ir, porém, trajados nas vestes da pobreza. Devem ter o mínimo possível, como o viajante ciente de que, à noite, estará na casa de amigos que lhe oferecerão cama e comida. Tal confiança, porém, eles não têm nas pessoas, mas naquele que os enviou e no Pai celestial, que deles cuidará. É dessa maneira que tornarão crível a mensagem que pregam, isto é, o reino de Deus irrompendo na terra. Devem aceitar cama e comida na mesma liberdade que realizam seu trabalho, não como esmola, mas como a refeição devida ao trabalhador. Jesus chama seus mensageiros de "trabalhadores". O preguiçoso, por sua vez, não merece o prato de comida. O que é trabalho senão a luta contra o poder de Satanás, a luta pelo coração humano, a renúncia à própria glória, aos bens e aos prazeres do mundo, tudo para servir aos pobres, maltratados e miseráveis? O próprio Deus teve muito trabalho e canseira em favor das pessoas (Is 43.24); a alma de Jesus labutou na cruz até a morte na cruz, por nossa salvação (Is 53.11). Os mensageiros participam desse trabalho, na pregação, na derrota de Satanás e na intercessão. Quem não reconhece esse trabalho ainda não compreendeu o serviço do mensageiro fiel de Jesus. Os mensageiros podem receber, sem constrangimento, a recompensa pelo trabalho diário. Ainda assim, também sem constrangimento, devem permanecer pobres, por causa do serviço.

> E, em qualquer cidade ou povoado em que entrardes, indagai quem neles é digno; e aí ficai até vos retirardes. Ao entrardes na casa, saudai-a; se, com efeito, a casa for digna, venha sobre ela a vossa paz; se, porém, não o for, torne para vós outros a vossa paz. Se alguém não vos receber, nem ouvir as vossas palavras, ao sairdes daquela casa ou daquela cidade, sacudi o pó dos vossos pés. Em verdade vos digo que menos rigor haverá para Sodoma e Gomorra, no Dia do Juízo, do que para aquela cidade.
>
> Mateus 10.11-15

O trabalho na comunidade começa nas casas que "forem dignas" de abrigar os mensageiros de Jesus. Deus tem, em toda parte, uma Igreja que ora e espera. Nela, os discípulos serão recebidos humildemente e de bom grado em nome do Senhor. Nela, o trabalho deles será apoiado com orações. Nela, existe um pequeno rebanho que representa toda a Igreja. Para evitar conflitos na Igreja, e cobiça e falsa permissividade entre os discípulos, Jesus ordena aos apóstolos que fiquem na mesma casa durante toda a sua estada naquele lugar. Sempre que entrarem numa cidade ou numa casa, devem ir direto ao ponto e dizer a que vêm. O tempo é precioso e escasso. Ainda há muitos esperando a mensagem. Devem saudar a casa à maneira de seu Senhor: "Paz seja nesta casa!" (Lc 10.5). Essa saudação não é uma fórmula vazia, mas traz imediatamente o poder da paz de Deus sobre aqueles que "forem dignos". A pregação dos mensageiros é breve e clara. Anunciam a chegada do reino de Deus, chamam à conversão e à fé. Eles vêm na autoridade de Jesus de Nazaré. Cumprem a ordem que receberam e fazem uma oferta com toda a autoridade. Tudo se resume a isso. Por ser muito simples e claro, e por o assunto não poder ser adiado, não há necessidade de maiores planejamentos, discussões ou propagandas. O Rei está à porta e pode

entrar a qualquer momento: vocês querem submeter-se a ele e recebê-lo humildemente, ou preferem que, em sua ira, ele os destrua e os mate? Quem quer ouvir, já ouviu tudo e não pode impedir o mensageiro de partir para a próxima cidade. Mas quem não quer ouvir, para esse o tempo da graça já passou, e ele a si mesmo se condenou. “Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais o vosso coração” (Hb 4.7). Isso é a pregação evangélica. Será que não é pressa impiedosa? Nada é mais impiedoso que enganar as pessoas dizendo que elas ainda têm tempo para se converter. Nada é mais misericordioso, nenhuma mensagem traz mais alegria que a que anuncia que não há tempo a perder, que o reino de Deus se aproxima. O mensageiro não pode esperar até que isso seja dito diversas vezes, na linguagem de cada um. A linguagem de Deus é suficientemente clara. O mensageiro não dispõe de poder para dizer quem ouvirá e quem não. Só Deus sabe quem são os “dignos”. Esses ouvirão a palavra exatamente como anunciada pelos discípulos. Mas ai da cidade e da casa que rejeitar o mensageiro de Jesus! Sobre elas cairá um juízo terrível. Sodoma e Gomorra, as cidades da lascívia e da perversão, receberão um juízo menos rigoroso que as cidades de Israel que rejeitarem a palavra de Jesus. O vício e o pecado podem ser perdoados pela palavra de Jesus, mas aquele que rejeita a palavra da salvação já perdeu sua oportunidade. Não existe pecado pior que a falta de fé no evangelho. Nesse caso, nada resta ao mensageiro senão retirar-se. Ele o faz porque a palavra não pode permanecer ali. Assim, com temor e espanto, reconhece ao mesmo tempo o poder e a fraqueza da palavra de Deus. Os discípulos não podem nem devem impor nada que seja contrário à palavra ou que vá além dela. Sua missão não é uma luta heroica, um empreendimento entusiasta de uma grande ideia, de uma “boa causa”. Por isso, só permanecem onde a palavra de Deus permanece. Se a palavra é rejeitada, eles se consideram igualmente rejeitados. Sacodem o pó dos pés como sinal da maldição que cairá sobre aquele lugar, maldição que não os atingirá. Contudo, a paz que tinham trazido àquele lugar tornará para eles. “Isso é um consolo para os servidores da Igreja que pensam nada estarem alcançando. Não desanimem. O que os outros rejeitam, para vocês será bênção ainda maior. A eles, o Senhor diz: “Aqueles o rejeitaram; portanto, fiquem, com ele para vocês” (Bengel).

O sofrimento dos mensageiros

> Eis que eu vos envio como ovelhas para o meio de lobos; sede, portanto, prudentes como as serpentes e símplices como as pombas. E acautelai-vos dos homens; porque vos entregarão aos tribunais e vos açoitarão nas suas sinagogas; por minha causa sereis levados à presença de governadores e de reis, para lhes servir de testemunho, a eles e aos gentios. E, quando vos entregarem, não cuideis em como ou o que haveis de falar, porque, naquela hora, vos será concedido o que haveis de dizer, visto que não sois vós os que falais, mas o Espírito de vosso Pai é quem fala em vós. Um irmão entregará à morte outro irmão, e o pai, ao filho; filhos haverá que se levantarão contra os progenitores e os matarão. Sereis odiados de todos por causa do meu nome; aquele, porém, que perseverar até ao fim, esse será salvo. Quando, porém, vos perseguirem numa cidade, fugi para outra; porque em verdade vos digo que não acabareis de percorrer as cidades de Israel, até que venha o Filho do Homem. O discípulo não está acima do seu mestre, nem o servo, acima do seu senhor. Basta ao discípulo ser como o seu mestre, e ao servo, como o seu senhor. Se chamaram Belzebu ao dono da casa, quanto mais aos seus domésticos?
>
> Mateus 10.16-25

O fracasso e a hostilidade não podem esmorecer a convicção dos mensageiros de que são enviados de Jesus. A fim de oferecer-lhes segurança e conforto, Jesus repete: “Eis que eu vos envio!”. Não se trata de

caminho pessoal nem de empreendimento individual; trata-se da missão. Com isso, o Senhor lhes promete sua presença, mesmo quando estiverem indefesos, desamparados, assustados e em grande perigo, como ovelhas no meio de lobos. Nada lhes acontecerá sem que Jesus o saiba. “Sede, portanto, prudentes como as serpentes e símplices como as pombas.” Com que frequência os servos de Jesus fizeram mau uso dessa ideia! Pois, de fato, não é fácil, nem para o mensageiro mais determinado, compreender o significado disso e então obedecer. Quem é que sempre sabe distinguir prudência espiritual da astúcia mundana? Assim, preferimos muito mais abrir mão da “prudência” e ficar apenas com a simplicidade da pomba, caindo novamente na desobediência. Quem pode nos dizer quando evitamos o sofrimento por medo e quando o procuramos por audácia? Quem pode nos mostrar os limites invisíveis que demarcam a diferença? Trata-se da mesma desobediência, quer recorramos ao mandamento da prudência contra a simplicidade, quer ao mandamento da simplicidade contra a prudência. Porque nenhum coração humano conhece a si mesmo e porque Jesus nunca chamaria seus discípulos ao desconhecido, mas apenas à certeza suprema, essa advertência de Jesus não pode levar os discípulos a outra coisa que não à obediência à palavra. Onde estiver a palavra, ali deve estar o discípulo. É nisso que consiste sua verdadeira prudência e sua verdadeira simplicidade. Se a palavra tiver de se retirar por causa da rejeição, o discípulo se retira com ela; se a palavra permanece na batalha, com ela o discípulo permanece. Nos dois casos, o discípulo deve agir com prudência e simplicidade ao mesmo tempo. Nunca, porém, o discípulo deve seguir “por prudência” um caminho que não possa ser aprovado pela palavra de Jesus. Jamais deverá justificar com “prudência espiritual” um caminho que não corresponde à palavra. Só a verdade da palavra o ensinará a discernir o que é prudência. Mas, a “prudência” jamais poderá servir como desculpa para o desvio, por menor que seja, da verdade, seja para alcançar um objetivo, seja para preencher uma esperança humana. Não é nossa compreensão da situação, mas apenas a verdade da palavra de Deus que nos mostra o que é prudência. Ser prudente só pode significar permanecer na verdade de Deus. Só assim há a promessa divina de fidelidade e ajuda. Será então comprovado, seja qual for a época, que para os discípulos não há maior “prudência”, hoje e sempre, que obedecer com simplicidade à palavra de Deus.

Os mensageiros aprenderão, mediante a palavra, a conhecer verdadeiramente os seres humanos. “E acautelai-vos dos homens.” Os discípulos não devem temer os seres humanos, não devem desconfiar deles, muito menos odiá-los. Mas é necessário também que tomem cuidado com a credulidade irresponsável; não se deve acreditar na bondade inata de todos os seres humanos. Ao contrário, os discípulos devem mostrar conhecimento verdadeiro da relação da palavra com o ser humano e do ser humano com a palavra. Se forem assim moderados, saberão suportar a advertência de Jesus de que o caminho deles entre os seres humanos seria de sofrimento. Existe, porém, uma força maravilhosa que é inseparável do sofrimento dos discípulos. Enquanto o criminoso cumpre sua pena trancafiado, o caminho do sofrimento dos discípulos leva “à presença de governadores e de reis, para lhes servir de testemunho, a eles e aos gentios”. A mensagem será levada adiante por meio do sofrimento. Na hora do julgamento perante tribunais e tronos, será dada aos discípulos a força para uma boa confissão e um testemunho corajoso, porque esse é o plano de Deus e a vontade de Jesus. O próprio Espírito Santo os ajudará e os

tornará invencíveis. Dará aos discípulos “sabedoria a que não poderão resistir, nem contradizer todos quantos se vos opuseram” (Lc 21.15). Porque os discípulos permanecem fiéis à palavra mesmo no sofrimento, a palavra também permanecerá fiel a eles. Um martírio provocado propositadamente não tem essa promessa, mas o sofrimento com a palavra certamente a tem.

O ódio contra a palavra dos mensageiros de Jesus prosseguirá até o fim dos tempos. Julgará os discípulos culpados por todo conflito que houver nas cidades e nas casas. Jesus e seus discípulos serão condenados como destruidores de famílias, sedutores do povo, fanáticos insanos e subversivos da paz. Com isso, aumentará a tentação para a apostasia. Mas também o fim estará próximo. Até lá, devem permanecer fiéis, suportar e perseverar. Só será bem-aventurado aquele que permanecer com Jesus e sua palavra até o fim. Quando o fim chegar, quando a hostilidade contra Jesus e seus discípulos tornar-se manifesta em todo o mundo, só então os mensageiros poderão fugir de cidade em cidade para pregar a palavra onde ela ainda não foi ouvida. Mesmo nessa fuga, porém, não se separam da palavra, mas permanecem firmes nela.

A promessa de Jesus de que seu retorno é certo e iminente foi preservada com fé pela Igreja. O cumprimento da promessa, porém, permanece obscuro, e não cabe aqui procurar soluções humanas. A única coisa que importa e é certa para nós hoje é que a volta de Jesus se dará em breve, e a certeza de que acontecerá é maior que a certeza de que completaremos nossa tarefa a seu serviço, é maior que a certeza de nossa morte. Em nada os mensageiros de Jesus podem ter mais consolo que na certeza de que eles serão iguais a seu Senhor no sofrimento. Tal Mestre, tal discípulo; tal Senhor, tal servo. Se Jesus foi chamado de demônio, tanto mais o serão os servos de sua casa. Jesus estará com eles, e eles serão iguais a Cristo em tudo.

A decisão

> Portanto, não os temais; pois nada há encoberto, que não venha a ser revelado; nem oculto, que não venha a ser conhecido. O que vos digo às escuras, dizei-o a plena luz; e o que se vos diz ao ouvido, proclamai-o dos eirados. Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temei, antes, aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo. Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai. E, quanto a vós outros, até os cabelos todos da cabeça estão contados. Não temais, pois! Bem mais valeis vós do que muitos pardais. Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus; mas aquele que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante de meu Pai, que está nos céus. Não penseis que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois vim causar divisão entre o homem e seu pai; entre a filha e sua mãe e entre a nora e sua sogra. Assim, os inimigos do homem serão os da sua própria casa. Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a mim não é digno de mim; quem ama seu filho ou sua filha mais do que a mim não é digno de mim; e quem não toma a sua cruz e vem após mim não é digno de mim. Quem acha a sua vida perdê-la-á; quem, todavia, perde a vida por minha causa achá-la-á.
>
> Mateus 10.26-39

O mensageiro permanece na palavra, e a palavra permanece no mensageiro agora e sempre. Jesus os encoraja três vezes, dizendo: “Não os temais!”. O que lhes sucede em segredo não permanecerá oculto, mas será manifesto diante de Deus e das pessoas. Têm a promessa de que mesmo o sofrimento mais secreto que lhes for causado será, um dia, revelado, para a condenação dos perseguidores e a glória dos mensageiros. Também não permanecerá oculto o testemunho dos mensageiros, mas virá à luz. O evangelho não deve tornar-se sectarismo clandestino, mas objeto de pregação pública. Ainda que o

evangelho tenha agora de viver na obscuridade em certas situações, nos últimos dias sua pregação se espalhará por toda a terra proclamando salvação e rejeição. O livro de Apocalipse, de João, profetiza: "Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo" (Ap 14.6). Portanto, não temam!

Não se deve temer os seres humanos. Mal nenhum podem fazer aos discípulos de Jesus. Seu poder acaba com a morte do corpo. Os discípulos, em vez de temer a morte, devem temer a Deus. O perigo não está no julgamento humano, mas no juízo divino; não na morte do corpo, mas na morte eterna do corpo e da alma. Aquele que ainda teme o ser humano não teme a Deus. Quem teme a Deus já não teme o ser humano. Para os que pregam o evangelho, vale muito lembrar-se disso todos os dias.

O poder que o ser humano tem por um curto período na terra não ocorre sem o conhecimento e a vontade de Deus. Mesmo quando caímos em mãos humanas e enfrentamos sofrimento e morte por violência, sabemos que tudo procede de Deus. Aquele que não vê o pardal cair em terra sem seu conhecimento ou permissão não deixa que nada aconteça a seus discípulos senão o que lhes seja bom e útil, para eles ou para a causa que defendem. Nós estamos nas mãos de Deus. Portanto, não temam!

O tempo é curto. A eternidade é longa. É tempo de decisão. No dia do juízo, quem permanecer fiel neste mundo à palavra e à confissão encontrará Jesus Cristo ao seu lado. Ele o reconhecerá e se colocará ao seu lado quando o acusador reclamar seus direitos. O mundo todo testemunhará o momento em que Jesus pronunciará nosso nome diante de seu Pai celestial. Quem, em vida, se mantiver ao lado de Jesus, com ele permanecerá na eternidade. Mas quem, em vida, se envergonhar desse Senhor e desse nome, quem o negar, também dele Jesus se envergonhará e o negará na eternidade.

A separação decisiva tem de começar na terra. A paz de Jesus é a cruz. A cruz, porém, é a espada de Deus na terra. Ela separa: o filho contra o pai, a filha contra a mãe, o servo contra o senhor, e tudo pelo reino de Deus e a paz de Deus. Essa é a obra de Cristo na terra! Surpreende que o mundo declare culpado de ódio ao ser humano aquele que trouxe o amor de Deus à terra? Quem poderia falar assim sobre o amor de um pai, de uma mãe, de um filho ou uma filha, senão aquele que destrói toda vida, ou o Criador de nova vida? Quem poderia exigir exclusivamente para si o amor e o sacrifício do ser humano senão o inimigo dos seres humanos, ou o Salvador deles? Quem poderia levar a espada para dentro da casa senão Satanás, ou Cristo, o Príncipe da Paz? O amor de Deus ao ser humano tem de ser diferenciado do amor do ser humano à sua própria raça. O amor de Deus ao ser humano é a cruz e o discipulado, mas também a vida e a ressurreição. "Quem, todavia, perde a vida por minha causa achá-la-á." Quem anuncia essa promessa é aquele que tem poder sobre a morte, o Filho de Deus, que está indo para a cruz e para a ressurreição, levando consigo os que lhe pertencem.

O fruto

> Quem vos recebe a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou. Quem recebe um profeta, no caráter de profeta, receberá o galardão de profeta; quem recebe um justo, no caráter de justo, receberá o galardão de justo. E quem der a beber, ainda que seja um copo de água fria, a um destes pequeninos, por ser este meu discípulo, em verdade vos digo que de modo algum perderá o seu galardão.
>
> Mateus 10.40-42

Os portadores da palavra de Jesus recebem uma última mensagem de promessa para seu trabalho. Tornaram-se colaboradores e auxiliares de Cristo, em tudo devem ser semelhantes a ele; portanto, devem ser “como Cristo” para aqueles aos quais se dirigem. Neles, o próprio Cristo entra na casa que os recebe. São os portadores de sua presença. Levam aos seres humanos o presente mais precioso, Jesus Cristo, e com ele também Deus, o Pai, e isso significa perdão, salvação, vida e bem-aventurança. Essa é a recompensa e o fruto de seu trabalho e sofrimento. Todo serviço prestado a eles é serviço prestado a Jesus. Isso é graça tanto para a Igreja como para os portadores da palavra. A Igreja se dedicará aos mensageiros de muito bom grado, os honrará e servirá, pois sabe que, neles, o próprio Senhor entrou em sua casa. Os discípulos, porém, devem estar cientes de que sua entrada numa casa não pode ser à toa e inútil, mas que levam consigo uma dádiva incomparável. É lei no reino de Deus que cada pessoa compartilhe voluntariamente a dádiva como vinda de Deus. Quem recebe o profeta sabendo o que está fazendo torna-se participante de sua causa, sua dádiva e sua recompensa. Quem recebe o justo recebe a recompensa do justo, pois participa de sua justiça. Quem, porém, oferece um copo de água a um dos pequeninos, a um dos mais pobres, que não têm nome honroso, esse estará servindo ao próprio Jesus Cristo e receberá dele sua recompensa.

Assim, a última coisa em que o mensageiro pensa não é em seu próprio caminho, nem em seu sofrimento ou em sua recompensa, mas no alvo de seu trabalho, que é a salvação da Igreja.

Parte II

A Igreja de Jesus Cristo e o discipulado

10

Questões preliminares

Jesus estava corporalmente presente quando dirigiu sua palavra aos primeiros discípulos. Esse Jesus, porém, morreu e ressuscitou. Como vem até nós hoje seu chamado ao discipulado? Jesus já não precisa estar fisicamente conosco para nos dizer “Segue-me!”, como quando abordou Levi, o publicano. Mesmo que de todo o coração eu desejasse ouvir o chamado, deixar tudo para trás e segui-lo, que direito eu teria? O que para eles era tão claro, para mim é uma decisão muito duvidosa sobre a qual não tenho controle. O que me garante que o chamado de Jesus a Levi também vale para mim? Não falou Jesus de maneira bem diferente a outras pessoas e em outras circunstâncias? Acaso Jesus amou menos aquele paralítico, de quem perdoou os pecados e a quem curou, ou a Lázaro, a quem ressuscitou dos mortos, do que a seus discípulos, uma vez que não pediu àqueles que abandonassem suas ocupações a fim de segui-lo no discipulado, mas os deixou onde estavam, em casa, com a família, na profissão? Quem sou eu, portanto, para assim me oferecer a realizações tão incomuns e extraordinárias? Quem poderia dizer a mim e aos outros que não estou agindo por vontade própria ou por puro entusiasmo? Isso, certamente, não seria discipulado!

Tais perguntas não são legítimas. Levantamos essas questões com o único intuito de nos retirarmos da presença viva de Cristo. Quem faz essas perguntas não leva em conta que Jesus Cristo não morreu, mas vive e ainda hoje nos dirige a palavra por meio do testemunho das Escrituras. Ele continua presente entre nós, corporalmente e em sua Palavra. Se quisermos ouvir seu chamado ao discipulado, temos de ouvi-lo onde ele se encontra. O chamado de Jesus Cristo se faz ouvir na Igreja por meio de sua Palavra e sacramento. A pregação e os sacramentos da Igreja são o lugar da presença de Jesus Cristo. Quem quiser ouvir o chamado de Jesus ao discipulado não precisa de uma revelação pessoal. Ouça a pregação e receba o sacramento! Ouça o evangelho do Senhor crucificado e ressurreto! É na Igreja que ele está presente por inteiro, o mesmo Jesus que convivia com os discípulos. Ali está o Cristo glorificado, vivo e vitorioso. E só ele pode chamar ao discipulado. A situação do discípulo ou do publicano chamado por Jesus naquela época não era menos duvidosa que a nossa hoje, pois, no discipulado, não se trata, na verdade, de decisões a favor ou contra essa ou aquela ação, mas da simples decisão de ser contra ou a favor de Jesus Cristo. A obediência dos primeiros que se sujeitaram ao chamado tornou-se discipulado simplesmente porque reconheceram o Cristo naquele que chamava. Tanto ontem como hoje, porém, é o Cristo invisível que chama. O chamado em si pode assumir diferentes formas. Tudo depende daquele que chama. Mas Cristo só pode ser reconhecido na fé. Isso vale tanto para os daquela época como para nós. Aqueles viam o rabino e o milagreiro e criam em Cristo. Nós ouvimos a Palavra e cremos em Cristo.

Não teria sido essa a maior vantagem dos primeiros discípulos, isto é, terem reconhecido Cristo, recebido seu mandamento de maneira muito clara e sido instruídos sobre o que fazer da própria boca dele? Não nos sentimos abandonados exatamente nesse ponto decisivo da obediência cristã? Será que esse mesmo Cristo não fala conosco hoje de maneira diversa? Se isso fosse verdade, nossa situação seria realmente desesperadora. Mas não é verdade, de maneira nenhuma. Cristo não fala conosco hoje de maneira diversa de como falou naquela época. Em relação aos primeiros discípulos, também não é verdade que, primeiramente, reconheceram nele o Cristo e só então receberam seu mandamento. Ao contrário, só o reconheceram por causa de sua palavra e de seu mandamento. Creram em sua palavra e em seu mandamento e, portanto, reconheceram nele o Cristo. Não havia outra maneira de reconhecerem Cristo senão por meio de sua clara palavra. Por outro lado, o contrário também é válido, ou seja, o reconhecimento legítimo de Jesus como o Cristo tinha de incluir ao mesmo tempo o reconhecimento de sua vontade. O reconhecimento da pessoa de Jesus Cristo não impedia a certeza de agir do discípulo, mas sim criava essa certeza. Não existe outro modo de reconhecer Jesus Cristo. Se Cristo é o Senhor vivo de minha vida, experimento, no encontro com ele, sua palavra dirigida a mim, e não o reconhecerei senão por sua palavra clara e seu mandamento. A desculpa de que nosso problema seria exatamente querer conhecer a Cristo e crer nele, sem, no entanto, podermos reconhecer sua vontade, revela um conhecimento obscuro e ilegítimo de Cristo. Reconhecer o Cristo é reconhecê-lo como Senhor e Salvador de minha vida em sua palavra. Isso, porém, inclui o reconhecimento de sua palavra clara dirigida a mim.

Se concluímos, por fim, que o mandamento que Jesus dirigiu aos primeiros discípulos foi claro, mas que nós mesmos temos de decidir qual a palavra dirigida a nós, mais uma vez entendemos equivocadamente a situação tanto daqueles discípulos como a nossa. O mandamento de Jesus visa à fé de coração inteiro, o amor a Deus e ao próximo de todo o coração e de todo o entendimento. Nisso consistia a clareza do mandamento. Toda tentativa de seguir o mandamento de Jesus de outra maneira revelaria um equívoco na interpretação e, consequentemente, uma desobediência à palavra de Jesus. Contudo, não estamos impedidos de conhecer o mandamento concreto. Em cada palavra da pregação, na qual ouvimos Cristo, esse mandamento nos é anunciado, mas de tal modo que aprendemos que seu cumprimento só acontece na fé em Jesus Cristo. Assim, a dádiva de Jesus a seus discípulos nos ficou totalmente preservada. Na verdade, nossa situação é ainda melhor, pois pela ascensão de Jesus estamos mais próximos dela, por causa de nosso conhecimento de sua glorificação e pelo envio do Espírito Santo.

Portanto, é bastante claro que não podemos mais afirmar que as histórias de chamado dos primeiros discípulos sejam totalmente diferentes de outras experiências de chamado ao discipulado hoje. Não se trata de exigir que sejamos iguais aos primeiros discípulos ou a outros personagens do Novo Testamento; o que importa é que Jesus Cristo e seu chamado são os mesmos, ontem e hoje. Sua palavra é única e a mesma, quer tenha sido proferida em sua vida na terra, quer seja proferida hoje, dirigida tanto aos discípulos como ao paralítico. Lá e cá, é o chamado da graça para seu reino e poder. A questão sobre se devo me comparar com o discípulo ou com o paralítico não só é mal formulada, mas também perigosa. Não devo me comparar a nenhum deles. A única coisa que devo fazer é ouvir e praticar a palavra e a

vontade de Cristo, seja qual for o testemunho pelo qual recebo o chamado. As Escrituras não apresentam vários tipos de cristãos aos quais devemos imitar conforme nossa escolha, mas sim prega, em todas as situações, o mesmo Jesus Cristo. Só a ele devo ouvir. Ele é o mesmo e o único em todo lugar.

À pergunta acerca de onde nós que vivemos hoje poderíamos ouvir o chamado de Jesus ao discipulado, há uma única resposta: Ouça a pregação, receba o sacramento, ouça neles a ele próprio, e ouvirá o chamado!

11

O batismo

Nos Evangelhos Sinóticos, praticamente todo o conteúdo das relações do discípulo com Jesus Cristo é expresso no conceito do discipulado. Nos escritos de Paulo, porém, esse mesmo conceito aparece em segundo plano. Em sua pregação, Paulo não ressalta tanto a história de Jesus em seu tempo na terra, mas destaca a presença do Cristo ressurreto e glorificado e sua obra em nós. Para isso, Paulo precisa de uma nova terminologia, que nasce da singularidade do objeto e almeja ressaltar o que há em comum na pregação — o Senhor único que viveu, morreu e ressuscitou. Ao testemunho completo de Cristo corresponde uma variação na terminologia. Assim, os novos termos usados por Paulo têm de confirmar os termos dos Sinóticos, e vice-versa; e nenhuma das duas terminologias tem primazia sobre a outra, pois não somos "de Paulo, ou de Apolo, ou de Cefas, ou de Cristo"; antes, cremos na unidade do testemunho das Escrituras sobre Jesus Cristo. Afirmar que Paulo prega o Cristo que ainda estaria presente para nós e que os Sinóticos anunciavam uma presença de Jesus Cristo que não conhecemos mais significaria a destruição dessa unidade das Escrituras. Embora o assunto seja amplamente abordado hoje dessa maneira como legítima doutrina histórico-crítica reformada, o que ocorre, na verdade, é o contrário, e tais considerações não passam de perigoso entusiasmo. Quem nos garante que ainda hoje Cristo está presente conforme Paulo pregava? Quem senão as próprias Escrituras? Ou será que deveríamos falar de uma experiência da presença e da realidade de Cristo livre e desvinculada da Palavra? Uma vez que só as Escrituras nos testemunham a presença de Cristo, elas claramente o fazem como sendo um todo coeso, o que inclui, portanto, o modo como os Sinóticos apresentam a presença de Jesus Cristo. O Cristo dos Sinóticos não está nem mais perto nem mais longe de nós que o Cristo de Paulo. O que nos é apresentado é o Cristo testemunhado pelas Escrituras como um todo único. É o Cristo encarnado, crucificado, ressurreto e glorificado, e nós o encontramos em sua Palavra. As diferentes terminologias adotadas nos escritos de Paulo e nos Sinóticos em nada prejudicam a unidade do testemunho das Escrituras.[1]

Nos escritos de Paulo, o chamado e a entrada no discipulado correspondem ao *batismo*.

O batismo não é oferta do ser humano, mas *oferta de Jesus Cristo*. Ele se fundamenta totalmente na vontade de Jesus Cristo conforme expressa em seu chamado. Batismo quer dizer ser batizado; é ter de sofrer o chamado de Cristo. No batismo, o ser humano torna-se propriedade de Cristo. O nome de Jesus Cristo é proferido sobre aquele que está sendo batizado. Desse modo, esse nome passa a ser compartilhado por aquele que foi batizado. O ser humano é batizado para dentro de Jesus Cristo (*eis*, Rm 6.3; Gl 3.27; Mt 28.19). Daquele momento em diante, passa a pertencer a Cristo. É arrancado do poder do mundo e torna-se propriedade de Cristo.

O batismo, portanto, significa *rompimento*. Cristo intervém no domínio de Satanás, põe a mão sobre os seus e cria sua Igreja. Passado e presente são separados. As coisas antigas passaram, e tudo se tornou novo. Esse rompimento não ocorre porque o ser humano, no anseio de uma ordem nova e livre em sua vida e nas coisas, destrói as correntes que o prendem. É o próprio Cristo que há muito efetuou o rompimento. No batismo, o rompimento é realizado em minha vida. Sou privado das relações diretas com o mundo, porque Cristo, o Mediador e Senhor, se interpõe entre mim e o mundo. Quem é batizado já não pertence ao mundo, já não serve ao mundo, já não lhe é subordinado. Agora ele pertence somente a Cristo e se relaciona com o mundo apenas por meio de Cristo.

O rompimento com o mundo é completo. A *morte* do ser humano é requisito e consequência do batismo.[2] No batismo, morre o ser humano com seu antigo mundo. Na concepção exata, essa morte também deve ser compreendida como acontecimento passivo. O indivíduo não deve buscar a própria morte recorrendo a tipos diversos de renúncias ou privações. A morte assim provocada jamais seria a morte do velho ser humano que Cristo exige. O velho ser humano não pode deixar de existir por vontade própria. Ninguém pode desejar a própria morte. O ser humano morre somente em Cristo, por Cristo e com Cristo. Cristo é sua morte. É pela comunhão com Cristo, e somente nessa comunhão, que o ser humano morre. Na comunhão de Cristo, na graça do batismo, o ser humano recebe sua morte.[3] Essa morte é a graça que o ser humano jamais pode criar por conta própria. Embora a morte seja o julgamento do velho ser humano e de seus pecados, é a partir desse julgamento que surge o novo ser humano, morto para o mundo e para o pecado.

Portanto, essa morte não é a rejeição final e furiosa da criatura pelo Criador, mas a aceitação graciosa da criatura pelo Criador. Essa morte de batismo é a morte graciosa, quando passamos a ser propriedade de Cristo. É a morte no poder e na comunhão da cruz de Cristo. Quem passa a pertencer a Cristo deve submeter-se à cruz. Tem de sofrer e morrer com ele. Quem recebe a comunhão de Jesus Cristo tem de passar pela graciosa morte do batismo. É nisso que consiste a cruz de Cristo, sob a qual Jesus põe os discípulos. A cruz e a morte de Cristo foram duras e pesadas; o jugo de nossa cruz é suave e leve pela comunhão com ele. A cruz de Cristo é a morte graciosa no batismo; nossa cruz, à qual somos chamados, é o morrer diário no poder da morte consumada de Cristo. Desse modo, ser batizado é ser recebido na comunhão da cruz de Jesus Cristo (Rm 6.3ss; Cl 2.12). O crente vem para debaixo da cruz de Cristo.

A morte no batismo é a *justificação do pecado*. O pecador tem de morrer para ser liberto do pecado. Quem morreu está justificado do pecado (Rm 6.7; Cl 2.20). O pecado já não tem direito sobre os mortos; as demandas foram atendidas e encerradas. A justificação do (*apo*) pecado só ocorre pela morte. Perdão do pecado não significa fingir que ele não existe e esquecê-lo; é a morte real do pecador e separação do (*apo*) pecado. O único motivo pelo qual a morte do pecador resulta em justificação, e não em condenação, é que essa morte é sofrida na comunhão da morte de Cristo. O batismo na morte de Cristo produz perdão dos pecados e justificação, e também separação total do pecado. A comunhão na cruz, à qual Jesus chamou os discípulos, é a dádiva da justificação da morte e do perdão dos pecados. O discípulo que seguia Jesus na comunhão da cruz recebia exatamente a mesma dádiva que o crente que recebia o batismo, conforme o ensino de Paulo.

Embora o batismo seja, para o indivíduo, uma atitude passiva, jamais deve ser entendido como um processo mecânico. A relação entre batismo e o Espírito (Mt 3.11; At 10.47; Jo 3.5; 1Co 6.11-13) deixa isso muito claro. A dádiva do batismo é o Espírito Santo. Este, porém, é o próprio Cristo morando no coração dos crentes (2Co 3.17; Rm 8.9-11,14ss; Ef 3.16s). Os batizados são a casa em que o Espírito Santo fez morada (*oikei*). O Espírito Santo nos garante a contínua presença de Cristo e sua comunhão. Transmite-nos o verdadeiro conhecimento de seu ser (1Co 2.10) e de sua vontade, ensina-nos e lembra-nos tudo que o Cristo nos disse (Jo 14.26), conduz a toda verdade (Jo 16.13), para que não nos falte conhecimento de Cristo, para que possamos saber o que nos é dado por Deus (1Co 2.12; Ef 1.9). Em lugar de incerteza, o Espírito Santo produz em nós certeza e clareza. Por isso, podemos viver e andar no Espírito (Gl 5.16,18,25; Rm 8.1,4). A mesma certeza que os discípulos tinham na comunhão terrena com Jesus, continuaram a ter depois da ascensão. O envio do Espírito Santo ao coração dos batizados não só preserva a certeza do conhecimento de Cristo, mas até mesmo a fortalece e a solidifica pela proximidade da comunhão (Rm 8.16; Jo 16.12s).

No chamado ao discipulado, Jesus exigia um *ato visível de obediência*. Seguir Jesus era assunto de ordem pública. O batismo, de igual modo, também é um ato público, pois mediante ele realiza-se a união com a Igreja visível de Jesus Cristo (Gl 3.27s; 1Co 12.13). O rompimento com o mundo, que se realiza em Cristo, não pode mais permanecer oculto; deve tornar-se visível na participação nos cultos e na vida da Igreja. Ao tomar parte da vida da Igreja, o cristão dá um passo para fora do mundo, do trabalho, da família e apresenta-se pública e visivelmente na comunhão de Jesus Cristo. Ele dá esse passo sozinho, porém reencontra o que abandonou: irmãos, irmãs, casas, campos. Aquele que é batizado vive na Igreja visível de Jesus Cristo. Os dois capítulos a seguir, “O corpo de Cristo” e “A Igreja visível”, buscarão explicar o significado pleno disso.

O batismo e sua dádiva são um acontecimento *único*. Ninguém pode ser batizado duas vezes com o batismo de Cristo.[4] É dessa impossibilidade de ser repetido e dessa singularidade que a epístola aos Hebreus procura tratar naquela passagem obscura onde se nega uma segunda chance de arrependimento aos batizados e convertidos (Hb 6.4ss). Quem foi batizado participa da morte de Cristo. Por essa morte, recebe a sentença de morte e morre, assim como Cristo morreu de uma vez por todas (Rm 6.10), e não há repetição de seu sacrifício. Já está morto. O morrer diário do cristão é apenas o resultado daquela morte de batismo, é um morrer semelhante ao da árvore cujas raízes foram cortadas. Para os batizados, vale o seguinte: “Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus” (Rm 6.11). Eles só se reconhecem como mortos, aqueles para quem tudo relacionado à salvação já está consumado. Em vez de viver a repetição real da obra graciosa da morte que sempre teria de acontecer de novo, o cristão vive da repetição memorial da fé na obra graciosa da morte de Cristo realizada em nós. Vive da singularidade da morte de Cristo em seu batismo.

Essa inflexibilidade que faz do batismo um acontecimento único esclarece de maneira significativa o batismo infantil.[5] Não se trata de pôr em dúvida se batizar crianças é batismo ou não. Mas, justamente por ser o batismo infantil um acontecimento único, que não se repete, é que necessita de certos limites. Embora o fato de cristãos do segundo e do terceiro séculos terem se batizado apenas na velhice ou no

leito da morte não ser, certamente, sinal de vida eclesiástica saudável, isso nos leva a uma compreensão clara da graça do batismo, compreensão que já não se encontra em nosso meio. No que diz respeito às crianças, o batismo só poderia ser realizado quando houvesse garantias para a repetição memorial da fé na obra de salvação da morte de Cristo, consumada de uma vez por todas, ou seja, numa Igreja viva. Batizar as crianças sem Igreja não só é abuso do sacramento, mas também leviandade digna de condenação quando se trata da salvação da alma das crianças, pois o batismo continua sendo um acontecimento único, irrepetível.

Assim como o batismo, o chamado de Jesus era, para o que tinha sido chamado, de importância única e sem repetição. Quando o seguia, o indivíduo morria para a antiga vida. Por isso, Jesus tinha de exigir que os discípulos deixassem para trás tudo que possuíam. A decisão, irrevogável, devia ser muito clara; de igual modo, porém, a grandeza da dádiva que recebiam de seu Senhor também ficava totalmente clara. “Se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor?” Essa é a expressão mais significativa da singularidade da dádiva de Jesus. Por um lado, Jesus tirava a vida dos discípulos; por outro, queria conceder-lhes vida plena e perfeita, e assim lhes deu sua cruz. Essa era a dádiva do batismo aos primeiros discípulos.

12

O corpo de Cristo

Os primeiros discípulos viveram na presença e na comunhão corporal de Jesus. O que significa isso e como essa comunhão se nos apresenta hoje? Para Paulo, é por meio do batismo que nos tornamos membros do corpo de Cristo. Esse enunciado, tão estranho e difícil de entender, precisa de maiores elucidações.

O enunciado afirma que os batizados viverão na presença e na comunhão corporal de Jesus também depois da morte e ressurreição do Senhor. A ascensão não significa prejuízo para os discípulos, mas uma nova dádiva. A experiência dos primeiros discípulos na presença corporal de Cristo não era mais rica nem diferente da que temos hoje. Nossa comunhão é, na verdade, mais segura, mais completa, mais certa do que era para eles. Nós vivemos na comunhão plena da presença corporal do Senhor glorificado. Nossa fé deve estar ciente da grandeza dessa dádiva. O corpo de Jesus Cristo é o fundamento e a certeza de nossa fé; o corpo de Jesus Cristo é a dádiva única e perfeita pela qual nos tornamos participantes da salvação; o corpo de Jesus Cristo é nossa nova vida. No corpo de Jesus Cristo, somos aceitos por Deus na eternidade.

Desde a queda de Adão, Deus enviou aos seres humanos pecadores sua *Palavra*, para buscá-los e *aceitá-los*. Sua Palavra está entre nós com o objetivo de aceitar novamente a humanidade perdida. A Palavra de Deus veio em forma de promessa, de lei. Por nossa causa, tornou-se fraca e humilde. Mas os seres humanos rejeitaram a Palavra e não quiseram ser aceitos por ela. Ofereceram sacrifícios e realizaram obras, na tentativa de que Deus aceitasse tudo isso em lugar deles. Assim, queriam pagar para livrar a si mesmos.

Então ocorreu o maior dos milagres. O Filho de Deus se fez humano. A Palavra encarnou. O que estava na glória do Pai desde a eternidade, o que existia em forma de Deus, o que, no princípio, era Mediador da criação de tal maneira que o mundo criado somente podia ser reconhecido nele e por meio dele, o próprio Deus (1Co 8.6; 2Co 8.9; Fp 2.6ss; Ef 1.4; Cl 1.16; Jo 1.1ss; Hb 1.1ss) assume a forma humana e vem ao mundo. O próprio Deus aceita a humanidade assumindo a “natureza” humana, a “carne pecadora”, a figura humana (Rm 8.3; Gl 4.4; Fp 2.6ss). Deus aceita a humanidade não mais apenas pela palavra pregada, mas no corpo de Jesus. A misericórdia de Deus envia o Filho à carne, para, assim, com a carne, tomar a humanidade e trazê-la a ele. O Filho de Deus assume em seu corpo toda a humanidade, isto é, a mesma humanidade que, no ódio a Deus, no orgulho da carne, rejeitou a Palavra de Deus, invisível e não corporal. Agora, a humanidade, em toda a sua fraqueza, está aceita no corpo de Jesus Cristo em verdadeira forma corporal, e só é assim pela misericórdia de Deus.

Ao meditarem nesse milagre, os Pais da Igreja defendiam apaixonadamente a necessidade de ressaltar que foi Deus que assumiu a natureza humana, e não, como outros poderiam argumentar, que Deus escolhera um ser humano perfeito para nele se fazer humano. Foi o próprio Deus que se tornou humano. Ou seja, Deus assumiu toda a natureza doente e pecadora dos seres humanos; Deus aceitou toda a humanidade decaída. Isso não significa, porém, que Deus tenha aceitado o ser humano Jesus. A compreensão correta de toda a mensagem de salvação depende dessa diferença. O corpo de Jesus Cristo, no qual somos aceitos com toda a humanidade, tornou-se agora a razão de nossa salvação.

É a carne pecaminosa que ele carrega — porém sem pecado (2Co 5.21; Hb 4.15). Onde estiver seu corpo humano, ali haverá aceitação para toda carne. "Certamente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si" (Is 53.4). Porque levava sobre seu próprio corpo todas as enfermidades e dores da natureza humana, Jesus pôde curar todas elas (Mt 8.15-17). "Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades" (Is 53.5). Tomou sobre si nossos pecados — e porque nossa carne pecaminosa foi "aceita" em seu corpo, ele pode perdoar. Por isso Jesus recebia os pecadores (Lc 15.2), porque os carregava no próprio corpo. Com Jesus o "agradável [*dektón*] ano do Senhor" (Lc 4.19) havia começado.

Portanto, o Filho de Deus que se fez humano era as duas coisas: ele próprio e a nova humanidade. O que fazia para si fazia-o também para a nova humanidade que carregava em seu próprio corpo. Portanto, ele é o segundo Adão, o "último" Adão (1Co 15.45). Também em Adão havia cada ser humano e toda a humanidade. Adão também tinha em si toda a humanidade. A queda de Adão foi a queda de toda a humanidade; em Adão ("ser humano") pecou "o homem" (Rm 5.19). Cristo é o segundo ser humano (1Co 15.47), no qual a nova humanidade é criada. Ele é o "novo ser humano".

A partir daí, compreendemos a essência da comunhão corporal que os discípulos tinham com Jesus. Não foi por acaso a ligação dos discípulos no discipulado ter sido corporal; foi algo necessário em decorrência da encarnação. Um profeta e mestre não teria precisado de discípulos; precisaria de alunos e ouvintes. O Filho de Deus que se fez humano, porém, precisa de uma comunidade de discípulos que compartilhem não apenas seu ensinamento, mas seu corpo. É no corpo de Jesus Cristo que os discípulos têm a comunhão, e é na comunhão corporal de Cristo que eles vivem e sofrem. A cruz lhes é imposta na comunhão do corpo de Jesus. Pois é nela que todos são carregados e aceitos.

O corpo terreno de Jesus é crucificado e morre. Em sua morte, a nova humanidade é crucificada e morre com ele. Cristo não assumiu um ser humano, mas a "forma" e a "natureza" humana, a carne pecaminosa; portanto, tudo que ele carregava em seu corpo sofre e morre com ele. São todas as nossas enfermidades e todos os nossos pecados que ele carrega para a cruz, somos nós os que são crucificados e mortos com ele. Embora o corpo humano de Jesus tenha morrido, ele ressuscita como corpo incorruptível e glorificado. É o mesmo corpo — a sepultura estava vazia! —, mas é também um novo corpo. Assim, carrega com ele para a ressurreição a humanidade que com ele morreu. De igual modo, carrega, em seu corpo glorificado, a humanidade que ele assumira na terra.

Como podemos participar verdadeiramente desse corpo de Cristo que fez tudo por nós? Pois de uma coisa temos certeza: não existe comunhão com Jesus Cristo que não seja a comunhão em seu corpo, no

qual somos recebidos, no qual está nossa salvação. Tornamo-nos participantes da comunhão do corpo de Cristo por meio dos dois sacramentos do corpo de Cristo, o batismo e a Ceia do Senhor. Numa alusão que muitas vezes passa despercebida, o evangelista João refere-se aos elementos dos dois sacramentos, a água e o sangue, que jorram do corpo crucificado de Jesus Cristo (Jo 19.34-35). Paulo confirma esse testemunho ao vincular totalmente a participação no corpo de Cristo aos dois sacramentos.[1] O corpo de Cristo é tanto o fim como a origem dos sacramentos. Só existe sacramento porque existe o corpo de Cristo. Não é a palavra da pregação apenas que nos torna parte da comunhão com o corpo de Jesus Cristo; deve haver também o sacramento. O batismo é a incorporação na unidade do corpo de Cristo; a Ceia é a conservação da comunhão no corpo (*koinonia*). O batismo nos torna membros do corpo de Cristo. Somos batizados em Cristo (Gl 3.27; Rm 6.3), somos batizados "num só corpo" (1Co 12.13). Assim, na morte no batismo, tornamo-nos participantes, pelo Espírito Santo, daquilo que Cristo nos conquistou em seu corpo. A comunhão do corpo de Jesus que recebemos como a receberam os primeiros discípulos quer dizer que agora estamos "com Cristo", "em Cristo" e que "Cristo está em nós". Tais expressões ganham claro sentido a partir do conceito correto de "corpo de Cristo".

Todos os seres humanos estão "com Cristo" no poder da encarnação. Jesus assumiu toda a natureza humana. Por isso, sua vida, sua morte e sua ressurreição são acontecimentos reais em relação a todos os seres humanos (Rm 5.18ss; 1Co 15.22; 2Co 5.14). Os cristãos, porém, estão "com Cristo" de maneira especial. O que para os outros significa a morte, para eles significa a graça. No batismo, têm a promessa de que "morreram com Cristo" (Rm 6.8), foram "crucificados com ele" (Rm 6.6; Cl 2.20), "sepultados com ele" (Rm 6.4; Cl 2.12), "unidos com ele na semelhança da sua morte" (Rm 6.5) e que, por isso mesmo, viverão com ele (Rm 6.8; Ef 2.5; Cl 2.12; 2Tm 2.11; 2Co 7.3). "Nós com Cristo" se fundamenta no fato de Cristo ser o Emanuel, o "Deus conosco". Somente para aquele que conhece Cristo como o Emanuel o "estar com Cristo" é motivo de graça. Ele será batizado em (*eis*) Cristo, para dentro da comunhão de sua Paixão. Assim, torna-se membro desse corpo, e a comunhão dos batizados torna-se o corpo único, o próprio corpo de Cristo. Desse modo, eles estão "em Cristo" (*en*), e "Cristo neles". Já não estão "na lei" (Rm 2.12; 3.19), nem "na carne" (Rm 7.5; 8.3; 2Co 10.3), nem "em Adão" (1Co 15.22); agora, estão "em Cristo" na totalidade de sua existência e em todas as expressões da vida.

O apóstolo Paulo possui uma interminável variedade de relações para expressar o milagre da encarnação de Cristo. Tudo, porém, pode ser resumido neste único enunciado: Cristo é "por nós" não apenas em palavra e sentimento, mas com sua vida corporal. Com seu corpo, ele está onde nós deveríamos estar diante de Deus. Ele se colocou em nosso lugar. Ele sofre e morre por nós. E ele pode fazer isso porque tomou sobre si nossa carne (2Co 5.21; Gl 3.13; 1.4; Tt 2.14; 1Ts 5.10 etc.). O corpo de Jesus Cristo é "por nós", no sentido exato da palavra, na cruz, na Palavra, no batismo, na Ceia. É nisso que se fundamenta toda a comunhão corporal com Jesus Cristo.

O corpo de Jesus Cristo é a própria nova humanidade que ele assumiu. Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, ele próprio e também a Igreja (1Co 12.12). Desde o Pentecoste, Jesus Cristo vive na terra na forma de seu corpo, na forma da Igreja. Esse é seu corpo, o corpo crucificado e ressurreto, essa é a humanidade que ele assumiu. Ser batizado, portanto, significa tornar-se membro da Igreja, membro do

corpo de Cristo (Gl 3.28; 1Co 12.13). Estar em Cristo quer dizer estar na Igreja. Assim, se estamos na Igreja, estamos corporal e verdadeiramente em Jesus Cristo. O conceito do corpo de Cristo se revela por completo.

Desde a ascensão, o lugar que Jesus Cristo ocupava no mundo passou a ser ocupado por seu corpo, a Igreja. A Igreja é a própria presença de Cristo. Com isso em vista, recuperamos um aspecto muito negligenciado no conceito de Igreja. Estamos acostumados a entender a Igreja como uma instituição. A Igreja, no entanto, deve ser entendida como uma *pessoa*; é claro, uma pessoa extremamente singular.

A Igreja é "um". Todos os batizados são "um em Cristo" (Gl 3.28; Rm 12.5; 1Co 10.17). A Igreja é "ser humano". É o "novo ser humano" (*kainos anthropos*). Assim sendo, a Igreja foi criada pela morte de Cristo na cruz. Nela a inimizade entre judeus e gentios foi abolida, a inimizade que separava a humanidade, "para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem" (Ef 2.15). O "novo ser humano" é um, e não muitos. Fora da Igreja, fora do novo ser humano, há apenas o velho, o ser humano dividido.

Esse "novo ser humano", a Igreja, é "criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade" (Ef 4.24). Ele é "revestido para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou" (Cl 3.10). A passagem se refere simplesmente a Jesus Cristo, a imagem de Deus. Adão foi o primeiro ser humano criado segundo a imagem do Criador, mas perdeu essa imagem quando pecou. Assim, um "segundo ser humano", um "último Adão", é criado segundo a imagem de Deus; este é Jesus Cristo (1Co 15.47). Portanto, o "novo ser humano" é, ao mesmo tempo, Cristo e a Igreja. Cristo é a nova humanidade em novos seres humanos. Cristo é a Igreja.

O indivíduo se relaciona com o novo ser humano de tal forma que "se reveste" dele.[2] O novo ser humano é como uma veste que cobre o indivíduo. O indivíduo deve revestir-se da imagem de Deus, que é Cristo e a Igreja. Quem é batizado reveste-se de Cristo (Gl 3.27), o que, por sua vez, deve ser entendido como incorporação no corpo, naquele um ser humano no qual não há judeu nem grego, nem livre nem escravo, isto é, na Igreja. Ninguém se tornará novo ser humano senão na Igreja, pelo corpo de Cristo. Quem quiser tornar-se novo ser humano por conta própria continuará sendo o velho ser humano de antes. Tornar-se novo ser humano significa entrar na Igreja, tornar-se membro do corpo de Jesus Cristo. O novo ser humano não é o indivíduo santificado e justificado; o novo ser humano é a Igreja, o corpo de Cristo, é Cristo.

Por meio do Espírito Santo, o Cristo crucificado e ressurreto existe como Igreja, como "novo ser humano". De igual modo, é verdade que Cristo é e será para todo o sempre a encarnação de Deus, como também é verdade que seu corpo é a nova humanidade. "Porquanto, nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da divindade", assim também seus discípulos estão cheios de Cristo (Cl 2.9; Ef 3.19). Os próprios discípulos tornaram-se a plenitude da divindade na medida em que são seu corpo, porém somente ele preenche tudo em todos.

Para que haja a unidade de Cristo com sua Igreja, seu corpo, exige-se ao mesmo tempo que Cristo seja reconhecido como Senhor de seu corpo. Por isso Paulo, desenvolvendo o conceito de "corpo de Cristo", diz que Cristo é o cabeça do corpo (Ef 1.22; Cl 1.18; 2.19). Torna-se clara, assim, a posição superior de Cristo em relação ao corpo. Dois fatos da história da salvação tornam tal distinção necessária e não

permitem que haja uma compreensão de associação mística da Igreja com Cristo: a ascensão e a volta de Cristo. É o mesmo Senhor, tanto cá como lá, é a mesma Igreja, tanto cá como lá, é o mesmo e único corpo daquele que está presente aqui e retornará sobre as nuvens. Não obstante, é uma diferença importante, se estamos aqui ou lá. Portanto, é necessário que unidade e diferença estejam lado a lado.

A Igreja é um, é o corpo de Cristo; ao mesmo tempo, porém, é a diversidade e a comunhão dos membros (Rm 12.5; 1Co 12.12ss). O corpo tem muitos membros, e cada qual — olho, mão ou pé — é e continua sendo o que é — eis o sentido da comparação feita por Paulo! A mão nunca será olho, e o olho nunca será orelha. Sim, cada qual continua sendo o que é. Contudo, só são o que são como membros de um só corpo, como comunhão que se serve na unidade. Indivíduo e comunhão só são o que são a partir da unidade da Igreja; da mesma maneira, a Igreja só é o que é a partir de Cristo e de seu corpo. Nesse sentido, fica clara a função do Espírito Santo. É ele quem leva Cristo aos indivíduos (Ef 3.17; 1Co 12.3). É ele quem congrega os indivíduos para edificar sua Igreja, cuja estrutura global, porém, já está completa em Cristo (Ef 2.22; 4.12; Cl 2.2). Ele cria a comunhão (2Co 13.13) dos membros do corpo (Rm 15.30; 5.5; Cl 1.8; Ef 4.3). O Senhor é o Espírito (2Co 3.17). A Igreja de Cristo é o Cristo presente no Espírito Santo. Assim, a vida do corpo de Cristo tornou-se nossa vida. Em Cristo já não vivemos nossa vida, mas Cristo vive sua vida em nós. A vida dos crentes na Igreja é, na verdade, *a vida de Cristo Jesus neles* (Gl 2.20; Rm 8.10; 2Co 13.5; 1Jo 4.15).

Na comunhão do corpo de Cristo crucificado e glorificado, participamos da Paixão e glorificação de Jesus Cristo. A cruz de Cristo está sobre o corpo da Igreja. O que a Igreja sofre sob a cruz é sofrimento de Cristo. O primeiro sofrimento é a morte de cruz no batismo; depois, o "morrer diário" dos cristãos (1Co 15.31) no poder do batismo. Mas, além disso, esse sofrimento ainda é sofrimento de promessa inexplicável: embora seja verdade que só o sofrimento de Cristo tem poder de reconciliação, ele que sofreu "por nós" e venceu "por nós", no poder de sua Paixão, concede àqueles que não se envergonham de comungar de seu corpo a graça imensa de também poder sofrer "por ele". Não havia glória maior que Cristo pudesse dar aos que lhe pertencem, não poderia haver honra mais inconcebível para os cristãos do que poder sofrer "por Cristo". Assim, o que é totalmente contrário à lei torna-se, nesse caso, verdadeiro. Pela lei, só podemos receber o castigo pelos próprios pecados. Se o ser humano nada pode sofrer nem fazer para seu próprio bem, como o poderia fazer para outro, e muito menos para Cristo? O corpo de Cristo, que nos foi dado, que sofreu o castigo por nossos pecados, nos liberta para viver na morte e no sofrimento "por Cristo". Pode-se, agora, trabalhar e sofrer por Cristo, a favor dele que tudo fez por nós! Esse é o milagre e a graça na comunhão do corpo de Cristo (Fp 1.29; 2.17; Rm 8.35ss; 1Co 4.10; 2Co 4.10; 5.20; 13.9). Embora Jesus Cristo tenha cumprido em nosso lugar o sofrimento necessário para nossa redenção, seus sofrimentos na terra ainda não chegaram ao fim. Em sua graça, deixou à sua Igreja um resto (*hysteremata*) de sofrimento para os últimos tempos até sua volta, sofrimentos que ainda devem ser cumpridos (Cl 1.24). Esse sofrimento poderá vir a favor do corpo de Cristo, da Igreja. Não é certo se também podemos entender esse sofrimento como sofrimento que tem o poder de reconciliação (cf. 1Pe 4.1). Está claro, porém, que o sofredor sofre, no poder do corpo de Cristo, "pela" Igreja, pelo corpo de Jesus, suportando aquilo de que outros serão poupados. "... levando sempre no corpo o morrer de Jesus,

para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo. Porque nós, que vivemos, somos sempre entregues à morte por causa de Jesus, para que também a vida de Jesus se manifeste em nossa carne mortal. De modo que, em nós, opera a morte, mas, em vós, a vida" (2Co 4.10-12; cf 1.5-7; 13.9; Fp 2.17). Há uma quantidade de sofrimento reservada ao corpo de Cristo. Deus concede a alguns a graça de suportar de maneira especial o sofrimento dos outros. Sofrimento tem de ser sentido, suportado e superado. Feliz é aquele que Deus considera digno de sofrer pelo corpo de Cristo. Esse sofrimento é alegria (Cl 1.24; Fp 2.17). Nesse sofrimento, o crente pode gloriar-se de carregar em seu corpo as chagas de Cristo (2Co 4.10; Gl 6.17). O crente servirá para que "Cristo seja engrandecido no meu corpo, quer pela vida, quer pela morte" (Fp 1.20). Essa ação e esse sofrimento substitutivo dos membros em relação ao corpo de Cristo é a própria vida do Cristo que quer tomar forma em seus membros (Gl 4.19).

Em tudo isso, porém, estamos na comunhão dos primeiros discípulos e seguidores de Jesus.

O final desta reflexão deve consistir na confirmação de que encontraremos esse testemunho de Cristo ao longo de toda a mensagem da Bíblia. E constataremos que a grande profecia do Antigo Testamento sobre o templo de Deus se cumpre no corpo de Cristo.

O conceito de corpo de Cristo não pode ser entendido no uso helenístico dessa imagem, mas a partir da profecia do Antigo Testamento em relação ao templo. Davi quer construir um templo ao Senhor. Ele consulta o profeta, que lhe revela a Palavra de Deus a respeito de seus planos: "Vai e dize a meu servo Davi: Assim diz o SENHOR: Edificar-me-ás tu casa para minha habitação? [...] Também o SENHOR te faz saber que ele, o SENHOR, te fará casa" (2Sm 7.5,11). O templo de Deus só pode ser construído pelo próprio Deus. Ao mesmo tempo, em singular contradição com o que antes se dissera, Davi recebe a promessa de que alguém de sua descendência construirá a casa de Deus, e que seu reinado permanecerá para sempre (v. 12-13). "Eu lhe serei por pai, e ele me será por filho" (v. 14). Salomão, o filho da paz de Deus com a casa de Davi, reivindica para si a promessa. Constrói o templo, e nisso recebe a confirmação de Deus. A profecia, porém, não se concretiza com a construção desse templo, pois era construído por mãos humanas e iria ser destruído. Portanto, a profecia não se cumprira. O povo de Israel continua esperando pelo templo que será construído pelo filho de Davi, cujo reino permanecerá para sempre. Várias vezes o templo de Jerusalém foi destruído, comprovando que não era o templo da profecia. Onde estava o templo verdadeiro? Cristo nos dá a resposta ao associar a profecia do templo a seu corpo.

> Replicaram os judeus: Em quarenta e seis anos foi edificado este santuário, e tu, em três dias, o levantarás? Ele, porém, se referia ao santuário do seu corpo. Quando, pois, Jesus ressuscitou dentre os mortos, lembraram-se os seus discípulos de que ele dissera isto; e creram na Escritura e na palavra de Jesus.
>
> João 2.20-22

O templo que Israel continua a esperar é o corpo de Cristo (Cl 2.17; Hb 10.1; 8.5). Jesus se referia a seu próprio corpo humano. Ele sabe que o templo de seu corpo terreno será destruído, mas ressuscitará, e o novo templo, o templo da eternidade, será seu corpo ressurreto e glorificado. Essa é a casa que Deus constrói para o Filho, a mesma casa que, por sua vez, o Filho constrói para o Pai. Nessa casa, habitam tanto Deus como a nova humanidade, a Igreja de Cristo. O Cristo que se fez humano é o templo da

profecia que se realizou. Isso corresponde ao que está escrito em Apocalipse sobre a nova Jerusalém, quando diz que nela não há templo, "porque o seu santuário é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, *e o Cordeiro*" (Ap 21.22).

O templo é o lugar da graciosa presença e da habitação de Deus entre os seres humanos. É também o lugar onde a Igreja é aceita por Deus. Essas duas coisas só se realizaram no Jesus Cristo que se fez humano. É nele que a presença de Deus é verdadeira e corporal, e é nele que a humanidade é verdadeira e corporal, pois ele a assumiu em seu próprio corpo. Portanto, o corpo de Cristo é o lugar da aceitação, da reconciliação e da paz entre Deus e os seres humanos. Deus encontra o ser humano no corpo de Cristo, e o ser humano se vê aceito por Deus no corpo de Cristo. O corpo de Cristo é a casa espiritual (*oikos pneumatikos*), feita de pedras vivas (1Pe 2.5ss). Só Cristo é o fundamento e a pedra angular desse edifício (Ef 2.20; 1Co 3.11) e é, ao mesmo tempo, o templo (*oikodome*, Ef 2.21) onde habita o Espírito Santo, que enche e santifica o coração dos crentes (1Co 3.16; 6.19). O templo de Deus é a Santa Igreja em Jesus Cristo. O corpo de Cristo é o templo vivo de Deus e da nova humanidade.

13

A Igreja visível

O corpo de Jesus Cristo ocupa espaço na terra. Com a encarnação, Cristo exige um lugar entre as pessoas, pois “ele veio para o que era seu” (Jo 1.11). Mas, ao nascer, deram-lhe um estábulo, “porque não havia lugar para eles na hospedaria” (Lc 2.7). Foi rejeitado na morte, e seu corpo pendia entre o céu e a terra. A encarnação, porém, implica a exigência de um espaço próprio na terra. O que ocupa espaço é visível. Portanto, ou o corpo de Jesus Cristo é um corpo visível, ou então não é um corpo. Aquele que se vê é o homem Jesus Cristo; aquele em que se crê é o Filho de Deus. O que se vê é o corpo de Jesus Cristo; aquilo em que se crê é o corpo de Deus encarnado. O que se vê é que Jesus estava na carne; aquilo em que se crê é que ele tomou sobre si nossa carne. “Apontarás para esse ser humano e dirás: este é Deus” (Lutero).

Uma verdade, uma doutrina, uma religião não exigem espaço próprio. Elas não têm corpo. Podem ser ouvidas, estudadas e entendidas. Nada mais que isso. O Filho de Deus, porém, não precisa somente de ouvidos ou corações, mas de seres humanos verdadeiros que o sigam. Por isso, Jesus chamava os discípulos ao discipulado corporal, e sua comunhão com eles era visível a todos. Essa comunhão se fundamentava e se sustentava no próprio Jesus Cristo encarnado; a Palavra que se fez carne tinha chamado, tinha criado a comunhão corporal e visível. Os que eram chamados já não podiam viver na invisibilidade. Eram a luz que tem de brilhar, a cidade edificada sobre o monte que tem de ser vista. A cruz e o sofrimento de Jesus Cristo pairavam, visíveis, sobre os que comungavam com ele. Por causa da comunhão, os discípulos tinham de abandonar tudo, tinham de sofrer e ser perseguidos, mas era justamente por esse amor que ganhavam de novo o que tinham perdido — irmãos e irmãs, campos e casas, tudo isso de maneira que todos pudessem ver. A comunidade dos discípulos era visível perante o mundo. Nela havia corpos que agiam, trabalhavam e sofriam na comunhão de Jesus.

O corpo do Senhor glorificado também é corpo visível na forma da Igreja. Como esse corpo se torna visível? Em primeiro lugar, na pregação da Palavra. “E perseveravam na doutrina dos apóstolos” (At 2.42). Cada termo desse versículo tem uma importância especial. Ao contrário dos discursos religiosos de qualquer tipo, a doutrina (*didache*) é a pregação. É o ato de comunicar fatos que realmente aconteceram. O conteúdo do que se deve dizer está objetivamente determinado; é preciso apenas comunicá-lo pela “doutrina”. Mas, por natureza, a comunicação se limita a coisas que não conhecemos. Quando passam a ser conhecidas, não faz mais sentido querer comunicá-las; portanto, é da essência da “doutrina” tornar-se supérflua com o tempo. Em contradição a isso, lemos que a Igreja antiga “perseverava” na doutrina, e ela não se tornava supérflua; em vez disso, exigia perseverança. Deve haver alguma necessidade inerente a essa relação entre “doutrina” e “perseverança”. Chama a atenção o fato de

se tratar aqui da “doutrina dos apóstolos”. Mas o que quer dizer “doutrina dos apóstolos”? Os apóstolos são os escolhidos de Deus para testemunhar sua revelação em Jesus Cristo. Eles viveram com Jesus na comunhão corporal, contemplaram com os próprios olhos o Cristo encarnado, crucificado e ressurreto e tocaram seu corpo com as próprias mãos (1Jo 1.1). Os apóstolos são as testemunhas empregadas por Deus e o Espírito Santo para pregar a palavra. A pregação dos apóstolos é o testemunho vivo da revelação de Deus em Jesus Cristo. A Igreja está edificada sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, cuja pedra angular é Jesus Cristo (Ef 2.20). Toda pregação posterior aos apóstolos deve ser igualmente pregação apostólica, isto é, baseada nesse fundamento. Assim, a unidade entre nós e a Igreja original é estabelecida pela palavra dos apóstolos. Até que ponto a doutrina dos apóstolos torna necessário o “ouvir” contínuo? A palavra apostólica é verdadeiramente a Palavra de Deus expressa pela palavra dos seres humanos (1Ts 2.13). É, portanto, uma palavra que quer acolher os seres humanos e tem poder para fazê-lo. A Palavra de Deus procura uma Igreja para aceitá-la. Ela é essencial na Igreja. Vai à Igreja por livre iniciativa, num movimento dela própria. O que não podemos é supor isto: de um lado, existe uma Palavra, uma verdade; do outro, uma Igreja, e o papel do pregador seria tomar essa palavra em suas mãos e trabalhar nela para, assim, levá-la para dentro da Igreja e aplicá-la à Igreja. Ao contrário, a Palavra segue o caminho por iniciativa própria; o pastor nada pode nem deve fazer senão sujeitar-se a esse movimento próprio da Palavra sem colocar-lhe obstáculos no caminho. A Palavra sai em busca de seres humanos para acolher. Os apóstolos sabiam disso, e essa era sua pregação. Tinham visto com os próprios olhos a Palavra de Deus, tinham visto como a Palavra viera e assumira a carne e, nessa carne, toda a humanidade. Tudo que podiam fazer era testemunhar o que tinham visto: que a Palavra de Deus se fizera carne, que viera para aceitar os pecadores, para perdoar e santificar. Essa é a Palavra que adentra a Igreja, a Palavra que se fez carne e que carrega toda a humanidade, que já não pode existir sem a humanidade que assumiu; é essa a Palavra que vem à Igreja. Nela, porém, vem o próprio Espírito Santo, que revela ao indivíduo e à Igreja o que há muito já foi dado em Cristo. O Espírito produz nos que o ouvem a fé de que, na palavra da pregação, o próprio Jesus Cristo está entre nós no poder de seu corpo, que vem para dizer-me que me aceitou e que hoje quer aceitar-me novamente.

A palavra da pregação dos apóstolos é a Palavra que tomou sobre seu corpo os pecados de todo o mundo, é o Cristo presente no Espírito Santo. A “doutrina dos apóstolos”, a pregação dos apóstolos, é Cristo em sua Igreja. Essa doutrina jamais será supérflua; ela cria a Igreja que nela persevera, pois foi aceita pela Palavra e é diariamente confirmada em sua fé. Essa doutrina cria para si uma Igreja visível. Além da visibilidade do corpo de Cristo na pregação da Palavra, existe ainda a visibilidade no *batismo e na Ceia do Senhor*. Ambos procedem do fato de ser verdadeira a humanidade de nosso Senhor Jesus Cristo. Tanto no batismo como na Ceia, ele se encontra conosco corporalmente e divide conosco a comunhão de seu corpo. A pregação faz parte dos dois atos. No batismo e na Ceia, a pregação diz respeito à morte de Cristo por nós (Rm 6.3ss; 1Co 11.26).

Nos dois sacramentos, a dádiva é o corpo de Cristo. No batismo, recebemos a dádiva de ser membros do corpo; na Ceia, a comunhão (*koinonia*) corporal com o corpo do Senhor e, em consequência disso, a comunhão corporal com os membros desse corpo. Assim, passamos a ser com ele um único corpo por

meio da dádiva de seu corpo. A dádiva do batismo e da Ceia não é totalmente compreendida quando a consideramos apenas como perdão dos pecados. A dádiva do corpo ministrada nos sacramentos dá-nos o próprio corpo do Senhor em sua Igreja. O perdão dos pecados, no entanto, está incluído na dádiva do corpo de Cristo como Igreja. Daí pode-se compreender que, ao contrário do que ocorre hoje, antigamente a ministração do batismo e da Ceia não estava vinculada à pregação dos apóstolos, mas era exercida pela própria Igreja (1Co 1.1,14ss; 11.17ss). O batismo e a Ceia pertencem exclusivamente à Igreja do corpo de Cristo. A Palavra dirige-se a todos, a crentes e descrentes. Os sacramentos pertencem somente à Igreja. Assim, a Igreja cristã é, no sentido verdadeiro, Igreja do batismo e da Ceia e, somente a partir daí, Igreja da pregação.

Evidenciou-se que a Igreja de Jesus Cristo reivindica *espaço de pregação* no mundo. O corpo de Cristo é visível na Igreja que se une em torno da Palavra e dos sacramentos.

Essa Igreja é um todo articulado. O corpo de Cristo como Igreja implica articulação e estruturação da igreja. Essas são partes inerentes ao corpo. Um corpo desarticulado está em estado de decomposição. Segundo a doutrina de Paulo, o corpo vivo de Cristo tem forma articulada (Rm 12.5; 1Co 12.12ss). É impossível perceber as diferenças entre conteúdo e forma, essência e aparência. O contrário seria negar o corpo de Cristo, do Cristo que se fez carne (1Jo 4.3). Portanto, além de querer *espaço de pregação*, o corpo de Cristo precisa de *espaço de articulação da Igreja*.

A origem e a natureza da articulação da Igreja são divinas. Essa articulação, porém, existe para servir, e não para dominar a Igreja. As funções na Igreja são "serviços" (*diakoniai*, 1Co 12.5). Quem cria tais funções *na* Igreja é Deus (1Co 12.28), Cristo (Ef 4.11) e o Espírito Santo (At 20.28); não são, portanto, determinadas *pela* Igreja. Ao distribuir funções, a Igreja segue a orientação do Espírito Santo (At 13.2 etc.). A origem da função e da Igreja é a mesma: o Deus triúno. As funções estão a serviço da Igreja e só são espiritualmente legítimas quando servem. Por isso deve haver funções diferentes — diaconias — em igrejas diferentes. Por exemplo, as funções nas igrejas missionárias de Paulo devem ser diferentes das funções na igreja em Jerusalém. Embora a articulação seja estabelecida por Deus, a forma pode variar e está sujeita apenas à decisão espiritual da própria Igreja, que ordena qual serviço cabe a cada membro. Os dons que o Espírito Santo concede aos indivíduos também estão sujeitos à rigorosa disciplina da diaconia em relação à Igreja, "porque Deus não é de confusão, e sim de paz" (1Co 14.33). É exatamente aí que o Espírito Santo se faz visível (*phanerosis*, 1Co 12.7), a fim de que tudo ocorra para o benefício da Igreja. Apóstolos, profetas, mestres, supervisores (bispos), diáconos, presbíteros, presidentes e dirigentes (1Co 12.28ss; Ef 2.20; 4.11), todos estão a serviço da Igreja, do corpo de Cristo. Por serem ordenados para servir à Igreja, sua missão é de origem e de natureza divinas. Somente a Igreja poderá desligá-los do serviço. Portanto, a Igreja é livre para articular-se de acordo com sua necessidade; mas, se sua estrutura é violada por alguém de fora, o que se violenta é a forma visível do próprio corpo de Cristo.

Entre todas as funções da Igreja, merece atenção especial, em qualquer época, a preocupação com o não desvirtuamento da palavra e o cuidado na ministração dos sacramentos. Em relação a essas duas atividades, temos de refletir da seguinte maneira: a pregação deve variar de acordo com a missão e os

dons do pregador. Qualquer que seja a pregação, no entanto, baseada em Paulo, Pedro, Apolo ou Cristo, deve sempre reconhecer o Cristo uno e indivisível (1Co 1.11). Um deve cooperar com o outro (1Co 3.6). Diferentes linhas de pensamento levam a disputas acadêmicas em que cada grupo busca os próprios interesses (1Tm 6.5,20; 2Tm 2.10; 3.8; Tt 1.10). A "piedade" se transforma facilmente em lucro, seja de honra, poder ou dinheiro. A disposição para discutir só pela discussão pode depressa inflamar, desviando a mente da verdade simples e clara (2Tm 3.7). Levará ao egoísmo e à desobediência ao mandamento de Deus. Em oposição a isso, o objetivo da pregação será sempre a doutrina sã e sadia (2Tm 4.3; 1Tm 1.10; 4.16; 6.1; Tt 1.9,13; 2.1; 3.8) e a manutenção da ordem e da unidade.

Nem sempre é fácil distinguir um legítimo pensamento acadêmico de uma heresia. Por isso, é possível que, numa igreja, uma doutrina ainda seja tolerada como opinião acadêmica, enquanto noutra a mesma doutrina tenha sido condenada como falsa (Ap 2.6,15ss). Mas, se a heresia é desmascarada, é necessário separação total. O falso pregador é expulso da Igreja e da comunhão pessoal (Gl 1.8; 1Co 16.22; Tt 3.10; 2Jo 10ss). Portanto, a palavra da pregação verdadeira deve juntar e separar de maneira bem visível. Com isso, torna-se bem evidente o *espaço da pregação e da ordem* da Igreja em sua necessidade estabelecida por Deus.

A pergunta agora é se, dessa maneira, já temos uma definição da forma visível da Igreja do corpo de Cristo ou se ela ainda reivindica outros espaços no mundo. A resposta do Novo Testamento não deixa qualquer dúvida: a Igreja não só precisa de lugar para seu culto e organização, mas também para a vivência diária de seus membros. Nosso tema, portanto, passa a ser agora o *espaço de vida* da Igreja visível.

A comunhão de Jesus com seus seguidores era uma comunhão total, em todos os aspectos da vida. A vida individual se desenvolvia na convivência dos discípulos. Essa comunhão é testemunho vivo da natureza humana corporal do Filho de Deus. A dedicação corporal por Jesus e com Jesus no dia a dia é uma exigência da presença física do Filho de Deus. Com toda a energia de sua vida corporal, os seres humanos pertencem a Jesus, que, por causa deles, assumiu forma humana. No discipulado, o discípulo está inseparavelmente unido ao corpo de Jesus.

Tudo isso está testemunhado no primeiro relato sobre a Igreja em Atos dos Apóstolos: "Perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações". "Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum" (At 2.42ss; 4.32ss). Observar que a comunhão (*koinonia*) encontra seu lugar entre a palavra e a Ceia pode nos ensinar algo. Não é por acaso essa definição de sua natureza, pois sua origem deve estar sempre na palavra, e seu objetivo e realização, na Ceia. Toda comunhão cristã se move entre palavra e sacramento, começa e termina no culto. Ela espera a última Ceia na companhia do Senhor, no reino de Deus. A comunhão que tem essa origem e esse fim é a comunhão perfeita. A essa comunhão, devem subordinar-se também as coisas e os bens desta vida. Foi estabelecida em liberdade, alegria e no poder do Espírito Santo. Nessa comunhão, ninguém passava necessidade e tudo se distribuía "à medida que alguém tinha necessidade"; nela "ninguém considerava exclusivamente sua nenhuma das coisas que possuía". No dia a dia desses acontecimentos está expressa a total liberdade evangélica que não necessita de pressão, pois "da multidão dos que creram era um o coração e a alma".

Essa jovem Igreja estava bem visível para quem quisesse ver, e — muito singularmente! — seus membros “contavam com a simpatia de todo o povo” (At 2.47). Seria isso a cegueira do povo de Israel que já não consegue ver a cruz de Jesus atrás dessa comunhão total? Seria isso uma forma de antecipar o dia em que todos os povos prestarão honras ao povo de Deus? Ou seria a bondade de Deus cercando a comunidade com a bondade humana justamente na época de crescimento, de luta árdua e de separação entre crentes e inimigos, um cerco de participação humana nos destinos da Igreja? Ou seria esse povo entre o qual a Igreja encontra simpatia aquele que cantou Hosana, e não o que clamava “Crucifica-o!”? “Enquanto isso, acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos.” Essa Igreja visível da comunhão de vida perfeita irrompe sobre o mundo e lhe arrebata os filhos. O crescimento diário da Igreja comprova o poder do Senhor que nela habita.

O que vale para os primeiros discípulos é: onde estiver seu Senhor, ali eles estarão; onde estiverem eles, também estará seu Senhor, até o fim dos tempos. Tudo que o discípulo fizer, tem de fazê-lo na comunhão da Igreja de Jesus, na condição de membro. As ações mais profanas também passam a acontecer na Igreja. Para o corpo de Cristo, portanto, o que vale é: onde estiver um só membro, ali estará o corpo todo; onde estiver o corpo, também ali estará o membro. Não há área na vida da qual o membro pudesse ou quisesse afastar-se do corpo. Onde quer que esteja, o que quer que faça, tem de fazê-lo “no corpo”, na Igreja, “em Cristo”. Todos os espaços da vida estão “em Cristo”. O cristão tanto é forte como é fraco “em Cristo” (Fp 4.13; 2Co 13.4); ele trabalha, se esforça e se alegra “no Senhor” (Rm 16.9,12; 1Co 15.58; Fp 4.4), fala e exorta em Cristo (2Co 2.17; Fp 2.1), é hospitaleiro em Cristo (Rm 16.2), seu casamento é no Senhor (1Co 7.39), é prisioneiro no Senhor (Fp 1.13,23) e escravo de Cristo (1Co 7.22). Cristo e a Igreja envolvem toda a gama de relações humanas que podem existir entre os cristãos.

O que garante ao cristão a vida plena em Cristo, na Igreja, é o ingresso no corpo de Cristo pelo batismo. Limitar a dádiva do batismo à participação na pregação e na Ceia, isto é, à participação nos bens da salvação e talvez nas funções e serviços da Igreja, é uma restrição nociva e oposta ao Novo Testamento. Ao contrário, o batismo confere a todo batizado, sem reservas, a participação na vida da comunidade dos membros do corpo de Cristo em todos os aspectos da vida. Garantir ao irmão batizado a participação no culto, mas recusar-lhe a comunhão na vida cotidiana, é maltratá-lo e desprezá-lo; quem faz isso torna-se culpado em relação ao próprio corpo de Cristo. Conferir ao irmão batizado as dádivas da salvação, mas recusar-lhes as dádivas da vida terrena ou permitir conscientemente que o irmão passe necessidade ou dificuldades, é ridicularizar a dádiva da salvação; quem faz isso torna-se mentiroso. Quem ainda dá ouvidos à voz de seu sangue, de seu temperamento, de suas simpatias e antipatias, mesmo depois de o Espírito Santo ter falado, esse profana o sacramento. O batismo para dentro do corpo de Cristo não só muda o estado do indivíduo em relação à salvação, mas também a todos os aspectos de sua vida.

Após o batismo, Filemom deverá “receber para sempre” o escravo Onésimo, que tinha fugido e lhe causado grande prejuízo, “não como escravo; antes, muito acima de escravo, como irmão caríssimo, [...] quer na carne, quer no Senhor” (Fm 16). Um irmão “na carne”, ressalta o apóstolo Paulo, advertindo assim todos os cristãos “privilegiados” de um mal--entendido, isto é, tolerar a comunhão com cristãos de

classes inferiores no culto, mas não desejá-la na vida fora da igreja. Na carne, um irmão de Filemom! Como a um irmão, Filemom deverá receber o escravo, como se fosse o próprio Paulo (v. 17), sem lhe cobrar os danos causados, pois ele é como um irmão (v. 18). Assim deve proceder Filemom espontaneamente, mesmo que Paulo tenha a liberdade de ordená-lo (v. 8-14), e sem dúvida Filemom fará mais do que se pede a ele (v. 21). Um irmão na carne pelo fato de ser batizado! A relação dos dois será outra, mesmo que Onésimo volte a ser escravo de seu senhor Filemom. De que modo será outra? O livre e o escravo tornaram-se membros do corpo de Cristo. Em sua comunhão, vive o corpo de Cristo, a Igreja, como se fosse uma pequena célula. "Todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3.27-28; cf. Cl 3.11).

Na Igreja, ninguém fica observando se o outro é livre ou escravo, homem ou mulher; a única coisa que interessa é que o outro é membro do corpo de Cristo. Isso não significa, certamente, que o escravo deixa de ser escravo e que o homem deixa de ser homem. Também não quer dizer que, na Igreja, cada um será tratado conforme sua situação, se é judeu ou grego, se é livre ou escravo. É justamente isso que deve acabar. Olhamos uns para os outros apenas como membros do corpo de Cristo, como sendo todos um só nele. Judeu e grego, livre e escravo, homem e mulher, todos estão em comunhão como parte da Igreja do corpo de Cristo. Onde quer que convivam, falem uns com os outros, atuem em conjunto, ali está a Igreja, ali estão em Cristo. É isso que transforma todo o caráter da comunhão. A mulher submete-se ao marido "no Senhor", o escravo serve a Deus ao servir a seu senhor, e o senhor sabe que acima dele há um Senhor no céu (Cl 3.18—4.1), mas agora são irmãos "quer na carne, quer no Senhor".

É assim que a Igreja invade a vida do mundo e conquista espaço para Cristo, pois o que está "em Cristo" não está mais sob o jugo do mundo, do pecado ou da lei. Nessa nova comunhão, nenhuma lei do mundo pode determinar o que quer que seja. O espaço do amor fraternal cristão está sob o poder de Cristo, e não sob o poder do mundo. A Igreja nunca deixará que sua missão a favor do amor fraterno e da misericórdia seja limitada. Pois onde estiver o irmão, ali está o próprio corpo de Cristo, e onde estiver o corpo de Cristo, também ali está sempre sua Igreja, e é nesse lugar que eu também devo estar.

Quem pertence ao corpo de Cristo está liberto do mundo e foi chamado para fora do mundo, e isso deve tornar-se visível a todos, não apenas pela participação no culto e na ordem da Igreja, mas também pela nova comunhão da vida fraternal. Se o mundo odeia o irmão em Cristo, o cristão o ama e serve a ele; se o mundo lhe é violento, o cristão o socorre e lhe alivia a dor; se o mundo o desonra e ofende, o cristão arrisca a própria honra pela vergonha do irmão. Se o mundo busca o lucro, o cristão renuncia a ele; se o mundo explora o próximo, o cristão esvazia-se a si mesmo; se o mundo é opressor, o cristão se levanta a favor do oprimido. Se o mundo é injusto, o cristão é misericordioso; se o mundo se envolve em mentiras, o cristão fala pelos mudos e dá testemunho da verdade. Pelo irmão, seja ele judeu ou grego, escravo ou livre, forte ou fraco, nobre ou plebeu, o cristão renuncia a toda comunhão do mundo, pois está a serviço da comunhão do corpo de Jesus Cristo. Assim, ao servir a essa comunhão, não pode ficar invisível para o mundo. Ele foi escolhido e obedece ao chamado.

Porém,

> cada um permaneça na vocação em que foi chamado. Foste chamado sendo escravo? Não te preocupes com isso; mas, se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade. Porque o que foi chamado no Senhor, sendo escravo, é liberto do Senhor; de maneira semelhante, o que foi chamado, sendo livre, é escravo de Cristo. Por preço fostes comprados; não vos torneis escravos de homens. Irmãos, cada um permaneça diante de Deus naquilo em que foi chamado.
>
> 1Coríntios 7.20-24

Não é uma diferença e tanto em relação ao primeiro chamado de Jesus ao discipulado? Naquela ocasião, os discípulos tinham de abandonar tudo para seguir Jesus. Agora, porém, temos: "Cada um permaneça na vocação em que foi chamado". Como desfazer essa contradição? A única resposta é que devemos reconhecer que, tanto no chamado de Jesus como nas advertências dos apóstolos, o que se quer é apenas que o ouvinte venha para a comunhão do corpo de Cristo. Os primeiros discípulos tinham de andar com Jesus para estar em sua comunhão corporal. Agora, uma vez que a comunhão se dá por meio da palavra e dos sacramentos, o corpo de Cristo já não está limitado a um único lugar da terra. O Cristo ressurreto e glorificado está mais próximo do mundo, o corpo de Cristo se espalhou por todo o mundo — na forma da Igreja. Quem foi batizado está batizado para dentro do corpo de Cristo. Cristo veio a ele e aceitou sua vida, tomando do mundo o que ao mundo pertencia.

Se alguém foi batizado como escravo, passa a ser membro da comunhão de Jesus Cristo na condição de escravo. Como escravo ele foi retirado do mundo, tornando-se livre em Cristo. Então, que o escravo permaneça escravo! Como membro da Igreja de Cristo, alcançou uma liberdade que nenhuma rebelião ou revolução lhe poderia tirar. Na realidade, Paulo não adverte o escravo a permanecer escravo para que ele melhor se adapte ao mundo, para "consolidar religiosamente" ainda mais sua vida no mundo ou para transformá-lo em um cidadão melhor. Paulo tampouco quer justificar ou encobrir uma ordem social sombria. Não que a estrutura social do mundo fosse tão boa e divina que não devesse ser derrubada, mas esse não é o objetivo de Paulo. Para ele, a obra de Jesus Cristo já transformou o mundo, e essa mudança se dá pela liberdade que tanto o escravo como o livre podem experimentar em Cristo.

Será que uma ruptura da ordem social não serviria apenas para obscurecer a percepção da nova ordem divina de todas as coisas estabelecida por Jesus Cristo e que continuou a partir da fundação de sua Igreja? Acaso essas tentativas de rompimento não seriam obstáculos impedindo ou retardando o romper do reino de Deus? Certamente não porque o cumprimento dos deveres profissionais já seja a realização da vida cristã, mas porque abrir mão de resistir à ordem estabelecida no mundo é a expressão mais adequada para o que se apresenta aqui, ou seja, que o cristão nada deve esperar do mundo, mas tudo de Cristo e de seu reino — então, que o escravo permaneça escravo! Porque este mundo não precisa ser reformado, mas estar maduro para ser destruído — então, que o escravo permaneça escravo! Ele tem uma promessa melhor. Saber que o Filho de Deus veio a este mundo "assumindo a forma de servo" (Fp 2.7) já não é juízo sobre o mundo e alívio para o escravo? Não está o cristão, chamado na condição de escravo, afastado do amor e da cobiça ao mundo e da preocupação com ele justamente em sua condição de escravo? Que o escravo, portanto, não sofra em silenciosa rebeldia, mas sofra como membro da comunhão do corpo de Cristo! Assim o mundo amadurecerá para ser destruído.

“Não vos torneis escravos de homens.” Isso poderia acontecer de duas maneiras. Por um lado, pela desobediência ou subversão da ordem estabelecida; por outro, pelo desejo de mistificar religiosamente essa mesma ordem. “Irmãos, cada um permaneça diante de Deus naquilo em que foi chamado” (1Co 7.24). “Diante de Deus” — e por isso: “Não vos torneis escravos de homens”, nem por desobediência nem por falsa obediência. Permanecer naquilo em que foi chamado diante de Deus significa viver em meio ao mundo e, ao mesmo tempo, permanecer no corpo de Cristo na Igreja visível, participar do culto e da vida no discipulado, dando o testemunho vivo da vitória sobre o mundo.

Por isso, “todo homem esteja sujeito às autoridades superiores” (Rm 13.1ss). Não se exige do cristão que se volte para cima, para os poderosos; é embaixo que deve permanecer. As autoridades estão acima (*hyper*) dele; o cristão permanece debaixo (*hypo*). O mundo governa e o cristão serve, e é no serviço que ele tem comunhão com seu Senhor que se tornou escravo.

> Mas Jesus, chamando-os para junto de si, disse-lhes: sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiorais exercem autoridade. Mas entre vós não é assim; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva. [...] Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos.
>
> Marcos 10.42-43,45

“Porque não há autoridade que não proceda de Deus.” Isso é dirigido aos cristãos, e não às autoridades! Os cristãos devem saber que é exatamente lá embaixo, para onde as autoridades os mandam, que eles reconhecerão a Deus e farão sua vontade. Os cristãos devem ficar consolados, pois a autoridade é instrumento de Deus para o bem deles; ele é Senhor também sobre as autoridades. Mas isso não deve se limitar a uma consideração e percepção geral sobre a natureza da autoridade (*exousia* — singular!); ao contrário, o cristão deve aplicar isso de acordo com sua posição em relação às autoridades de fato instituídas (*hai de ousai*). Quem se opõe a elas resiste à ordem de Deus (*diatache tou theou*), pois foi Deus que quis que o mundo governasse, que Cristo vencesse servindo e que os cristãos vencessem com Cristo. “E os que resistem trarão sobre si mesmos condenação” (Rm 13.2), pois estariam agindo novamente como o mundo. O que leva os cristãos tão facilmente a se oporem às autoridades? Provavelmente, por se ofenderem com os erros e injustiças cometidos pelas autoridades. Mas, pensando assim, os cristãos correm o risco de se aterem a outras coisas em vez de cumprir a vontade de Deus. Se só quiserem e só fizerem o bem como ordena Deus, podem viver “sem temer” a autoridade, “porque os magistrados não são para o temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal” (Rm 13.3). O que temeria o cristão que permanece fiel a seu Senhor e só faz o bem? “Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem” (v. 3). “Faze o bem”! É isso que interessa. O importante para você é o que você faz, não o que os outros fazem. Faça o bem sem medo, sem restrição, sem condição! Como pode querer censurar a autoridade por fazer algo errado quando você próprio não faz o bem? Como pode querer condenar os outros quando você é que merece ser julgado pelo que está condenando? “Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem” (v. 3-4). Não que receber louvor seja o motivo para fazer o bem; na verdade, nem poderia ser o objetivo para fazer o bem. O louvor é consequência, e virá onde houver verdadeira autoridade. O pensamento de

Paulo sempre parte da Igreja cristã, e sua preocupação é tão exclusivamente o bem-estar e o comportamento da Igreja que ele chega a advertir aos cristãos que não cometam injustiças e maldades, sem, no entanto, fazer qualquer censura à autoridade. “Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal” (v. 4). O que importa é que nada de mal aconteça na Igreja cristã. Mais uma vez, a palavra se dirige aos cristãos, e não às autoridades. Para Paulo, mais importante que justificar ou condenar uma autoridade perante o mundo é que os cristãos continuem a viver em arrependimento e em obediência, independentemente de onde estejam ou dos conflitos que os ameacem. Nenhuma autoridade pode deduzir dessas palavras uma justificação divina de sua existência. Se, ao contrário, essa palavra realmente atingisse uma autoridade, seria para ela um chamado ao arrependimento assim como de fato o é para a Igreja. Ao ouvir essa palavra, um poderoso (*archon*) não poderia deduzir dela uma autorização divina para o exercício de seu governo, mas reconheceria nela sua missão para servir a Deus em benefício dos cristãos que fazem o bem. E, diante dessa missão, teria de se arrepender. Paulo certamente se dirige dessa maneira aos cristãos não porque a ordem do mundo fosse tão boa, mas porque importa unicamente que a vontade de Deus seja obedecida na Igreja, independentemente da bondade ou da maldade da ordem do mundo. O apóstolo não está ensinando aos cristãos as obrigações da autoridade; ele fala *apenas sobre as obrigações dos cristãos para com as autoridades*.

O cristão receberá louvor da autoridade! Mas que culpa ele tem se, em lugar de louvor, receber castigo e perseguição? Afinal, o que ele fez para receber castigo não foi feito com a intenção de receber louvor. Também não fez o bem por medo do castigo. Se em lugar de receber louvor ele for castigado, ainda assim o cristão estará livre diante de Deus e sem medo, e a Igreja não sentirá nenhuma vergonha. O cristão não obedece às autoridades para obter alguma vantagem, mas “por dever de consciência” (v. 5). Portanto, o erro da autoridade não lhe fere a consciência. Ele continua livre e sem medo e continua a obedecer devidamente à autoridade, mesmo sofrendo ciente de que é inocente. Sabe ele que, de fato, é Deus que governa, e não a autoridade; a autoridade é ministro de Deus. “A autoridade é ministro de Deus” — assim fala o apóstolo que tantas vezes foi preso inocentemente por ordem da autoridade, que por três vezes foi cruelmente açoitado, que sabia da extradição de todos os judeus de Roma pelo imperador Cláudio (At 18.1ss). “A autoridade é ministro de Deus” — assim, portanto, fala aquele que sabe que há muito todo poder e toda autoridade do mundo foram destituídos, que Cristo os levou em triunfo para a cruz e que breve tudo isso será revelado.

Tudo que se disse, porém, está associado à advertência que o apóstolo faz antes do capítulo 13: “Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem” (Rm 12.21). Não se trata, portanto, de saber se a autoridade é boa ou má, mas da vitória dos cristãos sobre o mal.

Enquanto para os judeus a questão sobre o pagamento de tributos ao imperador era foco de tentação, por sua esperança de destruir o Império Romano e estabelecer o próprio império, essa questão não despertava nenhuma paixão nos discípulos de Jesus. “Dai, pois, a César o que é de César” (Mt 22.21), diz Jesus. “Por esse motivo, também pagais tributos” (Rm 13.6), e assim Paulo encerra sua preleção. Essa obrigação não põe os cristãos em conflito com o mandamento de Jesus, pois eles só devolvem a

César o que já é de César. Os cristãos devem ver aqueles que lhes cobram impostos como "ministros de Deus" (*leitourgoi*, v. 6). Não nos confundamos, porém: para Paulo, os cristãos não estão realizando o culto ao pagar impostos. Contudo, os que cobram impostos realizam, ao fazê-lo, seu culto. Paulo não exige que os cristãos participem desse culto, mas recomenda que sejam submissos e nada fiquem devendo a ninguém (v. 7-8). Qualquer oposição ou resistência nesse sentido apenas revelaria a confusão dos cristãos entre o reino de Deus e os reinos deste mundo.

Por isso, que o escravo permaneça escravo, que o cristão permaneça submisso às autoridades, que o cristão não fuja do mundo (1Co 5.11). Mas que, sendo escravo, viva como liberto em Cristo; sujeito à autoridade, viva para fazer o bem; no mundo, viva como membro do corpo de Cristo da humanidade renovada. Que faça tudo isso sem reservas, vivendo no mundo de tal forma que dê testemunho da perdição do mundo e da nova criação na Igreja. Que sofra apenas por ser membro do corpo de Cristo.

Que o cristão permaneça no mundo não por causa das boas dádivas da criação, nem pela responsabilidade pelo andamento do mundo, mas por causa do corpo de Cristo, que se fez carne, por causa da Igreja. Que o cristão permaneça no mundo por causa do confronto direto com o mundo, que viva sua "vida profissional no interior do mundo", para assim tornar visível sua "estranheza no mundo". Nada disso pode ser feito senão através da filiação visível à Igreja. A contradição com o mundo deve ser confirmada no mundo. Por isso Cristo se fez humano e morreu no meio de seus inimigos. Por tudo isso — e só por isso! —, que o escravo permaneça escravo, e que o cristão esteja sujeito à autoridade.

Foi exatamente essa a conclusão de Martinho Lutero sobre a vocação profissional no mundo nos anos decisivos em que voltou as costas para o mosteiro. Na visão dele, o problema não consistia nas exigências extremas da vida monástica, mas na ideia de que a obediência ao mandamento de Jesus era missão para poucos. Lutero não questionou a "estranheza ao mundo" nos conventos, mas o fato de essa estranheza ter se tornado uma nova acomodação espiritual ao mundo. Para Lutero, isso era a perversão mais vergonhosa do evangelho. Ele acreditava que a "estranheza ao mundo" da vida cristã tinha de ser vivida no mundo, na Igreja, no dia a dia. Por isso os cristãos devem exercitar a vida cristã na própria profissão cotidiana e, assim, morrer para o mundo. Nisso consiste o valor da profissão para o cristão: em poder exercitar sua profissão pela bondade de Deus e atacar mais vigorosamente os fundamentos do mundo. Lutero não voltou para o mundo por ter um "conceito mais positivo do mundo", nem por ter renunciado à esperança da Igreja primitiva pela volta próxima de Cristo. Ao contrário, a volta de Lutero significava a mais pura crítica e o maior protesto contra a secularização do cristianismo na vida monástica. Ao chamar os cristãos de volta ao mundo, Lutero está chamando à verdadeira "estranheza ao mundo". Ele mesmo experimentou essa mudança no próprio corpo. Seu chamado ao mundo era sempre um chamado à Igreja visível do Senhor que se fez humano. Em nada diferente dos ensinamentos de Paulo.

Por isso, também fica claro que, para o cristão, a vida profissional no mundo tem *limites* bem determinados; pode acontecer de, eventualmente, após o chamado à vida profissional no mundo, acontecer o chamado para fora dela. É esse o ponto de vista tanto de Paulo como de Lutero. Os limites são dados pela própria filiação à Igreja visível de Cristo, isto é, quando a reivindicação e a ocupação do espaço do culto, das funções na Igreja e da vida de cidadão se chocam com a exigência de espaço do

mundo. Torna-se evidente que o limite foi alcançado no momento em que há a necessidade de o cristão membro da Igreja fazer uma confissão clara e pública de Jesus e o mundo se vir obrigado a uma saída estratégica ou uma reação violenta. Aí tem início o sofrimento público do cristão. Ele que morreu com Cristo no batismo, com seu sofrimento invisível, não percebido pelo mundo, é expulso publicamente de sua profissão neste mundo. Ingressa então na comunhão visível do sofrimento de seu Senhor. Agora, precisa mais que nunca da comunhão plena e da ajuda fraternal da Igreja.

Nem sempre, porém, é o mundo que expulsa o cristão da vida profissional. Desde os primeiros séculos da Igreja, já havia profissões consideradas incompatíveis com a filiação à Igreja cristã. O ator teatral que representa deuses e heróis pagãos, o professor que ensina mitologia em escolas pagãs, o gladiador que tira vidas humanas como passatempo e o soldado que leva a espada, o policial, o juiz — todos esses tinham de renunciar à profissão pagã se quisessem ser batizados. Mais tarde, a Igreja — ou melhor, "o mundo" — consentiu em que os cristãos trabalhassem na maioria dessas profissões. Mais e mais a defesa passava da Igreja para o mundo.

Quanto mais o mundo envelhecia, quanto mais aumentava a luta entre Cristo e o anticristo, tanto mais o mundo buscava livrar-se dos cristãos. Para os primeiros cristãos, o mundo ainda garantia um espaço onde podiam obter o sustento com trabalhos manuais. Contudo, um mundo completamente anticristão já não poderá permitir aos cristãos nem mesmo a esfera privada do exercício da profissão e do trabalho para poderem ganhar o pão. Exige-se deles a negação de seu Senhor para cada pedaço de pão que quiserem comer. Portanto, a única solução que restará aos discípulos será fugir do mundo ou ir para a prisão. Quando o último espaço de terra for tirado dos cristãos, o fim estará próximo.

Assim, embora o corpo de Cristo invada profundamente certos espaços da vida secular, em outros a separação total é sempre visível, e ficará cada vez mais visível. Estar no mundo ou separado dele, porém, acontece em obediência à palavra: "E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos (*metamorphousthe*) pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rm 12.2). Existe um conformar-se-com-o-mundo no mundo, mas também existe o "mundo" espiritual do convento escolhido por vontade própria. Existe tanto a permanência proibida no mundo como a fuga proibida do mundo. Nos dois casos, estamos nos conformando com o mundo. A Igreja de Cristo, porém tem uma "forma" diferente da do mundo. E a Igreja tem de transformar-se cada vez mais nessa forma. A forma é o próprio Cristo, que veio ao mundo e aceitou os seres humanos com misericórdia sem fim e, no entanto, não se conformou com o mundo, mas foi rejeitado e expulso por ele. Ele não era deste mundo. No verdadeiro encontro com o mundo, a Igreja visível assumirá cada vez mais a forma do Senhor sofredor.

Por isso os irmãos devem saber:

> O tempo se abrevia; o que resta é que não só os casados sejam como se o não fossem; mas também os que choram, como se não chorassem; e os que se alegram, como se não se alegrassem; e os que compram, como se nada possuíssem; e os que se utilizam do mundo, como se dele não usassem; porque a aparência deste mundo passa. O que realmente eu quero é que estejais livres de preocupações.
>
> 1Coríntios 7.29-32a

Assim é a vida da Igreja de Cristo no mundo. Os cristãos vivem como as outras pessoas. Casam-se, choram e alegram-se, fazem compras e usam o mundo para os propósitos da vida diária. Tudo que possuem, porém, eles o têm somente por Cristo e em Cristo e por amor a Cristo e, por isso, o que possuem não os prende. Têm o que têm, mas é como se não o tivessem. O coração não está preso a essas coisas. São totalmente livres. Por isso, podem usar o mundo e não precisam retirar-se dele (1Co 5.13). Também, por serem livres, podem abandonar o mundo caso ele seja um obstáculo ao discipulado de seu Senhor. Podem se casar, embora o apóstolo pense que seriam mais abençoados sendo livres, se isso for possível na fé (1Co 7.7,33-40). Compram e negociam, mas apenas para o sustento das necessidades diárias. Não juntam riquezas nas quais poderiam apegar o coração. Trabalham, pois não devem ficar ociosos. O trabalho, porém, não é uma finalidade em si. Trabalhar pelo trabalho em si é conceito alheio ao Novo Testamento. Cada um deve trabalhar para obter seu sustento. Além disso, deve ter algo para doar aos irmãos (1Ts 4.11s; 2Ts 3.11s; Ef 4.28). Deve ser independente dos "de fora", dos gentios (1Ts 4.12), como era o próprio Paulo, que se orgulhava de obter o sustento com o trabalho de suas mãos, para ser independente inclusive de suas igrejas (2Ts 3.8; 1Co 9.15). Essa independência serve de argumento ao pastor para comprovar que o alvo de sua pregação não é o lucro. Tudo está a serviço da igreja. Ao lado do mandamento do trabalho, há outro: "Não andeis ansiosos de coisa alguma; em tudo, porém, sejam conhecidas diante de Deus, as vossas petições, pela oração e pela súplica, com ações de graças" (Fp 4.6). Os cristãos sabem:

> De fato, grande fonte de lucro é a piedade com o contentamento. Porque nada temos trazido para o mundo, nem coisa alguma podemos levar dele. Tendo sustento e com que nos vestir, estejamos contentes. Ora, os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e perdição.
>
> 1Timóteo 6.6-9

Assim, os cristãos usam as riquezas do mundo, sabendo que essas coisas "com o uso, se destroem" (Cl 2.22). Fazem tudo com ação de graças e oração ao Criador por todas as coisas boas que ele criou (1Tm 4.4). O tempo todo, porém, são livres. Sabem o que é estar saciado e ter fome, o que é ter fartura e escassez. "Tudo posso naquele que me fortalece" (Fp 4.13s).

Os cristãos estão no mundo, precisam do mundo, pois são carne, e foi por amor de sua carne que Cristo veio ao mundo. Eles fazem coisas mundanas. Eles se casam, mas seu casamento é diferente do casamento do mundo. Será casamento "no Senhor" (1Co 7.39). Será santificado no serviço do corpo de Cristo e na disciplina da oração e do domínio próprio (1Co 7.5). Nesse sentido, o casamento é uma parábola do amor de Cristo à Igreja. Sim, o casamento do cristão será parte do corpo de Cristo. Seu casamento será Igreja (Ef 5.32). Os cristãos compram e vendem, dedicam-se ao comércio e à indústria, mas seu modo de fazê-lo também é diferente da maneira mundana. Não apenas não tomarão proveito uns dos outros (1Ts 4.6), mas — por incrível que pareça aos olhos do mundo — preferirão sofrer prejuízo e injustiça a lutar por seus direitos por "bens terrenos" em tribunais pagãos. Caso haja conflitos, resolvem suas disputas no interior da Igreja, diante de tribunal próprio (1Co 6.1-8).

Assim é a vida da comunidade cristã no mundo, testemunhando, por sua maneira de ser e de agir, que a "aparência deste mundo passa" (1Co 7.31), que "o tempo se abrevia" (1Co 7.29), que "perto está o Senhor" (Fp 4.5). Por tudo isso, ela se enche da maior alegria (Fp 4.4). O mundo se torna pequeno para ela, e a volta de Jesus lhe é o mais importante. Ainda vive na carne, mas seu olhar se dirige para o céu, de onde virá aquele a quem esperam. A Igreja cristã é, em terra estrangeira, uma colônia longe da pátria, uma Igreja de estrangeiros. Desfruta a hospitalidade desta terra, obedece a suas leis e honra suas autoridades. Agradecida, usa o que é necessário para o sustento do corpo e da vida. Mostra-se honesta, justa, pura, agradável, tranquila e pronta para servir em todas as coisas. Manifesta o amor de seu Senhor a todos os seres humanos, "mas principalmente aos da família da fé" (Gl 6.10; 2Pe 1.7). É paciente e alegre no sofrimento, gloriando-se nas tribulações. Vive sua própria vida sob autoridade e justiça estranhas. Acima de tudo, oram em favor de todas as autoridades, prestando-lhes assim o melhor serviço (1Tm 2.1). No entanto, está apenas seguindo seu caminho. O sinal de partida pode soar a qualquer momento. Então se levantará, rompendo com todas as amizades e relações mundanas para seguir unicamente a voz daquele que chamou. Deixam para trás a terra estrangeira e marcham em direção à pátria que está no céu.

São pobres e sofridos, famintos e sedentos, mansos, misericordiosos e pacificadores, perseguidos e caluniados pelo mundo, mas é por eles que o mundo continua a existir. Eles protegem o mundo da ira e do juízo de Deus. Sofrem para que o mundo possa continuar a viver sob a paciência de Deus. São estrangeiros e peregrinos sobre a terra (Hb 11.13; 13.14; 1Pe 2.1). Pensam "nas coisas lá do alto, não nas que são aqui da terra" (Cl 3.2), pois sua vida verdadeira ainda não foi revelada, mas está "oculta juntamente com Cristo, em Deus" (Cl 3.3). Assim têm sempre diante dos olhos a imagem do que serão. Na terra, a única coisa visível é sua morte, esse morrer secreto e diário do velho ser humano, e o morrer público diante do mundo. Também continuam invisíveis a si próprios. A mão esquerda não sabe o que a direita faz. Permanecem totalmente desconhecidos de si mesmos, exatamente como a Igreja visível. Veem somente seu Senhor. Ele está no céu, e com ele está a vida que esperam. "Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então, vós também sereis manifestados com ele, em glória" (Cl 3.4).

Na terra andam, no céu vivem,
Força não têm, mas o mundo protegem;
Gozam paz em meio ao tumulto,
São pobres, mas desfrutam de tudo.
Plenos de alegria, embora sofram
E mortos para o mundo pareçam;
No íntimo, porém, a fé praticam.

Quando Cristo, sua vida, revelar-se
E, em glória, manifestar-se,
Príncipes da terra eles serão,
Em glória, a todos maravilharão.
Assim, reinando com ele, triunfantes,
O céu adornarão como luzes cintilantes;
Para todos, júbilos constantes.

(C. F. Richter)

Essa é a Igreja dos que foram separados, dos chamados, a *Ecclesia*, o corpo de Cristo na terra, os seguidores e discípulos de Jesus.

14

Os santos

A *Ecclesia* de Cristo, a Igreja dos discípulos, foi arrebatada das forças do mundo. Sim, ainda vive no mundo, mas transformou-se em um corpo único, com sua própria esfera de ação, um espaço para si. É a santa Igreja (Ef 5.27), a comunhão dos santos (1Co 14.34), e seus membros são chamados para serem santos (Rm 1.7), santificados em Jesus Cristo (1Co 1.2), separados e escolhidos antes da fundação do mundo, para serem santos e irrepreensíveis (Ef 1.4). Cristo entregou seu corpo à morte, para apresentar os seus diante de si mesmo, santos, inculpáveis e irrepreensíveis (Cl 1.22). Este é o fruto da libertação do pecado pela morte de Cristo: aqueles que antes ofereciam seus membros para a escravidão da impureza e da maldade oferecem-nos agora para o serviço à justiça para a santificação (Rm 6.19-22).

Só Deus é santo. Ele é santo tanto na separação total do mundo pecaminoso como no estabelecimento de seu santuário em meio ao mundo. Por isso, Moisés e os filhos de Israel, depois da destruição dos egípcios, entoaram este cântico de louvor ao Senhor que os libertara da escravidão do mundo:

> Ó SENHOR, quem é como tu entre os deuses? Quem é como tu, glorificado em santidade, terrível em feitos gloriosos, que operas maravilhas? Estendeste a destra; e a terra os tragou. Com a tua beneficência guiaste o povo que salvaste; com a tua força o levaste à habitação da tua santidade. [...] Tu o introduzirás e o plantarás no monte da tua herança, no lugar que aparelhaste, ó SENHOR, para tua habitação, no santuário, ó Senhor, que as tuas mãos estabeleceram.
>
> Êxodo 15.11-13,17

A santidade de Deus consiste na construção de sua morada entre nós, seu santuário, de onde nascem o juízo e a salvação (Sl 99 etc.). No santuário, porém, o Santo entra em comunhão com seu povo. Isso se dá na reconciliação que só pode ser efetuada no santuário (Lv 16.16ss). Deus faz uma aliança com seu povo. “Santos sereis, porque eu, o SENHOR, vosso Deus, sou santo” (Lv 19.2) e “eu, o SENHOR que vos santifico, sou santo” (Lv 21.8). Esse é o fundamento da aliança. Todas as outras leis dadas ao povo, leis que deverão ser cumpridas em justiça, têm por pressuposto e por finalidade a santidade de Deus e de sua Igreja.

Assim como o próprio Deus, a Igreja de seu santuário também está separada das coisas imundas e do pecado. Ele próprio a escolheu. Fez dela a Igreja de sua aliança. No santuário, ele a reconciliou e a purificou. O santuário, porém, é o templo, e o templo é o corpo de Cristo. Assim, no corpo de Cristo cumpriu-se a vontade de Deus por uma Igreja santa. Separado do mundo e do pecado, e feito propriedade de Deus, o corpo de Cristo é o santuário de Deus no mundo. Nele Deus habita com o Espírito Santo.

Como isso acontece? Como é que Deus cria, de seres humanos pecadores, uma Igreja santa, totalmente separada do pecado? Como Deus se defenderá da acusação de tornar-se injusto ao fazer aliança com

pecadores? Como o pecador pode tornar-se justo sem que a justiça de Deus seja comprometida?

Deus justifica a si mesmo. Ele apresenta a prova de sua justiça. O milagre da autojustificação de Deus diante de si mesmo e de toda a humanidade acontece na cruz de Jesus Cristo (Rm 3.21ss). O pecador deve ser separado do pecado e, ainda assim, viver perante Deus. Mas o pecador só pode ser separado do pecado através da morte. Em sua vida há tanto pecado que ele precisa morrer se quiser separar-se do pecado. Só assim Deus poderá ser justo: se matar o pecador. Deus, porém, quer que o pecador viva e seja santo diante dele. Como isso será possível?

O próprio Deus se faz humano, assume nossa carne em Jesus Cristo, seu Filho, e, na cruz, leva em seu corpo nossa carne à morte. Deus mata seu Filho que leva nossa carne e, com ele, mata tudo que é carne sobre a terra. Está claro, portanto, que ninguém é bom a não ser Deus somente, e ninguém é justo a não ser Deus somente. Foi assim que Deus apresentou a horrível prova de sua própria justiça (*endeixis thes dikaiousynes autou*, Rm 3.26) por meio da morte do Filho. Era necessário que Deus entregasse à morte toda a humanidade no juízo de sua ira, para que *apenas* ele seja justo. A justiça de Deus revela-se na morte de Jesus Cristo. A morte de Jesus Cristo é o lugar onde Deus apresenta a prova da graça de sua justiça, o lugar exato onde a justiça de Deus passará a habitar. Quem participasse dessa morte teria também parte na justiça de Deus. Mas o fato é que Cristo tomou sobre si *nossa* carne, "carregando ele mesmo em seu corpo, sobre o madeiro, os *nossos* pecados" (1Pe 2.24). O que aconteceu com ele aconteceu com todos nós. Ele participou de nossa vida e morte para que pudéssemos participar de sua vida e morte. Se a justiça de Deus tinha de se revelar na morte de Cristo, então nós estamos com ele no lugar onde habita a justiça de Deus, isto é, em sua cruz, porque ele tomou sobre si nossa carne. Portanto, tornamo-nos participantes da justiça de Deus na morte de Cristo, como os que foram mortos. A própria justiça de Deus que nos mata, os pecadores, é sua justiça para nós na morte de Jesus. Uma vez que a justiça de Deus é restaurada na morte de Jesus, a justiça de Deus também é restaurada para nós que estamos incluídos na morte de Cristo. Deus comprova sua justiça "para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus" (Rm 3.26). A justificação do pecador, portanto, consiste no fato de *somente* Deus ser justo, e o pecador, totalmente injusto; não que seja possível o pecador justificar a si mesmo em lugar de Deus. Qualquer desejo de justiça própria separa-nos totalmente da justificação, uma vez que só Deus pode justificar. Só Deus é justo. Isso se reconhece na cruz como a sentença proferida a nós, pecadores. Aquele, porém, que na fé se reconhece na morte de Jesus Cristo na cruz, alcança ali, onde como pecador recebe a sentença de morte, a justiça de Deus, que triunfa na cruz. E é exatamente na condição de alguém que jamais pode nem pretende tornar-se justo por vontade própria, alguém que sabe que só Deus é justo e que o crente recebe a justificação. Pois o ser humano não pode tornar-se justo aos olhos de Deus senão ao reconhecer que só Deus é justo e o ser humano é pecador por natureza. A pergunta sobre como nós, pecadores, poderíamos ser justos diante de Deus é, essencialmente, a pergunta sobre como *somente* Deus é justo para conosco. Nossa justificação fundamenta-se unicamente na justificação de Deus, "para seres [Deus] justificado nas tuas palavras e venhas a vencer quando fores julgado" (Rm 3.4).

Trata-se, nesse caso, apenas da vitória de Deus sobre nossa injustiça, do fato de Deus permanecer justo diante de si mesmo, de somente ele ser justo. Essa vitória de Deus foi conquistada na cruz. Por isso, a cruz não só é juízo, mas também reconciliação (*hilasterion*, v. 25) para todos os que creem que, na morte de Jesus, somente Deus é justo e que reconhecem seus pecados. A própria justiça de Deus cria a reconciliação (*proetheto*, v. 25). "Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões" (2Co 5.19). Ele próprio as carregou e sofreu a morte do pecador. "E nos confiou a palavra da reconciliação" (2Co 5.19). Essa palavra quer encontrar a fé, fé em que somente Deus é justo e se tornou nossa justiça em Jesus. Mas, entre a morte de Cristo e a mensagem da cruz, está sua ressurreição. A cruz de Jesus tem poder sobre nós porque ele é o ressurreto. A mensagem do crucificado já é e sempre será a mensagem daquele que a morte não reteve. "De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus" (2Co 5.20). A mensagem da reconciliação é a própria palavra de Cristo. Ele é o ressurreto, aquele que se revela a nós como o crucificado; na palavra do apóstolo: reencontrem a si mesmos na morte de Jesus Cristo, na justiça de Deus que ali nos é dada. Quem se encontra na morte de Jesus encontra-se na justiça exclusiva de Deus. "Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5.21). O inocente é morto porque carrega nossa carne pecadora, é odiado e amaldiçoado por Deus e pelo mundo, é feito pecado por causa de nossa carne. Nós, porém, encontramos em sua morte a justiça de Deus.

Estamos nele no poder de sua encarnação. Assim, ele morreu por nós, para que nós, pecadores, nele nos tornássemos justiça de Deus, como pecadores que foram absolvidos do pecado pela justiça exclusiva de Deus. Se, diante de Deus, Cristo é nosso pecado que precisa ser condenado, então somos, nele, a justiça, embora não sejamos, certamente, nossa própria justiça (*idia dikaiosyne*, Rm 10.3; Fp 3.9); mas sim, no sentido exato, justiça exclusiva de Deus. Esta, portanto, é a justiça de Deus: que nós, como pecadores, somos feitos sua justiça; e esta é a nossa justiça, ou melhor, a justiça dele (Is 54.7): que somente Deus é justo e nós somos pecadores aceitos por ele. A justiça de Deus é o próprio Cristo (1Co 1.30). Cristo, porém, é "Deus conosco", "Emanuel" (Is 7.14), "SENHOR, Justiça Nossa" (Jr 33.16).

A proclamação da morte de Cristo por nós é a pregação da justificação. A incorporação no corpo de Cristo, isto é, em sua morte e em sua ressurreição, é o batismo. Assim como Cristo morreu de uma vez por todas, também de uma vez por todas nós recebemos o batismo e a justificação. São, no sentido mais rigoroso, *irrepetíveis*. A única coisa que se pode repetir é a lembrança do que nos aconteceu de uma vez por todas, e isso não só pode ser *repetido*, mas tem de ser *repetido diariamente*. Contudo, a lembrança de algo que nos aconteceu sempre será diferente do que de fato aconteceu. Quem perde o fato já não pode recuperá-lo. A epístola aos Hebreus está certa em relação a isso (6.5s; 10.26s). "Ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor?" (Mt 5.13). Para os batizados, isso significa: "Ou, porventura, ignorais...?" (Rm 6.3; 1Co 3.16; 6.19) e "assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus" (Rm 6.11). Isso tudo aconteceu não só na cruz de Cristo, mas também a vocês. Vocês estão separados do pecado, morreram, estão justificados. Assim, Deus consumou sua obra. Com a justiça, estabeleceu seu santuário na terra. O nome desse santuário é Cristo, corpo de Cristo. A

separação do pecado realizou-se pela morte do pecador em Jesus Cristo. Deus tem uma Igreja justificada do pecado. É a Igreja dos discípulos de Jesus, a comunhão dos santos. São aceitos em seu santuário, eles próprios são seu santuário, seu templo. São retirados do mundo e vivem num espaço novo e próprio em meio ao mundo.

A partir daí, no Novo Testamento, os cristãos passam a ser chamados apenas de "os santos". Poderiam ser chamados de "os justos", mas esse nome não consegue descrever toda a grandeza da dádiva recebida. É um termo relacionado ao acontecimento singular do batismo e da justificação. De fato, a lembrança desse acontecimento deve ser repetida todos os dias. Também é verdade que os santos continuam sendo pecadores justificados. No entanto, juntamente com a dádiva única do batismo e da justificação, com a lembrança diária dessa dádiva, na morte de Cristo nos é garantida a preservação da vida dos justificados até o último dia. Essa vida, assim preservada, é a santificação. As duas dádivas têm o mesmo fundamento, Jesus Cristo, o crucificado (1Co 1.2; 6.11), e o mesmo conteúdo, a comunhão com Cristo. Ambas estão relacionadas entre si de maneira inseparável. Todavia, não são a mesma coisa. Enquanto a justificação atribui ao cristão a obra consumada de Deus, a santificação lhe é a promessa da ação de Deus hoje e no futuro. Enquanto a justificação integra o crente na comunhão de Jesus Cristo pela morte única, a santificação lhe garante a permanência ali, em Cristo, na Igreja. Enquanto na justificação o que está em primeiro plano é a posição do ser humano em relação à lei, na santificação o que é decisivo é o rompimento com o mundo, até a volta de Cristo. Enquanto a justificação incorpora o indivíduo à Igreja, a santificação preserva a Igreja com todos os seus membros. A justificação livra o crente de seu passado pecaminoso, a santificação o acolhe em Cristo, para perseverar na fé e crescer em amor. A relação entre justificação e santificação pode ser comparada com a relação entre criação e preservação. A justificação é a nova criação do ser humano, a santificação é sua preservação até o dia de Jesus Cristo.

Na santificação cumpre-se a vontade de Deus: "Santos sereis, porque eu, o SENHOR, vosso Deus, sou santo" (Lv 19.2) e "eu, o SENHOR que vos santifico, sou santo" (Lv 21.8). Esse cumprimento se dá por Deus, o Espírito Santo. Nele se consuma a obra de Deus no ser humano. Ele é o "selo" com que os crentes são selados como propriedade de Deus até o dia da redenção. Assim como antes estávamos encerrados sob a lei (Gl 3.23), como que numa prisão, agora os crentes estão resguardados "em Cristo", selados com o selo de Deus, o Espírito Santo. Ninguém poderá violar esse selo. Foi o próprio Deus que o fechou, e ele tem a chave em suas mãos. Isso significa que Deus tomou posse total daqueles que, em Cristo, conquistou. O círculo se fecha. No Espírito Santo, o ser humano foi feito propriedade de Deus. Separada do mundo por um selo que não pode ser quebrado, a Igreja dos santos espera a libertação final. Como trem fechado viajando por terras estrangeiras, assim a Igreja percorre o mundo. Como a arca de Noé tinha de ser calafetada "com betume por dentro e por fora" (Gn 6.14), assim o caminho da Igreja selada se assemelha à viagem da arca pelas águas do dilúvio. O alvo do selo é a salvação, a redenção (Ef 4.30; 1.14; 1Ts 5.23; 1Pe 1.5 etc.) na vinda de Cristo. O penhor que garante aos que estão selados esse alvo é o próprio Espírito Santo.

> A fim de sermos para louvor da sua glória, nós, os que de antemão esperamos em Cristo; em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa; o qual é o

penhor da nossa herança, até ao resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória.

Efésios 1.12-14

É isto a santificação da Igreja: estar separada por Deus do que não é santo, do que é pecado. É assim que é santificada: pelo selo que nela é colocado, tornando-se propriedade de Deus, a morada de Deus na terra, o lugar de onde emanam juízo e reconciliação para todo o mundo. Este é o alvo da santificação: que os cristãos sejam orientados e guardados exclusivamente para a volta de Cristo, sempre indo ao encontro dela.

Para a Igreja dos santos, isso tem tríplice significado: primeiro, sua santificação será comprovada numa clara *separação do mundo*; segundo, sua santificação consistirá num *andar de modo digno* do santuário de Deus; terceiro, sua santificação ficará *oculta na espera* pelo dia de Jesus Cristo.

Em *primeiro* lugar, portanto, a santificação só existe na Igreja visível. A visibilidade da Igreja é característica decisiva da santificação. A reivindicação de espaço no mundo e a consequente separação entre mundo e Igreja confirmam que a Igreja está no estado de santificação. O selo do Espírito Santo sela a Igreja para fora do mundo. No poder desse selo, a Igreja deve pôr em prática a reivindicação de Deus sobre o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, exigir para si um espaço no mundo, estabelecendo limites claros entre ela e o mundo. Uma vez que a Igreja é a cidade edificada sobre o monte — *pólis* (Mt 5.14) — pelo próprio Deus nesta terra e, por isso, é a propriedade selada de Deus, seu caráter "político" é aspecto inerente à sua santificação. A "ética política" da Igreja se fundamenta unicamente na santificação, isto é, no fato de o mundo ser mundo, e a Igreja, Igreja, e todavia também no fato de a Palavra de Deus partir da Igreja para o mundo, proclamando que a terra e tudo que nela há pertencem ao Senhor. Reside aí o caráter "político" da Igreja. A santificação pessoal que não leva em conta essa separação entre Igreja e mundo, que não torne isso publicamente visível, confunde a santificação da Igreja conquistada na morte de Cristo pelo selo de Deus com os desejos piedosos da carne religiosa. É o orgulho enganador e a falsa ambição espiritual do velho ser humano que busca a santificação fora da comunhão visível dos irmãos. É o desprezo ao corpo de Cristo como Igreja visível dos pecadores justificados, escondido atrás da humildade da espiritualidade individual. É o desprezo ao corpo de Cristo, porque Cristo de bom grado toma sobre si minha carne de maneira visível e a leva para a cruz. É o desprezo à comunidade, por querer ser santo só para si, sem a comunhão dos irmãos. É o desprezo aos pecadores, pois, de forma pecaminosa, afasto-me de minha Igreja na busca de uma santidade escolhida por minha própria vontade. Buscar a santificação fora da Igreja visível é declarar a si mesmo santo.

A santificação pelo selo do Espírito Santo sempre põe a Igreja em estado de luta. Trata-se, em essência, da luta por esse selo, para que ele não seja quebrado nem pelos de fora nem pelos de dentro, para que o mundo não queira ser Igreja, nem a Igreja queira ser mundo. A luta da Igreja pelo espaço na terra concedido ao corpo de Cristo é sua santificação. A separação entre mundo e Igreja e entre Igreja e mundo é a luta santa da Igreja pelo santuário de Deus na terra.

O santuário só existe na Igreja visível. Contudo — e aqui se trata do *segundo* ponto da santificação —, a Igreja vive no santuário de Deus exatamente por estar separada do mundo, e na Igreja ainda vive um pedaço do mundo. Por isso os cristãos devem andar de modo digno de sua vocação e do evangelho em

todos os aspectos da vida (Ef 4.1; Fp 1.27; Cl 1.10; 1Ts 2.12); contudo, só serão dignos se lembrarem diariamente do evangelho do qual vivem. “Mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados” (1Co 6.11). A santificação é isto: viver dessa lembrança todos os dias. Esta é a mensagem, portanto, da qual devem ser dignos: o mundo e a carne morreram, foram crucificados e mortos com Cristo na cruz e no batismo; o pecado já não pode governar, pois seu poder já está destruído; por isso, não é mais possível que o cristão peque. “Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática de pecado” (1Jo 3.9).

O rompimento já se realizou. A vida “passada” chegou ao fim (Ef 4.22). “Pois, outrora, éreis trevas, porém, agora, sois luz no Senhor” (Ef 5.8). Antes praticavam as obras vergonhosas e infrutíferas da carne e das trevas; agora, o Espírito produz o fruto da santificação.

Por isso os cristãos já não podem ser chamados de “pecadores”, isto é, pessoas que vivem sob o poder do pecado (*hamartoloi* — cf. como única exceção e testemunho pessoal 1Tm 1.15); ao contrário, no passado, eram pecadores, ímpios, inimigos (Rm 5.8,19; Gl 2.15,17), mas agora são os santos por causa de Cristo. Como santos, são sempre lembrados e encorajados a serem o que são. Não se exige deles o impossível, ou seja, que pecadores sejam santos — isso seria um retorno às obras e uma blasfêmia contra Cristo —, mas que os santos sejam santos, pois são santificados em Jesus Cristo pelo Espírito Santo.

A vida dos santos se destaca de um cenário sombrio. As obras obscuras da carne são totalmente expostas pela clara luz da vida no Espírito. “Prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, inveja, bebedices, glutonarias e coisas semelhantes” (Gl 5.19-21). Isso tudo não tem mais lugar na Igreja de Cristo. Isso tudo está abolido, julgado na cruz e acabado. Desde o princípio, os cristãos recebem esta advertência: “não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam” (Gl 5.21; Ef 5.5; 1Co 6.9; Rm 1.32). Esses pecados nos separam da salvação eterna. Se um desses vícios for descoberto no seio da Igreja, será motivo para exclusão da comunhão da Igreja (1Co 5.1ss).

É fácil perceber a concordância na enumeração de pecados nos chamados catálogos de vícios. Quase sem exceção, a prostituição (*porneia*) aparece em primeiro lugar como sendo incompatível com a nova vida do cristão. Em seguida, geralmente vem a avareza (*pleonexia*, 1Co 5.10; 6.10; Ef 4.19; 5.3; Cl 3.5; 1Ts 4.4ss), que pode ser resumida junto com a prostituição nos termos “impureza” e “idolatria” (1Co 5.10; 6.9; Gl 5.3,19; Cl 3.5,8). Seguem, então, os pecados contra o amor ao próximo e da bebedice e glutonaria.[1] Sem dúvida, não é por acaso que a prostituição está no topo da lista. A causa disso não está nas circunstâncias específicas da época, mas na natureza especial desse pecado. Na prostituição, o pecado de Adão é revivido: querer ser como Deus, querer ser criador da vida, querer governar, e não servir. Na prostituição, o ser humano ultrapassa os limites estabelecidos por Deus e atenta contra as criaturas de Deus. Esse era o pecado de Israel, que repetidas vezes negava a fidelidade de seu Senhor, prostituindo-se com os ídolos (1Co 10.7), agarrando-se a eles. A prostituição é, antes de tudo, um pecado contra Deus, o Criador. Para o cristão, porém, a prostituição é, de modo especial, pecado contra o próprio corpo de Cristo, pois o corpo do cristão é membro de Cristo e pertence apenas a ele. A união corporal com a prostituta desfaz a comunhão com Cristo. Quem rouba seu corpo de Cristo para oferecê-

lo ao pecado separou-se de Cristo. A prostituição é pecado contra o próprio corpo. O cristão deve saber que seu corpo também é santuário do Espírito Santo que nele habita (1Co 6.13ss). A comunhão do corpo do cristão com Cristo é tão estreita que o cristão não pode igualmente pertencer ao mundo com seu corpo. A comunhão do corpo de Cristo proíbe o pecado contra o próprio corpo. A ira de Deus recai sobre aquele que se prostitui (Rm 1.29; 1Co 1.5s; 7.2; 10.7; 2Co 12.11,21; Hb 12.16; 13.4). O cristão é casto e dedica seu corpo inteiramente ao serviço do corpo de Cristo. Sabe que seu corpo também sofreu e morreu com a Paixão e a morte do corpo de Cristo na cruz. A comunhão com o corpo crucificado e glorificado de Cristo livra o cristão da indisciplina da vida corporal. Nessa comunhão, os ardentes desejos corporais vão desaparecendo diariamente. Na prática da castidade e da abstinência, o cristão dispõe de seu corpo exclusivamente para a edificação do corpo de Cristo, a Igreja. Ele também faz isso no casamento e, assim, transforma seu matrimônio numa parte do corpo de Cristo.

A prostituição está intimamente associada à cobiça. As duas têm em comum a insaciabilidade do desejo, o que também leva o cobiçoso a se entregar ao mundo. “Não cobiçarás”, diz o mandamento de Deus. O que se prostitui e o que cobiça nada mais são que concupiscência. O desejo do prostituto é a posse do outro. O desejo do cobiçoso é a posse das riquezas do mundo. O cobiçoso quer dominar e ter poder, mas torna-se escravo do mundo ao qual se apegou seu coração. A prostituição e a cobiça levam o ser humano a se relacionar com o mundo de tal maneira que se torna impuro e imundo. A prostituição e a cobiça são idolatria, pois nelas o coração do indivíduo já não pertence a Deus e a Cristo, mas aos objetos de desejo do próprio mundo.

Aquele, porém, que cria seu próprio Deus e seu próprio mundo, que faz de seus desejos o seu deus, terá de odiar o irmão que está obstruindo o caminho de suas vontades. Brigas, ódio, inveja e homicídio nascem todos da própria cobiça. “De onde procedem guerras e contendas que há entre vós? De onde, senão dos prazeres que militam na vossa carne?” (Tg 4.1). O prostituto e o cobiçoso não podem conhecer o amor fraternal. Vivem das trevas de seu próprio coração. Se pecam contra o corpo de Cristo, pecam contra o irmão. A prostituição e o amor fraternal não podem conviver por causa do corpo de Cristo. O corpo que não está mais em comunhão com o corpo de Cristo não poderá servir ao próximo. A orgia em bebedices e glutonarias é consequência do desprezo ao próprio corpo e ao corpo do irmão. Aqueles que desprezam o corpo entregam-se à carne, e o “deus deles é o ventre” (Fp 3.19; Rm 16.18). A feiura desse pecado consiste em que a carne morta quer cuidar de si mesma, envergonhando o ser humano inclusive em sua aparência externa. Quem comete esse pecado não tem parte no corpo de Cristo.

Para a Igreja, o mundo e todos os seus vícios pertencem ao passado. Ela se separou dos que praticam tais coisas, e deve continuar separada (1Co 5.9ss). Pois que comunhão pode haver entre a luz e as trevas? (2Co 6.14). Lá estão “as obras da carne” (Gl 5.19ss); aqui, “o fruto da luz” (Ef 5.9).

O que é o “fruto”? Há muitas “obras” da carne, mas um só “fruto” da luz. As obras são feitas por mãos humanas; o fruto nasce e cresce sem que a árvore se dê conta. As obras são coisas mortas; o fruto está vivo e contém sementes que produzirão novos frutos. As obras podem existir por si sós; o fruto não existirá sem a árvore. O fruto é sempre o que existe de mais maravilhoso, é algo já realizado, que não resulta da vontade, mas que sempre cresce. O fruto do Espírito é dádiva realizada exclusivamente por

Deus. Quem o carrega sabe tão pouco dele quanto a árvore sabe de seu fruto. Conhece tão somente a força daquele do qual ele vive. Aqui não há glória, mas apenas a união cada vez mais íntima com a origem, com Cristo. Os próprios santos não conhecem o fruto da santificação que carregam. A mão esquerda não sabe o que a direita faz. Se quisessem saber algo, se quisessem cair na autocontemplação, já teriam se desligado da raiz, e o tempo de frutificar já seria passado. “Mas o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio” (Gl 5.22-23). Junto com a santificação da Igreja, ocorre, em plena luz, a santificação do indivíduo. A fonte, no entanto, é uma só: a comunhão com Cristo, a comunhão no mesmo corpo. Assim como a separação do mundo só se torna visível na luta contínua, também com a santificação pessoal consiste na luta do espírito contra a carne. Os santos veem, em sua vida, apenas conflito, pobreza, fraqueza e pecado, e quanto mais amadurecem na santificação, mais se reconhecem como derrotados, como os que estão morrendo para a carne. “E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências” (Gl 5.24). Ainda vivem na carne e, por isso mesmo, toda a vida deles deve ser uma fé no Filho de Deus que neles iniciou sua vida (Gl 2.20). O cristão morre dia após dia (1Co 15.31), e mesmo que sua carne sofra e venha a perecer, “contudo, o nosso homem interior se renova de dia em dia” (2Co 4.16). O morrer dos santos para a carne tem como único fundamento o fato de a vida de Cristo ter se iniciado neles por meio do Espírito Santo. Os santos morrem de Cristo e da vida dele. Já não precisam procurar seus próprios sofrimentos, com os quais iriam novamente confirmar-se em sua carne. Cristo é seu morrer e viver diários.

Por isso, eles podem alegrar-se plenamente no fato de a pessoa nascida de Deus não mais poder pecar, de o pecado já não ter domínio sobre eles e de terem morrido para o pecado e viverem no Espírito.[2] “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1). Em seus santos Deus se agrada, pois ele próprio é a força que move a luta e o morrer deles, fazendo brotar o fruto da santificação, e da existência desse fruto os santos devem ter certeza, ainda que lhes permaneça bem oculto. Todavia, não é possível que, encobertos pela mensagem do perdão, a prostituição, a cobiça, o homicídio e o ódio ao irmão continuem a atuar na Igreja. Também não é possível que o fruto da santificação permaneça oculto. Mas, quando ele for visível para todos, quando o mundo, ao olhar para a Igreja de Cristo, surpreender-se como nos primeiros anos da cristandade e disser: “Vejam como se amam uns aos outros!”, então os santos contemplarão unicamente, sem desviar o olhar, aquele a quem pertencem e, alheios a qualquer bem que façam, pedirão perdão por seus pecados. Esses mesmos cristãos, que a si mesmos afirmaram que o pecado já não tem poder sobre eles e que os crentes já não pecam, confessarão:

> Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça. Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós. Filhinhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo.
>
> 1João 1.8—2.1

Pois foi assim que o próprio Senhor os ensinou a orar: “E perdoa-nos as nossas dívidas” (Mt 6.12). Ele os exortou a jamais se cansarem de perdoar uns aos outros (Ef 4.32; Mt 18.21ss). À medida que se perdoam mutuamente em amor fraternal, os cristãos criam espaço para o perdão de Cristo em sua comunhão. Não veem mais o outro como aquele que os ofendeu, mas como aquele para quem Cristo conquistou o perdão na cruz. Eles se reconhecem na condição de santificados pela cruz de Jesus. Sob essa cruz, pensamentos, palavras e corpo são santificados por meio de seu morrer diário. Sob essa cruz, cresce o fruto da santificação.

A comunhão dos santos não é a comunhão “ideal” de pessoas perfeitas e sem pecado. Não é a comunhão dos puros que já não dão ao pecador a oportunidade de se arrepender. Ao contrário, é a comunhão que se mostra digna do evangelho do perdão proclamando verdadeiramente o perdão de Deus, que nada tem a ver com perdão autoministrado; é a comunhão dos que de fato experimentaram a graça preciosa de Deus e que andam de modo digno do evangelho, não desperdiçando nem descartando essa graça.

Em outras palavras, na comunhão dos santos o perdão só pode ser pregado quando também o arrependimento é pregado, quando o evangelho é pregado junto com a lei, quando os pecados não apenas são perdoados, mas são perdoados sob a condição de serem retidos. Esta, portanto, é a vontade do Senhor: que o santuário do evangelho não seja lançado aos cães, mas que o evangelho somente possa ser pregado sob a proteção da pregação para o arrependimento. A Igreja que não reconhece o pecado como pecado não terá credibilidade quando for perdoar pecados. Tal Igreja comete pecado contra o santuário e vive de modo indigno do evangelho. É ímpia, pois desperdiça o perdão precioso do Senhor. Não basta lamentar genericamente a pecaminosidade dos seres humanos, mesmo nas boas obras. Esse tipo de pregação não abre espaço para o arrependimento. O que se deve fazer é apontar, punir e julgar o pecado concreto. Esse é o uso correto do *poder das chaves* (Mt 16.19; 18.18; Jo 20.23) concedido à Igreja pelo Senhor e tão enfatizado pelos reformadores. Essa chave de ligar e reter pecados também deve ser usada na Igreja, em favor do santuário, dos pecadores e da própria Igreja. A prática da *disciplina eclesiástica* pertence a esse andar de modo digno da Igreja em nome do evangelho. Assim como a santificação produz a separação da Igreja em relação ao mundo, também deve causar o afastamento do mundo em relação à Igreja. Uma coisa sem a outra não seria legítimo nem verdadeiro. A Igreja separada do mundo tem de praticar a disciplina de seus membros em seu interior.

O propósito da disciplina eclesiástica não é a criação de uma Igreja de indivíduos perfeitos, mas unicamente a construção de uma Igreja de pessoas que, de fato, vivem sob a misericórdia perdoadora de Deus. A disciplina no interior da Igreja está a serviço da graça preciosa de Deus. O pecador que é membro da Igreja deve ser exortado e punido, para que ele não perca a salvação e o evangelho não caia em descrédito. Assim, apenas quem se arrepende e confessa sua fé em Jesus Cristo pode receber a graça do batismo. Também, apenas quem “sabe discernir” (1Co 11.29) o verdadeiro corpo e sangue de Jesus Cristo para perdão dos pecados de outra ceia simbólica qualquer é que pode receber a graça da comunhão. Além disso, tem de prestar conta de seu conhecimento da fé, tem de “examinar” a si mesmo ou submeter-se ao exame de um irmão, para que se possa comprovar se ele, de fato, deseja receber o corpo

e sangue de Cristo. Depois do *interrogatório sobre a fé* vem a *confissão*, na qual o cristão busca e encontra a certeza de que seus pecados foram perdoados. A confissão é o auxílio que Deus concede ao pecador para preveni-lo do perigo do autoengano e da autoministração do perdão. Na confissão dos pecados perante o irmão, a carne morre e, com ela, o orgulho. Com Cristo a carne é entregue à vergonha e à morte, e pela palavra do perdão emerge um novo ser humano, que passa a viver sob a misericórdia de Deus. O ato da confissão, portanto, é parte integrante da vida dos santos. É uma dádiva graciosa de Deus, e seu mau uso será punido. Na confissão, o cristão recebe a graça preciosa de Deus. Nela o cristão é conformado com a morte de Cristo. "Portanto, quando lhes recomendo a confissão, nada mais faço que exortá-los a serem cristãos" (Lutero, *Catecismo Maior*).

A disciplina se faz presente em todos os espaços da vida eclesiástica. Na Igreja, há uma série bem fundamentada de etapas no serviço da misericórdia. A origem de qualquer exercício disciplinar é a pregação da palavra de acordo com as duas chaves. Ela não se limita às reuniões formais da Igreja, pois em nenhum momento o ministro está dispensado de suas tarefas. "Prega a palavra, insta, quer seja oportuno, quer não, corrige, repreende, exorta com toda a longanimidade e doutrina" (2Tm 4.2). Esse é o início da disciplina eclesiástica. Aqui, porém, é preciso levar em conta que apenas os pecados públicos podem ser punidos. "Os pecados de alguns homens são notórios e levam a juízo, ao passo que os de outros só mais tarde se manifestam" (1Tm 5.24). Com isso, a disciplina eclesiástica nos poupa da punição do juízo final.

Se, porém, o exercício da disciplina fracassar já nessa primeira etapa, isto é, no serviço pastoral diário do encarregado dessa tarefa, tudo o mais será posto em dúvida. Até porque a segunda etapa diz respeito exatamente ao aconselhamento fraternal dos membros da igreja: "Instruí-vos e aconselhai-vos mutuamente" (Cl 3.16; 1Ts 5.11,14). A esse aconselhamento também pertence a consolação dos desanimados, o amparo aos fracos, a longanimidade para com todos (1Ts 5.14). Só assim é possível proteger a Igreja das tentações diárias e da apostasia.

Onde não houver esse serviço fraternal mútuo, dificilmente se alcançará a terceira etapa. Se, porém, um irmão cometer pecado público de palavra ou de ação, a Igreja deve ser forte para abrir contra ele processo disciplinar formal. Esse também é um longo caminho. De imediato, é necessário que a Igreja se separe do pecador. "Nem vos associeis com ele" (2Ts 3.14), "afastai-vos deles" (Rm 16.17), "com esse tal, nem ainda comais" (a Ceia do Senhor?, 1Co 5.11), "foge também destes" (2Tm 3.5; 1Tm 6.4). "Nós vos ordenamos, irmãos, em nome do Senhor Jesus Cristo [!], que vos aparteis de todo irmão que ande desordenadamente e não segundo a tradição que de nós recebestes" (2Ts 3.6). O objetivo é que o pecador "fique envergonhado" (2Ts 3.14), de modo que a Igreja possa reconquistá-lo. Sem dúvida, esse afastamento do pecador implica também a suspensão temporária de suas atividades na Igreja. Tal afastamento, porém, não significa a exclusão imediata de qualquer comunhão com esse pecador notório. Ao contrário, a Igreja, mesmo afastando-se do pecador, deve continuar a aconselhá-lo: "Todavia, não o considereis por inimigo, mas adverti-o, como irmão" (2Ts 3.15). O pecador continua nosso irmão, única razão pela qual ele será disciplinado e aconselhado pela Igreja. É a misericórdia fraternal que motiva o exercício da disciplina. Com mansidão devem ser punidos os que mostram resistência, e com bondade

devem ser suportados os que praticam o mal, “na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade, mas também o retorno à sensatez, livrando-se eles dos laços do diabo, tendo sido feitos cativos por ele para cumprirem a sua vontade” (2Tm 2.25-26). O método de aplicação da disciplina deve variar, mas o objetivo será sempre o mesmo: levar o pecador ao arrependimento e à reconciliação. Se for possível manter o pecado em segredo entre você e o pecador, não deve ser exposto publicamente. Assim, você pode puni-lo em particular e chamá-lo ao arrependimento, e assim “ganhaste a teu irmão”. Mas, se ele não o ouvir e permanecer endurecido, ainda não deve tornar público o pecado dele. Em vez disso, procure uma ou duas testemunhas (Mt 18.15s). Esse testemunho é necessário por dois motivos: primeiro, para comprovar se de fato houve pecado — isto é, se não houver provas e o membro negar o fato, o caso será decidido por Deus; pois os irmãos são testemunhas, e não inquisidores! —; segundo, para se comprovar que o pecador endureceu o coração e não quis se arrepender. A finalidade de manter o exercício da disciplina em segredo é facilitar o arrependimento do pecador. Se ainda assim ele não ouvir, ou acontecer de seu pecado tornar-se público na Igreja, então toda a Igreja deve chamá-lo ao arrependimento e aconselhá-lo (Mt 18.17; cf. 2Ts 3.14). Se o pecador exerce cargo eclesiástico, só deverá ser acusado sob o depoimento de duas ou três testemunhas (1Tm 5.19). “Quanto aos que vivem no pecado, repreende-os na presença de todos, para que também os demais temam” (1Tm 5.20). Nesse caso, cabe à Igreja juntar-se ao encarregado na administração das chaves. É necessário que a sentença pública seja executada por representantes da Igreja e pelo encarregado. “Conjuro-te, perante Deus, e Cristo Jesus, e os anjos eleitos, que guardes estes conselhos, sem prevenção, nada fazendo com parcialidade” (1Tm 5.21), pois é a sentença do próprio Deus que é imposta ao pecador. Se o pecador se arrepender com sinceridade e confessar seu pecado publicamente, recebe o perdão de todos os seus pecados em nome de Deus (cf. 2Co 2.6ss); mas, se persistir no pecado, a Igreja deve, em nome de Deus, reter-lhe o perdão. Isso, no entanto, significa a exclusão de qualquer comunhão da Igreja. “Considera-o como gentio e publicano” (Mt 18.17). “Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra terá sido ligado nos céus, e tudo o que desligardes na terra terá sido desligado nos céus. [...] Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles” (Mt 18.18,20). A exclusão da Igreja apenas confirma o que já é realidade, isto é, que a pessoa que não se arrepende “por si mesma está condenada” (Tt 3.11). Não é a Igreja que condena esse pecador, é ele mesmo que anuncia a própria sentença. Paulo chama essa exclusão total de “entregar-se a Satanás” (1Co 5.5; 1Tm 1.20). O culpado é devolvido ao mundo onde Satanás reina e promove a morte (é possível deduzir de 1Tm 1.20; 2Tm 2.17; 4.15 que, ao contrário de At 5, não se trata de pena de morte). O culpado é excluído da comunhão do corpo de Cristo, porque ele mesmo se separou. Já não tem direito algum na Igreja. Contudo, mesmo essa atitude extrema ainda está a serviço da salvação do pecador, “a fim de que o espírito seja salvo no Dia do Senhor [Jesus]” (1Co 5.5), “para serem castigados, a fim de não mais blasfemarem” (1Tm 1.20). O objetivo da disciplina eclesiástica é a volta do pecador à Igreja ou a própria salvação. É uma ação de efeito pedagógico. Assim como certamente a sentença da Igreja tem validade eterna se o pecador não se arrepender, também é certo que essa sentença,

que toma do pecador a salvação, nada mais é que a última oferta possível de comunhão com a Igreja e de salvação.[3] [4]

Assim, a santificação da Igreja é comprovada em seu andar de modo digno do evangelho. Ela produz o fruto do Espírito e vive sob a disciplina da Palavra. Em tudo, porém, continua a ser a Igreja daqueles cuja santificação está somente em Cristo (1Co 1.30) e que seguem ao encontro do dia de sua volta.

Com isso chegamos à *terceira* condição da santificação verdadeira. Toda a santificação visa à sobrevivência no dia de Jesus Cristo. “Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14). A santificação está sempre relacionada com o fim. Seu objetivo não é habilitar a existência perante o juízo do mundo ou do próprio juízo, mas perante o Senhor. Aos próprios olhos e aos olhos do mundo, talvez sua santidade pareça pecado, sua fé pareça falsa, seu amor pareça endurecimento, e sua disciplina pareça fraca. Sua verdadeira santidade permanece oculta. O próprio Cristo, porém, prepara para si uma Igreja que possa existir diante dele.

> Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito.
>
> Efésios 5.25-27 (cf. Cl 1.22; Ef 1.4)

Somente a Igreja santificada pode permanecer perante Cristo; aquele que reconciliou os inimigos de Deus e que deu sua vida pelo ímpios o fez para que sua Igreja fosse santa até sua volta. Isso acontece pelo selo do Espírito Santo, pelo qual os santos são selados no santuário da Igreja e guardados até o dia de Jesus Cristo. Naquele dia, não serão encontrados impuros e envergonhados diante dele, mas, em espírito, alma e corpo, santos e irrepreensíveis (1Ts 5.23).

> Ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus. Tais fostes alguns de vós; mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus.
>
> 1Coríntios 6.9-11

Ninguém desafia, portanto, a graça de Deus, querendo permanecer no pecado! Apenas a Igreja santificada escapará da ira no dia do Senhor Jesus Cristo, e ele julgará de acordo com as obras, sem fazer acepção de pessoas. A obra de cada um será revelada, e a cada um ele retribuirá “segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo” (2Co 5.10; Rm 2.6ss; Mt 16.26). O que não tiver sido julgado aqui na terra não ficará oculto no dia do juízo; tudo virá à luz. Quem permanecerá? Aquele que for encontrado em boas obras. Não são os ouvintes que serão justificados, mas os que praticam a lei (Rm 2.13). Conforme a palavra do Senhor, só os que fazem a vontade de seu Pai no céu entrarão em seu reino.

Porque seremos julgados de acordo com nossas obras, o mandamento é façamos a “boa obra”. O medo das boas obras, com o qual queremos justificar nossas obras más, é alheio à Bíblia. Também não existe na Bíblia a oposição entre fé e boas obras, como se as boas obras destruíssem a fé; ao contrário, é a obra

má que impede e destrói a fé. A graça e a prática andam juntas. Não há fé sem boas obras, como não há boas obras sem fé.[5] Pela salvação, o cristão precisa praticar boas obras, pois quem for encontrado em obras más não verá o reino de Deus. Por isso, a boa obra é o alvo do cristão. Pois nesta vida a única coisa que importa é como o ser humano permanecerá no juízo final. E, uma vez que cada um será julgado de acordo com suas obras, é essencial a preparação do cristão para as boas obras. Assim, a nova criação do ser humano em Cristo também tem as boas obras por propósito. "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, *criados em Cristo Jesus para boas obras*, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (Ef 2.8-10; cf. 2Tm 2.21; 3.17; Tt 1.16; 3.1,8,14). Tudo está muito claro. O alvo é a produção da boa obra exigida por Deus. A lei de Deus continua válida e tem de ser cumprida (Rm 3.31). Ela é cumprida por meio das boas obras. Existe, todavia, apenas *uma* boa obra, a obra de Deus em Jesus Cristo. Somos salvos pela obra do próprio Deus em Cristo Jesus, e não por nossas obras. Por isso, jamais poderemos nos gloriar por obras nossas, pois nós mesmos somos obra dele. Para isso, porém, somos feitos novas criaturas em Cristo, para que nele alcancemos as boas obras.

Contudo, todas as nossas boas obras são apenas as obras do próprio Deus, para as quais ele nos preparou de antemão. Portanto, boas obras são ordenadas por causa da salvação, e boas obras são sempre apenas as obras que o próprio Deus realiza em nós. São dádiva dele. Somos nós, porém, que devemos andar em boas obras e praticá-las a todo instante, sabendo que nunca poderemos subsistir ao juízo de Deus com nossas obras, mas que, na fé, nos agarramos a Cristo somente e à sua obra. Pois Deus promete aos que estão em Cristo Jesus boas obras, com as quais poderão subsistir, preservando-os na santificação até o dia de Jesus. Mas só podemos crer nessa promessa de Deus por meio de sua Palavra, e podemos andar e viver nas boas obras que ele nos preparou.

Assim, nossas boas obras ficam totalmente ocultas aos nossos próprios olhos. Nossa santificação nos permanecerá invisível até o dia em que tudo será revelado. Quem quer ver alguma coisa aqui, quem já quer ser revelado a si mesmo e não quer esperar com paciência, esse já tem sua recompensa. Especialmente quando pensamos estar visivelmente progredindo na santificação, quando queremos avançar ainda mais, faz-se ainda mais necessário o chamado ao arrependimento e o reconhecimento de que nossas obras são inteiramente pecaminosas. Contudo, somos sempre chamados a uma alegria cada vez maior no Senhor. Só Deus conhece nossas boas obras; nós conhecemos apenas a boa obra dele, ouvimos seu mandamento, vivemos em sua graça, andamos em seu mandamento e — pecamos. E assim deve ser, de modo que a nova justiça, a santificação, a luz que deve brilhar, tudo nos permaneça oculto. A mão esquerda não sabe o que a direita faz. Cremos nisso, e estamos convictos de que "aquele que começou *boa obra* em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus" (Fp 1.6). Naquele dia, o próprio Cristo nos revelará as boas obras que não conhecíamos. Mesmo sem saber, nós lhe demos comida, bebida e roupas e o visitamos; mesmo sem saber, nós o rejeitamos. Haverá grande espanto, e reconheceremos que não são nossas obras que aí subsistem, mas a obra que Deus, a seu tempo, realizou através de nós, sem qualquer esforço ou vontade de nossa parte (Mt 25.31ss). Mais uma vez, portanto, só nos resta desviar o olhar de nós mesmos e contemplar aquele que tudo realizou por nós e segui-lo.

O crente será justificado, o justificado será santificado, o santificado será salvo no juízo, não porque nossa fé, nossa justiça, nossa santificação, quanto ao que depende de nós, fosse algo que não pecado, mas sim porque Jesus Cristo “se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e *justiça*, e *santificação*, e *redenção*, para que, como está escrito: aquele que se gloria, glorie-se no Senhor” (1Co 1.30).

15

A imagem de Cristo

> Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos.
>
> Romanos 8.29

Esta é a grande e inacreditável promessa dada àqueles que ouviram o chamado ao discipulado de Jesus Cristo: eles serão iguais a Cristo. Serão conformes à sua imagem, como irmãos do Primogênito de Deus. É o destino último do discípulo, que será conforme à imagem de Cristo. A imagem de Jesus Cristo que o discípulo sempre tem diante dos olhos e que ofusca todas as outras imagens penetra nele e o preenche, moldando-o de modo que o discípulo torna-se cada vez mais semelhante ao Mestre, e até igual a ele. A imagem de Jesus Cristo imprime a si mesma, na comunhão diária, na imagem dos discípulos. O discípulo não pode contemplar a imagem de Jesus de maneira distante e vazia, pois essa imagem irradia uma força transformadora. Quem se entrega por completo a Jesus Cristo deve e sempre quer carregar sua imagem. Ele se torna filho de Deus ao lado de Cristo, o irmão invisível portador da mesma forma, da imagem de Deus.

Deus criou Adão à sua imagem. Em Adão, como ápice de sua criação, Deus buscava o prazer em sua própria imagem: “e eis que era muito bom”. Em Adão, Deus reconhecia a si mesmo. Esse é o mais indecifrável mistério do ser humano, desde o princípio. Ele é criatura e, ao mesmo tempo, deverá ser igual a seu Criador. O ser humano criado deve levar a imagem do Deus que não é criado. Adão é “como Deus”. Ele deve carregar consigo esse mistério — ser criatura de Deus e igual a Deus — em gratidão e obediência. Foi a mentira da serpente que chamou a atenção de Adão para o fato de que ele ainda teria de tornar-se igual a Deus, e isso por iniciativa e decisão próprias. Assim, Adão rejeitou a graça e escolheu agir por conta própria. Queria ele mesmo solucionar o mistério de sua existência — ser criatura de Deus e igual a Deus. Queria tornar-se, pela própria ação, aquilo que ele já era a partir de Deus. Foi essa a queda do homem. Adão tornou-se “como Deus” — *sicut Deus* — à sua própria maneira. Fez de si mesmo deus, e então já não tinha Deus. Dominava sozinho como deus-criador num mundo subjugado e sem Deus.

O enigma de sua existência, porém, continuou sem solução. O ser humano perdeu sua própria essência, a imagem de Deus, que lhe tinha sido dada pelo próprio Deus. Agora, vive alienado do destino de sua existência, isto é, ser criatura de Deus e igual a Deus. Em suma, o ser humano deixou de ser humano. Tem de viver sem poder viver. Essa é a contradição de nossa existência e a fonte de todas as nossas aflições. Desde então, os orgulhosos filhos de Adão buscam reconstruir em si mesmos, pelos próprios esforços, a imagem perdida de Deus. No entanto, quanto mais se dedicam e se esforçam para reaver a imagem

perdida, quanto mais se convencem e se orgulham de um sucesso ilusório, mais se afastam de Deus. A forma disforme que imprimem a si mesmos, com base na imagem do deus que eles próprios inventaram, assume cada vez mais, sem que o saibam, a imagem de Satanás. A imagem que Deus, em sua graça, concedeu ao ser humano permanece perdida na terra.

Deus, no entanto, não desvia os olhos da criatura perdida. Quer, pela segunda vez, criar nela sua imagem. Quer, novamente, sentir prazer em sua criatura. Busca nela sua própria imagem, para poder amá-la. Contudo, não a encontrará de outra maneira senão assumindo ele próprio, por pura misericórdia, a imagem e a forma dos seres humanos perdidos. Deus terá de tornar-se igual à imagem do ser humano, porque o ser humano já não pode ser igual à imagem de Deus.

A imagem de Deus terá de ser recriada no ser humano. Trata-se aí de um todo. O propósito e a finalidade do ser humano não é que ele recupere conceitos corretos sobre Deus, nem que ele submeta suas ações à palavra de Deus, mas que seja restaurado, como um todo vivo, à imagem de Deus. Corpo, alma e espírito, toda a forma do ser humano deve carregar a imagem de Deus na terra. Deus só se agrada em sua imagem perfeita.

A imagem tem sua origem na vida, na viva imagem original. A forma se conforma à forma. Ou ela se conforma à forma do deus inventado pelo próprio ser humano, ou a viva e verdadeira forma de Deus conforma a forma humana à imagem de Deus. Deve haver uma transformação, uma "metamorfose" (Rm 12.1; 2Co 3.18), uma mudança de forma, para que o ser humano caído possa reaver a imagem de Deus. A pergunta é: como essa transformação do ser humano em imagem de Deus será possível?

Uma vez que o ser humano caído não pode reencontrar e reassumir a imagem de Deus, só há *um* caminho: o próprio Deus assume a forma humana e vem até o ser humano. O Filho de Deus, que subsiste em forma de Deus junto ao Pai, esvazia-se de sua forma e assume a forma de servo tornando-se semelhante aos seres humanos (Fp 2.5ss). A metamorfose da forma, impossível nos seres humanos, ocorre no próprio Deus. A imagem de Deus, que desde a eternidade ficara com Deus, assume a forma do ser humano caído e pecador. Deus envia seu próprio Filho em semelhança da carne pecaminosa (Rm 8.2s).

Deus envia seu Filho — aí está a única solução. Não bastava uma nova ideia nem uma religião melhor. Um Ser Humano vem ao ser humano. Cada ser humano carrega uma imagem. Seu corpo e sua vida manifestam-se visivelmente. Um ser humano não é uma simples palavra, um pensamento, uma vontade, mas sobretudo e sempre um ser humano, uma forma, uma imagem, um irmão. Assim, com ele não surge apenas uma nova maneira de pensar, querer e agir, mas uma nova imagem, uma nova forma. Em Jesus Cristo se fez presente, entre nós, a imagem de Deus, na forma de nossa vida humana perdida, em semelhança da carne pecaminosa. Em seu ensino, em suas ações, em seu viver e em seu morrer, sua imagem se revela. Nele Deus recriou sua imagem na terra. A encarnação, a palavra e a ação de Jesus, sua morte na cruz, tudo isso é parte inseparável dessa imagem. É uma imagem bem diferente da de Adão na glória original do paraíso. É a imagem daquele que se coloca no meio do mundo do pecado e da morte, que toma sobre si a angústia da carne humana, que se sujeita humildemente à ira e ao juízo de Deus contra os pecadores, que permanece em obediência à vontade de Deus no sofrimento e na morte, que nasceu na

pobreza, que convivia e fazia amizade com publicanos e pecadores, que na cruz foi rejeitado e abandonado por Deus e pela humanidade — esse é Deus na forma de ser humano, esse é o ser humano na nova imagem de Deus!

Sabemos, com certeza, que as marcas do sofrimento e as feridas da cruz são agora os sinais da graça no corpo do Cristo ressurreto e glorificado, que a imagem do crucificado vive para sempre na glória do eterno Sumo Sacerdote, que no céu intercede por nós diante de Deus. Da forma de servo de Jesus ressurgiu, na Páscoa, um novo corpo em forma e luz celestial. Mas quem quiser, segundo a promessa de Deus, participar da luz e da glória de Jesus deve, antes, ser conformado à imagem do Servo de Deus obediente e sofredor na cruz. Quem quiser carregar a imagem da glória de Jesus precisa, primeiro, ter carregado a imagem do Crucificado rejeitado no mundo. Ninguém reencontrará a imagem perdida de Deus senão tomando parte da forma do Jesus encarnado e crucificado. Deus só se agrada nessa imagem. Apenas quem for encontrado na conformidade a essa imagem viverá sob o agrado de Deus.

Ser conformado à imagem de Jesus Cristo não é um ideal a ser buscado, uma exigência à realização de uma semelhança com Cristo. Não somos nós que nos tornamos à imagem de Cristo, mas é a própria imagem de Cristo que quer tomar forma em nós (Gl 4.19) e manifestar-se em nós. Cristo não encerrará seu trabalho em nós até que nos tenha aperfeiçoado à sua imagem. Precisamos nos conformar à forma completa do *Encarnado, Crucificado e Glorificado*.

Cristo assumiu essa *forma humana*. Ele se fez humano como nós. Em sua humanidade e pequenez, reconhecemos nossa própria forma. Ele se tornou igual aos seres humanos para que os seres humanos se tornassem iguais a ele. Na encarnação de Cristo, toda a humanidade reencontra a dignidade da imagem de Deus. Assim, quem peca contra o menor dos seres humanos peca contra Cristo, que assumiu a forma humana e, em si, restaurou a imagem de Deus em todos que têm feição humana. Na comunhão do Encarnado, recuperamos nossa verdadeira humanidade. Somos libertos do isolamento resultante do pecado e, ao mesmo tempo, restabelecidos à humanidade plena. Por participar do Cristo encarnado, tomamos parte em toda a humanidade que ele tomou sobre si. Sabemos que, na humanidade de Cristo, fomos aceitos; por isso, nossa nova natureza consiste em que também carreguemos a angústia e a culpa dos outros. Aquele que se fez humano faz de seus discípulos irmãos de todos os seres humanos. A "filantropia" de Deus (Tt 3.4) revelada na encarnação de Cristo é o fundamento do amor fraternal dos cristãos para com todos os seres humanos da terra. É a forma do Cristo encarnado que faz da Igreja o corpo de Cristo, sobre o qual recaem o pecado e a angústia de toda a humanidade e que os leva sobre si.

A forma terrena de Cristo é a *forma da morte* do Crucificado. A imagem de Deus é a imagem de Jesus Cristo na cruz. Nessa imagem a vida do discípulo deve ser transformada. É uma vida em conformidade com a morte de Cristo (Fp 3.10; Rm 6.4s). É uma vida crucificada (Gl 6.14). Cristo imprime, no batismo, a forma de sua morte na vida de seus discípulos. Morto para a carne e para o pecado, o cristão está morto para o mundo, e o mundo está morto para ele (Gl 6.14). Quem vive a partir do batismo vive a partir de sua morte. Cristo marca a vida dos discípulos pelo morrer diário na luta do espírito contra a carne, pelo sofrer diário das dores da morte que o diabo inflige ao cristão. Essa é a própria Paixão de Jesus Cristo, que todos os seus devem suportar na terra. Só a alguns poucos Cristo concede o privilégio do martírio,

que é a comunhão mais íntima de sua Paixão. Nesse caso, a vida do discípulo revela a mais profunda conformidade com a morte de Jesus Cristo. Na humilhação pública, no sofrimento e na morte por causa de Cristo, o próprio Cristo assume forma visível em sua Igreja. Contudo, é o mesmo sofrimento, a mesma morte, desde o batismo até o martírio. É a recriação da imagem de Deus por meio do Crucificado.

Quem permanece na comunhão do Cristo encarnado e crucificado, no qual tomou forma, também será igual ao Cristo *ressurreto e glorificado*. "Devemos trazer também a imagem do celestial" (1Co 15.49). "Seremos semelhantes a ele, porque haveremos de vê-lo como ele é" (1Jo 3.2). Assim como se dá com a imagem do Crucificado, também a contemplação da imagem do Ressurreto nos transforma. Quem vê Cristo será atraído para sua imagem, se conformará a ela, se tornará espelho da imagem de Deus. Ainda nesta vida, a glória de Jesus Cristo se refletirá em nós. Desse corpo de morte do Crucificado, no qual vivemos em angústia e em cruz, brilharão a luz e a vida do Ressurreto, e cada vez mais se manifestará em nós a transformação na imagem de Deus, e cada vez mais a imagem de Cristo em nós ganhará nitidez. A vida será um progredir de conhecimento em conhecimento, de glória em glória, até chegar à conformidade cada vez mais completa com a imagem do Filho de Deus. "E todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito" (2Co 3.18).

Assim é a morada de Jesus Cristo em nosso coração. A vida terrena de Jesus Cristo ainda não acabou. Cristo continua a viver na vida de seus discípulos. Portanto, em vez de falar de nossa vida cristã, tratemos da verdadeira vida de Jesus Cristo em nós. "Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim" (Gl 2.20). O Encarnado, o Crucificado, o Glorificado fez morada em minha vida e nela habita. "Porquanto, para mim, o viver é Cristo" (Fp 1.21). Com Cristo, o Pai mora em mim, e Pai e Filho por meio do Espírito Santo. É a própria Santíssima Trindade que fez morada no coração do cristão, preenchendo-o e moldando-o à sua imagem. O Cristo encarnado, crucificado e glorificado toma forma em cada cristão, porque são todos membros de seu corpo, a Igreja. A Igreja carrega a forma dos seres humanos, a forma da morte e da ressurreição de Cristo. Ela é, em primeiro lugar, sua imagem (Ef 4.24; Cl 3.10), e por meio dela também o são todos os seus membros. No corpo de Cristo nos tornamos "como Cristo".

Agora é possível entender por que o Novo Testamento sempre volta a falar que devemos ser "como Cristo" (*kathos Christos*). Porque somos feitos à imagem de Cristo, iguais a Cristo devemos ser. Porque já carregamos a imagem de Cristo, só Cristo pode ser o modelo que temos de seguir. Porque ele mesmo vive sua verdadeira vida em nós, podemos "andar assim como ele andou" (1Jo 2.6), fazer como ele fez (Jo 13.15), amar como ele amou (Ef 5.2; Jo 13.34; 15.12), perdoar como ele perdoou (Cl 3.13), ter "o mesmo sentimento que houve também em Jesus Cristo" (Fp 2.5), imitar os exemplos que ele nos deixou, dar a vida pelos irmãos como ele deu a vida por nós (1Jo 3.16). Só podemos ser como ele porque ele foi como nós. Só podemos ser "como Cristo", porque *fomos* conformados à sua imagem. Agora que nos tornamos imagem de Cristo, podemos viver de acordo com seu exemplo. Aqui de fato obras são praticadas, aqui, na simplicidade do discipulado, a vida igual à de Cristo é vivida. Aqui ocorre a obediência simples à Palavra. Sobre a minha própria vida, sobre a minha nova imagem, não recai mais

nenhum olhar. Eu a perderia no mesmo momento em que a desejasse ver. Ela é apenas o espelho para a imagem de Jesus Cristo, na qual fixo meu olhar. O discípulo vê apenas aquele a quem segue. Aquele que, no discipulado, carrega a imagem do Cristo encarnado, crucificado e ressurreto, que foi feito imagem de Deus, dele pode-se finalmente dizer que foi chamado para ser “imitador de Deus”. O discípulo de Jesus é o imitador de Deus. “Sede, pois, imitadores de Deus, como filhos amados” (Ef 5.1).

* *Resistência e submissão: Cartas e anotações escritas na prisão*, 2ª ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, p. 359.

1. A justificativa para essa compreensão baseia-se na frase *anoigen to stoma* [abriu a boca], interpretação já muito respeitada na exegese dos primeiros tempos da Igreja. Sempre antes de Jesus falar, guarda-se silêncio.

2. Não há motivos, com base nas Escrituras, para elaborar uma oposição entre Mateus e Lucas. Não se trata, em Mateus, de uma espiritualização das bem-aventuranças originais apresentadas em Lucas, nem se trata, em Lucas, de uma politização das bem-aventuranças que inicialmente visavam apenas a uma "disposição de espírito". Nem para Lucas a privação nem para Mateus a renúncia são motivos para as bem-aventuranças. Ao contrário, ambos reconhecem que nem privação nem renúncia, espiritual ou política, se justificam senão pelo chamado e pela promessa de Jesus, o único que faz dos bem-aventurados quem eles são e que é a única razão para serem assim declarados. A exegese católica procurou, a partir das clementinas, declarar bem-aventurança a virtude da pobreza, estendendo-a, por um lado, à *paupertas voluntaria* [pobreza voluntária] dos monges e, por outro, a toda pobreza voluntária por causa de Cristo. Nos dois casos, ocorre o mesmo erro exegético, qual seja, declarar a atitude humana como razão para as bem-aventuranças, em lugar unicamente do chamado e da promessa de Jesus.

3. Em tom zombador, o imperador Juliano escreveu, em sua 43ª carta, que confiscava os bens dos cristãos para que eles pudessem entrar pobres no reino dos céus.

4. Tanto o grego *eirenopoioi* como o alemão *friedfertig*, usado na versão de Lutero, têm dupla acepção. Segundo a própria interpretação de Lutero, a palavra não deve ser entendida exclusivamente no sentido passivo. A tradução inglesa *peacemaker* é unilateral e, em razão de uma compreensão equivocada, encorajou diversos movimentos cristãos de ativismo.

5. Observar a falta do artigo!

6. O acréscimo de *eike [sem motivo]* na maioria dos manuscritos posteriores evidencia a primeira tentativa de atenuar a dureza das palavras de Jesus.

7. É uma irresponsabilidade maldosa afirmar que, de acordo com João 18.23, Jesus não teria ele próprio cumprido ao pé da letra seu mandamento, a fim de, assim, eximir-se da obediência. Jesus afirma que o mal é o mal, mas sofre, sem resistência, até a morte na cruz.

1. Não à toa, os catálogos de vícios nas epístolas de Paulo associam a prostituição e a cobiça, designando uma e outra como idolatria.
2. Cabe observar que Jesus não priva o coração humano de suas necessidades: o tesouro, a glória e a honra. No entanto, dá-lhe objetos mais elevados: a honra que vem de Deus (Jo 5.44), a glória da cruz (Gl 6.14) e o tesouro no céu.

1. A confusão entre afirmações ontológicas e o testemunho da pregação é a origem de todo fanatismo. Por exemplo, o enunciado "Cristo ressuscitou e está presente", se compreendido ontologicamente, significaria a suspensão da unidade das Escrituras. Pois essa interpretação contém uma afirmação sobre o modo de existência de Jesus Cristo que é diferente, por exemplo, do Jesus dos Sinóticos. "Jesus Cristo ressuscitou dos mortos e está presente" passa a ser uma afirmação tida como independente com seu próprio significado ontológico, ao mesmo tempo que poderia ser usada criticamente contra outras afirmações ontológicas. Torna-se, então, um princípio teológico. De maneira semelhante, toda a ideia de perfeição do espírito fanático procede desse mal-entendido ontológico das declarações bíblicas sobre a santificação. Com isso, a afirmação de que quem está em Deus não comete pecados torna-se um ponto de partida ontológico para tal pensamento; a afirmação, portanto, é retirada aleatoriamente das Escrituras e transformada em verdade autônoma que pode ser vivenciada. A isso se opõe em absoluto o caráter do testemunho da pregação. O enunciado "Cristo ressuscitou e está presente", estritamente entendido como testemunho das Escrituras, só é verdadeiro na qualidade de palavra das Escrituras. Nessa palavra deposito minha a fé. Não há, aqui, outro acesso que eu possa conceber para essa verdade senão por meio dessa palavra. Com ela, porém, testemunha-se a presença tanto do Cristo dos escritos paulinos como do Cristo dos Sinóticos, de modo que a proximidade a um ou ao outro por nada é determinada senão pela Palavra, pelo testemunho das Escrituras. É claro que, com isso, jamais se contesta que Paulo elabora um testemunho diferente do testemunho dos Sinóticos, no assunto e também na terminologia adotada, mas ambos são estritamente compreendidos no todo das Escrituras.

Tudo isso não é apenas reconhecimento *a priori* que resulta de um conceito rigoroso do cânon, mas cada caso deve comprovar a exatidão dessa visão das Escrituras. Assim, o objetivo é mostrar, nos argumentos que se seguem, como o conceito de discipulado é retomado e desenvolvido no testemunho de Paulo numa terminologia modificada.

2. Até o próprio Jesus chama sua morte de batismo e anuncia aos discípulos o batismo da morte (Mc 10.39; Lc 12.50).

3. Schlatter relaciona 1Coríntios 15.29 com o batismo do martírio.

4. O batismo de João, contudo, teve de ser renovado pelo batismo de Cristo (At 19.5).

5. Às passagens usualmente citadas como evidência para a prática do batismo infantil já no tempo do Novo Testamento, pode-se acrescentar 1João 2.12ss. A sequência duas vezes repetida — filhinhos, pais e jovens — permite supor que *teknia*, no versículo 12, não é um termo geral para denominar a Igreja, mas se refere, na verdade, aos "filhinhos".

1. Efésios 3.6 igualmente abrange toda a dádiva da salvação: Palavra, Batismo e Ceia.

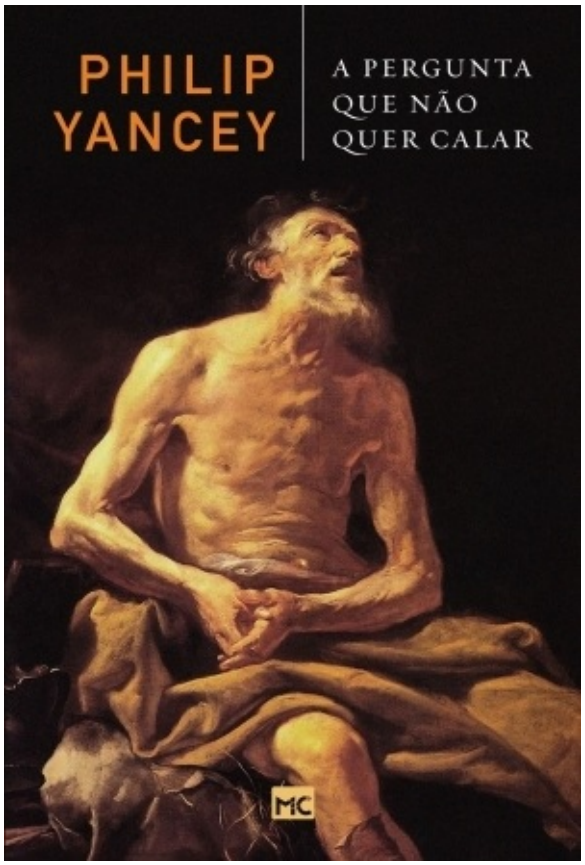
2. Na imagem do *endyasthai*, existe de alguma forma a ideia espacial de uma habitação, de uma roupa. Talvez 2Coríntios 5.1 possa ser interpretado no mesmo sentido. Nesse caso, *endyasthai* está relacionado com o *oiketerion* celestial, sem o qual o ser humano está nu e, consequentemente, sente-se envergonhado diante de Deus. Não está coberto, mas anseia por sê-lo. Isso acontece quando é coberto pelo *oiketerion* celestial. Será que o "revestir-se" do *oiketerion* da Igreja neste mundo teria seu equivalente num revestir-se da Igreja celestial pelo qual tanto anseia o apóstolo Paulo? Nos dois casos, trata-se da Igreja única, com a qual somos revestidos, o tabernáculo de Deus, o lugar da presença e da vestimenta de Deus — nos dois casos, é o corpo de Cristo que nos cobre.

1. É provável que a origem desses catálogos de vícios esteja na palavra do Senhor em Marcos 7.21s.
2. “Mas eu vivo, diz o crente. Vivo diante dos olhos de Deus, vivo diante de seu tribunal, em sua graça; vivo em sua bondade, em sua luz, em seu amor; estou totalmente liberto de todos os meus pecados; nada mais consta contra mim, nenhuma dívida em meu nome. A lei já nada exige de mim, já não me importuna, já não me condena. Sou justo perante meu Deus como ele é justo; santo e perfeito, como meu Deus é santo, como meu Pai celeste é perfeito. Toda a benevolência de Deus me envolve; ele é o alicerce onde piso, o teto sob o qual me refugio. Toda a bem-aventurança e paz de Deus me levanta e me sustenta; nela respiro aliviado e sinto-me eternamente bem. Não tenho pecado nem os cometo; minha consciência está tranquila, pois sei que estou nos caminhos de Deus e faço sua vontade, sim, estou totalmente de acordo com sua vontade — andando ou parado, sentado ou deitado, acordado ou dormindo. O que digo e penso também está de acordo com sua vontade. Onde quer que eu esteja, na rua ou em casa, tudo está de acordo com sua graciosa vontade. Sou agradável a ele, trabalhando ou descansando. Minha dívida está para sempre paga, e é impossível que eu faça novas dívidas que não pudessem ser pagas. Bem acolhido em sua graça estou, e já não posso pecar. Nenhuma morte pode me matar, vivo para sempre com todos os anjos de Deus. Deus já não se irará contra mim nem me repreenderá; estou eternamente redimido do furor vindouro. O maligno já não me tocará, já não cairei nas armadilhas do mundo. Quem nos separará do amor de Deus? Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Kohlbrügge).
3. Além de todo exercício de disciplina eclesiástica, que sempre é serviço de misericórdia, mesmo além da entrega do pecador obstinado a Satanás, o Novo Testamento ainda considera o castigo mais terrível a maldição, o anátema. O propósito, nesse caso, já não é a salvação. O anátema aparece como antecipação do juízo divino. Equivale, no Antigo Testamento, ao *Cherem*, executado nos ímpios. Significa exclusão definitiva da comunidade, e a morte do excluído. Nesse caso, duas coisas são expressas: a Igreja já não é capaz de acolher e absolver o maldito, por isso ele é totalmente entregue às mãos de Deus. Com isso, porém, o excluído é amaldiçoado e, ao mesmo tempo, santificado, pois foi entregue a Deus. Porque agora pertence exclusivamente a Deus na condição de amaldiçoado, a Igreja já não pode tentar salvá-lo. Romanos 9.3 comprova que o anátema significa exclusão da salvação; 1Coríntios 16.22 considera que o anátema tem natureza escatológica; Gálatas 1.8s afirma que será atingido pelo anátema aquele que busca deliberadamente destruir o evangelho com sua pregação. Com certeza, não é coincidência que a única passagem onde o anátema é proferido contra pessoas específicas diga respeito a falsos mestres. *Doctrina est coelum, vita terra* [Doutrina é céu, vida é terra] (Lutero).
4. A diferença entre *disciplina doutrinária* e disciplina eclesiástica é que a segunda é consequência da doutrina correta, isto é, do uso correto das chaves, enquanto a primeira é dirigida contra o uso errado da própria doutrina. Por meio de falsas doutrinas, a fonte da vida da Igreja e da disciplina eclesiástica é corrompida. Por isso, o pecado contra a doutrina é mais grave que qualquer outro pecado. Quem rouba da Igreja o evangelho merece condenação definitiva; mas, para quem peca em sua conduta, existe o evangelho. A disciplina doutrinária compete, em primeiro lugar, aos ministros encarregados do ensino na Igreja. Pré-requisito para isso é que, para a admissão no cargo, os ministros sejam *didaktikos*, isto é, aptos a ensinar (1Tm 3.2; 2Tm 2.24; Tt 1.9), e “também idôneos para instruir a outros” (2Tm 2.2), e que

a ninguém se imponham as mãos precipitadamente, pois do contrário a culpa recairá sobre quem o ordenou (1Tm 5.22). A disciplina doutrinária, portanto, começa antes mesmo da ordenação. Para a Igreja, é uma questão de vida e morte que haja extremo cuidado nesse caso. Contudo, a disciplina doutrinária não se encerra com a ordenação ao ministério; é apenas o seu começo. Mesmo o ministro aprovado — como Timóteo — deve ser continuamente advertido de permanecer na reta e sã doutrina. O que especialmente se lhe recomenda é que leia as Escrituras. O perigo do desvio é demasiado grande (2Tm 3.10,14; 4.2; 2.15; 1Tm 4.13,16; Tt 1.9; 3.8). A isso ainda deve se acrescentar a exortação a uma vida exemplar: “Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina” (1Tm 4.13s; At 20.28). Para Timóteo, não é nenhuma vergonha ser exortado a manter a castidade, a humildade, a imparcialidade, a diligência. Assim, antes de qualquer disciplina eclesiástica, vem a disciplina dos encarregados da Igreja. É tarefa do ministro, portanto, propagar na Igreja a doutrina verdadeira e combater qualquer perversão. Onde heresias flagrantes se instalarem, ali o ministro deve ordenar que “não ensinem outra doutrina” (1Tm 1.3.), pois ele é encarregado do ensino e tem autoridade para tal. Além disso, deve advertir os membros “para que evitem contendas de palavras” (2Tm 2.14). Se um falso mestre aparecer, deve ser advertido “primeira e segunda vez”. Se não der ouvidos, deve ser excluído da comunhão (Tt 3.10; 1Tm 6.4s), pois ele desvia a Igreja (2Tm 3.6s). “Todo aquele que ultrapassa a doutrina de Cristo e nela não permanece não tem Deus” (2Jo 9). A ele devem ser recusadas até a hospitalidade e a saudação fraternal (2Jo 10). No falso mestre antecipa-se o anticristo. Não é àquele que peca em sua conduta que se deve chamar anticristo, mas sim ao falso mestre. O anátema de Gálatas 1.9 diz respeito exclusivamente ao falso mestre. À relação entre disciplina doutrinária e disciplina eclesiástica aplica-se o seguinte: não há disciplina eclesiástica sem disciplina doutrinária. Contudo, também não há disciplina doutrinária que não conduza à disciplina eclesiástica. Paulo acusa os coríntios de causarem cismas em sua soberba, sem exercerem a disciplina eclesiástica (1Co 5.2). É impossível separar doutrina e conduta na Igreja cristã.

5. A diferença entre Paulo e Tiago consiste no seguinte fato: Tiago ensina que na humildade da fé não existe glória própria; Paulo ensina que na humildade das obras não existe glória própria. O objetivo de Tiago não é pôr em dúvida a afirmação de que o ser humano é justificado somente pela fé. O que ele quer é advertir os crentes do perigo de depositar sua segurança na fé, a fim de conduzi-los à obra da obediência e, assim, à verdadeira humildade. Tanto para Paulo como para Tiago, o ser humano deve depender completamente da graça, e não de si mesmo.

Compartilhe suas impressões de leitura escrevendo para:
opiniao-do-leitor@mundocristao.com.br
Acesse nosso *site*: <www.mundocristao.com.br>


PHILIP
YANCEY
A PERGUNTA
QUE NÃO
QUER CALAR
MC

A pergunta que não quer calar

Yancey, Philip
9788543301099
102 páginas

Compre agora e leia

Poucos escritores desenvolveram tamanho talento e sensibilidade para abordar a difícil questão do sofrimento como Philip Yancey. Tal reconhecimento é atestado por diversos livros editados nas mais variadas línguas e nos convites nacionais e internacionais que recebe para falar sobre dramas individuais ou coletivos que afetam milhões em todo o mundo.

Philip Yancey consegue verbalizar as questões que nos angustiam pela ausência de uma resposta óbvia e definitiva, ajudando-nos a encontrar um caminho pavimentado pela esperança e pela fé.

A pergunta que não quer calar oferece o consolo de que tanto necessitamos quando somos confrontados com esta difícil questão: onde está Deus no sofrimento?

O questionamento sobre a ação de Deus no sofrimento acompanha a humanidade ao longo da História e adquire contornos mais pungentes quando somos nós os atingidos pelo inesperado.

É em situações extremas, quando estamos a ponto de sair do eixo, que mais necessitamos ler e ouvir o que pessoas como Philip Yancey têm a dizer. Este encontro com o talentoso autor de "A pergunta que não quer calar" e de outros livros relevantes para o nosso tempo nos permite experimentar solidariedade, consolo e esperança em momentos de dor e angústia profunda.

Compre agora e leia


kevin leman
é seu filho,
não um
hamster
Reduza o estresse na educação das crianças

É seu filho, não um hamster- Reduza o estresse na educação das crianças

Leman, Kevin
9788573258356
249 páginas

Compre agora e leia

A maior alegria dos pais é ver os filhos bem-sucedidos em seus projetos. Infelizmente, muitos deles acham que seu dever se resume a treiná-los para a roda da vida, esquecendo que a maior herança deixada não é um farto saldo bancário, mas aquela compartilhada no dia a dia. É seu filho, não um hamster nos mostra que, no caminho para uma vida de sucesso, os filhos precisam mais dos pais do que de treinadores. A questão central apresentada por Kevin Leman é levar pais e mães a entenderem até onde compensa sobrecarregar os filhos com tantas atividades. Embora o assunto seja sério e árduo, Leman trata do tema de forma agradável e levemente divertida. Viva uma experiência libertadora, ao compreender que seus filhos não são hamsters que correm dentro da rodinha em uma gaiola, e sim pessoas que querem e precisam de você.

Compre agora e leia


kevin leman
transforme
seu adolescente
até sexta
conquiste
o respeito,
a confiança e
o coração de
seu filho em
cinco dias

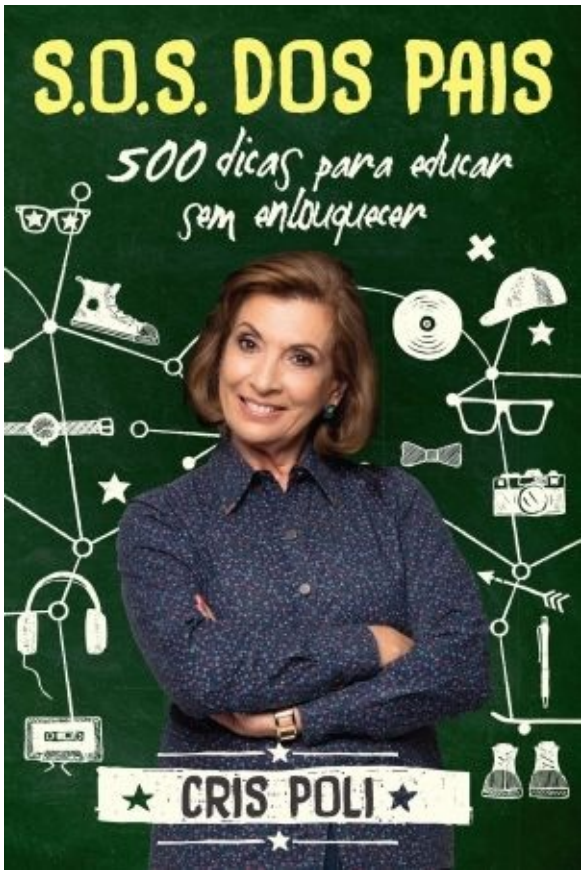
Transforme seu adolescente até sexta: conquiste o respeito, a confiança e o coração de seu filho em cinco dias

Leman, Kevin
9788573258271
245 páginas

Compre agora e leia

Anos de amor, carinho e atenção. Tempo e esforço dedicados a educar, formar caráter e ensinar boas maneiras. Os filhos pequenos são verdadeiros anjos em nossas vidas. De repente, os anjinhos entram em ebulição de hormônios, e todos os anos de educação e amor parecem ter sido em vão. Mas tudo pode voltar aos bons tempos em apenas uma semana. A adolescência é a fase mais difícil na vida de todo mundo, mas "esse tempo vai desaparecer mais rápido que areia numa ampulheta, então por que não tirar vantagem dele?" é a proposta do dr. Kevin Leman nesta obra. Viva a adolescência de seus filhos sabendo exatamente como agir e, em uma semana, todos em sua casa estarão lidando sem dor ou estresse com esta fase tão importante da vida.

Compre agora e leia


S.O.S. DOS PAIS
500 dicas para educar sem enlouquecer
CRIS POLI

S.O.S dos pais - 500 dicas para educar sem enlouquecer

Poli, Cris
9788543300450
163 páginas

Compre agora e leia

Cris Poli dá uma importante contribuição para que os pais ou responsáveis adquiram ferramentas para a complexa e árdua missão de educar os filhos.

- Augusto Cury

Pais e mães sofrem por não saber como agir em diversas situações que envolvem os filhos. Seja pela inexperiência dos primeiros anos de paternidade, seja pelo estresse da rotina diária, o fato é que episódios aparentemente simples podem se transformar numa grande dor de cabeça. ""S.O.S. dos pais - 500 dicas para educar sem enlouquecer foi escrito por Cris Poli, para ajudar pais e mães a resolver questões que surgem com a chegada dos filhos ou aquelas situações estressantes do dia a dia da família, como disciplina, relacionamento, educação, saúde, alimentação, sexualidade e tecnologia. Faça dele seu livro de cabeceira e você poderá evitar muitos problemas.

Como todo S.O.S., o objetivo deste livro é oferecer socorro imediato, para que, se necessário, você tenha tempo de buscar, sem angústia e com paz no coração, esclarecimentos mais completos.

As questões abordadas poderão ajudar você a compreender melhor ou a minimizar situações de conflito do dia a dia provocadas por comportamentos ou hábitos não saudáveis adquiridos por seus filhos. O formato de pergunta e resposta foi escolhido justamente para que você encontrasse rapidamente o socorro de que precisa, no momento exato.

Cris Poli é especialista em educação e comportamento infantil. Ministra palestras e é autora de diversos livros, dentre eles "Pais responsáveis educam juntos" e ""Pais admiráveis educam pelo exemplo, ambos publicados pela Editora Mundo Cristão.

Compre agora e leia


kevin leman
novo casamento...
novos filhos
o desafio de unir a família

Novo casamento… Novos filhos - O desafio de unir a família

Leman, Kevin
9788543300320
62 páginas

Compre agora e leia

O primeiro casamento ficou muito abaixo de suas expectativas e você, mais do que ninguém, quer que agora dê certo. Poderá dar (e esperamos que dê), mas para isso você precisa reconstituir sua família.

Admita: pensar sobre a integração de seus novos filhos sob o mesmo teto já o faz perder o sono. E os desafios não param aí. Você precisa juntar os cacos emocionais e lidar com questões difíceis, como as relacionadas com a disciplina, a ira e a incompreensão, além dos sentimentos de perda e traição.

Nessas horas, nada como ter ao lado um experiente conselheiro que já auxiliou milhares de homens e mulheres a enfrentarem desafios semelhantes ao seu. E, sabendo que você não tem muito tempo, Kevin Leman separou o que é essencial para quem, como você, esté em busca de uma nova e bem-sucedida experiência familiar.

Compre agora e leia